



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**ANA CAROLINA SILVA SANTOS**

**GESTÃO COMPARTILHADA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO  
NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: POR UMA CRÍTICA  
ANTIRRACISTA À POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Salvador  
2023

**ANA CAROLINA SILVA SANTOS**

**GESTÃO COMPARTILHADA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO  
NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: POR UMA CRÍTICA  
ANTIRRACISTA À POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Muniz Décia.

Salvador  
2023

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Ana Carolina Silva.

Gestão compartilhada, avaliação e monitoramento na Península de Itapagipe: por uma crítica antirracista à política de segurança pública / Ana Carolina Silva Santos. – 2023.

188 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Muniz Décia.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Segurança pública - Salvador (BA) – Participação do cidadão - Avaliação. 2. Segurança pública – Salvador (BA) – Avaliação. 3. Violência – Prevenção. 4. Violência contra negros – Salvador (BA). 5. Antirracismo. 6. Política pública. 7. Itapagipe, Península de (Salvador, BA). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 363.1

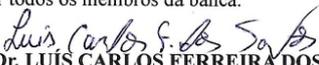


Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS)**

ATA Nº 32

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 29/11/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social no. 32, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) ANA CAROLINA SILVA SANTOS, de matrícula 2021104762, intitulada GESTÃO COMPARTILHADA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: POR UMA CRÍTICA ANTIRRACISTA À POLÍTICA DE SEGURANÇA. Às 09:50 do citado dia, Escola de Administração / Híbrido, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. ANA CRISTINA MUNIZ DECIA que apresentou os outros membros da banca: Prof<sup>ª</sup>. Dra. TANIA MOURA BENEVIDES, Prof. Dr. LUÍS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS e Prof<sup>ª</sup>. MSc. DENICE SANTIAGO SANTOS DO ROSÁRIO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

  
Dr. LUÍS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS

Examinador Externo à Instituição

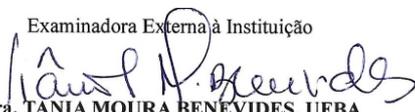
Documento assinado digitalmente

 DENICE SANTIAGO SANTOS DO ROSÁRIO  
Data: 29/11/2023 15:51:44-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MSc. DI

SÁRIO

Examinadora Externa à Instituição

  
Dra. TANIA MOURA BENEVIDES, UFBA

Examinadora Interna

  
Dra. ANA CRISTINA MUNIZ DECIA, UFBA

Presidente

  
ANA CAROLINA SILVA SANTOS

Mestrando(a)

Dedico esta dissertação a todas as comunidades negras e periféricas de Salvador, da Bahia, do Brasil, de Cali, da Colômbia, da América Latina. Sigamos lutando até que todos os corpos-territórios negros possam gozar do bem-viver.

## AGRADECIMENTOS

“Agradecemos, agradecemos, agradecemos a mercê que Deus nos deu...” É com esta cantiga que aprendi no meu terreiro que início este ato simples, mas potente que é o AGRADECER.

Primeiro a Olorum, Deus supremo, que criou o mundo e tudo que tem nele. Aos Orixás que me acompanham, que há quase cinco anos permitiram o meu renascimento ancestral e a completa transformação da minha noção de espiritualidade, me permitindo uma (re) conexão com os meus. Não é à toa que nossos passos vêm de longe e Jagun, guerreiro de todas as armas, dono da minha cabeça, tem mostrado diariamente a minha capacidade de guerrear e vencer minhas batalhas, eis aqui uma delas: esta dissertação.

Segundo a Ana Décia, minha orientadora, que “escolhi” desde a escrita do projeto do mestrado, que participou da minha entrevista de processo seletivo e seguiu firme e forte sendo minha equipe, minha parceira, cúmplice em todo este processo. Gratidão pelas palavras de acolhimento, força, coragem, a leitura e correções atentas, propositivas, de uma generosidade e respeito extremos. Sua ORientação foi imprescindível, dizemos, inclusive, que foi nossa ancestralidade que permitiu este encontro.

À minha família, de sangue e de axé, pelo apoio e fortalecimento diário e contínuo, agradeço a presença de vocês na minha vida todos os dias. Ao meu companheiro Jefferson, que me acompanhou em todo o processo do mestrado, desde a organização da documentação para a seleção até o dia da banca de defesa, fotografando e vibrando comigo este momento. Que a gente possa seguir sendo apoio, cuidado e amor na vida um do outro.

Às amizades sinceras, que torcem por mim e apoiam minhas conquistas, oferecendo ombro amigo e aconselhando nos momentos em que a gente pensa em desistir. Em especial Gabriela Silva, uma amiga, uma referência, uma pesquisadora incrível, doutora, que fielmente corrigiu esta dissertação em tempo recorde. Muito obrigada!

Às pessoas entrevistadas, pela troca, disponibilidade e por fazerem esta dissertação acontecer. A todas as pessoas da Casa Chontaduro, pelo acolhimento e generosidade de me receberem para realização da Residência Social.

Aos colegas do mestrado, professores e PDGS por todo o auxílio no percurso da turma 8. Vencemos a pandemia e fechamos o ciclo do mestrado!

*“Quem cede a vez não quer vitória  
Somos herança da memória  
Temos a cor da noite  
Filhos de todo açoite  
Fato real de nossa história...”*

(Identidade, Jorge Aragão)

SANTOS, Ana Carolina Silva. **Gestão Compartilhada, Avaliação e Monitoramento na Península de Itapagipe: Por uma crítica antirracista à política de segurança pública.** Orientadora: Ana Cristina Muniz Décia. fls. 188. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## RESUMO

Esta pesquisa foi concebida como forma de enfrentar o racismo estrutural que afeta corpos-territórios negros afrodiáspóricos, principalmente a violência letal produzida pelo estado a partir da segurança pública, buscando alternativas para o seu enfrentamento. O prólogo singulariza a pesquisa implicada a partir da concepção de pesquisadora encarnada, além de memorar pessoas vítimas da violência racial e/ou personalidades negras importantes, como forma de decolonização do saber e do ser. Tem como objetivo geral o desenvolvimento de uma proposta de instrumento de avaliação e monitoramento cidadão da segurança pública, com foco no enfrentamento ao racismo, a partir de uma gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil, na Península de Itapagipe, em Salvador-Bahia. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa para a obtenção de dados e informações, admitindo a via quantitativa nas questões específicas e alinhadas aos princípios da gestão social e da decolonialidade. Seus objetivos específicos foram entender como os agentes da segurança pública e a sociedade civil compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo a partir do referido território e como se dão os processos de avaliação e monitoramento da política de segurança pública em Salvador. Do ponto de vista teórico-metodológico foram mobilizados conceitos teóricos, acesso a documentos públicos e legislações relacionadas aos temas de corpo-território, segurança pública, racismo, decolonialidade, políticas públicas, avaliação e monitoramento, participação cidadã, gestão e tecnologia sociais. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com informantes-chave da sociedade civil e da segurança pública de Salvador, além da aplicação de questionários mistos aos policiais vinculados à Base Comunitária do bairro do Uruguai. Também foi realizada a Residência Social em Cali, na Colômbia, buscando entender as dinâmicas sociais de um território negro e periférico fora do Brasil, tecendo aproximações entre os dois países, a partir da realização de 7 entrevistas com atores sociais da Associação Cultural El Chontaduro, entidade receptora da residência. Pensando estes dois territórios onde a pesquisa se baseou, destaca-se o conceito de corpo-território, fundamental para entender as dinâmicas socioterritoriais afrodiáspóricas, a partir de uma memória coletiva. Os dados foram tratados através da análise documental, bibliográfica e de discurso dos informantes-chave entrevistados e contribuíram com o resultado principal desta pesquisa, ou seja, a Tecnologia de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial – uma proposta de avaliação e monitoramento cidadão da política de segurança pública, visando o enfrentamento ao racismo. Tal proposta demonstra que se trata de um processo complexo, dialógico, reflexivo, multifatorial com muitas pactuações a serem feitas, que demanda um tempo de aplicação, tendo como pressuposto a gestão compartilhada entre agentes da segurança pública e comunidade.

Palavras-chaves: Segurança Pública. Enfrentamento ao racismo. Avaliação e monitoramento. Gestão Compartilhada.

SANTOS, Ana Carolina Silva. **Shared Management, Evaluation and Monitoring on the Itapagipe Peninsula: Towards an anti-racist critique of public security policy.** Supervisor: Ana Cristina Muniz Décia. fls. 188. Dissertation (Professional Master's Degree in Development and Social Management) – School of Administration, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

## ABSTRACT

This research was conceived as a way of confronting the structural racism that affects Afro-diasporic black bodies-territories, especially the lethal violence produced by the state from the point of view of public security, seeking alternatives for confronting it. The prologue singularizes the research involved from the point of view of the embodied researcher, as well as memorializing people who have been victims of racial violence and/or important black personalities, as a way of decolonizing knowledge and being. Its overall objective is to develop a proposal for an instrument for evaluating and monitoring public safety, with a focus on tackling racism, based on shared management between public authorities and civil society, in the Itapagipe Peninsula, in Salvador-Bahia. This is a qualitative approach to obtaining data and information, with the possibility of quantitative analysis of specific issues, in line with the principles of social management and decoloniality. Its specific objectives are to understand how public security agents and civil society understand citizen security, community participation and the fight against racism in this territory and how the processes of evaluating and monitoring public security policy in Salvador are carried out. From a theoretical-methodological point of view, we mobilized theoretical concepts, access to public documents and legislation related to the themes of body-territory, public security, racism, decoloniality, public policies, evaluation and monitoring, citizen participation, social management and technology. Twelve semi-structured interviews were conducted with key informants from civil society and public security in Salvador, as well as mixed questionnaires with police officers linked to the Community Base in the Uruguai neighborhood. A Social Residency was also carried out in Cali, Colombia, in an attempt to understand the social dynamics of a black and peripheral territory outside Brazil, bringing the two countries closer together by carrying out 7 interviews with social actors from the El Chontaduro Cultural Association, which hosted the residency. Thinking about these two territories on which the research was based, we highlight the concept of the body-territory, which is fundamental to understanding Afro-diasporic socio-territorial dynamics, based on a collective memory. The data was processed through documentary, bibliographic and discourse analysis of the key informants interviewed and contributed to the main result of this research, i.e. the Territorial Development Social Management Technology - a proposal for citizen evaluation and monitoring of public security policy, aimed at tackling racism. This proposal shows that it is a complex, dialogical, reflective, multifactorial process with many agreements to be made, which requires time to implement, based on shared management between public security agents and the community.

Key words: Public security. Confronting racism. Evaluation and monitoring. Shared management.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Pessoas negras importantes para a luta antirracista.....	19
Quadro 2	Matriz de operacionalidade da pesquisa.....	33
Quadro 3	Órgãos que compõem o PPV e suas funções.....	61
Figura 1	Modelo de Gestão – PPV.....	62
Quadro 4	Divisão das Câmaras do PPV.....	62
Quadro 5	Uma configuração para o campo de estudos e práticas em avaliação..	76
Quadro 6	Apresentação das pessoas entrevistadas comunidade.....	82
Quadro 7	Apresentação dos agentes da segurança pública entrevistados.....	104
Figura 02	Raça/cor dos policiais entrevistados da BCSU.....	110
Figura 03	Gênero dos policiais entrevistados da BCSU.....	110
Figura 04	Idade dos policiais entrevistados da BCSU.....	111
Figura 05	Percepção de índice de violência na PI pelos policiais entrevistados da BCSU.....	111
Figura 06	Percepção de diminuição do índice de violência na PI após instalação da BCSU pelos policiais entrevistados da BCSU.....	112
Figura 07	Percepção dos direcionamentos da segurança cidadã pelos policiais entrevistados da BCSU.....	113
Figura 08	Escala dos direcionamentos da segurança cidadã a partir da percepção dos policiais entrevistados da BCSU.....	114
Figura 09	Opinião dos policiais entrevistados da BCSU sobre as ações da BCSU contribuírem para o enfrentamento ao racismo presente na SP.....	115
Figura 10	Opinião dos policiais entrevistados sobre as ações da BCSU contribuírem para o enfrentamento ao racismo.....	115
Quadro 8	Síntese dos valores fundamentais dos atores sociais para a construção de uma gestão compartilhada da PSP e A&M.....	144
Quadro 9	Conteúdo mínimo para a elaboração de uma proposta de avaliação de programa ou projeto social.....	147
Figura 11	Dimensões mínimas para o desenho de uma avaliação.....	148
Quadro 10	Proposta de desenho de A&M cidadão da política de SP na PI.....	150
Quadro 11	Proposta de indicadores para A&M cidadão da PSP.....	154

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&M	Avaliação e monitoramento
ABDAI	Associação Benficiente e Democrática dos Alagados de Itapagipe
ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
BA	Bahia
BCS	Base Comunitária de Segurança
BCSU	Base Comunitária de Segurança do Uruguai
BJC	Balcão de Justiça e Cidadania
CAMA	Centro de Arte e Meio Ambiente
CAMMPI	Comissão e Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe
Casa Chontaduro	Associação Cultural El Chontaduro
CEAPA	Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas
CEPDH	Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CF	Constituição Federal
CIAP	Central Integrada de Alternativas Penais
Conasp	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONESP	Conselho Estadual de Segurança Pública da Bahia
Conseg	Conferência Nacional de Segurança Pública
CONSEG	Conselhos Comunitários de Segurança Pública
CPCT	Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRER	Centro de Referência Étnico Racial Mãe Stella de Oxóssi
CS	Câmaras Setoriais
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
DPCDH	Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos

DPT	Departamento de Polícia Técnica
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FICCO	Força Integrada de Combate ao Crime Organizado
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
FPSP/NE	Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste
Geosp	Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública
GRUCON	Grupo de União e Consciência Negra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Fogo Cruzado
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
Iniciativa Negra	Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.
MIR	Ministério da Igualdade Racial
MJPOP	Monitoramento Jovem de Políticas Públicas
NAFRO	Núcleo de Religiões de Matriz Africana
NAI	Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe
NG	Núcleo Gestor
ObservaSSA	Observatório de Bairros de Salvador
ONU	Organização das Nações Unidas
ORA	Observatório do Racismo Ambiental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDGS	Programa de Desenvolvimento e Gestão Social
PF	Polícia Federal
PI	Península de Itapagipe
PJNV	Plano Juventude Negra Viva
PJV	Plano Juventude Viva
PL	Projeto de lei

PLANESP	Plano Estadual de Segurança Pública
PM	Polícia Militar
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PNSPDS	Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PPA	Plano Plurianual
PPCid	Projeto Polícia Cidadã
PPV	Programa Pacto Pela Vida
PRDI	Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSP	Política de segurança pública
REPROTAI	Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública
RS	Residência Social
SDS	Sistema de Defesa Social
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SESP	Sistema Estadual de Segurança Pública
SIAP	Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial
SNSP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SP	Segurança pública
SPREV	Superintendência de Prevenção à Violência
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TGS.DT	Tecnologia de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

	<b>PRÓLOGO.....</b>	<b>14</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1	OBJETIVOS.....	24
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
2.1	O “CORPO-TERRITÓRIO” DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA PARA A ESCOLHA DO CAMPO E SEUS INFORMANTES – CHAVE: É DA LUTA PELAS PALAFITAS QUE NASCE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.....	35
<b>3</b>	<b>SEGURANÇA PÚBLICA: DO CONTROLE DE CORPOS NEGROS À SEGURANÇA CIDADÃ (QUE NEGA A CIDADANIA NEGRA).....</b>	<b>42</b>
3.1	SEGURANÇA PÚBLICA E A QUESTÃO RACIAL.....	42
3.2	A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	52
3.3	A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA NEGRA.....	59
<b>4</b>	<b>AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>66</b>
4.1	NOTAS SOBRE O “CAMPO DE PÚBLICAS” E PARTICIPAÇÃO.....	66
4.2	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO EM FOCO.....	73
<b>5</b>	<b>POR UMA CRÍTICA ANTIRRACISTA DA SEGURANÇA PÚBLICA: CONSTRUINDO A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....</b>	<b>80</b>
5.1	DIALOGANDO COM AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE.....	80
5.2	DIALOGANDO COM OS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	103
5.3	RESIDÊNCIA SOCIAL: O QUE DIZEM OS CORPOS-TERRITÓRIOS AFRO-BRASILEIROS E AFRO-COLOMBIANOS?.....	129
5.4	TGS.DT – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO CIDADÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE.....	139
5.5	CONSULTORIA PJNV.....	157
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>160</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>165</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário para policiais da BCSU.....</b>	<b>173</b>

<b>APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas semiestruturadas com atores da Casa Chontaduro.....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada com agentes da SP.....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada sociedade civil da PI..</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE F – Proposta de desenho de A&amp;M cidadão da política de SP na PI (TGS.DT).....</b>	<b>185</b>

## PRÓLOGO – A PESQUISADORA ENCARNADA

Os territórios negros da Bahia sangram. Não só Salvador, primeira capital do Brasil e cidade mais negra fora de África, que sangrou desde que o primeiro europeu colocou os pés por aqui. Não só a região metropolitana, pela proximidade com a capital e lugar “mais comum” para o espraiamento da violência. Mas também Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Ilhéus, e pasmem: Jequié<sup>1</sup>! Os quatro cantos da Bahia negra sangram. As redes de violência se complexificam e interiorizam. Jequié, cidade do sudoeste do estado com quase 200 mil habitantes, foi considerada em 2023 a cidade mais violenta do Brasil em números absolutos<sup>2</sup>. E aqui peço *agô*<sup>3</sup> para me apresentar já que é de lá que eu venho. Nascida e criada em Jequié, hoje sou cria de Salvador, que me deu régua, compasso e letramento racial, mas tenho lugar para falar de um duplo pertencimento, dessas duas cidades tão diferentes, um tanto distantes, mas que recentemente se aproximaram por ambas terem dados alarmantes de violência letal.

E é desse lugar de fala que esta dissertação nasce, do lugar de mulher negra, do interior, que veio estudar na capital como tantas(os) jovens de Jequié já vieram, com certeza não tantas(os) jovens negras(os) como eu, mas que com o esforço da família, sobretudo da minha mãe, teve a oportunidade de ingressar em 2007 numa universidade pública e cursar a graduação em direito. E aqui, abraçada por Salvador, pela sua ancestralidade e negritude, fui me entendendo como pessoa negra, não a “moreninha” como eu era considerada em Jequié. Fui me dando conta de como o racismo me atravessou em tantos momentos da minha vida por lá outrora (uma das poucas negras da turma nos colégios elitizados que estudei, a que sempre fazia as personagens de pessoas escravizadas, a amiga de todo mundo, mas preterida nas relações afetivas), assim como está atravessando as pessoas negras de lá através da violência letal agora.

Já na universidade, o envolvimento com as lutas do movimento de juventude, mais na frente na luta antirracista e as experiências profissionais junto ao sistema de justiça criminal, me mostraram que não era à toa que a maioria das pessoas que eu atendia como estagiária da

---

<sup>1</sup> De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2023, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgado em julho de 2023, a Bahia foi considerada como o segundo estado mais letal do país, atrás apenas do Amapá, e possui 12 das 50 cidades mais violentas do país, sendo que as cidades mencionadas acima estão nessa lista.

<sup>2</sup> Dados do 17º ABSP (2023).

<sup>3</sup> No iorubá, pedido de licença para movimentos de entrada, saída, passagem etc.

Defensoria Pública da Bahia e que respondiam a processos criminais eram negras. Havia uma justificativa para a Engomadeira, bairro que ficava ao lado da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), onde estudei, ser considerado como “perigoso” e a polícia estar sempre por lá. O que quero dizer com isso tudo? Que esta pesquisa está implicada com a luta antirracista e com a minha trajetória, minhas experiências como menina-mulher negra, do interior, estudante de direito, militante de movimentos sociais, advogada, candomblecista, gestora social, enfim uma “pesquisadora encarnada”. Explicando melhor este conceito, trago os dizeres de Paz (2020, p. 181):

Firmar-se como sujeito [encarnado] neste contexto é assumir uma conduta epistemológica em que as marcas corpóreas, os sentimentos e pertencas do sujeito-pesquisador constituem-se em potência criadora, insurgindo-se contra os cânones científicos pautados em uma razão pura e absoluta. Reconhecer-se como pesquisador encarnado é produzir a inversão no jogo da ciência hegemônica que, no seu fazer, subalternizou e apagou os saberes e lógicas dos grupos e culturas compreendidas como menores.

Assim, pautada na minha experiência com todas as interseccionalidades elencadas acima, pensar uma pesquisa aplicada e implicada com o território da Península de Itapagipe (PI), em Salvador, me remeteu a experiência profissional que tive no território como coordenadora do antigo Balcão de Justiça e Cidadania (BJC), no bairro do Uruguai, em 2015, período próximo à quando foi instalada uma Base Comunitária de Segurança Pública (BCS) no bairro (meados de 2014) e que estava em debate os altos índices de violência do local, mas também a atuação truculenta e letal da polícia.

Na verdade, esta pauta parece nunca sair do centro das discussões quando se trata de territórios negros e periféricos como é o bairro do Uruguai, e por isso mesmo, ele foi escolhido como foco desta pesquisa, por concentrar num mesmo espaço, uma unidade das emblemáticas BCS e também importantes organizações de base comunitária, como a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI) a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI), a Associação de Moradores Santa Luzia e o Centro Cultural Alagados (mais a frente retornaremos a elas).

Ainda na teia das experiências que me forjaram a profissional que sou, em 2015 fui nomeada para ocupar cargo comissionado como Coordenadora II na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) / Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT), trabalho que me ajudou a aprimorar minhas compreensões de mundo a partir de uma perspectiva

racial, principalmente do ponto de vista da gestão pública e políticas públicas voltadas para a igualdade racial e enfrentamento ao racismo. O trabalho na SEPROMI consistia no desenvolvimento de ações visando a defesa de direitos e o desenvolvimento sustentável, inclusive a permanência no território dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia.

Já no campo das intersecções com a justiça criminal, trabalhei no projeto denominado Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), projeto proveniente de termo de colaboração entre o Coletivo de Entidades Negras Bahia e a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, através da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA). Neste projeto atuei como assistente jurídica, compondo equipe de atendimento e acompanhamento técnico multiprofissional do público liberado nas Audiências de Custódia, cumpridores de medidas cautelares. Meu local de trabalho era o Fórum Criminal de Salvador, do qual pude observar de maneira participante, as relações entre sistema de justiça criminal e racismo. A maioria do público atendido pela CIAP era de pessoas jovens e negras, sobretudo homens, com baixa ou nenhuma escolaridade, moradores de periferias, presos em flagrante majoritariamente por acusações relacionadas ao tráfico de drogas e roubo.

Também não posso deixar de ressaltar o lugar profissional de gestão numa organização da sociedade civil negra, chamada Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (Iniciativa Negra), que me levou até as encruzilhadas da gestão social. Esta organização, que venho construindo desde 2016 em parceria com outras pessoas negras militantes, sobretudo mulheres, tem forte atuação no campo da reforma da atual política de drogas<sup>4</sup>, segurança pública (SP) e enfrentamento ao racismo, monitorando e produzindo dados qualificados, promovendo diálogos junto aos gestores públicos, bem como articulando, pensando e propondo alternativas e soluções junto com outras organizações e atores da sociedade civil atuantes na temática, como por exemplo, o Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP/NE)<sup>5</sup>, a Rede de

---

<sup>4</sup> A organização entende que a chamada “guerra às drogas” no Brasil é a principal justificativa política para a manutenção da opressão racial sobre a população negra, principalmente através da letalidade e do encarceramento. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/sobre/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

<sup>5</sup> “[...] O FPSP/NE é um conjunto de organizações da sociedade civil e movimentos sociais de diferentes estados da região nordestina do país que buscam pensar, a partir de uma perspectiva popular e com participação de vários setores da sociedade, a questão da segurança pública. Diante desse contexto, o Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste tomou a iniciativa de realizar, desde 2019, conferências populares de segurança pública em diferentes localidades dos estados em que estamos inseridos. [...] O intuito é permitir o debate amplo e descentralizado, a partir de encontros territoriais, para estruturar nossas contribuições de maneira autônoma e participativa. Entendemos que as contribuições da sociedade para a SP nos estados devem ser acolhidas em um espaço institucionalizado, transparente e plural”. Disponível em: <https://www.fpspne.org/blank-1>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Observatórios da Segurança<sup>6</sup> e o Instituto Fogo Cruzado (IFC)<sup>7</sup>. Também, a Iniciativa Negra é a primeira entidade da sociedade civil a ter cadeira no Conselho Estadual de Segurança Pública da Bahia (CONESP), da qual eu sou suplente.

Vale dizer também, como forma de justificar a relevância desse trabalho, que a metodologia e os resultados obtidos poderão ser retornados para esta organização da qual faço parte, para o conjunto das organizações citadas, para os governos, instituições públicas, e para todo um campo progressista que tem pensando a segurança pública a partir de uma perspectiva verdadeiramente cidadã, no sentido de desenvolver expertise na elaboração de planos, programas e instrumentos de avaliação, monitoramento e participação comunitária no campo da SP e enfrentamento ao racismo. A primeira contribuição, neste sentido, ainda durante a escrita dessa dissertação, aconteceu através de uma consultoria prestada por mim enquanto pesquisadora para a construção do Plano Juventude Negra Viva, como veremos em seção específica sobre a experiência mais a frente.

Assim, atravessada por este espectro de pensar: **a) uma organização da sociedade civil pautada pelo enfrentamento ao racismo a partir da articulação política com diversos atores; b) alternativas para a problemática da SP que impacta a vida das pessoas e territórios negros, em especial o Uruguai e; c) formas de diálogo e participação dessas pessoas nesta política, que esta pesquisa foi se constituindo.**

Também, na perspectiva de aprofundar a democracia brasileira, enfrentando o estado antinegro e o processo de abolição inconclusa no país, que tem nos impedido de avançar num projeto de nação, por conta de uma opção política de guerra, morte e negativa de direitos. Incidir

---

<sup>6</sup> “A Rede de Observatórios da Segurança é uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança, fenômenos de violência e criminalidade nesses estados. [...] A metodologia é inspirada na bem-sucedida experiência do Observatório da Intervenção, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), que monitorou as ações das forças armadas no Rio de Janeiro durante a intervenção federal em 2018. A Rede acompanha 9 indicadores, além dos dados oficiais e orçamentos governamentais que são apresentados ao público em relatórios, infográficos, seminários e encontros”. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/sobre-nos/a-rede/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>7</sup> “O IFC é um Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, fortalecendo a democracia através da transformação social e da preservação da vida. Com uma metodologia própria e inovadora, o laboratório de dados da instituição produz 40 indicadores inéditos sobre violência nas regiões metropolitanas do Rio, do Recife e de Salvador. Através de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios, checadas em tempo real, que estão no único banco de dados aberto sobre violência armada da América Latina, que pode ser acessado gratuitamente pela API do Instituto”. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-salvador-julho-2023>. Acesso em: 20 ago. 2023. Desde 2022 o IFC passou a monitorar dados de violência armada na Bahia em parceria com a Iniciativa Negra.

no enfrentamento ao racismo, nas desigualdades de raça, classe, gênero e território, na manutenção da nossa juventude negra viva, com capacidade de sonhar e se desenvolver deve ser um compromisso político de toda a sociedade brasileira, para garantia de futuro do país.

Quero ressaltar ainda que este estudo é uma forma dessa pesquisadora não se conformar com a realidade de morte vivenciada por corpos-territórios negros todos os dias: Quantos de nós já tombaram na luta contra a violência racial e as desigualdades sociais? Quantos meninos jovens negros tiveram suas vidas interrompidas pelo braço armado do estado e das milícias? Quantas meninas-mulheres negras têm seus direitos negados e violados sistematicamente? São por estas pessoas que tiveram suas vidas, física ou simbolicamente ceifadas e pelas que seguem tombando que esta pesquisa também (r)existe. Tentar incidir nessa realidade para produzir mudanças reais é um compromisso político deste trabalho, desta pesquisadora e da proposta do mestrado do PDGS.

Por fim, elegemos uma forma de lembrar que a nossa luta segue e que não descansaremos até que cada pessoa negra possa alcançar o bem-viver em sua plenitude. Assim, as pessoas da sociedade civil entrevistadas na pesquisa, para terem suas identidades preservadas, terão seus nomes referenciados como pessoas vítimas da violência racial e/ou personalidades negras importantes da luta antirracista. Isso para saudar a nossa ancestralidade negra e não se esquecer dos que se foram<sup>8</sup>: Zumbi dos Palmares, Tereza de Benguela, Luiza Mahin, Luiz Gama, Claudia Silva, Caique Bastos dos Santos e Rodrigo Martins de Oliveira, Maria Bernadete Pacífico, entre tantas outras mulheres, homens, meninas, meninos, jovens. Nossos passos vêm de longe e seguiremos. O quadro abaixo retrata um pouco da história destas pessoas:

---

<sup>8</sup> Cabe uma nota para dizer da dificuldade de achar as histórias dessas pessoas nas notícias sobre suas mortes, malmente os nomes são divulgados. No lugar são ressaltados os detalhes sórdidos da violência letal sofrida, mais como um dado estatístico e para fomentar discussões mais amplas sobre violência e segurança, parecendo não importar muito as trajetórias negras interrompidas.

**Quadro 1** – Pessoas negras importantes para a luta antirracista

<b>Zumbi dos Palmares</b>	Foi o último líder do Quilombo dos Palmares e também o de maior relevância histórica. Zumbi ganhou respeito e admiração de seus compatriotas quilombolas devido suas habilidades como guerreiro, a qual lhe conferia coragem, liderança e conhecimentos de estratégia militar. Lutou pela liberdade de culto e religião, bem como pelo fim da escravidão colonial no Brasil. A data de sua morte, 20 de novembro, foi adotada como o Dia da Consciência Negra, ele é uma das maiores referências para o movimento negro nos dias atuais. Disponível em: <a href="https://www.todamateria.com.br/zumbi-dos-palmares/">https://www.todamateria.com.br/zumbi-dos-palmares/</a> . Acesso em: 04 abr. 2024.
<b>Tereza de Benguela</b>	Foi a rainha do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso. Liderou a luta do quilombo contra os soldados portugueses. Sua grande inovação foi a instituição de um Parlamento no quilombo onde se discutiam as normas que regulavam o funcionamento do lugar. Dia 25 de julho, data de sua morte, é celebrado o Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha no Brasil. <a href="https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/">https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/</a> . Acesso em: 04 abr. 2024.
<b>Luiza Mahin</b>	Africana guerreira, teve importante papel na Revolta dos Malês, na Bahia. Além de sua herança de luta, deixou-nos seu filho, Luiz Gama, poeta e abolicionista. Luiza Mahin foi uma mulher inteligente e rebelde. Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX. Luiz Gama escreveu sobre sua mãe: “Sou filho natural de uma negra africana, livre da nação nagô, de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiava, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa”. Disponível em: <a href="https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/">https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/</a> . Acesso em: 04 abr. 2024. Seu legado de luta e resistência deu nome a Escola Comunitária Luiza Mahin, presente no bairro do Uruguai. Disponível em: <a href="https://escolastransformadoras.com.br/escola/escola-comunitaria-luiza-mahin/">https://escolastransformadoras.com.br/escola/escola-comunitaria-luiza-mahin/</a> . Acesso em: 04 abr. 2024.
<b>Luiz Gama</b>	Luiz Gama nasceu livre na Bahia, mas foi vendido como escravizado pelo pai que estava endividado, sem o consentimento de sua mãe, Luiza Mahin. Aprendeu a ler aos 17 e, nesta época, conseguiu provar junto aos tribunais que era mantido como escravizado injustamente e que, portanto, deveria ser posto em liberdade. Uma vez livre, Gama passou a atuar como rábula, um advogado sem diploma que pleiteava causas específicas. No seu caso, ele conseguiu libertar mais de 500 escravizados alegando que todo negro chegado ao Brasil após 1831 deveria ser livre, tal como dizia a Lei Feijó. Em 2015, a OAB - Ordem de Advogados do Brasil lhe concedeu postumamente o título oficial de advogado. Disponível em: <a href="https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/">https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/</a> . Acesso em: 04 abr. 2024.
<b>Claudia Silva</b>	Há 10 anos, o Brasil presenciou uma cena terrível: o corpo de uma mulher sendo violentamente arrastado no asfalto por uma viatura da PM em movimento.. A mulher era Cláudia Silva Ferreira, mãe de quatro filhos, tinha 38 anos quando saiu para comprar café da manhã perto de onde morava, no morro da Congonha, em

	<p>Madureira, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Ela foi baleada no pescoço e nas costas por policiais militares durante suposto confronto com traficantes. Não bastasse isso, Cláudia foi colocada no porta-malas do carro da PM, e enquanto o veículo percorria a Estrada Intendente Magalhães, ela rolou, ficou pendurada no para-choque do veículo por um pedaço de roupa e foi arrastada pelo asfalto por cerca de 350 metros. Em 25 de março de 2024 saiu a sentença dos policiais envolvidos no caso: foram absolvidos sob alegação de legítima defesa por conta do confronto, a morte de Cláudia foi entendida como um erro de execução da operação. Disponível em: <a href="https://www.brasildefatorj.com.br/2024/03/22/caso-claudia-ferreira-mulher-foi-baleada-e-arrastada-por-viatura-mas-pms-foram-absolvidos">https://www.brasildefatorj.com.br/2024/03/22/caso-claudia-ferreira-mulher-foi-baleada-e-arrastada-por-viatura-mas-pms-foram-absolvidos</a>. Acesso em: 04 abr. 2024.</p>
<p><b>Caique Bastos dos Santos e Rodrigo Martins de Oliveira</b></p>	<p>As duas vítimas mais jovens, o primeiro com 16 e o segundo com 17 anos, da chacina do Cabula, operação policial realizada pela PMBA que ocasionou a morte de 12 jovens negros entre 16 e 27 anos, na Vila Moisés, no bairro do Cabula em Salvador, no dia 06 de fevereiro de 2015. Em 2024 o caso completou 09 anos sem julgamento. Disponível em: <a href="https://www.anf.org.br/8-anos-da-chacina-do-cabula-caso-segue-sem-desfecho/">https://www.anf.org.br/8-anos-da-chacina-do-cabula-caso-segue-sem-desfecho/</a>. Acesso em: 04 abr. 2024.</p>
<p><b>Maria Bernadete Pacífico</b></p>	<p>Também conhecida como Mãe Bernadete, foi uma ialorixá, ativista e líder quilombola brasileira, brutalmente assassinada dentro de casa em agosto de 2023. Foi líder da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos e líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, na Bahia. De acordo com as investigações da Polícia Civil baiana, ela foi assassinada após entrar em conflito com interesses do tráfico de drogas no território. Disponível em: <a href="https://www.brasildefato.com.br/2023/11/16/mae-bernadete-morreu-porque-lutava-contr-o-trafico-de-drogas-afirma-ministerio-publico-da-bahia">https://www.brasildefato.com.br/2023/11/16/mae-bernadete-morreu-porque-lutava-contr-o-trafico-de-drogas-afirma-ministerio-publico-da-bahia</a>. Acesso em: 04 abr. 2024.</p>

## 1 INTRODUÇÃO

Os dados do Anuário de Segurança Pública (ABSP) de 2023 demonstram que os desafios da segurança pública são múltiplos e complexos, sobretudo para o estado da Bahia que foi colocado no centro do debate nacional como segundo país mais letal e da polícia que mais mata em intervenções no Brasil, ultrapassando inclusive o Rio de Janeiro. Outra face dessa discussão diz respeito a quem são estes policiais que estão matando e também estão morrendo. A desigualdade racial nas corporações faz com que os policiais negros sejam as maiores vítimas de violência entre os agentes de segurança pública; segundo dados do ABSP, eles correspondem a 42% do contingente de policiais, mas sofrem 62,7% de todos os assassinatos<sup>9</sup>.

Mesmo diante de governos mais progressistas, considerando a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil, de Jerônimo Rodrigues para o governo da Bahia e a gestão anterior do ex-governador Rui Costa, as respostas sobre os dados publicados, seguem sendo para reforçar a ideia de quem deve morrer e a licença para matar pessoas negras<sup>10</sup>, o que Mbembe (2018) vai chamar de necropolítica, ou seja, o poder do Estado de decidir quem pode morrer e quem pode viver. Retomaremos este conceito mais a frente.

Não é mais admissível que os agentes públicos do estado brasileiro sigam dando as mesmas justificativas para um problema tão absurdo no que se refere à interrupção sistemática de vidas negras no Brasil. Como disse Dudu Ribeiro (2023)<sup>11</sup>, diretor e cofundador da Iniciativa Negra, em entrevista recente para o Podcast “Medo e delírio em Brasília” sobre os últimos acontecimentos de chacinas no Brasil, “a letalidade não pode ser parte da política de segurança pública (PSP), mas sim encarada como um problema dessa política”, até porque a gente bem sabe para quais corpos a arma está apontada.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/15/--pm-com-mais-brancos-no-efetivo-policiais-negros-sao-os-que-mais-morrem.htm?cmpid>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>10</sup> Sobre os dados do ABSP (2023) referentes às mortes produzidas por agentes do estado, o presidente Lula disse que a polícia tem de saber “diferenciar pobre de bandido”. Já o governo da Bahia chamou os suspeitos que foram mortos por policiais de “homicidas, traficantes, estupradores, assaltantes, entre outros criminosos”. Como se o fato da pessoa cometer um crime fosse justificativa suficiente para ser morta. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/14/letalidade-policia-pm-bahia-policias-eua.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.

<sup>11</sup> Ribeiro (2023) comenta os dados produzidos pelo IFC em parceria com a Iniciativa Negra. O monitoramento de julho mostra que o número de mortes em operações policiais na Grande Salvador bateu recorde desde julho de 2022. Enquanto isso, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP/BA) divulgou dados “positivos” sobre as operações. Disponível em: <https://tr.ee/hFY6T3i8rZ>. Acesso em: 12 set. 2023.

Assim, partindo do entendimento de que o racismo estrutura as relações em nossa sociedade e de que isso perpassa também a atuação institucional no campo da SP, esta pesquisa se torna relevante, pois visa fortalecer o acompanhamento e o diálogo da comunidade sobre estas questões, bem como com os entes estatais responsáveis, pois é urgente pensar alternativas e caminhos eficazes para sua superação, pautados no que a comunidade negra que está sendo afetada e estudiosos do assunto têm a dizer.

Os dados atualizados do ABSP 2023 são mais uma forma de demonstrar que o problema segue se perpetuando e que é necessário levar em consideração elementos fundamentais para compreensão da nossa estrutura social, como a concentração de renda e riquezas, o agravamento das desigualdades sociais, o racismo estrutural, a discriminação de gênero, as políticas e práticas de segurança pública, entre outros fatores (Benevides *et al.*, 2022). Neste sentido, por se tratar de um problema complexo e multifacetado, as suas soluções também precisam ser assim tratadas.

Ao se tratar sobre violência e segurança no Brasil, não se pode deixar de olhar para a sua formação sócio-histórica, marcada por um longo período de colonialismo e escravização de pessoas negras, sendo que todo este processo se baseou na garantia da ordem vigente de manutenção das elites, em violência, controle social e no racismo. Não à toa as primeiras polícias surgem no Brasil no século XIX, como a Polícia Militar (PM) da Bahia<sup>12</sup>, período em que a família real se instala no Brasil (1808), trazendo para cá todo o aparato burocrático português, inclusive a institucionalização das forças policiais. No mesmo período também foram implementadas as leis abolicionistas brasileiras (1850-1888), aumentando o contingente de pessoas negras libertas e pobres, reforçando a necessidade dos mecanismos de controle e vigilância.

---

<sup>12</sup> A criação da PMBA aconteceu em 1825, por decreto imperial – Estatuto da Polícia Militar da Bahia, Salvador. Esta instituição tem desde o seu nascedouro uma formação doutrinária de orientação guerreira e de separação com a população civil, em geral encarada como os que devem ser combatidos e não protegidos. E desde o seu nascedouro a polícia tinha como missão controlar negros e não brancos (Reis, 2005, p. 93). Outros autores também trabalham com a perspectiva da polícia ter surgido para o controle da ordem social vigente, incluindo o controle das pessoas negras escravizadas, libertas, pessoas não negras livres, pobres, ou seja, as classes ditas perigosas, como tratam Costa (2005) e Sousa e Morais (2011). Por outro lado, é válido salientar que a partir de 1995 a instituição (PMBA) iniciou um processo de reorganização e passou a adotar o modelo da Polícia Cidadã, que representou uma nova gestão operacional para a PM. De acordo com o Projeto Polícia Cidadã, seu objetivo é: “Desenvolver uma metodologia específica de implantação da qualidade em serviços de segurança pública, transformando o modelo tradicional de atuação num modelo inovador de policiamento comunitário, capaz de satisfazer às reais necessidades da população e que possa ser reproduzido em toda a Corporação” (Santos Filho, 2001, p.7).

Também não se pode deixar de levar em consideração que no pós-abolição (1888) não houve nenhum processo de integração da população negra à sociedade capitalista que surgia, ficando reservada a ela a marginalização, o que explica a forte relação existente entre pobreza e negritude<sup>13</sup>. Com isso, havia a necessidade de sofisticar as formas de controle das classes populares tidas como perigosas, para garantir o poder das elites.

Não podemos perder de vista ainda que o controle social de pessoas negras do passado ainda perdura até os dias atuais. Estudos voltados para a questão têm evidenciado (Reis, 2005; Freitas, 2015; Avelar, 2016; Franco, 2018; Ferreira, 2020) que as práticas da SP têm privilegiado medidas repressivas desiguais e ineficazes para o combate à violência, direcionadas para determinados corpos (pessoas jovens, pobres e negras) e territórios (periferias, favelas, bairros populares, de ocupação irregular). Tais medidas, por sua vez, reforçam estigmas relacionados a estes sujeitos/territórios através de ações violentas e militarizadas, em detrimento de outros tipos de políticas públicas como saúde, assistência social, educação e cultura. Observa-se, desse modo, que existe uma forma de atuação dos agentes da SP que expressam o racismo estrutural da sociedade brasileira, produzindo, de forma sistemática, morte e criminalização de pessoas e territórios negros.

Por outro lado, o estado brasileiro reconheceu a existência do racismo institucional<sup>14</sup> em suas práticas, inclusive no campo da SP, e tem tentado, após a ditadura militar, construir uma política de segurança mais planejada, democrática e próxima da comunidade, como veremos mais detidamente à frente no texto.

Mesmo com todo este esforço de reorganização da SP e com os acenos recentes dos governos federal e estadual de reconstrução de programas e planos no sentido de combater a letalidade contra a população negra, os limites destas ações são problematizados por estudiosos, movimentos sociais, principalmente o movimento negro, e por organismos internacionais, tendo em vista que, embora os índices de homicídios tenham diminuído nos últimos anos, isso não aconteceu em relação aos praticados contra pessoas negras<sup>15</sup>, a exemplo das diversas

---

<sup>13</sup> Aqui estou me referindo ao significado da palavra encontrada nos dicionários, que diz respeito à qualidade ou condição de negro.

<sup>14</sup> Ver mais em Governo reconhece 'racismo institucionalizado' apontado pela Organização das Nações Unidas - ONU. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140911\\_eleicoes2014\\_onu\\_racismo\\_rs](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140911_eleicoes2014_onu_racismo_rs). Acesso em: 16 jun. 2022.

<sup>15</sup> O Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o FBSP e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) demonstram esta realidade. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. O 17º ABSP 2023 segue no mesmo sentido.

chacinas ocorridas em vários lugares do Brasil nos últimos períodos<sup>16</sup>; as comunidades negras seguem sofrendo com a truculência policial e falta de políticas sociais; os aparelhos de segurança cidadã que têm sido instalados nestes territórios, como as BCS na Bahia, que deveriam atuar de forma mais próxima e articulada com a comunidade, segue, em muitos momentos, realizando as mesmas práticas militarizadas, ou não dando conta de fazer um policiamento verdadeiramente comunitário, na contramão do que se observa nos documentos oficiais<sup>17</sup>.

Neste sentido, pensar caminhos possíveis para uma mudança de paradigma em relação a este problema, qual seja, a atuação racista e violenta do estado em territórios negros e periféricos, é o cerne desta pesquisa. A ampliação ou a possibilidade da efetiva participação comunitária e de controle social na política de segurança pública aplicada nestes territórios pode ser um desses caminhos. Assim, apresentaremos na próxima seção os objetivos desta pesquisa.

## 1.1 OBJETIVOS

Tendo em vista ainda que se trata de uma pesquisa concebida nos moldes da gestão social, que tem como pressupostos a dialogicidade, a transparência, a gestão participativa e democrática, assim se configurou **o objetivo geral de produzir proposta de instrumento de avaliação e monitoramento (A&M) comunitário da PSP no território da PI, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público**, respondendo a necessidade de ser uma pesquisa aplicada e implicada com este território e com o intuito de desenvolver uma **Tecnologia de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial (TGS.DT)**, o que singulariza o Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS).

Assim, levamos em consideração os seguintes pressupostos: a) o Estado é racista e expressa sua atuação violenta e repressiva principalmente sobre territórios negros e periféricos,

---

<sup>16</sup> Não podemos esquecer-nos do emblemático caso da chacina do Cabula. Disponível em: <https://ponte.org/com-12-jovens-negros-mortos-chacina-do-cabula-completa-5-anos-sem-desfecho/>. Acesso em: 16 jun. 2022. Em 2022, a Chacina da Gamboa. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/03/01/jovem-e-morto-e-outros-dois-sao-baleados-em-acao-da-pm-na-gamboa-em-salvador-comunidade-protesta.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2023. E mais recentemente, em agosto de 2023, a de Mata de São João. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/11/chacina-bahia.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

<sup>17</sup> Ver mais sobre a discussão relacionada à atuação das BCS e as tensões com as comunidades nas quais elas foram instaladas em Dantas (2014), Avelar (2016), Volpini (2017) e Ferreira (2020). Na análise dos resultados desta dissertação esta discussão será retomada, a partir das entrevistas realizadas com os policiais da BCS do Uruguai (BCSU) e lideranças comunitárias da PI.

através da política de segurança pública; b) o território da Península de Itapagipe é majoritariamente negro e vivencia as consequências desta atuação estatal, sobretudo o bairro do Uruguai, onde está instalada a Base Comunitária de Segurança do Uruguai (BCSU); c) há um esforço deste mesmo Estado em promover uma política de segurança cidadã, com a previsão de participação comunitária e reconhecidos esforços dos gestores públicos com a questão; d) o território se caracteriza por uma forte mobilização social que tem criado, desde antes da instalação da BCSU, mecanismos de diálogo entre a sociedade e o poder público, sendo a A&M da PSP um caminho para enfrentar a problemática de uma perspectiva efetivamente cidadã. A partir desses pressupostos se delineou a questão de pesquisa: **Quais as contribuições de um instrumento de avaliação e monitoramento da política de segurança pública, construído a partir da perspectiva da gestão social, para o enfrentamento ao racismo?**

Para respondê-la, formulamos o objetivo geral apresentado acima, e para concretizá-lo foram delineados os seguintes objetivos específicos: **a) Entender como os agentes da segurança pública da BCSU compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na implementação da política nesse território; b) Conhecer como os atores sociais relevantes do território da PI compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na política de segurança implementada no território; c) Entender como se dão os processos de A&M da PSP em Salvador – BA, com foco na PI.**

Para tanto, do ponto de vista teórico e metodológico foram mobilizados conceitos e referências sobre temáticas relevantes para esta dissertação, além do acesso aos documentos públicos e legislações. Também foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com informantes-chave da sociedade civil, sobretudo com as lideranças do território, gestores e agentes da SP, tanto do território, como vinculados à Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia (SSP/BA), além da aplicação de questionários mistos aos policiais vinculados à BCSU. Estes dados foram tratados, analisados e contribuíram com o resultado deste trabalho, ou seja, a formulação da TGS.DT, como resposta ao problema da pesquisa.

Para seguir, é importante explicitar como está organizada a dissertação. A abertura se dá com o prólogo – a pesquisadora encarnada, como forma de localizar e apresentar o lugar de fala da pesquisadora, fundamental para uma pesquisa aplicada e implicada como esta. Chamamos atenção também para as notas de rodapé do trabalho, necessárias para o seu entendimento e melhor organização. Depois seguimos para a introdução, primeiro capítulo da

pesquisa, no qual o problema é apresentado, assim como os objetivos do trabalho. No segundo, a metodologia, que detalha o caminho metodológico trilhado para chegar aos resultados. Ainda, em tópico da metodologia, incluímos a descrição do território, que justifica a escolha do campo empírico e como sua composição socioterritorial foi fundamental para a construção desta dissertação, a partir do conceito de corpo-território de Beatriz Nascimento (1982).

No terceiro capítulo tem lugar as questões mais macro relacionadas à PSP, discutindo como foi se conformando em um elemento para garantia da ordem social, a partir do controle de corpos negros, passando pela sua reconfiguração a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, que aponta a ideia desta política como direito fundamental de todas as pessoas e a necessidade de gestão compartilhada com participação social. Este capítulo ainda traz como o ideário de segurança cidadã foi se configurando nacionalmente até chegar na Bahia, a partir desse alinhamento com a política federal, assim como seus programas e planos.

No quarto capítulo reside a fundamentação teórica do campo de políticas públicas, com foco na A&M, baseando-se principalmente nos estudos críticos em políticas públicas, para articular a gestão social e a PSP numa perspectiva decolonial e antirracista.

No quinto capítulo se apresenta a sistematização dos resultados da análise e interpretação do discurso dos informantes-chave entrevistados nesta pesquisa, em busca de reunir mais elementos para a construção da TGS.DT, em articulação com a discussão empírica e teórica trazida nos capítulos anteriores. Também abordaremos os resultados obtidos na Residência Social (RS) realizada em Cali na Colômbia e suas intersecções com a PI, bem como apresentaremos a proposta de TGS.DT deste trabalho. No último tópico deste capítulo comentaremos também um resultado importante e inesperado para este trabalho, a partir de consultoria prestada por esta pesquisadora para a construção do Plano Juventude Negra Viva (PJNV) ao Ministério da Igualdade Racial (MIR), no qual foi possível realizar contribuições a partir do acúmulo dessa pesquisa e vice-versa. Finalmente concluímos com as considerações finais retomando os principais pontos e resultados da pesquisa, suas limitações e algumas recomendações. Deste ponto é que lhes convido ao capítulo 2.

## 2 METODOLOGIA

Considerando o problema e objetivos específicos apresentados, passaremos a descrever o caminho metodológico pretendido para alcançar o objetivo geral da pesquisa: **produzir uma proposta de instrumento de A&M comunitário da política de SP no território da PI, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público.**

Cabe dizer que se trata de uma **pesquisa qualitativa** para a obtenção de dados e informações, admitindo a **via quantitativa** nas questões específicas. Com o apoio de Flick (2004 apud Décia, 2013, p. 99), “concebemos a integração de métodos como alternativa a problemas de obscuridade que cada um apresenta isoladamente, buscando eliminar a concepção de superioridade de um método sobre outro”. As técnicas metodológicas empregadas foram a pesquisa de campo, utilizando como instrumento para a obtenção de dados e informações as entrevistas semiestruturadas e questionários mistos; a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de referências bibliográficas, documentos institucionais e legislações; e a pesquisa teórica, revisitando conceitos fundamentais para o trabalho como corpo-território, segurança pública, racismo, decolonialidade, políticas públicas, avaliação e monitoramento, participação cidadã, gestão e tecnologia sociais.

Também vale apontar, como tratado no prólogo, que se trata de uma pesquisa desenvolvida por uma pesquisadora encarnada, alinhada aos princípios da gestão social e ao campo decolonial, pois busca romper com a lógica colonialista e eurocêntrica de que o conhecimento deve ser neutro e não implicado, sobretudo no campo das políticas públicas. Para fortalecer esta discussão Peres, Boullosa e Bessa (2021, p. 494-495) comentam sobre o papel que pesquisadores no campo crítico de políticas públicas devem assumir para dialogar com as novas realidades:

[...] a adoção de uma postura reflexiva, reconhecendo a arrogância dos nossos próprios “olhos” e os limites e preconceitos que estruturam nossas formas de pensar; de uma postura decolonial, reconhecendo que o objeto de pesquisa é, também, sujeito produtor de argumentos; de uma postura de ouvinte ativo (e atento), para não incorrer no risco de reter apenas as palavras que desejamos e para escutar os silêncios; e de uma genuína postura de aprendiz.

Foi com esta compreensão e respeito que passamos a entender e dialogar com o campo empírico escolhido (conforme o edital de seleção do mestrado), ou seja, a PI, mais

especificamente a PSP aplicada ao território, como foco no bairro do Uruguai, como explicaremos melhor no próximo tópico, construído a partir do conceito de corpo território.

Entendendo que a realização dos objetivos específicos de pesquisa leva à consecução do objetivo geral, isto é, a produção da própria TGS.DT, foram utilizadas a pesquisa documental, bibliográfica e teórica e respectiva análise de conteúdo para responder aos objetivos específicos da pesquisa, a partir da construção dos conceitos e marcos teóricos do trabalho, sobretudo nos capítulos 3 e 4. Importante salientar que estas técnicas metodológicas foram fundamentais para constituir a base conceitual necessária da pesquisa, orientar a coleta de dados empíricos e a análise dos resultados.

Para contextualizar, aprofundamos o conhecimento sobre a PSP no Brasil e na Bahia no capítulo 3, com um tópico específico relacionando tal política à questão racial. Com foco na segurança cidadã, que representou uma mudança de paradigma no campo da SP [pelo menos em tese], trazendo uma série de novas diretrizes e práticas, como a criação e implementação das BCS. Assim, respondendo ao objetivo específico de **entender como os agentes da segurança pública da BCSU compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na implementação da política nesse território**, além do capítulo 3, entrevistamos os profissionais da SP vinculados a BCSU e/ou PI, ou que já atuaram no território, através de entrevistas semiestruturadas e questionários mistos.

A BCSU constituiu-se um local estratégico a ser estudado nesta pesquisa, tendo em vista que se propõe a promover a segurança e a convivência pacífica, melhorar a integração da comunidade local com as instituições de SP e demais órgãos públicos, baseados na promoção e defesa dos direitos humanos. Saliente-se ainda que em Volpini (2017) é possível acompanhar o processo de instalação da BCSU, que gerou diversas discussões entre os órgãos da SP e a sociedade do entorno e que, em muitos momentos, fica visível o conflito de interesses entre estes atores, bem como possibilidades de mediação e construção coletivas entre aqueles agentes e comunidade.

Assim, nos pareceu fundamental neste trabalho revisitar a memória comunitária e dos atores sociais envolvidos, ainda mais num território com forte mobilização social como a PI, a partir do conceito de corpo-território e memória coletiva, que trataremos no próximo tópico. Neste sentido também ouvimos lideranças comunitárias e moradores do território, através de entrevistas semiestruturadas, **para entender igualmente como compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na política de segurança**

**implementada no território**, e como estes elementos contribuem para a construção da TGS.DT, respondendo a mais um objetivo específico da pesquisa.

**A todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, tanto poder público (4) e sociedade civil (8), demos o título de informantes-chave<sup>18</sup>, pois respectivamente: 1) têm conhecimento e experiência sobre a política de SP, tanto do território quanto do ponto de vista mais macro, além dos processos de A&M da PSP; 2) detêm uma visão qualificada dos problemas do território, e/ou representam uma coletividade, além da experiência em espaços de controle social de políticas públicas.**

A diferença na quantidade de pessoas entrevistadas do poder público e sociedade civil se relaciona com a dificuldade que tivemos em acessar alguns agentes da SP, pela indisponibilidade de agenda e pela inacessibilidade de informações sobre os órgãos e agentes públicos responsáveis pelos processos de A&M da PSP na Bahia. Vale dizer também que tivemos algumas dificuldades de contato com pessoas da comunidade, como por exemplo, não foi possível realizar entrevista com representante do Observatório do Racismo Ambiental (ORA), pois não obtivemos resposta aos contatos, embora um dos entrevistados, que participou da sua fase de implementação, tenha trazido elementos importantes sobre o ORA.

Utilizou-se para o contato com estes informantes-chave as relações desenvolvidas com os colegas da turma de mestrado, que fazem parte da PM/BA, ou são moradores da PI, além da mediação da orientadora, professores da banca de qualificação e os próprios entrevistados. A partir destes diálogos e das leituras realizadas, foram identificados outros atores importantes para serem ouvidos neste trabalho, representantes de instâncias estratégicas da política vinculadas ao território ou que já trabalharam lá, ou que trabalham com processos de A&M da PSP. Todos eles serão apresentados mais à frente, no capítulo 5.

Entrevistar os informantes-chave envolvidos com a problemática, ou seja, os executores da PSP, lideranças comunitárias e moradores da PI, nos pareceu fundamental para chegar ao objetivo geral do trabalho, uma vez que se trata de uma proposta de instrumento de A&M comunitário, aproveitando o que o campo da segurança cidadã tem apresentado como possibilidade de participação comunitária. Valendo-se destas diretrizes achamos pertinente propor esta TGS.DT, entendendo que a participação é algo inerente a este tipo de produção no campo da gestão social.

---

<sup>18</sup> Entendimento trazido da tese de Décia (2013, p. 101).

Sobre as entrevistas semiestruturadas, é válido pontuar a justificativa para sua escolha, já que, se estamos falando em uma pesquisa que envolve participação comunitária, os instrumentos metodológicos escolhidos também devem materializar a ideia de proximidade, de contato direto com as pessoas. Neste sentido:

[...] os métodos de entrevista se caracterizam por um contato direto entre o investigador e seus interlocutores, e por uma fraca diretividade por parte daquele. Instaura-se assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através de suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que seu interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade. (Quivy; Campenhoudt, 1998, p. 193)

As entrevistas foram realizadas entre 15 de junho de 2023 a 17 de agosto de 2023. Após cada encontro, que aconteceu de maneira presencial e virtual, a gravação das entrevistas foi transcrita, obedecendo às falas e originalidade das entrevistas. Observando os aspectos éticos presumidos na pesquisa, ao iniciar os contatos para realização das entrevistas, todos os participantes receberam um convite contendo informações sobre a pesquisadora e sobre os objetivos da pesquisa. Além disso, foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), onde a pesquisadora assumiu o compromisso sobre o uso das informações colhidas e a responsabilidade pelo seu sigilo, visando manter o anonimato e respeito, nos termos do que foi permitido pela pessoa entrevistada. Todas elas autorizaram tanto o uso das respostas quanto sua identificação nesta pesquisa. Nos casos em que não foi possível a autorização escrita da pessoa, esta foi feita por meio da gravação da entrevista, na qual a pessoa deu o consentimento de forma falada. Mesmo com a autorização de todas elas, entendemos necessário resguardar suas identidades, em nome da ética da pesquisa e em respeito a legislação de proteção de dados.

Para a obtenção dos dados, também foram utilizados os questionários mistos, aplicados entre os dias 22 de junho de 2023 e 07 julho de 2023, total de 10 respondentes, sendo apenas 09 considerados válidos, porque 1 dessas pessoas não autorizou o uso das suas respostas para fins de pesquisa, de um universo de 16 policiais da BCSU<sup>19</sup>. Os questionários foram preenchidos de forma física e virtual, nos quais constavam explicações sobre os objetivos da pesquisa, TCLE, além de cláusula de sigilo. Os dados foram tabulados a partir de planilha automática gerada através do formulário do Google, inclusive os que foram preenchidos

---

<sup>19</sup> Para que estes formulários fossem preenchidos pelos policiais da BCSU, foi fundamental a ajuda da comandante da BCSU, uma das nossas entrevistadas. Durante o período de aplicação dos questionários o contingente de policiais passou de 18 para 16, como ela nos informou no dia da sua entrevista realizada no dia 19 junho de 2023.

fisicamente, tiveram posterior lançamento das respostas no formulário virtual pela pesquisadora, para tratamento uniforme dos dados. Para Günther (2003 apud Décia, 2013, p. 106) um ponto forte do levantamento de dados por amostragem, ou *survey*, é que “assegura melhor representatividade e permite generalização para uma população mais ampla”, além de sua aplicação admitir interação pessoal por entrevista ou telefone, autoaplicação e envio por correio ou em grupos.

Após a coleta dos dados primários, realizamos o tratamento dos dados e informações fornecidas pelas pessoas entrevistadas nos respectivos instrumentos, sendo que as questões fechadas e abertas tiveram tratamentos diferenciados. Questões fechadas foram tabuladas a partir de processadores de planilhas e gráficos por meio do programa Excel. Nas questões abertas foi feita a análise de conteúdo e da interpretação, sendo sistematizadas com apoio do programa de editor de texto (Décia, 2013). Franco (2005, p. 20) apresenta a definição de Bardin, sobre análise de conteúdo que pode ser considerada:

[...] como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (Bardin, 1977, p. 38 apud Franco, 2005, p. 20)

A análise de conteúdo também foi utilizada para a realização do terceiro objetivo específico deste trabalho, que consiste em **verificar como se dão os processos de A&M da PSP em Salvador-BA e PI**, sendo as principais fontes de análise os documentos institucionais e legislações. Tivemos dificuldade em acessar agentes da SP que nos auxiliasse neste entendimento, nos restando basicamente a análise dos documentos mencionados, além da entrevista de uma informante-chave da segurança pública. Aqui também destacamos o capítulo 4 que aborda o entendimento teórico da A&M das políticas públicas e que também foram importantes para responder ao objetivo específico mencionado acima.

Buscamos ainda experiências exitosas em A&M da PSP, enfrentamento ao racismo e participação comunitária. Neste sentido, outra questão importante a ser trazida do ponto de vista metodológico é a realização da RS. Trata-se de uma prática de aprendizagem que se caracteriza como descrito a seguir:

[...] A Residência Social é uma tecnologia de ensino, desenvolvida por Fisher (2001) no âmbito do Programa em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA, que busca proporcionar ao aluno um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão continuada em contextos práticos organizacionais diferentes dos seus contextos habituais de ação. Tal imersão buscaria dar condições para que o estudante

desenvolvesse capacidades e competências inerentes à função de gestor (Schommer e França, 2001), a partir da articulação de três dimensões de ação prático-reflexiva: socialização de diferentes saberes, compreensão mais complexa da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão. (Boullosa; Barreto, 2010, p. 184)

Assim, a partir do entendimento de que a RS pressupõe uma imersão em um contexto prático organizacional diferente do que se costuma atuar, ela foi realizada na Colômbia, na cidade de Cali, no bairro Marroquin III, cidade mais negra da América Latina depois de Salvador, que apresenta um contexto de corpo-território negro que se aproxima muito do Brasil, da Bahia, de Salvador e da PI. Na RS também foram realizadas entrevistas semiestruturadas (7), observação participante, participação nas atividades da organização receptora, a Associação Cultural El Chontaduro, com uma intensa imersão no campo que, sem dúvidas, contribuiu para o processo de construção da TGS.DT. Trataremos da RS em tópico específico no capítulo 5.

É válido salientar que pelos limites de tempo e pelas exigências de um processo de A&M só foi possível nesta dissertação apresentar o protótipo da TGS.DT, ou seja, o seu desenho inicial. A realização dos objetivos anteriores também foi fundamental para chegar ao seu desenho definitivo.

Desse modo, os dados fornecidos pelos informantes-chave entrevistados, poder público e sociedade civil, os dados colhidos na RS, contrastados com os das fontes secundárias (documentos, referências bibliográficas, legislações), foram assim tratados à luz da interpretação, de modo a revelar significados e sentidos que ajudaram a configurar o objeto da presente pesquisa, sintetizada no Quadro 2, adaptado de Décia (2013, p. 110):

**Quadro 2 – Matriz de operacionalidade da pesquisa**

TÍTULO – Gestão Compartilhada, Avaliação e Monitoramento na Península De Itapagipe: Por uma crítica antirracista à política de segurança pública								
PROBLEMA DE PESQUISA - Quais as contribuições de um instrumento de avaliação e monitoramento da política de segurança pública, construído a partir da perspectiva da gestão social, para o enfrentamento ao racismo?								
OBJETIVO GERAL – Produzir uma proposta de instrumento de A&M comunitário da PSP no território da PI, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público.								
OBJETIVOS ESPECÍFICOS								
1 – Entender como os agentes da segurança pública da BCSU compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na implementação da política nesse território;								
2 – Conhecer como os atores sociais relevantes do território da PI compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na política de segurança implementada no território;								
3 – Entender como se dão os processos de A&M da PSP em Salvador-BA, com foco na PI;								
QUADRO DE ANÁLISE			QUEST RESPONDE OBJETIVO ESPECÍFICO			QUADRO OPERACIONAL		
OE	CATEGORIA DE ANÁLISE	INDICADOR	ENTREV AGENT. SEG. PUB.	ENTREV. LIDERAN. MORAD.	QUEST. PM	FONTE DE INF	TÉCNICA OU INSTRUMENTO	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS
1	Percepção dos agentes da segurança pública sobre: <b>-Segurança cidadã;</b> <b>-Participação comunitária e;</b> <b>-Enfrentamento ao racismo;</b>	Opiniões dos agentes; discussões teóricas sobre o tema; menção em documentos oficiais.	1-5		5 -13	Entrevistas/questionários (Gestores da SP - BCSU) referências bibliográficas/ documentos institucionais/ legislações	Análise Documental/ Informação Instrumentos pesquisa Roteiro de entrevistas Questionários	Análise dos dados, caracterizar segurança cidadã, participação comunitária e questão racial.

2	Percepção lideranças e moradores da PI sobre: <b>-Segurança cidadã;</b> <b>-Participação comunitária e;</b> <b>-Enfrentamento ao racismo</b>	opiniões dos atores; discussões teóricas sobre o tema;		2,3, 5-8		Entrevistas - lideranças comunitárias e moradores; referências bibliográficas, legislações	Análise Documental/ Informação Instrumentos pesquisa Roteiro de entrevistas	Análise dos dados, caracterizar segurança cidadã, participação comunitária e questão racial.
3	Processos de A&M na SP	Menção em documentos oficiais; identificação dos agentes/ setores responsáveis; formas/metodologias de realização/ Informações fornecidas por gestores.	6 - 9	4, 9-11	14-16	Entrevistas/ questionários referências bibliográficas/ documentos institucionais/ legislações.	Análise Documental/ Informação Instrumentos pesquisa Roteiro de entrevistas.	Análise dos dados/ Descrever/caracterizar processos de A&M.

Fonte: Adaptado de Décia (2013, p. 110).

## 2.1 O “CORPO-TERRITÓRIO” DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA PARA A ESCOLHA DO CAMPO E SEUS INFORMANTES-CHAVE: É DA LUTA PELAS PALAFITAS QUE NASCE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Como já apresentado, a PI<sup>20</sup> foi o território escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa, mais especificamente a PSP aplicada ao território. A seleção de mestrado que fiz no final de 2020, para ingresso em 2021, tinha como exigência que os projetos de pesquisa fossem concebidos pensando o desenvolvimento socioterritorial deste território, ou seja, todas(os) as(os) estudantes que ingressaram na turma 8<sup>21</sup> do PDGS, da qual faço parte, têm seus projetos aplicados e implicados com este objetivo.

Composta por 14 bairros, a PI caracteriza-se por regiões com melhores infraestruturas e condições de habitação, com uma população mais abastada e de pele mais clara (bairros como Monte Serrat, Bonfim, Boa Viagem, Ribeira, Dendezeiros, Roma e Mares); assim como por áreas de ocupação mais recente, antes ocupadas pelas palafitas, mostrando condições de habitação e estruturas urbanas mais precárias, população que em sua maioria se auto identifica como preta e parda (seguindo a classificação dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010), à qual são atribuídos os indicadores socioeconômicos mais baixos (bairros como Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Vila Ruy Barbosa, Uruguai, Mangueira e Lobato) (Volpini, 2017).

No processo de entender melhor as dinâmicas do território e com o apoio de outros colegas que são moradores, fomos estabelecendo os primeiros contatos com as pessoas, lideranças e organizações, fazendo reuniões para discutir as problemáticas do território, desenvolvendo trabalhos nas disciplinas do mestrado, bem como pesquisando e acessando documentos importantes disponibilizados pelas organizações de lá.

Foi assim que tivemos acesso ao Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe (PRDI), produzido em 2008 pela CAMMPI e pelo Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI)<sup>22</sup>, o que já nos dá um bom panorama da capacidade de articulação, mobilização e sistematização das demandas e problemáticas dos atores do território.

---

<sup>20</sup> O território de 7,2 km<sup>2</sup> abriga 164 mil habitantes nas seguintes localidades: Santa Luzia, Calçada, Mares, Uruguai, Massaranduba, Jardim Cruzeiro/Vila Ruy Barbosa, Caminho de Areia, Roma, Boa Viagem, Monte Serrat, Bonfim, Mangueira, Ribeira e Lobato.

<sup>21</sup> É válido dizer também que fomos a turma do mestrado que enfrentamos o período pandêmico, o que representou um duplo desafio para desenvolver uma pesquisa visando o desenvolvimento de um território, sem poder ter um contato mais próximo com as pessoas.

<sup>22</sup> O NAI era formado por representantes das instituições públicas, privadas e do terceiro setor que atuam no território e se reuniam mensalmente. Tinha como característica ser “um espaço articulador das ações institucionais

De acordo com o PRDI, a PI possui população majoritariamente negra (entre pretos e pardos), distribuída em bairros periféricos, vivenciando políticas sociais incipientes, “tensões entre moradores, envolvimento da juventude com a criminalidade, ação policial unicamente repressiva, truculenta, corrupta, contribuindo para a disseminação em cadeia da violência” (CAMMPI; NAI, 2008, p. 22). Dentre as linhas de atuação do PRDI no eixo da segurança, estão as ações articuladas entre a sociedade civil e o setor público na área de justiça e segurança e a elaboração e implantação de um plano local de SP que contemple a integração das diversas políticas públicas, sendo que este plano não foi construído<sup>23</sup>.

Por mais que essas informações acima destacadas sejam de 2008, é possível observar através delas uma realidade que perdura até hoje. Atualmente, alguns bairros da PI figuram no rol dos mais “violentos”<sup>24</sup> de Salvador, como Lobato<sup>25</sup> e Uruguai; não à toa, existe uma BCS instalada neste bairro desde 2014<sup>26</sup>. Por outro lado, o território se caracteriza por uma forte organização social, como se constata pela existência de diversas organizações de base, com as já citadas, além do ORA, todas localizadas no bairro do Uruguai.

---

de apoio ao desenvolvimento local, dando unidade à intervenção destas, integrando-as às estratégias propostas pela comunidade” e, assim, contribuir na estruturação do sistema de governança local. O seu principal papel é o da articulação interinstitucional de todas as instâncias atuantes no território, incluindo “produção de cenários norteadores em que projetos e ações setoriais tomem sentido” e, como ponto facilitador, se organiza em dois setores básicos: 1) Administrativo e Funcional: onde ficam a Coordenação (AR-II), a Secretaria e o Sistema de Monitoramento e Avaliação; e 2) Estrutura de Trabalho: onde ficam as Câmaras Setoriais (Visões e Cenários, Integração de Projetos Sociais, Captação de Recursos e Intercâmbios) (PRDI, 2008, p. 33). Em consulta aos colegas da turma do mestrado residentes no território, bem como da tese de Volpini (2017) observou-se que o NAI não existe mais.

<sup>23</sup> Entre 2020 e 2022 foi desenvolvido e validado pela comunidade O Plano de Bairros de Itapagipe, um projeto do município de Salvador em parceria com a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), que prevê o desenvolvimento integrado e sustentável dos 14 bairros da região. São 243 propostas sistematizadas em seis grandes temas: Projetos Estruturantes, Cultura, Habitação, Meio Ambiente, Saneamento, Mobilidade e Acessibilidade. Em leitura atenta ao referido plano, observou-se que não existem ações voltadas expressamente para a questão da segurança. Disponível em: [http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano\\_Itapagipe.pdf](http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano_Itapagipe.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

<sup>24</sup> Preferimos trabalhar com a ideia de que, na verdade, são bairros violentados pela presença repressiva da SP e ausência de políticas sociais, como nos diz Dudu Ribeiro, intelectual negro, cofundador e diretor da Iniciativa Negra.

<sup>25</sup> Em pesquisa produzida pela Iniciativa Negra chamada “Mesmo que me negue sou parte de você”, foram monitorados 3.040 eventos de violência, e segundo o estudo, os bairros onde se identifica maior registro nas mídias de casos relacionados à violência são territórios majoritariamente negros. Dentre eles, destacam-se: São Cristóvão, Mata Escura, Sussuarana, Itapuã e Lobato. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/novembronegro/noticia/2021/11/19/estudo-da-iniciativa-negra-aponta-que-bairros-com-maiores-indices-de-violencia-em-salvador-tem-maioria-da-populacao-negra.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2023. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/publicacao/mesmo-que-me-negue-sou-parte-de-voce-como-a-guerra-as-drogas-e-um-organizador-de-territorios-negros-atraves-da-repressao/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/bairro-do-uruguai-em-salvador-recebe-14-base-de-seguranca-da-ba.html>. Acesso em: 09 nov. 2023.

Vemos também que estão instalados na PI equipamentos de segurança pública que preveem, pelo menos institucionalmente, a possibilidade de participação comunitária, como é o caso dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) e da própria BCSU. Como veremos mais à frente, quando da análise das entrevistas com os informantes-chave, estes equipamentos da PSP existentes no território têm uma atuação limitada em relação ao que se propõe, seja pela falta de infraestrutura, seja por não representar o que as pessoas da comunidade esperam ou gostariam que fosse a realidade.

Pelo contexto apresentado acima, foi escolhido o bairro do Uruguai, entre todos os outros pertencentes a PI, como foco deste trabalho, por guardar, num mesmo território, as organizações com mais atuação e capilaridade no território (citadas acima), bem como a BCSU. Assim, fui até ao campo, mais conhecido como fim de linha do Uruguai, para conhecê-lo e conversar com os informantes-chave elencados para esta pesquisa.

De acordo com os dados dos infográficos presentes no site do ObservaSSA, o Observatório de Bairros de Salvador<sup>27</sup>, em 2010, o bairro Uruguai contava com uma população total de 30.370 habitantes, a maior parte se autodeclarou parda (58,99%) e preta (27,66%), do sexo feminino (53,67%) e se encontrava na faixa etária de 20 a 49 anos (50,99%). No que diz respeito aos domicílios, 6,10% dos responsáveis não eram alfabetizados e apesar de 45% estarem na faixa de 0 a 1 salário-mínimo, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$1.108,00. Já com relação à infraestrutura ofertada, 99,01% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 99,78% com abastecimento de água e 95,55% com esgotamento sanitário.

Como se observa nestes dados, o Uruguai é um bairro negro, de baixa renda, composto majoritariamente por mulheres, com dificuldades de acesso a algumas políticas públicas. Já no que se refere ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, as condições sanitárias do bairro melhoraram nos últimos anos, tendo em vista que a história do bairro é marcada pela luta pela moradia a partir dos assentamentos urbanos e das palafitas. Quem conta esta história são os moradores território, que, em suas entrevistas, trazem as primeiras sementes de organização comunitária do bairro, ouçamos o que tem a nos dizer *Zumbi dos Palmares\** e *Luiza Mahin\**<sup>28</sup>:

Meu nome é Zumbi dos Palmares [...] eu tenho hoje 59 anos de idade, nasci numa palafita aqui na Cidade Baixa ali entre a Ribeira e a Mangueira, é um lado que se chamava de Petrobrás, porque tinha uma estrutura no local da Petrobrás, onde os barcos da Petrobrás eram aqueles barcos que levava os trabalhadores até o ponto de

<sup>27</sup> Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/uruguai>. Acesso em: 17 ago. 2023.

<sup>28</sup> Como explicado no prólogo, lembramos que se trata de nomes fictícios para resguardar a identidade das pessoas entrevistadas, marcamos com \* (asterisco) para funcionar como lembrete para a pessoa leitora.

trabalho né? Que eram em alto mar, então esses barcos tinham a sua manutenção nesse local. E a partir daí a gente foi tendo uma relação interessante com mar, uma relação interessante com os barcos e também uma relação muito interessante com a própria comunidade, haja vista que a comunidade ela não tinha infraestrutura, não tinha água potável, ainda cheguei a ver o jegue levando os barris de água e as embarcações também, que eram canoas e levavam também água potável, então nós não tínhamos energia elétrica, não tínhamos nem chão pra gente brincar, ou para a gente se divertir, enfim né? Tudo que a gente fazia era ali em cima das pontes, né? [...] E a partir daí a gente, a comunidade, passou a se organizar para conquistar esses direitos. [...] E a partir daí a gente começa a se organizar, por exemplo, o aterro era feito com vaquinha, as pessoas se organizavam em vaquinha, as pontes também eram feitas dessa forma, com a participação de todos. [...] Então a partir daí a gente foi aprendendo com as pessoas que nos antecederam, com a nossa família, com a nossa comunidade como era que a gente deveria se organizar para enfrentar as dificuldades da vida ou a dificuldades do nosso país, estabelecidos naquele momento: a falta de escola, falta de energia, falta de iluminação, falta de água potável e aí vai, todas outras dificuldades que estão intrínsecas na vida cotidiana de Itapagipe. (*Zumbi dos Palmares\**, 2023)

Nem sempre as outras pessoas se juntaram pelo mesmo motivo, mas por algum motivo as pessoas se juntaram e a gente percebeu também aquelas pessoas que se agregaram e foram muitos, não só nessa Associação e aí foi que a gente percebeu que tinha várias pessoas também que se agregam, é que a gente ama esse espaço daqui como ele é né? No sentido assim, de que ele é fácil de viver, mesmo sendo um lugar que tem extrema pobreza, a gente conseguiu perceber que ele é diferente, que ele tem uma coisa diferente, talvez seja o sentido de pertencimento que a gente até hoje conseguiu, através dos nossos pais que “entulhou” esta maré e disse a gente: “este espaço é de vocês”. E de outros que vieram antes dos nossos pais, que a gente percebeu que aqui era nosso, nosso enquanto identidade, enquanto sentimento de pertencimento, enquanto sentimento de transformação. (*Luiza Mahin\**, 2023)

As falas das lideranças remontam o período em que a localidade do Uruguai começou a ser ocupada pelos moradores do entorno, famílias de pessoas que trabalhavam nas fábricas e que foram aterrando o mar, construindo as palafitas, medindo e dividindo os “pedaços de lama” como eles mesmos disseram, para ter uma moradia e, a partir disso, seguir lutando e conquistando outros direitos básicos, como regularização fundiária, abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a energia elétrica. Vejamos mais um trecho de entrevista com o morador da PI, professor do PDGS e intelectual *Luiz Gama\**, que retrata este processo de ocupação do bairro:

Mas o que é o Uruguai? O Uruguai é um bairro periférico da cidade, que nasce de certo modo no contexto dos processos, tanto da industrialização daqui da Cidade Baixa, quanto dos processos de construção dos primeiros condomínios populares, prédios populares, assim, predinhos pequenos que tem ali no Caminho de Areia, né? Então, quando você começa a ter essas construções aqui nessa região, você começa a ter... As pessoas que vinham trabalhar nessa construção civil, né? Elas começam [...] a ocupar espaços aqui e espaços da maré, inclusive. Eles começam a criar ali, Alagados é isso, palafitas, enfim, que depois vão ser aterradas. Então, assim, as primeiras palafitas eram no Uruguai, né? Os Alagados eram as palafitas, né? Os alagados, os primeiros alagados, é ali naquela região.

Sobre o nome do bairro ser Uruguai, *Rodrigo Martins de Oliveira\**, outro de nossos entrevistados, nos contou o que teria originado este nome, a partir do que ele ouvia dos mais velhos do território:

[...] reza a lenda, que na época teve a Copa de, de 1950, eu acho, se eu não me engano. E aí tinha uma galera que tava pensando nessa questão de como chamar essa região e tal, e tava num bar e aí discutiram lá e disseram, olha, se o Brasil ganhar, a gente escolhe o nome pra aqui. Se o Uruguai ganhar, a gente bota Uruguai. Essa copa, o Uruguai ganhou. Foi campeão, né? Então, acabou se tornando Uruguai. Isso é o que contam, né? Os mais velhos contam, a gente, claro, pô, achei perfeito a ideia, né? Porque assim eu falei, poxa, tem a ver, tem muita a ver com a questão. E aí... por isso que aqui passou a se chamar também bairro de Alagados, tem Novos Alagados que é lá onde eu morava que era chamada de Novos Alagados, porque ele remeteu sobre essa questão das palafitas, água, alagados [...].

A partir das entrevistas também foi possível tomar conhecimento dos diversos processos de mobilização social e luta comunitária liderados pela CAMMPI, inclusive fiz entrevistas com 4 das pessoas que compõem este coletivo atualmente, mas que fazem parte dessa organização há bastante tempo, bem como ajudaram a criá-la, representando uma memória coletiva viva do bairro. Assim dando conta da multiplicidade de pautas trabalhadas pela CAMMPI, destacamos no próximo trecho o processo de mobilização social contra as indústrias poluidoras instaladas na PI na década de 80, 90 até chegar à SP, como trazido *Luiz Gama\**:

Se violência é um problema hoje, o problema da década de 80, da década de 90 era a poluição. [...] A Cidade Baixa era uma zona industrial, por natureza, e nesse processo você tinha uma fábrica aqui no Uruguai, que era uma fábrica poluente, que era a fábrica de chocolates, a fábrica Chadler. Todos os meninos da Cidade Baixa, como eu, ao lado, defronte da Chadler, tinha e tem até hoje uma clínica de alergia, de alergologia e dermatologia, que é a UIDAB. Porque os meninos ficavam cansando, os meninos ficavam com muita rinite, muita alergia, então você tinha uma demanda por médicos que tratassem isso. E aí tiveram também alguns acidentes da caldeira, da Chadler, enfim. Isso foi criando, foi mobilizando dentro da CAMMPI uma mobilização política para retirar tanto a Chadler quanto a Souza Cruz da Cidade Baixa. A Souza Cruz trabalhava com fumo, com tabaco. Então a Cidade Baixa ou cheirava a borra de chocolate ou cheirava a tabaco. E aí o pessoal da CAMMPI começou a fazer naquela época uma série de passeatas, uma série de mobilizações nos jornais, entrevistas, rádio, enfim, tornou a vida da Chadler um inferno, e teve uma hora que a empresa. [...] E isso foi a CAMMPI, foi o pessoal da CAMMPI. Então a saída... eles tanto participaram ativamente no processo de redemocratização, como também no processo de expulsão das fábricas poluentes. Então, você tem a tradição da CAMMPI que é de longas datas. E eu acredito que eles conseguiram, enquanto organização, criar, a partir de participação política civil, eles conseguiram criar uma tradição de contestação e de participação em pautas de pública relevância. [...] Eles participaram, ativamente, do consórcio da juventude, do primeiro emprego, daquelas políticas públicas, [...] conseguiram naquele momento pautar a segurança pública, fizeram um centro social urbano bem interessante, enfim, eles vão maneando, vão criando articulação política a partir das coisas.

Das entrevistas realizadas, foi possível acessar essa memória coletiva do bairro, tanto do ponto de vista da sua criação, quanto dos processos comunitários desenvolvidos como estratégias de luta e resistência pelos seus moradores e lideranças. Para Pierre Nora (1993 apud Reis, 2020, p. 18) “lugares de memória”:

[...] são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais, porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; e são lugares simbólicos nos quais essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

Ou seja, a CAMMPI e seus atores, têm construído “lugares de memória” do território, a partir de uma memória que é coletiva, mas que também se ancora nas experiências dessas pessoas, dialogando com a perspectiva de “corpo-território”, no qual a simbiose entre estes dois elementos são fundamentais para demonstrar a experiência afrodiaspórica das pessoas negras, tanto no passado quanto no presente. Vejamos o que diz Miranda (2014, p. 69-70) sobre o corpo-território:

[...] propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. [...] Essa visão possibilita que grupos subalternizados consigam se dá (sic) conta de que os padrões engendrados pelo sistema dominante coordenam as suas ações corporais. Determina a sua forma de agir, de se relacionar com o outro, posto que o corpo assimila regras e normas condizentes com o que é instaurado de cima para baixo [...].

Diante disso, se perceber “corpo-território” é reafirmar a sua construção sócio-histórica e, no caso das pessoas negras no Brasil, se perceberem a margem das políticas sociais, dos direitos humanos e alvo de processos de criminalização e morte. Por outro lado, se autoafirmar a partir de processos de resistência e luta diante desta realidade, tendo em vista que os marcadores sociais que estão atrelados ao corpo-território também precisam ser problematizados, inseridos ou não no processo de autoafirmação, se fortalecer, ocupar os espaços, resistir e promover a libertação dos outros sujeitos que por diversas situações são ceifados dos seus direitos humanos (Miranda, 2020).

Sobre isso é importante também trazer as ideias de Beatriz Nascimento (1982, apud Reis, 2020), que faz uma reflexão em sua obra sobre a ligação da memória com o território, a partir da experiência do corpo-território negro, que vão desde a escravização ao atual racismo estrutural. Reis (2020), refletindo sobre a obra de Nascimento, aponta que para ela:

[...] faz sentido pensar a produção de memória coletiva ancorada no próprio corpo e é nisso que Beatriz e sua produção intelectual inovam, podendo, portanto, contribuir para ampliar a ideia de lugares de memória, pois, como ela mesma propõe, se não há mais o território, uma África que já não existe e uma terra que te mata, o que nos resta é o corpo e, portanto, o corpo é território, o corpo é quilombo. **Ou seja, o corpo negro para Beatriz Nascimento é o próprio lugar de memória** (Reis, 2020, p. 18, grifo nosso).

Assim, a partir desta experiência do corpo-território negro da PI, do Uruguai, que surge a partir da relação com o mar, que tem resistido e se ressignificado ao longo do tempo, que se buscou reconstituir um pouco da história desse espaço, que não deixa de ser a história de tantos outros territórios negros e periféricos de Salvador, da Bahia e do Brasil.

Vimos também como a articulação da CAMMPI, neste tempo-espaço, se deu de forma capilarizada e dialogando com diversas problemáticas do território, inclusive com a SP. Como será discutida em momento oportuno, esta política já era uma preocupação para a comunidade do Uruguai bem antes da instalação da BCSU, ou seja, a violência e a segurança já eram questões geradoras de muitas discussões, tanto que, como visto acima, o PRDI (CAMMPI; NAI, 2008) tem uma parte reservada para este tema, numa perspectiva de proposição e diálogo com o poder público.

Assim, partindo dessa reflexão sobre o território como lugar de discussão e proposição de solução para problemas, que passamos ao capítulo seguinte, que tratará sobre as questões mais macro relacionadas à PSP.

### **3 SEGURANÇA PÚBLICA: DO CONTROLE DE CORPOS NEGROS À SEGURANÇA CIDADÃ (QUE NEGA A CIDADANIA NEGRA)**

Neste capítulo, trataremos como a política de segurança pública foi sendo construída para a garantia da ordem social a partir do controle de corpos negros; passando pela sua reconfiguração a partir da CF de 1988, como direito fundamental de todas as pessoas, além da necessidade de sua gestão ser compartilhada e com participação social.

Este capítulo ainda traz como o ideário de segurança cidadã foi se configurando nacionalmente até chegar à Bahia, a partir desse alinhamento com a política federal, assim como seus programas e planos. Ressaltamos ainda, as atualizações que estes programas e planos passaram nos últimos períodos, tendo em vista as novas gestões governamentais no Brasil e na Bahia, bem como alguns esforços importantes, tanto do poder público quanto da sociedade civil, na perspectiva de construir uma nova política de segurança pública, nos moldes do que preceitua a CF.

#### **3.1 SEGURANÇA PÚBLICA E A QUESTÃO RACIAL**

A história da sociedade brasileira reflete a própria evolução da SP do Brasil, inicialmente restrita a ação das forças policiais – fase colonial, imperial, 1ª República e Era Vargas – e a partir da Constituição Federal de 1988 com a previsão legal de uma gestão compartilhada da SP com a sociedade, com ênfase ao respeito aos Direitos Humanos.

Destacando alguns pontos dessa construção histórica, vale dizer que as primeiras polícias surgem no Brasil no século XIX, período em que a família real se instala no Brasil (1808), o que possibilitou a reprodução das instituições burocráticas portuguesas em solo brasileiro, inclusive as forças policiais. Coincide com este período a criação das leis abolicionistas brasileiras (1850-1888), aumentando o contingente de pessoas negras libertas e reforçando a necessidade dos mecanismos de controle e vigilância, como expressa Costa (2005, p. 99):

Nos três séculos de regime colonial, mais precisamente entre 1500 a 1822, consolidou-se de forma definitiva o poder das oligarquias agrárias brasileiras, regido pela subjugação direta dos escravos e pelos vínculos de clientelismo. A Polícia, nesse período, sofreu várias mudanças organizacionais e de gestão, mantendo suas funções de controle da ordem social, seja reprimindo as rebeliões escravas, seja controlando o comportamento dos homens livres que ameaçavam a ordem instituída.

Como se vê, a necessidade de manutenção do poder das classes dominantes justificou o controle social das classes consideradas indesejáveis e perigosas. Isso perdurou no pós-abolição (1888), sobretudo porque não houve nenhum processo de integração da população negra à sociedade capitalista que surgia. Com isso, a necessidade de sofisticar as formas de controle das classes populares:

À medida que as cidades foram se tornando mais complexas, novas formas para suplementar o controle dos senhores sobre os escravos, e para estender esse controle às crescentes camadas sociais inferiores livres foram desenvolvidas. O novo Estado tratou de suprir essa necessidade, e o sistema policial, herdado do final do período colonial, evoluiu para reprimir e excluir aqueles segmentos da população urbana que pouco ou nada recebia dos benefícios que o liberalismo garantia para a minoria governante. (Costa, 2005, p. 100).

Nesse sentido, observa-se que as pessoas negras foram paulatinamente se tornando o “inimigo interno preferencial” da agenda da segurança pública e da justiça criminal. Sobre isso, vale trazer as palavras de Flauzina (2006, p. 72-73):

O sistema penal da Primeira República, com toda sua burocracia estatal, cultiva o saudosismo da “segurança” dos tempos do escravismo, dos mecanismos abertamente disponíveis para coerção do agrupamento negro. A intervenção penal, em sua obsessão pelos corpos, não se divorcia de sua plataforma flagrantemente racista. A rígida oposição entre negro e branco, “senhor” e “escravo” não consegue abandonar as enunciações mais expressivas, sinalizando um momento em que está mais preocupado em preservar o passado do que conquistar o futuro.

Fruto de um processo histórico da escravidão e pós-abolição inconclusa, onde não foram pensadas políticas de integração da população negra à sociedade brasileira capitalista (Fernandes, 1978), estas ficaram relegadas a espaços desfavorecidos das cidades – favelas, morros, becos e vielas – sem a presença de políticas públicas e sociais, para além do controle e repressão destes “corpos-territórios” pelo poder público, sob a justificativa do “inimigo interno”, da defesa social. Dialogando com esta perspectiva Garcia (2009) argumenta:

Nessa transição da cidade escravista, onde predominou o capital mercantil, à cidade industrial, se observa algumas mudanças no tipo de habitação popular, sem, contudo, traduzir-se nas transformações fundamentais, no sentido de uma cidade de cidadãos e não meios cidadãos, ou seja, pessoas portadoras de direito pleno. A senzala foi o primeiro modelo de habitação coletiva adotado para moradia das classes subalternas, principalmente nas fazendas e engenhos; mas também nas cidades, com os sobrados, as lojas, as estalagens, os cortiços, demarcando a divisão social e racial do espaço urbano. As contradições entre senhor e escravo, casa-grande e senzala, sobrados e porões são substituídas por burgueses e proletários, bairros ricos e bairros pobres, favela e asfalto, palacetes e condomínios fechados de casas e apartamentos versus conjuntos habitacionais, ou habitações coletivas, como o cortiço, a cabeça de porco, a

casa de cômodos ou casas populares, habitadas pelo proletariado de melhores condições. (Garcia, 2009, p. 3-4)

Também vale destacar que foi negada às pessoas negras a possibilidade de acesso à principal fonte de renda no momento de transição entre o período colonial e o capitalismo, que era a terra<sup>29</sup>. **Assim, mais uma vez estes corpos-territórios, retirados da África a partir de um empreendimento colonizante e desumanizante, são retirados do processo de integração da sociedade capitalista. Tomando como exemplo o bairro do Uruguai, na PI, podemos perceber como estas situações seguem fazendo parte do cotidiano de territórios negros e periféricos, no qual as pessoas não tinham onde morar, um pedaço de terra para viver e começaram a aterrar a maré, numa perspectiva de conquistar o que historicamente foi sendo negado à comunidade negra, já que a terra/moradia é o primeiro direito básico para seguir garantindo as outras políticas públicas em um território.**

Neste contexto, os negros foram caracterizados como artífices da desordem urbana de modo que os sistemas de segurança pública se voltaram precisamente contra estes segmentos sociais subalternizados, configurando mais uma distorção na conceituação de segurança no Brasil (Freitas, 2015). O mesmo autor nos diz, ancorado nas ideias de Thomas Hobbes (1997), – para quem o estado era um instrumento de imposição de uma ordem jurídica pela coação – a ideia de segurança pública esteve recorrentemente relacionada à simbiose entre “segurança do estado” e “segurança dos cidadãos”:

Segurança pública é hoje um conceito seletivo centrado em duas dimensões fundamentais. A primeira resulta da fusão entre segurança e criminalidade: segurança significa hoje controle e prevenção do delito. A segunda dimensão deriva da noção hobbesiana de segurança como segurança do Estado. O Estado é condição para a paz, ao proteger-se a "segurança do Estado" se estará garantindo a "segurança dos cidadãos". (Dias Neto, 1997 apud Freitas, 2015, p. 25)

Esta relação entre “segurança do Estado” e “segurança dos cidadãos” ganha contornos mais complexos na América Latina, tendo em vista o longo período de governos autoritários

---

<sup>29</sup> Aprovada apenas duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós (que proibiu mais efetivamente o tráfico de pessoas escravizadas para o território nacional), a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras) estabelecia o fim da apropriação de terras, ou seja, nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do estado. As terras já ocupadas seriam medidas e submetidas a condições de utilização ou, novamente, estariam na mão do estado, que as venderia para quem definisse. Além de impedir que os ex-escravizados obtivessem posse de terras através do trabalho, passaram a ser cobradas altas taxas para regularizar a posse de terra, tornando impossível que pessoas sem grandes recursos se tornassem proprietárias de terras. Por outro lado, a mesma lei previa subsídios do governo à vinda de colonos do exterior para serem contratados no país, desvalorizando ainda mais o trabalho dos negros e negras. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-de-terras>. Acesso em: 12 nov. 2023.

enfrentados por diversos países, inclusive o Brasil, que serviram para reforçar a ideologia/doutrina de “unidade interna”, “ordem pública” e “paz social”. O ponto central desta questão colocada por Duarte (2002) e Flauzina (2006) (apud Freitas, 2015), e que nos interessa neste trabalho, é que:

Mesmo depois de processos de redemocratização as sociedades latino-americanas mantiveram-se marcadas pelo autoritarismo e produziram leituras sobre segurança que geraram: práticas de luta contra o inimigo interno, descontrole da atividade policial e aparição de forças paramilitares especializadas em extermínio. No caso do Brasil, em especial, estas marcas se somaram a uma tradição autoritária mais antiga construída a partir da escravização de negros entre os séculos XVI e XIX (Duarte, 2002; Flauzina, 2006 apud Freitas, 2015, p. 26).

Reforçando este entendimento, Nóbrega Jr. (2015, p. 104) destaca como a SP foi o setor que pouco foi modificado no processo de redemocratização, mantendo aspectos da ditadura militar:

A Segurança Pública foi um setor de políticas públicas que se manteve problemático e inalterado conforme os artigos constitucionais. A Constituição Federal de 1988 não superou o regime autoritário quando o quesito foi a Segurança Pública. Transitamos da ditadura para a democracia, mas o aparato coercitivo estatal sofreu poucas mudanças formais e informais em relação ao antigo regime autoritário. A Segurança Pública manteve-se, em muitos aspectos, como resquício do autoritarismo do regime militar.

Dos trechos destacados, podemos afirmar que a PSP tem sido um ponto nevrálgico dos governos atuais, tendo em vista o contexto histórico trazido acima, iniciado no Brasil colônia, reforçado no período ditatorial e que pouco foi reformulado, mesmo diante de uma CF<sup>30</sup> que se considera cidadã, mas que na prática nega a cidadania de parcela significativa da população brasileira, isto é, pessoas negras e periféricas.

Esta negativa de cidadania teve como principal justificativa a ideologia do então chamado racismo científico, que nunca teve base científica, mas sim uma categoria criada e construída socialmente pela colonialidade. Foram elaboradas teses sustentando a maior suscetibilidade dos negros à criminalidade e à incapacidade para o trabalho livre, assim como para implementação do controle de renda e exercício do consumo, o que se reproduz em muitas

---

<sup>30</sup> Exemplo disso é o § 6º do artigo 144 CF/1988, que coloca as PMs como forças auxiliares do Exército, um contrassenso para a CF cidadã, vejamos: "As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, **forças auxiliares e reserva do Exército** subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios" (grifos nossos).

dinâmicas sociais até os dias atuais. Neste sentido, cabe o destaque de São Bernardo (2006, p. 13):

Se antes falávamos em diferenças moldadas em influências genéticas, que justificavam a hierarquização e o domínio, hoje, falamos de ambientes físicos e sociais propícios a certos atos de exclusão e isolamento. Se antes criminalizávamos abertamente os negros africanos e seus descendentes, hoje, impera o sutil e oculto de “potencial suspeito” em que o alvo preferencial da imputação penal de condutas, revestido material e simbolicamente de uma racialização na sociedade brasileira é dirigido, preferencialmente, a negros e indígenas.

Sobre estes processos de hierarquização e domínio, Nascimento (1976 apud Reis, 2020) enfatiza como a cultura negra afrodiáspórica foi moldada a partir de uma perspectiva colonizadora e discriminatória, justificadora de uma suposta superioridade dos europeus em relação aos negros escravizados:

[...] o negro tem uma história tradicional onde subsistem ainda resíduos das sociedades africanas, mas tem, também, uma cultura forjada aqui dentro e que esta cultura, na medida em que foi forjada num processo de dominação, é pernicioso e bastante difícil e que mantém o grupo no lugar onde o poder dominante acha que deve estar. Isto é o que eu chamo de ‘Cultura da Discriminação’ (p. 12).

Explicando melhor as bases da colonialidade e do eurocentrismo, Quijano (2005) destaca como as classificações raciais produzidas pelos homens da ciência em fins do século XIX foram legitimando as ideologias de superioridade europeia e subcategorias humanas justificadoras da colonização e exploração de outros povos:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. (Quijano, 2005, p. 107).

**Assim, o racismo é uma construção da colonialidade, mas tem se reinventado ao longo do tempo e segue sendo elemento estruturante das relações sociais no Brasil, reservando à população negra os lugares sociais mais desprestigiados, incluindo os subempregos, a informalidade, posições subalternizadas no mundo do trabalho, moradias precárias, em territórios periféricos. São estes elementos que nos permitem afirmar a existência do racismo estrutural na sociedade brasileira, que tem suas origens na história**

**e sua face mais perversa na PSP que criminaliza e elimina pessoas negras.** Sobre o conceito de racismo estrutural, Almeida (2019, p. 33) preceitua:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

[...] A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.

Partindo do entendimento de que as instituições são racistas porque a sociedade é racista, Almeida (2019) ultrapassa o entendimento sobre a existência de um racismo institucional<sup>31</sup> no Brasil para a constatação de que ele é estrutural, indo além das práticas individuais e institucionais. Para complementar o entendimento sobre a complexidade do racismo à brasileira, destaca-se também o conceito de racismo institucional de São Bernardo (2004, apud São Bernardo, 2006):

[...] o racismo sustenta-se na razão hegemônica do Estado, através de uma bem montada ordem política e jurídica, que por meio da força e da violência, produz leis e políticas estatais que reproduziam os papéis sociais de mando e submissão. Assim, o aparelho de estado aparece como um dos realizadores de uma violência material e institucionalizada como suporte a uma maneira de estratificar e segregar, preconizando aquilo que iremos chamar na atualidade de racismo institucional.

Entendido o conceito de racismo e como ele interfere na sociedade brasileira, perpassando as estruturas sociais e institucionais, podemos afirmar também que ele impacta na forma como as políticas públicas são produzidas e executadas. Como visto até aqui, historicamente, o Estado apresenta-se nas espacialidades negras a partir de práticas de aniquilamento de tecnologias de resistência, bem como de negação de direitos e da cidadania. As condições de moradia, saneamento e mobilidade também são orientadas por uma segregação

---

<sup>31</sup> De acordo com Almeida (2019), “a concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. [...] Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos” (Almeida, 2019, p. 25-26; 27-28).

camuflada da cidade, que transmuta as vulnerabilidades sociais em criminalização de espaço e, ao seu revés, a concentração de renda em intocabilidade de outros espaços:

Se a raça, mais do que estruturante na construção da episteme penal-criminal brasileira, é o dispositivo sob o qual se estrutura e se justifica esta episteme (Reis, 2005; Flauzina, 2006), são os corpos-territórios negros, espaços sob os quais devem recair as políticas de controle mais letais. Os efeitos de morte que acontecem foram destas geografias negras – espaciais e corporais – são resultados acontecidos, ou seja, contingenciais, lamentados e sentidos como tudo que não é da ordem do projetado ou expectado. (Avelar; Santos, 2021, p. 63)

A partir desta concepção de presença/ausência do Estado e da delimitação/segregação de corpos-territórios, tem eco a obra de Michel Foucault (2008) “Segurança, Território e População”, na qual ele desenvolve, sobretudo, o que vai denominar de “sociedade de segurança” ou “biopolítica” alicerçada no “poder sobre a vida”, na ação sobre o homem não enquanto corpo, como na chamada sociedade disciplinar, mas enquanto espécie, “população”. Estas ideias são abordadas por Haesbaert (2008), em resenha sobre a obra referida. Para ele:

Enquanto na sociedade de soberania, diz Foucault, o poder (do soberano) se exerce sobre um território, na sociedade disciplinar o poder (das instituições) se dirige fundamentalmente aos espaços disciplinares, individualizados-individualizantes, na sociedade biopolítica ou de segurança trata-se, antes de tudo, na relação poder-espaço, de exercer o controle dos fluxos, da circulação, não do homem enquanto indivíduo ou corpo, mas do homem enquanto espécie – visando assim o controle da “população”, em suas múltiplas modalidades – o que inclui o próprio discurso do eugenismo e do racismo [...]. (p. 156)

Na concepção de Foucault, o “biopoder”, nova espécie de poder e de soberania, baseia-se em dados estatísticos e em processos sociais gerados pela sociedade em curso, no qual a morte, para além dos fenômenos e causas naturais, passa a ser gerada por processos criados pelos homens. Instala-se, portanto, “a biopolítica”, como justificativa de legitimação do estado soberano. Não se trata agora de “fazer morrer e deixar viver”, mas de “fazer viver e deixar morrer”, nisso está o poder do soberano (Foucault, 2005, p. 287- 295).

**Achille Mbembe (2018), pensador camaronês contemporâneo, retoma o conceito de biopolítica e desenvolve o conceito de necropolítica, ou seja, o poder do Estado de decidir quem pode morrer e quem pode viver. Isso ocorre quando as políticas adotadas pelos governos, ou setores da sociedade com algum nível de poder, são políticas de morte. Não apenas quando os governos diretamente matam por meio de suas forças de segurança, mas também quando deixam morrer pessoas como consequência de suas ações voltadas a outros propósitos, justificadas conforme interesses que os sustentam. Deixam morrer as**

**peças em situação de maior vulnerabilidade ou precariedade, como as pessoas negras e pobres no Brasil.** Mais do que controlar estas pessoas, trata-se de mantê-los restritos a espaços territoriais e, oportunamente, eliminá-los, ou deixar que se eliminem (Costa, 2021).

Os conceitos de biopolítica e necropolítica dialogam bastante com este trabalho e com a realidade brasileira, tendo em vista que o estado tem produzido, sistematicamente, a morte e a segregação racial contra pessoas negras, sendo a PSP fundamental para isso. Existe toda uma construção social, pautada no racismo<sup>32</sup>, que legitima uma atuação estatal diferenciada em relação a estes corpos-territórios, expressa através do braço armado do Estado. Estes efeitos nefastos do racismo estrutural também são vivenciados no bairro do Uruguai, como trazido introdutoriamente e como será retomado nos próximos capítulos.

**No bojo da discussão sobre biopolítica e necropolítica, é importante também negritar o conceito de genocídio, que vem sendo pautado politicamente pelo movimento negro, em seus processos de resistência, para denunciar toda a prática racista do estado brasileiro, que envolve negação de identidades e direitos<sup>33</sup> (educação, saúde, condições econômicas e de moradia dignas), silenciamentos, apagamento cultural e histórico, além do aniquilamento social, físico e epistemológico<sup>34</sup>.** Atentando para a definição de genocídio cunhada pela ONU em 1948, na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, encontramos uma correspondência com os processos a que tem sido submetido o contingente negro no Brasil:

Artigo I - As partes - contratantes confirmam que o genocídio, quer cometido em tempo de paz, quer em tempo de guerra, é um crime contra o Direito Internacional, o qual elas se comprometem a prevenir e a punir.

Artigo II - Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

<sup>32</sup> “O racismo [...] permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio” (Almeida, 2019, p. 75-76).

<sup>33</sup> A pandemia do corona vírus joga luz sobre o genocídio antinegro em toda a sua complexidade, desnudando as assimetrias, demonstrando que a maior sujeição do corpo negro ao extermínio pode jazer numa bala, mas também na ausência de políticas públicas capazes de garantir o mínimo existencial a negras e negros” (Ribeiro, 2020).

<sup>34</sup> Em sua tese de doutorado “A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser” (2005), Carneiro explica: “O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (Carneiro, 2005, p. 97).

- assassinato de membros do grupo;
- dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- transferência forçada de menores do grupo para outro. (Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, 1948)<sup>35</sup>.

Da análise do conceito observamos como ele se adequa à realidade brasileira no que concerne ao tratamento histórico e social que vem sendo despendido às pessoas negras pelo estado. Embora o Brasil não vivencie situações de guerra declarada, o genocídio também pode se configurar em situações de paz, embora os números de homicídios contra a juventude negra, na atualidade, se aproximem de países que convivem com o conflito armado.

De acordo com o Atlas da Violência 2020 (CERQUEIRA *et al.*, 2020), 30.873 jovens foram vítimas de homicídios no ano de 2018, o que representa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens no país e 53,3% do total de homicídios naquele ano. Ainda, nesse quadro mais recente, o número de homicídios de jovens representa o maior risco de mortes na faixa etária e a população de jovem mais vulnerável a esse tipo de violência é a de negros, periféricos e vivendo nas grandes cidades (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Neste contexto, soma-se a atual política de drogas, que sob a justificativa de combater o tráfico de substâncias legalmente ilícitas, o que chamamos guerra às drogas<sup>36</sup>, tem produzido morte e encarceramento contra este grupo. Desta realidade se extrai o conceito de juvenicídio que se caracteriza, de acordo com Costa (2021, p. 2377):

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/genocidio/conv48.htm>. Acesso em: 03 ago. 2022. É interessante observar como do ponto de vista da resistência negra, o genocídio está há muito reconhecido, tendo como marco a obra de Abdias do Nascimento, “O genocídio do negro brasileiro”, em 1976. Atualmente, graças aos processos de resistências e denúncias feitas pelo movimento negro, esta pauta vem cada vez mais sendo discutida entre a sociedade e os poderes estatais. Em 2015, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Câmara dos Deputados investigou especificamente casos de violência contra jovens negros e pobres no Brasil e concluiu que essa parcela da população vem sendo vítima de uma espécie de “genocídio simbólico”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/875652-deputados-e-sociedade-civil-cobram-acoes-do-estado-contragenocidio-da-populacao-negra/>.

“Ainda sobre as aproximações do conceito de genocídio com a realidade do povo negro no Brasil: Dos homicídios irrefutáveis, passando pelas situações descritas que comprometem física e mentalmente os indivíduos e todas as debilidades forjadas para a sua fragilização e morte, chegando às práticas de esterilização que procuram evitar a reprodução da vida do segmento populacional, a verdade é que essa é uma definição que se adequa perfeitamente à nossa realidade. No Brasil, o institucional tem sido mesmo um espaço privilegiado para a consecução de um projeto que se dá tanto por uma via ativa, em que todo o instrumental está voltado para a materialização do extermínio, quanto pelos sofisticados mecanismos da omissão, que deixam perecer aos montes os indivíduos a serem descartados” (Flauzina, 2006, p. 119).

<sup>36</sup> A juventude negra, movimentos sociais e especialistas consideram que a atual política de drogas é uma guerra. Isso porque, sob a justificativa de combater o tráfico de determinadas substâncias legalmente consideradas ilícitas, o estado brasileiro, pautado pelo racismo estrutural que considera as pessoas negras como “inimigos sociais”, tem direcionado seu aparato bélico e criminalizador para pessoas negras e que moram em comunidades periféricas, dominados por organizações que comercializam drogas (Ribeiro; Elias; Oliveira, 2020).

[...] como uma expressão específica de necropolítica contemporânea, visto que tem como vítimas sistemáticas pessoas que compõem uma parcela da população, caracterizada pela idade, mas também pela classe social, cor da pele e territórios de moradia, que podem morrer por ação ou omissão direta do estado, processo, este, respaldado muitas vezes pela sociedade. Em uma parcela da população cuja morte é um destino aceitável, ainda mais, como na maioria das vezes ocorre, é possível identificar as vítimas com a juventude criminalizada, ou seja, “inimigos sociais”.

Ainda neste contexto, não podemos deixar de apresentar as considerações feitas por Flauzina (2006) quando se refere ao extermínio de jovens negros ou juvenicídio, como trazido por Costa (2021), pois ele revela, de forma ainda mais absurda, como esta política de morte vem sendo desenvolvida, tendo como principal alvo a juventude negra:

O recado mais claro e atordoante desse cenário não se limita ao fato de os corpos negros somarem a maior parte dos alvos do homicídio no país, mas que a eliminação física tem por base a inviabilização do segmento enquanto coletividade. Ou seja, os números que revelam o grau de vitimização da juventude negra apontam para um projeto que investe claramente contra o futuro, contra as possibilidades de todo um contingente existir e se reproduzir. Não há flagrante mais incontestável de uma política de extermínio em massa: deve-se matar os negros em quantidade, atingindo preferencialmente os jovens enquanto cerne vital da continuidade de existência do grupo (Flauzina, 2006, p. 116).

**Assim, diante dessa realidade alarmante sobre o extermínio da juventude negra, este trabalho ganha ainda mais sentido, pois busca questionar o modelo de SP vigente, que é também questionar o estado capitalista, racista, patriarcal que desumaniza e violenta corpos-territórios negros e periféricos como o do Uruguai. Não podemos perder de vista que é no campo da SP onde se concretiza de forma mais contundente as políticas de violência e morte contra as pessoas negras no Brasil, representado principalmente pelas polícias<sup>37</sup>.**

Sobre isso, com já dito, existe um reconhecimento por este mesmo Estado, de suas práticas racistas e repressivas e ações importantes no sentido de superar esta realidade, em grande medida influenciadas pelas demandas da sociedade civil organizada, movimentos sociais e organizações internacionais, para adoção de medidas que incidam sobre o problema da violência e que contribuam para ampliar o controle sobre a letalidade contra pessoas negras, sobretudo jovens, no país.

---

<sup>37</sup> Para Villaveces-Izquierdo (2002 apud Reis, 2005), há várias percepções falsas, que têm imperado nos estudos sobre a polícia, enquanto violenta e fruto de ditaduras, pois, na sua compreensão, a prática da tortura e outras violações de direitos não se configuram como fenômenos dos períodos ditatoriais, mas sim como *modus operandi* policial e não em exceção. O autor assevera que esses são processos que se preservam anteriores e posteriores às ditaduras, marcados pelo autoritarismo como matriz cultural da América Latina [...].

Neste ínterim, passaremos a discutir, de forma mais aprofundada, como foi se conformando as políticas de segurança pública no Brasil a partir dos anos 90, tendo como diretriz a CF Cidadã.

### 3.2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

De acordo com a CF, em seu artigo 144, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através de todas as polícias federais e estaduais e das guardas civis municipais. Assim, enquanto gestor sócio organizacional para o controle social e manutenção da ordem pública, a segurança pública deve ser resguardada de todos os atos de desordem, mediante a garantia dos direitos humanos, das vítimas e de quem protagoniza a violência (Reis, 2005). Aqui já é possível destacar pelo trecho “direito e responsabilidade de todos” que a política presume a participação de todas as pessoas, além do fato de servir para a proteção delas.

O processo de organização da segurança pública no Brasil, pautada num planejamento nacional, orientador da atuação dos estados membros de maneira sistematizada e unificada e com a previsão de participação social, é relativamente recente. Nos dizeres de Reis (2005, p. 80-81):

Quando buscamos informações sobre a situação das políticas de segurança pública no início dos anos 1990, no Brasil, é recorrente encontrarmos depoimentos e análises dando conta da sua quase inexistência, como política planejada e debatida na sociedade, antes dos anos 90, assim como é possível perceber uma forte relação com os interesses políticos de cada governo nos 27 estados da federação. Pois era assim mesmo na maioria dos estados antes do Programa Nacional de Direitos Humanos, debatido e aprovado pela sociedade brasileira em 1996 e com o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2000.

Tendo como marco inicial o Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996, no âmbito nacional foram sendo estabelecidos sucessivos planos e programas que, em maior ou menor grau, buscaram incidir na formação dos profissionais de segurança, no apoio aos estados e municípios na formulação de políticas específicas sobre o tema da violência e, ainda, em ações de cooperação com organismos nacionais e internacionais<sup>38</sup> relacionados à prevenção à violência e/ou à repressão às práticas criminais.

---

<sup>38</sup> O Brasil está entre as nações que assinaram protocolos internacionais, a exemplo do protocolo da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, e que tem, fundamentalmente, depois do Regime Militar (1964-1985), realizado um esforço pela gestão de políticas de segurança pública visando às garantias de proteção para todos os cidadãos e promovido o controle da violência no interior do país.

Segundo Carvalho e Silva (2011), o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP – 2000) foi considerado a primeira iniciativa governamental a partir do regime democrático e possibilitou a institucionalização de significativos encaminhamentos de diretrizes para ações de gestão da política. Tal Plano era voltado para a integração de políticas de segurança pública, sociais e ações comunitárias, porém com uma série de deficiências:

Sem recursos definidos, sem delineamento de metas e de processos de avaliação de eficácia, eficiência e efetividade, fracassou nos seus principais objetivos. Entretanto, pela primeira vez após o processo de democratização, emergiu a possibilidade de uma reorientação estratégica, com tratamento político-administrativo direcionado a colocar a questão da segurança pública como política prioritária de governo (Carvalho; Silva, 2011, p. 63).

Daqui já destacamos a deficiência dos processos de avaliação da política, que vem desde os seus primórdios e até hoje segue com várias limitações como veremos em momento oportuno.

Já em 2007, foi criado por meio da Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), cujo objetivo era promover melhorias na área de segurança pública, tornando-a parte da cidadania. Em seu artigo 1º, a Lei supracitada apresenta:

Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

O PRONASCI passou a ser o Programa base para a construção de toda a PSP do Brasil, estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas a serem seguidos pelos governos federal, estadual ou municipal, bem como o fortalecimento da integração das ações entre tais entes e a sociedade civil:

[...] um marco nas políticas públicas de segurança do Brasil, uma vez que promoveu inúmeras inovações. Foi um grande impulsionador da compreensão de que a segurança pública é uma questão transversal, que demanda intervenção de várias áreas do poder público, de maneira integrada, não apenas com repressão, mas também com prevenção. Em 2011, todos os princípios e diretrizes introduzidas pelo PRONASCI na área da segurança pública passaram a ser orientadores de toda a política nacional conduzida pelo governo federal. Isso significa que o conceito do PRONASCI deixou de ser restrito a um dos programas da União e passou a direcionar todas as ações realizadas (Ministério da Justiça, s/d).

---

Assim, são focos prioritários dos programas, projetos e ações que compõem o PRONASCI: I – foco etário: população juvenil de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos; II – foco social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; III – foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos; IV – foco repressivo: combate ao crime organizado.

Importante salientar o alinhamento do PRONASCI com a CF, que tem, assim como a Carta Magna dentre suas diretrizes: “a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;” e “a garantia da participação da sociedade civil”. Reforçando este entendimento Carvalho e Silva (2011, p. 64) destacam:

[...] o PRONASCI apresenta uma forma e um olhar multidisciplinar em relação à questão da segurança pública. Dessa maneira, pela primeira vez após a promulgação da atual Constituição, surge a perspectiva de democratização da política de segurança pública, com efetiva possibilidade de exercício da cidadania por parte da sociedade nesse processo.

Outro aspecto a ser destacado nesta nova visão da segurança pública no Brasil é o seu caráter cidadão/comunitário:

O conceito de Segurança Cidadã parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local.

[...]

Uma intervenção baseada no conceito de Segurança Cidadã tem necessariamente de envolver as várias instituições públicas e a sociedade civil, na implementação de ações planejadas a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, dentre outras (Freire, 2009, p. 52).

Deste caráter cidadão como trazido acima, visualizamos a participação social como um elemento fundamental e, dialogando com isso, é importante destacar que o PRONASCI foi construído a partir de um processo participativo, com a realização de conferências municipais, estaduais e livres organizadas pela sociedade civil, que resultou em 2009 na 1ª Conferência

Nacional de Segurança Pública (Conseg)<sup>39</sup> que teve como resultado 10 princípios e 40 diretrizes para orientar a PSP em curso no país. Vejamos o primeiro princípio e o que teve o maior número de votos dentre os participantes da 1ª Conseg:

Ser uma política de Estado que proporcione a autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições envolvidas, nos três níveis de governo, com descentralização e integração sistêmica do processo de gestão democrática, transparência na publicidade dos dados e consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com percentual mínimo definido em lei e assegurando as reformas necessárias ao modelo vigente<sup>40</sup>.

Podemos observar neste trecho a preocupação com uma gestão democrática, a transparência na publicidade dos dados, acenos importantes para a construção de uma política com efetiva participação social. Além disso, o processo de implementação das ações do PRONASCI e a ampliação das discussões decorrentes da 1ª Conseg resultaram na reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). Estes acontecimentos são indicações da ampliação dos espaços de discussão para possibilitar avanços significativos na constituição da PSP no Brasil contemporâneo (Carvalho; Silva, 2011) apesar dos limites estruturais, como abordaremos mais à frente.

Vale ressaltar ainda que também foi no âmbito do PRONASCI que foram instituídas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), como parte de um conjunto de medidas que objetivam a imediata diminuição da violência e da criminalidade, em áreas urbanas consideradas de elevados índices de criminalidade e violência. A ocupação dessas áreas pela polícia e a instalação das UPPs indica o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de reorientação estratégica das ações de controle e manutenção da ordem pública e que deve vir acompanhada pelas políticas sociais. Porém, estudiosos, movimentos sociais e os próprios moradores das comunidades que receberam estas unidades apontam deficiências nesta implementação, como nos diz Franco (2018) em análise sobre as instalações das UPPs no Rio de Janeiro:

Se, por um lado, há uma representação positiva do projeto de “pacificação”, por outro, ele tem sido questionado no que se refere à relação entre Estado e as populações nas favelas. Tem-se discutido tanto a chegada dos serviços, quanto o controle exercido sobre a rotina nessas áreas da cidade. (Franco, 2018, p. 57)

---

<sup>39</sup> Para fins desta pesquisa faremos a diferenciação entre Conferência Nacional de Segurança Pública como Conseg e Conselhos Comunitários de Segurança Pública como CONSEG.

<sup>40</sup> Como os documentos da 1ª Conseg não estão mais disponíveis nos sites oficiais encontramos seu texto na seguinte notícia: <https://cbm.se.gov.br/conferencia-prioriza-principios-e-diretrizes-para-a-politica-nacional-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 13 set. 2023. Aliás, uma dificuldade recorrente encontrada nesta pesquisa, foi a falta de disponibilização de informações e documentos nos sites oficiais.

Esta observação de Franco, sobre a realidade do Rio de Janeiro, também se repetiu nas falas dos moradores do Uruguai nas entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa sobre as BCS (as versões baianas das UPP cariocas).

Ainda no bojo da concepção e organização de uma nova PSP pautada na cidadania, na participação social e no combate sistemático aos preconceitos étnico, racial e no enfrentamento à violência sistemática contra juventude negra, constituiu-se em 2012 o Plano Juventude Viva (PJV):

Caracterizado como um plano de prevenção à violência contra a juventude negra, o objetivo da primeira fase era a redução de vulnerabilidades, por meio da garantia de direitos e combate ao racismo. Assim, as ações seguiam no sentido de promover o debate crítico sobre os padrões de vitimização da juventude negra; mobilizar os atores sociais; ampliar as ofertas de programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia; criar oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude; ampliar a oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios mais violentos dos municípios do Plano; promover aprimoramento da atuação institucional por meio de ações como: sensibilizar agentes para o enfrentamento ao racismo e estigmas contra a juventude; fortalecer os mecanismos de controle externo e interno das polícias; disseminar orientações de referência; coibir os autos de resistência; e reduzir a letalidade policial. (Brasil, 2018, p. 27)

Como visto, o PJV foi um importante marcador do compromisso do governo federal com o combate à violência letal contra a juventude negra, pensando ações intersetoriais e territoriais para redução de vulnerabilidades e garantia de direitos. O PJV também previa o envolvimento dos estados e municípios, principalmente aqueles com maiores índices de letalidade, sendo que sua expansão se deu da seguinte forma:

Em setembro de 2012, o estado de Alagoas iniciou a implementação do Plano, no âmbito municipal. [...] A meta era avançar para mais cinco estados em 2013. Assim, o Plano foi implementado na Paraíba (agosto/2013), no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE (setembro/2013), em São Paulo (capital) (outubro/2013), na Bahia (dezembro/2013) e no Espírito Santo (maio/2014). Os estados do Rio de Janeiro (maio/2013), Rio Grande do Sul (novembro/2014) e de Sergipe (dezembro/2014) fizeram adesão voluntária. Ao fim de 2014, haviam 6 unidades federativas e 47 municípios com adesão pactuada entre aqueles considerados prioritários. Havia ainda mais 53 municípios dos considerados prioritários, que aderiram ao Plano de forma voluntária. (Brasil, 2018, p. 27)

As informações acima citadas se referem à primeira fase de implementação do PJV, que passou por algumas reformulações e atualizações ao longo do tempo em que esteve vigente, de

2012 a 2018<sup>41</sup>. Com o início do Governo de Jair Bolsonaro em 2019, as políticas públicas voltadas para a juventude foram sendo desmontadas, através de cortes orçamentários e perda de autonomia, com isso, o PJV também foi encerrado<sup>42</sup>, representando um verdadeiro retrocesso no que diz respeito ao combate ao juvenicídio (Flauzina, 2006; Costa, 2021).

Assim como o PRONASCI, igualmente observamos que houve limitações do PJV<sup>43</sup>, mesmo assim tratou-se de uma iniciativa inédita para o enfrentamento à violência no país, feito a partir da promoção de direitos da juventude, em especial, a juventude negra. Tanto que, com a assunção do governo federal no início de 2023, o PJV foi relançado<sup>44</sup> e passou por um processo de reconstrução desde fevereiro, com a realização de Caravanas Participativas<sup>45</sup> em todos os estados da federação para ouvir a comunidade, movimentos sociais e a juventude negra, bem como disponibilização de consulta pública online<sup>46</sup> sobre o novo formato do plano que passou a se chamar Plano Juventude Negra Viva (PJNV).

---

<sup>41</sup> Em 2018 também houve um importante avanço no âmbito da Segurança Pública no País com a aprovação pelo Congresso Nacional da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e da instituição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) por meio da Lei 13.675/18. Com isso, foram estabelecidos princípios, diretrizes, objetivos, meios e instrumentos para implementação, bem como a definição dos integrantes do SUSP dentre outros aspectos.

<sup>42</sup> A notícia do Brasil de Fato traz informações sobre o corte de recursos destinados à juventude e perda de autonomia dessa política durante o governo mencionado. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-de-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas>. Acesso em: 30 ago. 2023.

<sup>43</sup> Como críticas ao Plano podemos citar: dificuldade dos atores dos municípios que aderiram ao PJV de identificar quais ações e programas estão vinculados como partes constituintes do PJV; programas não alcançavam os territórios dentro dos municípios que mais precisavam e dificuldade de acesso aos equipamentos públicos aos jovens da periferia; programas não colocavam como prioritário o público jovem negro; fragilidade na articulação das ações dos Ministérios com as ações do PJV, como exemplo o Ministério da Justiça que seguiu fomentando uma PSP de repressão baseada na guerra às drogas que não deu certo nas experiências ao redor do mundo e que, além disso, se volta à juventude negra (Brasil, 2018, p. 32).

<sup>44</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-planeja-relancamento-do-plano-juventude-negra-viva](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-planeja-relancamento-do-plano-juventude-negra-viva). Acesso em: 30 ago. 2023.

<sup>45</sup> Através das Caravanas Participativas foram realizados 27 encontros em todas as capitais das unidades federativas para uma escuta atenta às necessidades da juventude. A primeira foi realizada em Fortaleza - CE. A segunda foi realizada na Bahia, no bairro do Uruguai, no Centro Cultural Alagados. Disponível em: [https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-inicia-caravana-participativa-do-plano-juventude-negra-viva-no-ceara](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-inicia-caravana-participativa-do-plano-juventude-negra-viva-no-ceara) e [https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/caravana-participativa-do-plano-juventude-negra-viva-chega-a-bahia](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/caravana-participativa-do-plano-juventude-negra-viva-chega-a-bahia). Acesso em: 30 ago. 2023. Retomaremos este assunto adiante, na seção Consultoria PJNV.

<sup>46</sup> Para fortalecer a construção do PJNV, por meio de um amplo processo participativo e colaborativo, o MIR, no âmbito das suas atribuições, abriu consulta pública para a construção do PJNV junto à sociedade civil. As contribuições podem enviadas através do formulário eletrônico disponível no endereço <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas> até o dia 30 de agosto. Disponível em: [https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/mir-abre-consulta-publica-para-a-construcao-do-plano-juventude-negra-viva](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-abre-consulta-publica-para-a-construcao-do-plano-juventude-negra-viva). Acesso em: 30 ago. 2023.

Outro programa que está sendo reeditado pelo novo governo é o PRONASCI, intitulado de PRONASCI II, que, de acordo com o Decreto n. 11.436 de 2023 tem os seguintes focos prioritários:

- I - Fomento às políticas de enfrentamento e prevenção de violência contra as mulheres;
- II - Fomento às políticas de segurança pública, com cidadania e foco em territórios vulneráveis e com altos indicadores de violência;
- III - fomento às políticas de cidadania, com foco no trabalho e no ensino formal e profissionalizante para presos e egressos;
- IV - Apoio às vítimas da criminalidade; e
- V - Combate ao racismo estrutural e aos crimes decorrentes. (Brasil, 2023, grifos nossos)

Os eixos do PRONASCI II estão relacionados às seguintes Metas e Ações do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), o mais recente e em vigência que nós temos que engloba o período de 2021-2030 (Brasil, 2021):

- Meta 1: Reduzir a taxa nacional de homicídios para abaixo de 16 mortes por 100 mil habitantes até 2030.
- Meta 2: Reduzir a taxa nacional de lesão corporal seguida de morte para abaixo de 0,30 morte por 100 mil habitantes até 2030.
- Meta 4: Reduzir a taxa nacional de mortes violentas de mulheres para abaixo de 2 mortes por 100 mil mulheres até 2030.
- Meta 11: Aumentar em 185% o quantitativo de presos que exercem atividade laboral, com o total de 363.414 presos em atividades laborais até 2030.
- Meta 12: Aumentar em 185% o quantitativo de presos que exercem atividades educacionais, com o total de 218.994 mil presos em atividades educacionais até 2030.
- Ação estratégica 2: Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais.
- Ação estratégica 9: Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.
- Ação estratégica 10: Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.
- Ação estratégica 11: Aperfeiçoar as condições de cumprimento de medidas restritivas de direitos, de penas alternativas à prisão e de penas privativas de liberdade, com vistas à humanização do processo e redução dos índices gerais de reincidência.
- Ação estratégica 12: Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às mulheres, aos jovens e a outros grupos vulneráveis, bem como ao desaparecimento e ao tráfico de pessoas (Brasil, 2021, p. 80-83).

Como se pode observar, a demarcação da prioridade do novo Governo Federal com o enfrentamento ao racismo estrutural por meio do PRONASCI II, bem como a inclusão da palavra “negra” no nome do PJNV demonstram um importante compromisso com as agendas que os movimentos sociais, a juventude negra, ativistas, estudiosos, organismos internacionais

vêm pautando, no sentido de a violência racial ser a principal ferramenta de interrupção de vidas e potencialidades negras e que o estado precisa se responsabilizar por isso. Que estes programas e planos possam de fato se converter em ações concretas no médio e longo prazo, que os erros dos planos e programas anteriores possam ser superados.

Este movimento de mudança e atualizações também foi vivenciado pelo estado da Bahia, como apresentaremos a seguir.

### 3.3 A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA NEGRA

Alinhada com a programação nacional, a Bahia passou a adotar Planos Estaduais de Segurança Pública, a partir de 2008. Antes disso, em 1999, começou a ser gestado o ideário do policiamento comunitário, através do Projeto Polícia Cidadã (PPCid), também denominado de Projeto de Implantação de Qualidade em Serviços de Segurança Pública. De acordo com suas definições estratégicas, é objetivo do Projeto:

Desenvolver uma metodologia específica de implantação da qualidade em serviços de segurança pública, transformando o modelo tradicional de atuação num modelo inovador de policiamento comunitário, capaz de satisfazer às reais necessidades da população e que possa ser reproduzido em toda a Corporação. Observa-se nessa definição que o trabalho tem sustentáculo em dois pilares básicos: Gestão da qualidade, como método gerencial para melhoria na prestação do serviço; Policiamento comunitário, como filosofia de atuação policial. (Santos Filho, 2001, p. 7)

Complementando a ideia, uma premissa importante da PPCid é “a participação da comunidade (cidadão-cliente) organizada em CONSEGs no gerenciamento das ações de polícia comunitária preventiva” (Bahia, 2019, p. 72). O mesmo documento revela o conceito do CONSEG:

[...] é o órgão privado sem fins lucrativos, sendo doutrinariamente definido para organizar a discussão dos problemas e soluções da Segurança Pública na Comunidade, através de relações integradas com representações de todos os atores públicos, privados e comunitários. O CONSEG fortalece o exercício da cidadania e possibilita à comunidade a participação de forma consciente, equilibrada, organizada, responsável e construtiva à busca da paz social e por extensão da melhoria da qualidade de vida de todos. (Bahia, 2019, p. 78)

Já no que concerne aos objetivos do policiamento comunitário<sup>47</sup>, destacamos: i) aumentar a sensação de segurança subjetiva da população; ii) incrementar a confiança em

---

<sup>47</sup> O modelo de policiamento comunitário adotado na Bahia se origina no Japão, onde é denominado de “Sistema Koban”. Este modelo foi seguido por alguns Estados brasileiros através de um acordo de cooperação entre o Japão

relação à polícia; iii) contribuir para o controle da criminalidade; e iiiii) Elevar o grau de comprometimento do cidadão-policial e do cidadão-cliente nas questões de segurança, de forma a estabelecer um relacionamento íntimo e afetivo, suficientemente capaz de ajudar nas soluções compartilhadas dos problemas (Bahia, 2019, p. 73).

Pautado então nas noções cidadã/comunitária da segurança pública e sendo um desdobramento do PRONASCI nacionalmente, foi criado o Programa Pacto Pela Vida (PPV) na Bahia em 2011, como uma nova proposta de intervenção em segurança pública, instituída pela Lei nº 12.357 de 26 de setembro de 2011, no âmbito do Sistema de Defesa Social (SDS), cujo objetivo é a promoção da paz social. Trata-se de uma nova política pública de segurança, construída de forma pactuada com a sociedade, articulada e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. A referida Lei, em seu artigo 7º, determina o seguinte:

Fica instituído o Programa Pacto pela Vida, consistente no conjunto de projetos e atividades desenvolvidos por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, que tem como finalidade promover a redução da criminalidade e violência no Estado da Bahia, com ênfase na prevenção e combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI (Bahia, 2011).

Assim, o PPV prevê ações integradas das unidades da SSP, das polícias Militar e Civil e do Departamento de Polícia Técnica (DPT) e dos órgãos do sistema de justiça, visando reduzir os CVLI<sup>48</sup> e os Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)<sup>49</sup>, principais indicadores de seus resultados, bem como desenvolver ações de forma pactuada com a sociedade. Ilustrando esta participação social, assim como o PRONASCI, o PPV foi construído a partir do diálogo com os diversos setores da sociedade, como nos diz Pinho (2019, p. 69):

Para formulação do PPV, outra ação estruturadora foi a realização do Fórum Estadual de Segurança Pública. Este evento, realizado em 13 de junho de 2011, na capital do Estado, buscou garantir a participação efetiva da sociedade na construção da nova política de segurança. O fórum foi aberto ao público em geral, e para assegurar uma maior participação popular, representantes de movimentos sociais, empresários, comunidades terapêuticas entre outras instituições, foram instados a participar das discussões sobre assuntos relevantes relacionados à área de segurança pública, em 10 oficinas temáticas: Violência contra a Mulher e Violência Racial; Criança e Adolescente; Violência e Grupos Vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros - LGBT etc.);

---

e o Brasil (Decreto nº 69.008 de 04 de agosto de 1971) intermediado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA (Japan JICA).

<sup>48</sup> Os CVLI são: homicídio doloso, latrocínio (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte (Bahia, 2019).

<sup>49</sup> Os CVP: roubos e extorsão mediante sequestro, classificação estabelecida pela Secretaria Nacional da Segurança Pública (SENASP) (Bahia, 2019).

Juventude; Drogas e Violência; Sistema Prisional; Prevenção da Violência; Atividade Policial; Sistema de Justiça.

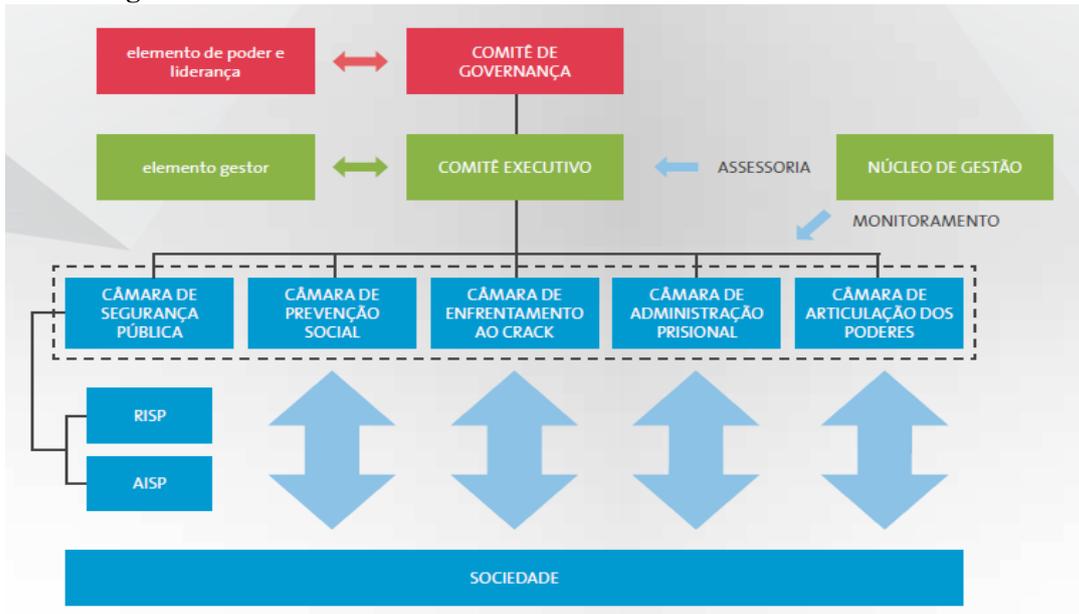
Já no que tange a sua estrutura organizacional, o PPV é composto por instâncias que se relacionam através da estrutura hierárquica demonstrada no quadro a seguir, elaborado por Lima (2021, p. 34) com base na Lei nº 12.357/2011:

**Quadro 3 – Órgãos que compõem o PPV e suas funções**

<b>Comitê de Governança</b>	Integrado pelos dirigentes máximos dos Poderes e Instituições do Estado, responsável pela definição das diretrizes estratégicas e acompanhamento das ações;
<b>Comitê Executivo</b>	Presidido pelo Governador e integrado por representantes dos Poderes e Instituições do Estado, com a finalidade de promover a articulação entre os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações;
<b>Câmaras Setoriais</b>	Composta por cinco câmaras com finalidade de definir diretrizes e políticas setoriais para a redução da taxa dos CVLIs nas áreas integradas de segurança pública (AISPs);
<b>Núcleo de Gestão</b>	É uma unidade de monitoramento e avaliação dos resultados do Programa.

Fonte: Lei nº 12.357 de 26 de setembro de 2011. Elaboração de Lima (2021).

Como se vê, a governança do PPV prevê órgãos colegiados, envolvendo diversas secretarias de governo e atuação ativa do governador do estado no sentido de garantir a formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações; já o Núcleo Gestor (NG) seria responsável pela A&M de seus resultados, com o auxílio das Câmaras Setoriais (CS) o que interessa bastante neste estudo, tendo em vista que um dos objetivos específicos é justamente entender como se dão os processos de A&M da PSP no estado da Bahia e, tendo o PPV como o programa orientador desta política desde 2011, nos parece fundamental entender melhor o seu funcionamento. Vejamos a figura abaixo que ilustra bem este modelo de governança:

**Figura 1 – Modelo de Gestão – PPV**

Fonte: Bahia (2016).

A figura 1 nos mostra como todas as instâncias de governança do PPV estão interligadas, inclusive com a sociedade, demonstrando como as CS tem um papel importante de articulação e transversalidade. Neste sentido, vale trazer mais informações sobre o funcionamento das CS em quadro elaborado por Lima (2021, p. 36) com base na Lei que instituiu o PPV:

**Quadro 4 – Divisão das Câmaras do PPV**

<b>Câmaras Setoriais</b>	<b>Função</b>
<b>Câmara Setorial da Segurança Pública</b>	Acompanhar, avaliar o desempenho das políticas públicas de segurança e monitorar os indicadores.
<b>Câmara Setorial de Articulação dos Poderes</b>	Integrar os poderes e os organismos associados para tomar decisões e assumir compromissos em defesa da vida.
<b>Câmara Setorial de Prevenção Social</b>	Visa articular, implementar e acompanhar de forma integrada, ações sociais de proteção e prevenção social que contribuam na prevenção da violência e consequente diminuição de Crimes Violentos Letais Internacionais (CVLI), nas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), onde estão instaladas as Bases Comunitárias de Segurança (BCS), em Salvador, Região Metropolitana e interior do estado.
<b>Câmara Setorial de Enfrentamento ao Uso de Drogas</b>	Discute, formula, articula e acompanha projetos para o tratamento da dependência em drogas, ressocialização e reinserção no mercado de trabalho dos dependentes de

	substâncias psicoativas, de modo articulado com a União e com municípios do Estado da Bahia.
<b>Câmara Setorial de Administração Prisional</b>	Formula, articula e acompanha ações de melhoria no sistema prisional, de criação de novas vagas de ressocialização em unidades prisionais e de adoção de penas alternativas à prisão

Fonte: Lei nº 12.357 de 26 de setembro de 2011. Elaboração de Lima (2021).

Conforme Santana (2016), no âmbito do PPV, as CS são responsáveis por propor ações transversais nas áreas críticas e por discutir temas que auxiliem na condução da gestão do PPV. Já da CS de Segurança Pública destacam-se as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Uma RISP<sup>50</sup> equivale a um agrupamento de AISP, menor unidade territorial considerada para fins de planejamento integrado de ações. Para Pinho (2019, p. 74):

Com a implementação do PPV, as AISP tiveram seu papel fortalecido, para fins de planejamento integrado das ações do PPV, de apuração de resultados e de estabelecimento de metas. Atualmente são 52 AISP, distribuídas da seguinte maneira: 16 na capital, 7 na RMS e 29 no interior do estado. Elas representam a delimitação territorial de atuação das unidades policiais da PM e da PC.

É no terreno da AISP onde, seguindo a política do PRONASCI de fortalecimento da filosofia de Polícia Comunitária, passaram a ser implantadas as BCS como compromisso à promoção da inclusão social, em especial por via da participação comunitária, e a garantia da cidadania nestas áreas. Seus objetivos são:

[...] promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração da comunidade local com as instituições de segurança pública e demais órgãos públicos, e destas entre si resgatando a cultura de paz, baseado nos moldes do Sistema Koban, tendo por princípio a excelência nos serviços prestados baseados na promoção e defesa dos direitos humanos (PMBA, 2015, p. 04).

A instalação das Bases Comunitárias de Segurança está vinculada a um novo modelo de gestão trazido pelo PPV, no qual também foi pensado um formato de atuação no território, de forma técnica através das AISP e RISP, sendo elaborada uma distribuição para fins de

<sup>50</sup> Salvador possui 3 RISP: Atlântico, Baía de Todos os Santos (BTS) e Central, sendo que a PI faz parte da RISP BTS, composta pelas AISP 1, 2, 3, 4, 5 e 8, respectivamente denominadas: Barris, Liberdade, Bonfim, São Caetano, Periperi e Valéria. O bairro do Uruguai fica na AISP Bonfim.

execução e monitoramento das ações do programa e para a aferição dos indicadores. Vejamos as principais ações:

Criação de Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP, compostas por Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP, dentro do território do Estado da Bahia. As RISP reúnem as AISP, que são agrupamentos de segmentos territoriais, formadas por municípios, distritos municipais ou bairros, consideradas para a definição de princípios, métodos e procedimentos nas ações de polícia judiciária, polícia ostensiva e perícia, com o objetivo de aumentar a eficiência policial, mediante a prestação de serviços de segurança pública com qualidade e custos adequados. No âmbito das ações desenvolvidas, destacam-se as ações policiais integradas pelas unidades que compõem o sistema de segurança pública com:

- a) Intensificação da repressão qualificada, mediante o uso da inteligência policial;
- b) Ações policiais preventivas, mediante a aproximação da polícia com a comunidade;
- c) Implantação de Bases Comunitárias de Segurança Pública – BCS, que são estruturas físicas em áreas consideradas críticas em termos de criminalidade violenta, funcionando como instrumento de polícia comunitária, que aproxima a polícia dos moradores e aumenta a sensação de segurança nessas áreas. Além disso, as BCS são referência para a execução de ações sociais transversais em seu entorno. (Santana, 2016, p. 29, grifo nosso)

Esta divisão é importante, pois, como dito, ela ajuda no processo de monitoramento das ações do programa e aferição dos indicadores, sendo uma das formas de avaliação de suas ações que as BCS têm feito atualmente, que discutiremos no capítulo seguinte.

Além disso, o PPV tem servido também como base para a construção dos Planos Estaduais da Segurança Pública (PLANESP), tanto que o PLANESP 2012-2015 contou com 107 ações e projetos a serem desenvolvidos em curto, médio e longo prazo pautados no PPV. Igualmente, o governo do estado seguiu com essa política no PLANESP (2016-2025). O PLANESP<sup>51</sup> vigente descreve que:

Em prosseguimento ao Programa Pacto pela Vida, instituído pela Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, que criou também o Sistema de Defesa Social da Bahia (SDS), o PLANESP 2016-2025 acolherá todos os Territórios de Identidade do Estado, com eixo central de suas ações nos 40 municípios prioritários, que correspondem a 68% das ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), ampliando o horizonte anterior estabelecido no PLANESP 2012-2015 de 20 municípios (PLANESP, 2016-2025, p. 51).

Do mesmo modo e alinhado com o movimento do governo federal, o PPV também está passando por um processo de atualização. Esta também é uma forma de dar resposta aos dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), que, como já comentado, colocou a Bahia em segundo lugar no ranking nacional como o estado mais letal do Brasil. Isso resultou inclusive na Recomendação Nº 13, de 04 de agosto de 2023 do Conselho Nacional de Direitos

---

<sup>51</sup> Este PLANESP está em processo de atualização, como nos informou a *Major 2*, uma das nossas entrevistadas.

Humanos, que cita expressamente os dados do Anuário em relação à Bahia, bem como recomenda aos governadores dos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, que apresentem, de forma coordenada, com participação da sociedade e com brevidade, planos estruturados de Redução da Violência Letal praticada pelas polícias.

O contexto ora apresentado demonstra uma preocupação dos agentes da segurança pública em desenvolver uma política de proximidade com a comunidade, através da criação de instrumentos de participação comunitária, sobretudo através das polícias, que geralmente são os representantes da política nos territórios. Vemos também um esforço no sentido de estabelecer instrumentos de controle social, com o estabelecimento das conferências e conselhos de segurança pública, por exemplo.

Em que pese os esforços governamentais, a sociedade civil, os movimentos sociais e as comunidades negras têm afirmado que eles não são suficientes. Isto porque, em muitos momentos, o que está sendo descrito nas políticas e programas, acontecem de forma muito diferente nos territórios, marcadamente os negros e periféricos, bem como não tem dado conta de enfrentar, como fartamente demonstrado anteriormente, a escalada na violência e os índices de letalidade que a Bahia vem apresentando.

Foram entrevistados moradores e lideranças comunitárias do Uruguai, onde também está instalada a BCSU e ficou muito nítido pela fala dessas pessoas que a forma de atuação deste equipamento é bem diferente do que se propõe que a forma de abordagem policial segue violenta, que as ações comunitárias se resumem a poucas atividades oferecidas pela BCSU, que não há um espaço de diálogo permanente da comunidade do entorno com os (as) policiais que fazem parte da BCSU, ainda que existam CONSEGs no território da PI, porém inexistem no bairro do Uruguai.

Propor soluções e pactuações para esta realidade torna esta pesquisa ainda mais relevante, pois pensar instrumentos de avaliação e monitoramento da política de segurança pública, a partir de uma gestão compartilhada entre sociedade e civil e poder público, pode ajudar no enfrentamento desse contexto difícil trazido até aqui. Assim, passaremos a discutir a A & M de políticas públicas no capítulo seguinte, direcionando para o foco deste trabalho que é a PSP.

## 4 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo visa apresentar a fundamentação teórica do campo de políticas públicas, com foco na A&M, baseando-se principalmente nos estudos críticos em políticas públicas.

### 4.1 NOTAS SOBRE O “CAMPO DE PÚBLICAS” E PARTICIPAÇÃO

A expressão “política pública” engloba vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua descrição e definição abrangem diversas áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência Política, a Economia e a Ciência da Administração Pública. Dialogando com esta perspectiva, Pires *et al.* (2014, p. 112) nos traz uma definição sobre “Campo de Públicas”:

[...] um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.

Já no que concerne ao conceito de política pública, ele pode ser explicitado por diversas perspectivas, embora seu processo não possua uma racionalidade manifesta, ou seja, não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado. Assim, Aguilar Villanueva (1992 apud Saravia; Ferrarezi, 2006) afirma que a expressão “política pública” pode denotar diversos significados:

um campo de atividade governamental (política de saúde, educacional, comercial), um propósito geral a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma situação social desejada (política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), uma norma ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir *n* número de casas, a política de emprego criou *n* postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental (política da energia, política de renda

regressiva, política de ajuste e estabilização). (Villanueva, 1992 apud Saravia; Ferrarezi, 2006, p. 30)

Já Saravia e Ferrarezi (2006) na Coletânea sobre Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) entendem que:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (Saravia; Ferrarezi, 2006. p. 28)

De um ponto de vista mais operacional, os mesmos autores refletem que ela [a política pública] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (Saravia; Ferrarezi, 2006).

Em relação às características das políticas públicas, destacam-se as mais comuns: **a) institucional** – a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante; **b) decisória** – a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; **c) comportamental** – implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; **d) causal** – são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Ainda de acordo com Saravia e Ferrarezi (2006), o formato concreto das políticas públicas dependerá de cada sociedade específica. O estágio de maturidade de cada uma delas contribuirá, ou não, para a estabilidade e eficácia das políticas, para o grau de participação dos grupos interessados, para a limpidez dos procedimentos de decisão.

Assim, a partir do entendimento de que a política pública envolve um processo, passaremos a análise de suas etapas. Em linhas gerais, e sem perder de vista que o processo é complexo e que as etapas, em muitos momentos, não serão realizadas tal qual previsto, pois os conflitos e jogos de interesses fazem parte da sua construção, Saravia e Ferrarezi (2006) apresentam o seguinte ciclo de construção da política pública:

1) Formação da **agenda** ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. É o momento em que se entende uma determinada questão social como um “problema público”, justificando uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas.

2) A **elaboração** consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades.

3) A **formulação** inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro.

4) A **implementação** constitui-se de planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.

5) A **execução** é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia.

6) O **acompanhamento** é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.

7) A **avaliação**, que consiste na mensuração e análise, *a posteriori*<sup>52</sup>, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

Como se vê trata-se de um processo dinâmico e complexo, que envolve:

[...] negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender a composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da

---

<sup>52</sup> Há autores que entendem que a avaliação pode ser aplicada antes, durante e após a execução da política pública, como se pode ver em Viana (1996) e Boullosa (2020a).

estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade (Teixeira, 2002, p. 2).

Apresentado esse panorama sobre a compreensão do que é a política pública, as fases, os atores e as disputas de poder envolvidas, cabe trazer também a compreensão da “mirada ao revés” para as políticas públicas, que objetiva discutir as mudanças em curso na natureza, nas formas e significados e nos instrumentos de políticas públicas a partir da gestão social, calcada num entendimento mais plural e democratizante daquelas, assumindo-as como processos que poderiam ser compreendidos e estudados para muito além do governo (Boullosa, 2013). Assim, o campo de pesquisa da mirada ao revés compreende as políticas públicas como:

[...] um fluxo de ações<sup>53</sup> e intenções ativadas por diferentes atores que buscam governar (inclusive definindo) problemas públicos ou bens públicos de acordo com suas compreensões de tais problemas ou bens, mas também de acordo com seus poderes de governabilidade, de mobilizar de recursos e de influenciar os demais atores que conformam aquela específica arena pública correspondente às ações ativas (Boullosa, 2013, p. 77-78).

Neste sentido, para este campo, problemas públicos e bens públicos são os materiais primordiais desencadeadores de fluxos de políticas públicas, mas também, de consequência, de esferas públicas (cuja escala também é definida pelo olhar de quem a observa) (Boullosa, 2013). Nestes termos:

Considerar a política pública como um construto analítico significa assumir a subjetividade, artificialidade e parcialidade do olhar do observador- analista e atribuir a sua ação a responsabilidade por reconstruir o processo ou fluxo individualizado por ele imputando-lhe significado e significância, dentro de uma perspectiva pragmaticamente deweyana<sup>54</sup>, para a qual a ação prática do pensamento é a reflexão, e democraticamente comprometida (Boullosa, 2013, p. 81).

---

<sup>53</sup> Os fluxos de políticas públicas se estabelecem a partir da identificação de lacunas entre o que é e o que deveria ser e se constituem a partir das ações e práticas estatais e não estatais, em busca de um equilíbrio – sempre provisório. A provisoriedade deste equilíbrio, somada às incertezas inerentes à contemporaneidade, garantem o continuum de situações e transações a que chamamos fluxo (Lopes; Boullosa; Bessa, 2021, p. 499).

<sup>54</sup> Para Dewey (1939, apud Boullosa, 2013), a dúvida não era algo intrínseco ao homem, mas, sim à situação. O homem, portanto, duvidaria porque se encontraria em uma situação carregada de dúvidas, e, duvidando, se sentiria estimulado a produzir conhecimento sobre a situação (para torná-la mais compreensível a ele mesmo). Ao considerar a situação como de natureza relacional, Dewey afirma que o homem nunca se interroga sozinho sobre um problema, pois ele o faria sempre no contexto de uma situação, a qual, por sua vez, seria relacional, o que o levaria, portanto, a uma interrogação que se daria em meio a uma comunidade de indagadores ou interrogadores. Com isto, a interrogação ou indagação (inquiry) seria o principal motor da aprendizagem social (Boullosa, 2013). Esta é uma das bases da *Policy Inquiry*, uma das escolas teóricas dos estudos de políticas públicas em que se baseia a mirada ao revés.

O que chama atenção neste campo de estudo são justamente os diferentes olhares e sujeitos que podem estar implicados no processo de políticas públicas, o que reposiciona a mirada para os problemas e bens públicos, como forma da ação prática ser com base na reflexividade<sup>55</sup> e comprometida com esta multiplicidade de atores. Explicando melhor:

Se a unidade analítica fundamental das políticas públicas e do seu estudo é o problema público ou o bem público, serão estes a definir as fronteiras multitoriais das políticas públicas. Será o problema público ou bem público, aquele problema construído pelo observador/analista de PP, que determinará os atores que contam no processo em estudo. Esta liberdade analítica é fundamental para consolidar a compreensão de que políticas públicas não é exclusivamente o que o governo faz ou deixa de fazer, mas, sim, o conjunto de cursos de ação empreendidos pela multitorialidade interessada naquele problema (Boullosa, 2013, p. 80).

Este entendimento sobre a multitorialidade nas políticas públicas é importante para esta pesquisa, tendo em vista que seu objetivo é justamente construir um instrumento de A&M da PSP, de forma compartilhada entre sociedade civil e poder público, com o intuito de enfrentar o racismo estrutural e institucional presente nas práticas da segurança. Assim, nos parece fundamental que a comunidade que tem sofrido os impactos dessa política se coloque em todo o seu fluxo de construção, implementação, acompanhamento e avaliação, ou seja, que se efetive a participação social neste processo. Sobre isso, vale o destaque seguinte sobre as interações da gestão social e a mirada ao revés:

Nesta perspectiva, gestão social, para a mirada ao revés, pode ser compreendida como o conjunto de processos e dinâmicas que ativam e conformam o **fazer juntos** (ou a vontade de) de atores que agem no fluxo de políticas públicas, mobilizados pelo e no interesse público para o governo de problemas de pública relevância ou para a preservação de bens públicos (Boullosa, 2013, p. 82).

É necessário, pensando na complexidade do problema a ser enfrentado por esta pesquisa, que o “fazer juntos” aconteça e o campo das políticas públicas pode ser considerado como resposta para seu enfrentamento:

---

<sup>55</sup> Para Boullosa et al. (2021, p. 504), “a reflexividade é entendida como sendo a capacidade de interpretação (auto) crítica dos valores individuais e sociais defendidos, das compreensões teórico metodológicas, das experiências vividas e da formação das identidades dos(as) avaliadores(as) no desenvolvimento das suas atividades. Trata-se de uma compreensão que antecede a posicionalidade. Esta última, como categoria analítica, emerge dos estudos feministas negros e das lógicas decoloniais de construção do conhecimento (Collins, 2001; Ribeiro, 2017; Alcoff, 2016 apud Boullosa et al., 2021). Situa-se na existencialidade de cada ser diante de suas identidades e no entendimento sensível de marcadores sociais (classe, raça, gênero, orientação sexual, deficiência, faixa etária etc.), de vulnerabilidades e de opressões vivenciadas. Ao mesmo tempo em que a reflexividade emerge como requisito para o combate aos ‘epistemicídios’ e aos ‘métodos extrativistas’, como denunciado por Sousa Santos (2008), ela é um dos instrumentos para a superação de dicotomias como sujeito-objeto, razão-emoção e para a passagem da pesquisa aplicada à pesquisa implicada, como defende Boullosa (2019)”.

[...] o esforço de desenvolver instrumentos interpretativos que abarquem materiais de pesquisa voláteis e mutáveis – como são, por exemplo, as narrativas, os argumentos, as memórias, os imaginários sociais, os valores, as expressões artísticas, a oralidade e a corporeidade, as práticas socioterritoriais, as situações indeterminadas, as experiências estéticas. (Lopes; Boullosa; Bessa, 2021, p. 498).

Pensando nessas necessidades de elementos cada vez mais próximos da realidade, diversos e plurais para pensar as políticas públicas, retomamos a importância da participação da sociedade no processo de políticas públicas<sup>56</sup>. Teixeira (2002) ressalta que para uma participação efetiva e eficaz, alguns momentos podem ser identificados e precisam ser devidamente acompanhados:

a) Elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual se possa identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades; negociação entre os diferentes atores;

b) Identificação de experiências bem-sucedidas nos vários campos, sua sistematização e análise de custos e resultados, tendo em vista possibilidades de ampliação de escalas e criação de novas alternativas;

c) Debate público e mobilização da sociedade civil em torno das alternativas mais (sic) entre os atores;

d) Decisão e definição em torno de alternativas; competências das diversas esferas públicas envolvidas, dos recursos e estratégias de implementação, cronogramas, parâmetros de avaliação;

e) Detalhamento de modelos e projetos, diretrizes e estratégias; identificação das fontes de recursos; orçamento; mobilização dos meios disponíveis e a providenciar; mapeamento de possíveis parcerias, para a implementação;

f) Na execução, publicização, mobilização e definição de papéis dos atores, suas responsabilidades e atribuições, acionamento dos instrumentos e meios de articulação;

g) Na avaliação, acompanhamento do processo e resultados conforme indicadores; redefinição das ações e projetos.

Neste trabalho, dialogamos com a perspectiva da participação cidadã, levando em consideração a realidade colocada no Brasil atualmente, onde é necessário pensar intersecções tanto com o estado quanto com o mercado, pensando neste último também como objeto de

---

<sup>56</sup> A partir da redemocratização consagrada na CF de 1988, o Estado brasileiro foi reestruturado e assumiu, dentre outros princípios, o da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas, inclusive no campo da segurança pública.

controle social<sup>57</sup>, pautado, entre outros elementos, no desenvolvimento sustentável. Assim nos diz Teixeira (1997, p. 191-192):

[...] entende-se a participação cidadã como um processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado. Neste processo, os atores redefinem seus papéis no fortalecimento da sociedade civil, através da atuação organizada dos indivíduos, grupos, associações, tendo em vista, de um lado, a assunção de deveres e responsabilidades políticas e, do outro lado, a criação e exercício de direitos, no controle social do Estado e do Mercado em função de parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos.

Teixeira (1997) nos diz ainda que o conceito de participação cidadã tenta contemplar, dois elementos contraditórios, presentes na atual dinâmica política: a) o “fazer ou tomar parte”, por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores que poderiam situar-se no campo do particular, mas significam espaço para heterogeneidade, diversidade, pluralidade; b) o elemento cidadania, no sentido cívico cujas dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres se procura enfatizar.

Ainda sobre o conceito de participação cidadã, cabe a concepção trazida por De Macedo (2020), que trabalha a ideia de participação cidadã ou institucionalizada, como prática política que supõe uma forma de interação entre os atores da sociedade civil e o Estado através de novos arranjos institucionais de experimentação democrática, **ou seja, pensar novas formas de interação entre estes dois atores, que é o que buscamos fazer através desta pesquisa, pensando uma gestão compartilhada que dê conta da realidade vivenciada por territórios negros e periféricos, como a PI, em relação a PSP.**

Aqui cabe retomar o processo de mobilização social e de diálogo com o poder público já vivenciado pelos atores da PI que, ao longo dos anos, tem conseguido pautar e influenciar na tomada de decisões públicas relacionadas ao território, como por exemplo, a luta por moradia que teve como efeito prático a extinção das palafitas; a construção do PRDI da PI que apresenta diagnósticos e alternativas para diversas problemáticas do território, inclusive no que concerne à SP; e mais recentemente O Plano de Bairros de Itapagipe, construído pelo município de Salvador, a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e validado pela comunidade.

---

<sup>57</sup> “O controle social poderá ser entendido em duas dimensões básicas. A primeira corresponde ao que atualmente se denomina como *accountability*, ou seja, a obrigação de os agentes políticos prestarem contas de seus atos e decisões e, por conseguinte, o direito de o cidadão exigí-lo, de avaliá-las conforme parâmetros estabelecidos socialmente em espaços públicos próprios. A segunda, consequente da primeira, consiste na responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme padrões previstos em leis, ou concertados socialmente” (Teixeira, 1997, p. 202).

Assim, apresentados o conceito de participação cidadã e o breve contexto do campo de públicas, conceito, classificação e etapas das políticas públicas, nos aprofundaremos no entendimento sobre a A&M destas, tendo em vista que este conhecimento tem estreita relação com o objetivo desta pesquisa, que é produzir uma proposta de instrumento de A&M da PSP da PI, que, a partir de agora, tendo em vista o conceito de participação cidadã trazido acima, passaremos a chamar de instrumento de A&M cidadão.

#### 4.2 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO EM FOCO

Para Bouldosa e Rodrigues (2014), a avaliação, além do seu caráter de juízo de valor, é também uma oportunidade de problematizar, dialogar, intervir, produzir conhecimento e promover aprendizagens, devendo ser construído de modo inclusivo, considerando os atores que o integram ou que se sentem mobilizados ou afetados pelo objeto da avaliação, sem perder de vista a sua natureza política, entendendo que qualquer percurso avaliativo carrega e é carregado por valores e juízo de valor de quem está avaliando. Em relação ao objeto avaliado, ele deve ser entendido como de natureza própria, com seus princípios, valores, especificidades, sua lógica. Para os autores:

Avaliar não significa avaliar qualquer objeto da mesma maneira, com o mesmo olhar. É preciso ter respeito pelo objeto, a começar pela própria definição de avaliação. Por exemplo, quando o objeto da avaliação é um processo induzido de desenvolvimento socioterritorial, a natureza política da avaliação se intensifica, tornando muito difícil a vida das tradicionais avaliações custo-benefício ou a negação de processos avaliativos participativos. Além da necessidade de inclusão do juízo, portanto, defende-se que a avaliação seja ainda vista como um processo associado ao próprio objeto (Bouldosa; Rodrigues, 2014, p. 150).

**Este conceito se aproxima da proposta de A&M cidadão desta pesquisa, sobretudo porque se propõe a problematizar, dialogar, a partir de uma construção inclusiva, considerando os atores sociais envolvidos, especialmente os que se sentem mobilizados ou afetados pelo objeto da avaliação, neste caso a PSP da PI, promovendo um conteúdo avaliativo que se desdobre em mudanças efetivas. Dito em outras palavras, uma A&M cidadão da PSP pode fazer com que o racismo estrutural e institucional presente nas práticas de seus agentes, expresso em violência, estigmatização e morte para corpos-territórios negros possa ser enfrentado de maneira efetiva pelo Estado.**

É importante pontuar que também trazemos este conceito de avaliação porque os autores trabalham à luz da gestão social. Neste sentido, é válido dizer com qual conceito de gestão

social este trabalho se alinha, tendo em vista que se trata de um campo teórico também polissêmico. Araújo (2014) destaca que em todos os conceitos de gestão social são explicitadas como elementos marcantes: a forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social; a dialogicidade, horizontalidade e solidariedades nas relações; a atuação intersetorial e interorganizacional. Para este autor:

[...] pode-se afirmar que a gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevaecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários (Araújo, 2014, p. 88).

Enriquecendo o debate sobre a gestão social, Boullosa e Rodrigues (2014, p. 148) fazem parte de um campo teórico que vê a gestão social como um “conjunto de instrumentos que permite processos de coprodução social em contextos de políticas públicas, desde que o fazer juntos (*doing together*) assuma uma dimensão política”. São com estas dimensões de democracia, participação, dialogicidade que esta pesquisa se ancora, principalmente no campo das políticas públicas. Sobre isto, vale ressaltar os dizeres de Tavares (2014):

Quando a gestão social insere-se nas políticas públicas e sociais, os desafios da participação passam necessariamente por um maior envolvimento dos interessados nos processos de debate, deliberação, controle, planejamento, avaliação e execução de políticas públicas e sociais, seja ampliando os espaços já institucionalizados, aperfeiçoando suas dinâmicas ou criando novas, com base em arranjos que podem envolver a sociedade civil, o setor privado e o poder público, apesar das tensões existentes entre eles (Tavares, 2014, p. 133).

O que se pretende através desta pesquisa é justamente verificar as formas de participação cidadã na PSP, visando a possibilidade de ampliar ou criar formas dessa participação, no campo da A&M, sobretudo da população afetada pela política, mas sem perder de vista a necessidade de articulação com o poder público. Como visto acima, a PI já é um território que possui organizações que promovem ações de mobilização e articulação social com diversos atores.

Passando à discussão sobre o campo teórico do monitoramento, nos valem da concepção trazida por Boullosa e Rodrigues (2014, p. 150-151), segundo a qual:

[...] o monitoramento deve ser visto como um processo de acompanhamento contínuo das condições internas e externas de um objeto em seu contexto à medida que ocorre no tempo e no espaço, abrangendo todas as suas características de interesse. A observação continuada do objeto requer, entretanto, uma etapa preparatória, a fim de se identificar, dentro dessas características levantadas, as dimensões relevantes e

significativas do objeto, de modo a permitir sua descrição precisa, sua previsão de ocorrência, seu comportamento e seus resultados, a ponto de ser possível reproduzir como ele aconteceria a partir dessas dimensões e dinâmicas de funcionamento. **Trata-se, portanto, de um processo avaliativo continuado, cuja lógica de observação permanece por todo o intervalo de tempo monitorado.** (grifo nosso)

Levando-se em consideração os conceitos de A&M, é possível observar a íntima relação entre estes campos e justificar a escolha destes para construção da TGS.DT deste trabalho, tendo em vista que o instrumento de A&M construído implica um processo avaliativo continuado, a ser utilizado ao longo da execução de uma política que também é contínua, como a de segurança pública. Ainda sobre o monitoramento, é importante trazer as palavras de Rodrigues (2014, p.121):

[...] para monitorar, (sic) é preciso ter um bom domínio da natureza, complexidade, escala e comportamento esperado do objeto de monitoramento. Este parece ser um dos caminhos mais férteis para o desenho de sistemas de monitoramento capazes de constantemente observar alterações nos padrões de comportamento e resposta esperados nos objetos avaliados, de emitir alertas (admoestar, chamar a atenção) em casos necessários, bem como desencadear possíveis procedimentos padronizados para restabelecer equilíbrios previstos, corrigindo eventuais desvios de rota.

Esta complementação do autor sobre o monitoramento reforça a ideia de que, para a TGS.DT desta pesquisa, é fundamental avaliar-monitorar, como forma de ter uma dimensão completa do objeto a ser executado, tendo em vista toda a complexidade que envolve uma política pública.

Seguindo adiante, abordaremos as classificações da avaliação em políticas públicas. Boullosa (2020a) propõe uma classificação por epistemologias ou por *escolas de pensamento* que representam uma forma de demonstrar a densidade e pluralidade do campo da avaliação na atualidade, em seus diferentes matizes, sistemas simbólicos, ancoragens valorativas, estruturas de poder, gramáticas de ação, comportamentos admissíveis para os seus agentes, quadros conceituais, definições metodológicas, dentre muitos outros elementos. Neste sentido, cabe trazer o quadro elaborado por Boullosa *et al.* (2021) que apresenta um panorama das escolas/epistemologias relacionadas ao campo de estudos e práticas relacionadas à avaliação:

**Quadro 5** – Uma configuração para o campo de estudos e práticas em avaliação

Macroescolas / epistemologias	Do plano metodológico		Para o plano epistemológico		
	Objetivo / funcionalidade	Métodos de referência	Noção de conhecimento e de realidade	Noção de realidade	Ancoragem na tradição da ciência
<b>Científico-experimental</b>	Voltada para a mensuração neutra	Método experimental; Método quase-experimental	Científico, objetivo, empírico, mensurável, neutro e passível de reconstrução.	Racionalidade limitada	Positivista
<b>Gerencialista</b>	Voltada para a gestão do objeto avaliado	Custo-benefício; Custo-efetividade	Instrumental, objetivo, preferencialmente empírico, promotor de eficácia e eficiência do Estado.	Racionalidade instrumental	Positivista
<b>Participativa</b>	Voltada para a construção coletiva de uma síntese avaliativa	<i>Practical Participatory Evaluation (P-PE); Centrada em participantes</i>	Prático, situado, subjetivo, pactuado e coletivamente construído.	Racionalidade discursiva	Hermenêutica
<b>Antropológica</b>	Voltada para a reconstrução das matrizes de significado do objeto avaliado	<i>Black Box Evaluation; Etnográfico</i>	Normativo, subjetivo, estruturado, socialmente construído e não reproduzível.	Racionalidade subjetiva	Construtivista
<b>Axiológica</b>	Voltada para a reconstrução dos quadros valorativos do objeto avaliado	<i>Practical deliberation model; Mirada ao revés</i>	Normativo, subjetivo, socialmente construído, implicitamente ancorado em estruturas ativas de valores.	Múltiplas racionalidades	Construtivista / interpretativista

Fonte: (Boullosa *et al.*, 2021, p. 8).

O quadro é interessante para termos uma visão mais ampla deste campo, pois passar do plano metodológico para o epistemológico, de acordo com os autores mencionados, é importante para problematizar o campo da avaliação de políticas públicas no Brasil. Além disso, o quadro serve de base para que eles tragam o contraponto em relação às epistemologias que mais se alinham como o campo crítico das políticas públicas do qual fazem parte. Neste sentido:

[...] assumindo que há uma disputa entre as epistemologias racional-gerencialista e interpretativo-construtivista<sup>58</sup>, nos posicionamos junto a esta última, por compreendermos criticamente as políticas públicas como fluxos multitoriais ativados nos contextos de governo, de problemas considerados como de relevância pública ou de preservação de bens também considerados públicos (Boullosa, 2019). Dentre os materiais que transitam neste fluxo, conformando-o, encontram-se também os argumentos (Majone, 1989; Stone, 1988; Fischer, 2016) e as estruturas de valores subjacentes a eles. Assim, consideramos que as sínteses ou juízos avaliativos são, em sua natureza, um tipo de argumento que expressa e legitima o conhecimento avaliativo<sup>59</sup>. (Boullosa *et al.*, 2021, p. 10)

Sobre a epistemologia axiológica, que está situada no campo construtivista/interpretativista, vale refletir:

[...] a epistemologia axiológica admite a existência de múltiplas racionalidades, ancorada a uma tradição construtivista de ciência, com viés mais interpretativista, cujo cruzamento também pode ser considerado, mais recentemente, como pós-positivista. A noção de conhecimento que a alimenta é de tipo normativo, subjetivo, socialmente construído e, o mais importante, implicitamente ancorado em estruturas ativas de valores. De fato, é a noção de valores a que melhor singulariza esta escola. Filiar-se a ela significa alinhar-se aos esforços dos estudos críticos em políticas públicas para compreender as próprias avaliações como esforços desenhados, conduzidos e validados no âmbito do processo de *policy*. (Boullosa *et al.*, 2021, p. 10)

Ainda sobre a perspectiva axiológica na avaliação, os autores salientam que se trata de um processo multidimensional, porque assim são os sujeitos: diversos, repletos de subjetividade e inseridos culturalmente em seus territórios, espaços onde essas dimensões se encontram e se (re)combinam, desmistificando inclusive a ideia de que a avaliação é neutra, sendo que esta não neutralidade tem uma natureza valorativa e ajuda a refletir sobre o papel democratizador do conhecimento avaliativo (Boullosa *et al.*, 2021).

<sup>58</sup> As avaliações podem ser classificadas a partir de suas tradições de conhecimento: de ontologia realista ou ontologia naturalista. No primeiro caso, de matriz positivista, a missão do avaliador, preferencialmente externo, é explicar o objeto avaliado, pois, nesta ontologia, o papel da ciência é descobrir as leis (verdades) que governam o mundo (realidade). A verdade é sempre objetiva e existe concretamente, independentemente do observador, o que explica, para eles, que a avaliação deve ser isenta, neutra e metodologicamente baseada no controle das variáveis para chegar ao coração da verdade. Já na ontologia naturalista, de matriz construtivista, a missão do avaliador, preferencialmente interno, é compreender o objeto avaliado, pois, nesta ontologia, o papel da ciência é compreender o mundo, as suas partes, sempre de modo aproximado. Neste caso, a verdade é sempre subjetiva, provisória, situacional e dependente do observador, o que explica, para eles, que a avaliação deve ser parte do mundo do observador e do observado, não neutra e metodologicamente baseada na abordagem hermenêutica e interacional (Boullosa, 2020a, p. 20-21).

<sup>59</sup> “O processo de produção deste tipo de conhecimento, assume, para os autores, uma posicionalidade de ruptura com a tradição racional-empiricista em avaliação, passando a considerar a diversidade de atores sociais e institucionais, as culturas e os contextos nos quais são ativados os instrumentos de políticas públicas (Gussi & Oliveira, 2016; Alves & Boullosa, 2020). Tal posicionalidade, que é intersubjetiva, situa-se no campo de estudos críticos em políticas públicas, mas dialoga, também, com os esforços de descolonização do ser e do saber Quijano, 2007) e da politização das dinâmicas do fazer ciência (Collins, 2001). Busca uma compreensão interseccional dos problemas públicos (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2018) e, ainda, a superação das amarras subalternas da discussão despolitizada sobre transversalidade em políticas públicas (Hooks, 1994)” (Boullosa *et al.*, 2021, p. 10).

Levando em consideração todos estes elementos, estes mesmos autores propõem a *antimanualização* da avaliação, no sentido de trazer a dimensão normativo-valorativa como definidora e organizadora da dimensão metodológica. Ou seja, partir do plano epistemológico para construir um percurso avaliativo que dialogue, coerentemente, com seu próprio quadro valorativo, assumindo a parcialidade dos processos avaliativos a partir da posicionalidade, natureza subjetiva e situada de qualquer processo de produção de conhecimento. Explicitando a ideia, cabe o trecho abaixo:

Ao nos posicionarmos, criticamente, sobre nosso próprio repertório e sobre nossas práticas, seremos mais capazes de começar a decolonizar os nossos próprios processos de desenho de avaliações mais aderentes ao contexto brasileiro. Trata-se de transmutar de uma lógica colonial do “padrão-ouro” das avaliações, para lógicas que respeitem as posicionalidades e diversidades dos próprios sujeitos avaliados. Por que não pensamos em nossos “padrões-barro”, “padrões feministas”, “padrões-pretos”, “padrões-decoloniais”, que sejam fincados nos chãos que, muitas vezes, temos que percorrer e experienciar em territórios repletos de diversidades socioeconômicas e culturais, e de desigualdades? Que conceitos, compreensões, experiências e instrumentos podem ser construídos de modo a decolonizar o conhecimento avaliativo no Brasil? (Boullosa *et al.*, 2021, p. 12).

Ainda neste contexto de pensar um antimanual de avaliação em políticas públicas, os autores explicam que o exercício de posicionalidade intersubjetiva também adquire uma dimensão projetual, inclusive no plano metodológico, de natureza reflexiva. Esta reflexividade, por sua vez, nasce em um quadro normativo-valorativo que compreende:

- (i) a situacionalidade da avaliação, ancorada ao campo de estudos em políticas públicas;
- (ii) o processo de avaliação como uma trajetória imersa em um processo de produção de argumentos, no contexto de uma dinâmica mais ampla, que compreende as políticas públicas em suas múltiplas representações (econômica, política, social, cultural e territorial), como nos recordam Lejano (2011) e Gussi & Oliveira (2016);
- (iii) a necessidade de explicitação do quadro normativo-valorativo que subjaz o percurso avaliativo a ser empreendido (Boullosa, 2020b);
- (iv) a problematização das múltiplas posicionalidades intersubjetivas (Collins, 2001) que estarão implicadas em tal processo, inclusive com o compromisso de incluí-las e respeitá-las, por meio da construção de um quadro de atores amplo, denso, aberto, e que lhes dê visibilidade e dignidade, para além de envolver os sujeitos nos processos de avaliação (Gussi e Oliveira, 2016). Isso leva a incorporar, também, os argumentos e quadros valorativos que os subjazem (Fischer, 1995);
- (v) a construção de uma estratégia de avaliação que incorpore a necessária dimensão político pedagógica (Freire, 2011), de modo a refletir e contribuir com a construção de um projeto democrático de sociedade, iniciando pela assunção da dimensão democratizadora do conhecimento plural e valorativamente explicitado, elemento particularmente importante no combate à pós-verdade, chegando a uma linguagem de libertação (Alcoff, 2016). (Boullosa *et al.*, 2021, p. 13).

Estas reflexões e questionamentos trazidos pelos autores ancoraram e orientaram a construção da TGS.DT desta pesquisa, tanto por dialogar com as perspectivas da gestão social,

do campo crítico de políticas públicas, quanto com os estudos decoloniais, além do seu caráter declaradamente implicado. É com esta perspectiva que passaremos ao próximo capítulo, apresentando os caminhos percorridos para esta construção.

## **5 POR UMA CRÍTICA ANTIRRACISTA DA SEGURANÇA PÚBLICA<sup>60</sup>: CONSTRUINDO A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Neste capítulo passaremos à análise e interpretação do discurso dos informantes-chave entrevistados nesta pesquisa, em busca de reunir mais elementos para a construção da TGS.DT, articulando com toda a discussão empírica e teórica que já foram trazidas nos capítulos anteriores. Como dito na metodologia, as fontes de informação utilizadas foram referências bibliográficas, documentos institucionais, legislações e também as entrevistas semiestruturadas e questionários mistos. Ressaltamos ainda a residência social como outro elemento fundamental para esta construção, como veremos em seção específica.

Assim, dialogamos tanto com representantes da pasta de segurança pública e da PM/BA, mais especificamente da BCSU, quanto as lideranças comunitárias e moradores da PI, principalmente do bairro do Uruguai, onde focalizamos o nosso trabalho, por limites de tempo-espaço e estratégia de pesquisa. Pensando nos grandes temas que orientaram a construção das perguntas, sendo eles – segurança cidadã, participação comunitária, e enfrentamento ao racismo – como chaves para pensar a construção da TGS.DT, ou seja, o instrumento de A&M.

### **5.1 DIALOGANDO COM AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE**

Por uma questão de ordem cronológica do tempo, apresentaremos primeiramente as entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias e moradores do território da PI, no sentido de remontar a memória coletiva destes atores sobre os primeiros diálogos sobre segurança pública no território até a implantação da BCSU, além de suas percepções sobre a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo neste processo, em resposta a um dos objetivos específicos da pesquisa. Também, o que trouxeram sobre como construir uma gestão compartilhada de processos de A&M da PSP no território.

Secundariamente apresentaremos as entrevistas e análises das entrevistas com os agentes da segurança pública.

---

<sup>60</sup> Expressão trazida como provocação/contribuição pelo querido professor Dr. Luís Carlos Ferreira Miranda, a partir da banca de qualificação deste trabalho.

Como já dito, foram entrevistadas 8 pessoas moradoras da PI/ bairro do Uruguai, no período de 15/06/2023 a 04/08/2023, que fazem parte de organizações que têm longo histórico de atuação no território e que se mostraram interessadas e abertas quando feito o primeiro contato para convite e apresentação da pesquisa, o que já demonstra a importância e preocupação com o tema. Vale dizer que uma dessas entrevistas aconteceu de maneira coletiva, pois uma das lideranças a ser entrevistada chamou três outras, o que acabou sendo uma surpresa do campo e uma boa oportunidade de trocar com um universo maior de atores, saber mais sobre a história delas, sua relação com o território e com as organizações que compõem.

Todas as pessoas entrevistadas permitiram a identificação e o uso das suas respostas através de TCLE/ autorização em gravação, mas em respeito ao sigilo e à confidencialidade de pesquisas realizadas com seres humanos, achamos por bem utilizar outros nomes, como forma de resguardar suas identidades. Assim, as pessoas da sociedade civil entrevistadas na pesquisa terão seus nomes referenciados como pessoas vítimas da violência racial e/ou personalidades negras importantes da luta antirracista, como explicado no prólogo deste trabalho (p. 17-18), dialogando com a perspectiva de decolonização do saber e do ser de Quijano (2005). Sistematizamos o quadro abaixo apresentando as pessoas entrevistadas da comunidade e as organizações que elas fazem parte, justificando a escolha para entrevista:

**Quadro 6 – Apresentação das pessoas entrevistadas da comunidade**

PESSOA ENTREVISTADA/DATA DA ENTREVISTA	VÍNCULO ORGANIZACIONAL
<i>Luiz Gama*</i> (15/06/2023)	<b>PDGS/UFBA e morador do território</b> , entendido pela banca de qualificação como ator-chave para entrevista, no sentido de remontar a cartografia/memória da relação entre agentes da segurança pública e comunidade da PI.
<i>Tereza de Benguela*</i> (28/06/2023)	<b>Espaço Cultural Alagados</b> <sup>61</sup> - Inaugurado em 1989, o Espaço está localizado no fim de linha do Uruguai. Sua criação foi resultado da luta de artistas e agitadores culturais da localidade por um espaço que atendesse suas demandas de apresentações, ensaios e mobilização cultural. É o único equipamento cultural público de toda a Península de Itapagipe, que inclui, além de Alagados, mais nove bairros de Salvador recebem eventos de diversas linguagens artísticas, atuando em parceria com grupos artístico-culturais locais.
<i>Luiza Mahin*</i> (06/07/2023)	<b>Associação de Moradores Santa Luzia</b> <sup>62</sup> - surge junto com a primeira obra habitacional nos anos 80 para os moradores da região do Uruguai, o Conjunto Habitacional Santa Luzia, como resposta à atuação precária do poder público, denunciando que construir casas de alvenaria não era o suficiente para garantir qualidade de vida aos moradores do Uruguai. É preciso investir em: Estrutura Organizacional; Desenvolvimento Comunitário e Econômico; Saúde Comunitária e Educacional; Educação Formal e Informal com Metodologia Popular e Protagonismo Infantojuvenil e; <b>CAMMPI</b> <sup>63</sup> - é um espaço de mobilização e ação articulada das organizações comunitárias e empreendimentos econômicos solidários da Península de Itapagipe. Atualmente compõem a rede 30 organizações, tais como: associações de moradores, grupos artísticos, religiosos, juventude, mulheres e culturais, creches, escolas públicas e comunitárias, grupos produtivos de artesãos, pescadores, gastronomia, reciclagem etc. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável da Península de Itapagipe, através de iniciativas próprias e parcerias, que priorizem os interesses dos segmentos populares, em torno da construção de estratégias de desenvolvimento sustentável para a região.
<i>Zumbi dos Palmares*</i> (06/07/2023)	<b>Associação Beneficente e Democrática dos Alagados de Itapagipe (ABDAI)</b> - uma das organizações que compõem a CAMMPI, que de acordo com o entrevistado, foi criada na década de 60, no dia 13 de maio e teve uma importante atuação na luta contra a ditadura militar; e <b>CAMMPI</b> .

<sup>61</sup> Disponível em: <https://espacoculturalalagados.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 03 out. 2023.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.santaluziauruguai.com.br/>. Acesso em: 04 out. 2023.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://cama.org.br/rede-cammpi/>. Acesso em: 08 out. 2023.

<i>Caique Bastos dos Santos*</i> (06/07/2023)	Membro da <b>Associação de Moradores Santa Luzia e CAMMPI.</b>
<i>Claudia Silva*</i> (parte 1-06/07/2023, parte 2 -13/07/2023 <sup>64</sup> )	Membro da <b>Casa de Oração Mariazinha (casa espírita), Associação de Moradores Santa Luzia e CAMMPI.</b>
<i>Rodrigo Martins de Oliveira*</i> (13/07/2023)	<b>REPROTAI</b> <sup>65</sup> - rede de adolescentes e jovens da PI fundada em agosto de 2004 por adolescentes e jovens da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, Associação Livre dos Moradores de Mangueira, Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e CAMMPI. O objetivo da REPROTAI é criar mecanismos e oportunidades para que adolescentes e jovens da PI superem as disparidades de formação e outras desigualdades provocadas pela situação de pobreza e tenham uma vida melhor. Diante desse desafio, a Rede realiza advocacy monitorando e incidindo em políticas públicas para a juventude; se articula com parceiros para promover oficinas ludopedagógicas, programas de educação, encontros de formação profissional e inserção no mercado de trabalho e formações para o desenvolvimento de ações empreendedoras; potencializa atividades culturais da PI através da realização de festivais culturais e do Projeto Terças Culturais; desenvolve processos educativos de esporte, arte, cultura e lazer com adolescentes e jovens; e <b>ORA</b> <sup>66</sup> - criado pelo Centro de Arte e Meio Ambiente (CAMA) e a CAMMPI em setembro de 2021, tem o objetivo de monitorar e produzir informações sobre a apropriação e expropriação do espaço urbano, no processo histórico de ordenamento público desigual na cidade de Salvador–Bahia.
<i>Maria Bernadete Pacifico*</i> (04/08/2023)	<b>Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP)</b> <sup>67</sup> - é um movimento de fortalecimento da juventude em escolas, bairros e comunidades de fé. Por meio do monitoramento de políticas públicas para a proteção da infância e juventude, a Visão Mundial forma e desenvolve capacidades para a participação ativa de adolescentes e jovens na sociedade, abordando temas como a evasão escolar, qualidade e condições estruturais do ensino, violências, violações de direitos, segurança pública e racismo; e <b>REPROTAI.</b>

Fonte: Elaboração própria (2023).

<sup>64</sup> A entrevistada precisou sair mais cedo no dia da entrevista coletiva, então foi necessário um segundo dia para finalizar a entrevista apenas com ela.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://reprotai.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 04 out. 2023.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://cama.org.br/observatorio-analisa-racismo-ambiental-nos-14-bairros-da-peninsula-itapagipe-em-salvador>. Acesso em: 04 out. 2023.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://visaomundial.org.br/mjpop>. Acesso em: 08 out. 2023.

Priorizamos por meio da escolha das pessoas entrevistadas garantir a diversidade, a memória coletiva do território e as experiências existentes que mais se aproximasse da TGS.DT construída. Assim, descobrir ao entrar no campo a existência do MJPOP e que a partir dessa metodologia foi construído junto com a comunidade e outras organizações, um Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Salvador, foi outra grata surpresa do campo. Infelizmente o Plano referido ainda não está publicado, de forma que só foi possível acessá-lo fisicamente no momento da entrevista.

As pessoas entrevistadas, por sua vez, são todas negras, com idades entre 25 e 65 anos em média, moradores do território ou pertencentes a organizações que estão no território. Como dito anteriormente, a PI tem uma rede organizada de incidência e mobilização social, que se inicia lá na década de 80 com a luta contra as indústrias poluentes e por moradia digna, entre outras políticas públicas. Também com um histórico de diálogo com os poderes públicos para solucionar os mais diversos problemas, como visto no Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe (CAMMPI; NAI, 2008), inclusive a segurança pública. Neste sentido, uma das nossas perguntas da entrevista foi justamente entender como se deu o processo de instalação da Base Comunitária de Segurança do Uruguai (BCSU) no território. O primeiro entrevistado, *Luiz Gama\**, trouxe uma memória ainda mais antiga desse processo, de quando ele trabalhava lá como advogado no Balcão de Justiça e Cidadania (BJC)<sup>68</sup>, remontando aos primeiros diálogos existentes entre sociedade civil e poder público sobre o tema, muito antes da BCSU que só veio em 2014:

Isso aí foi em 2004, 2005, 2006 [...] quando nessa época a gente estava lá, o grande debate era como fazer um policiamento não ostensivo, mas um policiamento comunitário. Então, na verdade, a gente estava nas bases, nos primórdios desse debate. E aí rolou alguns projetos do Balcão de Justiça. [...] Mas tinha uma outra parte desse Balcão [...], que era justamente como você, a partir também de práticas de mediação intercultural, você conseguiria fazer uma gestão comunitária mais pacífica, o que passava pela questão da segurança pública, sobretudo em relação ao Uruguai, que tinha índices de violência muito grande. Então, você tinha tanto de um lado a violência endêmica do bairro, como você tinha também muitos casos de violência policial e de uma presença da polícia truculenta. Você está falando aí de anos que estávamos saindo do carlismo e que tinha como prática pública uma prática de necropolítica, muitos casos de chacinas, casos de grupos de extermínio, muitos casos... É uma segurança pública necrológica mesmo. Não que deixou de ser. Mas naquele momento você tinha essa questão. E daí [...] consegui fazer umas conversas com o comando da polícia militar da região, isso na figura de um camarada que eu já te falei, que era o [...]. E ele incentivou e deu [...] Ele deu carta branca, né? Para que... Carta branca. Ele deu autorização e incentivo, né? Como o gestor da polícia, ele deu [...] que inclusive esses

---

<sup>68</sup> Projeto do Tribunal de Justiça da Bahia que mantinha convênio de cooperação técnica com algumas universidades particulares e que oferecia serviços gratuitos de mediação e conciliação de conflitos de causas de menor complexidade para a comunidade.

processos de mediação entre a comunidade e a polícia militar, e os comandos da polícia militar (Entrevistado Luiz Gama\*).

Por este trecho é possível observar que o território do Uruguai vem convivendo com altos índices de violência e letalidade policial há bastante tempo e que o diálogo e a mediação são fundamentais para processos tensionados, pois a partir disso é possível iniciar construções eficazes para o problema, o BJC cumpriu um papel fundamental neste sentido, como dito por ele:

Então o [...] foi fundamental nesse processo, porque era ele quem conduzia esses diálogos entre comunidade e polícia. Então, fazia uns tipos de aulões, que não eram aulas, não era de conteúdos, mas de diálogo, né? Mediado, uma pessoa técnica, né? Que a partir das falas dos atores, ele ia construindo ali consensos, entendimentos, e possibilidades de diálogo. Na verdade, era uma mediação comunitária que ele propunha ali, que ele fazia ali naquele momento, e que para aquele momento foi fundamental para a criação de algum tipo de sinergia entre esses atores que se olhavam de um modo muito estranho, todos muito estranhados. Imagine, né, que você tem lideranças [...], lideranças históricas ali daquela região que viram pessoas jovens sendo mortas, desaparecendo, né? Então imagina o peso, quão pesado eram esses encontros com a polícia que matava. Então, eu acredito que ali você teve alguns processos de humanização dos sujeitos, tanto de policiais como dos membros daquela comunidade. [...] Qualquer problema de pública relevância [...] questão fundamental, pontapé inicial para qualquer tipo de sinergia é quando as figuras se sentam na mesma sala, na mesma mesa e começam a dialogar como iguais, não no *top down*, mas como no *bottom up*. Então, de igual pra igual, você tende a ter resultados mais alvissareiros (Entrevistado Luiz Gama\*).

Trazendo um contraponto também sobre esta relação complexa e desafiadora entre agentes da segurança pública e sociedade civil, o entrevistado também comenta as tensões e entraves existentes nestes processos de diálogos, principalmente por conta dos altos índices de letalidade que assustavam e seguem assustando as lideranças e comunidade em geral:

E o que me impressionava e que me impressiona até hoje, quando a gente conversa com gente da segurança pública, é que há uma dissincronia entre o que é o dever da polícia e direitos humanos. É como se os direitos humanos fossem conflitantes na fala de muitos desses, desses agentes públicos, da segurança pública, é como se fosse conflitante, pelo menos naquela época. Como é que eu posso fazer isso sem isso? Então, como é que eu posso prescindir de um baculejo? Como é que eu, enquanto policial, como é que eu vou abrir mão da violência? E do meu poder de policial? Então havia uma dissincronia muito forte entre os policiais e o que se esperava e o que a comunidade gostaria de ouvir. Então a gente sempre tinha momentos de impasse. Impasse é justamente quando as partes, as pessoas não conseguem evoluir num diálogo. Porque elas partem de cosmovisões diferentes, partem de lugares de sujeição diferentes. Então, é como se [...] as percepções da segurança, as percepções da violência, elas não coadunassem para um elemento comum. A questão racial também, mal resolvida na polícia da época, acho que hoje estão melhores, mas ainda tem graves déficits de entendimento da questão racial. Isso é um traço nacional, mas quando você toca na polícia, você termina vendo uma organização que é muito ambivalente, porque boa parte dos quadros são negros, e é talvez um dos únicos mecanismos públicos que permitam a ascensão social do negro [...] com uma certa folga, sem tantas disputas fratricidas (Entrevistado Luiz Gama\*).

Daqui destacamos a necessidade de avançar no debate racial para dentro da segurança pública e como isso é fundamental para a própria instituição policial, seja pela sua composição, seja pela letalidade policial que atinge majoritariamente pessoas negras.

Seguindo, consideramos importante trazer a memória desse processo como forma de compreender que elementos estavam em jogo naquele momento, quais deles em grande medida perduram até os dias de hoje e que caminhos já foram construídos neste sentido. O diálogo e a participação dos sujeitos, de maneira igualitária como visto acima, aparece como elemento necessário, corroborando o que já sinalizamos em muitos momentos dessa escrita. Por isso mesmo a participação comunitária e cidadã se tornaram uma categoria de análise para pensar a TGS.DT desta pesquisa, para pensar a segurança pública e seus processos de A&M. Assim, quando perguntado a Luiz Gama\* sobre o que achava importante para pensar a participação comunitária nas políticas públicas, ele nos disse o seguinte:

Quando você tem participação política, quando você tem atores engajados, a capacidade de pautar é muito mais clara e evidente, e ela termina estrangendo mais poderes públicos. Então, a capacidade de pautar. Quando é que você pauta? Quando você se reúne, demanda, mas também quando você constrange, quando você consegue criar um corpo de poder que crie a evidência reiterada daquela temática na sede pública, na esfera pública. E nisso parece que as organizações aqui da Cidade Baixa, eles aprenderam a fazer isso bastante no histórico do bairro.

Outro elemento que ele traz e que não teria relação apenas com a participação na PSP seria a necessidade de formação de uma opinião pública qualificada da segurança pública, sem paixões, sem discursos negacionistas, pautada na realidade concreta e envolvendo poder público e sociedade civil. Ou seja, uma participação/opinião qualificada do fenômeno da violência, do fenômeno da desigualdade, do fenômeno de uma segurança pública que inclui e não exclui. Ainda quando perguntado sobre como a participação comunitária nos processos de A&M podem contribuir para o enfrentamento ao racismo, sinalizou que:

Acho que é uma questão de mobilização política para, se isso é entendido como problema de pública relevância. E se esses atores estão mobilizados para isso. E se esses conselhos são minimamente escutados pelos governos, pelos poderes públicos, você tem aí sim um instrumento capaz de problematizar e de pontuar as questões de racismo, seja a partir de observatórios, seja a partir de denúncias, seja a partir de cartografias dessas violências, desses étnico-raciais, enfim [...].

Assim, pontuando a necessidade de pensar instrumentos em políticas públicas e na A&M que estejam compromissados com o enfrentamento ao racismo, o que se aproxima com a TGS.DT desta pesquisa, passaremos a analisar na próxima entrevista.

Antes disso é válido dizer que as perguntas das entrevistas semiestruturadas foram pensadas para serem utilizadas para todas as pessoas entrevistadas, tendo algumas variações de acordo com a atuação e acúmulo delas sobre as temáticas da pesquisa. Por outro lado, alguns ajustes foram necessários no momento da entrevista ou algumas perguntas não foram feitas.

A segunda entrevistada foi Tereza de Benguela\*, representante do Espaço Cultural Alagados que embora seja público, foi construído a partir de um processo de luta da comunidade por espaços culturais no Uruguai e que ela participou ativamente desde os 13, 14 anos de idade, como nos disse. Este inclusive é mais um dos processos de mobilização social que a comunidade da PI esteve envolvida ao longo do tempo. Ela também ajudou na construção da REPROTAI que tem uma íntima relação com este Espaço, e tem atuado como uma facilitadora da cultura por todos estes anos, trabalhando em processos de fortalecimento e empoderamento de crianças e jovens do território, através da arte e cultura, como uma alternativa para a violência.

Tereza de Benguela\* traz, inclusive, um histórico da comunidade que tem relação com o período anterior à instalação da BCSU, onde o território enfrentava muitos problemas relacionados a violência, mortes provocadas por policiais, chacinas, grupos armados e que geraram muitas tensões entre comunidade e agentes da segurança pública, como relatado por outros entrevistados:

[...] a gente lutou, tiramos os meninos de lá, de dentro, na época, era lá na frente mesmo, no mesmo lugar que a Base Comunitária. Era menor, era um posto. Então toda vez que uma mãe ligava[...] pelo amor de Deus me ajude! [...] E a gente começou a juntar aquele grupo que entendia que lugar de adolescente não era nas grades, que era para ter direito (Entrevistada Tereza de Benguela\*).

Ela também comentou sobre o estigma que o bairro do Uruguai passou a enfrentar por conta desses altos índices de violência e como pessoas moradoras dos bairros do entorno tinham preconceito com a localidade, tanto que as reuniões que começaram a acontecer naquele período para discutir o tema, que como já dito funcionaram como o embrião da instalação da polícia comunitária ali, serviram também para que estas pessoas vissem o bairro e seus moradores de outra forma, sobretudo por sua capacidade de incidência e de colocar os problemas da letalidade policial na mesa de forma direta e contundente, em busca de providências.

Depois dessas reuniões sobre a questão da violência no território e discussões preliminares sobre a polícia comunitária, a entrevistada disse que este assunto ficou esquecido durante um tempo. Depois disso, foram surpreendidos já com a construção da BCSU:

Quando começou para fazer a Base, a gente não foi chamado. Talvez algumas pessoas da comunidade que queriam de fato a Base. Porque a gente não pode dizer que toda a comunidade não queria. A gente pode dizer que a gente até queria também, só de uma forma diferente. Não era para matar os nossos filhos, era para contribuir com a vida deles. [...] Então, na verdade, quando veio mesmo, veio uma paredona branca aqui na frente do teatro, bem na frente. Aí os meninos - Pronto Tereza *de Benguela*\*! Aí botaram a mão na cabeça: - Estão querendo acabar com a gente, querendo botar a Base, implantar a Base em frente ao Espaço Cultural, na porta do Espaço Cultural, e acabar com a nossa Terça Cultural. Eu disse: Oxente, é brincadeira? Isso aí é a Base? - É. Aí eu chamei [...] os mais velhos: - Olha gente, estão implantando a Base. Aí tiraram foto, fizeram um arerê no *Face*, e aí chamou um pouco de atenção. Mas aí veio os representantes nobres que discutem nas quatro paredes e disseram assim: - Não a gente não quer ir contra comunidade, ao contrário, a gente está criando uma Base, uma Base comunitária porque já teve um trabalho desse, a gente pesquisou e viu que já tinha né, acontecido aqui, a polícia em todos os bairros, Calabar, e foi dizendo os bairros, e a gente percebeu que a polícia comunitária ela não pode mais ser daquele viés da polícia invadir a casa, prender menino, mas a Base é para garantir a cidadania [...] (Entrevistada Tereza de Benguela\*).

Ela aproveitou para fazer uma crítica incisiva sobre o que na verdade acha sobre a atuação da BCSU, muito diferente do discurso que foi apresentado no momento da instalação e sobre o que ela espera do papel das forças de SP:

Só que eu digo para você, querida, é só sonho. A instituição, na verdade, ela precisa mudar a cara dela. Ela não pode ser segurança pública para defender brancos e meninos adolescentes e jovens para incluir ele na luta<sup>69</sup>, não sei que, para ele virar um bom policial. A política de segurança pública é incluir qualquer um jovem, não só indicando as escolas, partilhando desse momento que a juventude quer, por exemplo, uma praça onde eles fazem as Terças Culturais, e lota de gente. O papel do policial não é matar ninguém, é olhar, é proteger, para que esses meninos que estejam assistindo ou apresentando possam estar livres de um carro maluco, de um bêbado, de um maníaco, entendeu? É pensar nisso e não pensar que a juventude vai violentar naquele momento (Entrevistada Tereza de Benguela\*).

Esta crítica também envolveu o fato da SP, incluindo a BCSU, ter assumido papéis que tradicionalmente são desenvolvidos pelas organizações sociais, como a cultura, artes, e educação, isso porque algumas escolas públicas do território passaram a ser escolas militares, fato que também gerou muitas discussões e tensões neste processo de interação. Além disso, a pressão feita pela comunidade ao saber que a BCSU estava sendo instalada gerou a realização de um seminário para discutir como seria este processo e o que a comunidade esperava daquele serviço público. De acordo com a entrevistada, depois disso houve muitas tentativas da comunidade de participar e se envolver com BCSU, com os CONSEGs, porém com o tempo foram percebendo a falta de efetividade disso.

---

<sup>69</sup>Aqui ela se refere às aulas de artes marciais que são oferecidas pela BCSU para a comunidade.

Por outro lado, ela não deixa de reconhecer o papel que vem sendo desenvolvido pelas comandantes da BCSU, que de acordo com ela foram todas mulheres nos últimos períodos e que, com todas as dificuldades e limitações, buscam tecer diálogos com o Espaço Cultural Alagados e com a comunidade. Ela enaltece inclusive a capacidade de liderança e mediação das mulheres negras neste processo. Fato este que também foi comentado por *Luiza Mahin\**. Aliás, pelas entrevistas foi possível perceber, já que a maioria das pessoas entrevistadas foram mulheres, a força da liderança feminina nos processos de luta e mobilização do território.

Outro ponto importante trazido por ela foi como funciona a gestão compartilhada do Espaço Cultural Alagados com a comunidade, principalmente com a REPROTAI e como as crianças, adolescentes e jovens têm voz ativa dentro dessa construção. É com muito amor e orgulho que ela relata como essas pessoas cuidam do espaço e se cuidam entre si, como as metodologias utilizadas são a partir do diálogo, de se sentar em roda e compartilhar aprendizados e soluções coletivas dos problemas do território, como direito à moradia, a saúde e a segurança. Isso também foi apontado pelo primeiro entrevistado como um caminho para pensar a participação comunitária nos processos de políticas públicas, principalmente a segurança, que, como temos visto em diversos momentos deste trabalho, é complexa, muitas vezes difícil, mas sem dúvidas, possível.

Ainda sobre isso, a entrevistada fala sobre a importância da escuta nestes processos, porque muitas vezes os agentes da segurança foram chamados pela comunidade, mas não compareceram e vice-versa, então criar espaços de diálogos, para ouvir diversas pessoas da comunidade e não só as lideranças como muitas vezes acontece. Por ser tão sensível, o tema da segurança pública requer uma escuta qualificada e ativa de todas as pessoas, como nos diz *Tereza de Benguela\**:

[...] o policial tem um papel e o movimento, a escola, cada um tem seu papel. E se não juntar a escuta dessas pessoas, a gente não vai para lugar nenhum. O que é que a segurança é sem todos esses direitos? Nada. Assim como a cultura é, sem esses direitos todos que estão ao lado, até defender a questão da segurança pública. [...] Então, é essa coisa do compartilhar sonhos, compartilhar vida, é aproximar as pessoas. E a própria polícia, o sistema dela, ela pode ser capaz de fazer, começar a fazer, porque tem muita gente boa dentro da polícia, entendeu? Sensibilizar os policiais, não é só pegar a arma pesada e entregar (Entrevistada Tereza de Benguela\*).

Este discurso de escuta e diálogo junto à comunidade está muito presente nos discursos das lideranças do território que entrevistamos, embora algumas delas não se reconheçam dessa forma e, na verdade, em suas falas foi possível observar muito alinhamento e coesão, principalmente na entrevista coletiva com os atores sociais da CAMMPI. As divergências

também aconteceram, mas com menos frequência, o que demonstra a diversidade de pensamentos e como a segurança pública divide opiniões. A entrevista foi realizada com quatro pessoas ao mesmo tempo, sendo que todas elas representavam, além da CAMMPI, outras entidades como é possível observar no Quadro 6. Além disso, são pessoas que vivem no território desde a infância e acompanharam diversos processos de mobilização, inclusive a instalação da BCSU. Sobre isso, cabe trazer a fala de Caique Bastos dos Santos\*, que reforça o que foi trazido por Tereza de Benguela\*:

Em relação à construção, da implantação da Base a gente acompanhou, a gente que eu falo a Rede CAMMPI, através das instituições, a gente acompanhou todo o processo, fizemos um diálogo, um seminário, se lembra? Fizemos um seminário onde a gente apontou diversas atividades, diversas ações para construir um plano ali né? E as coisas não andaram, não havia boa vontade dos profissionais, de alguns técnicos até que sim, a gente percebia que havia, mas uma vontade política de se criar algo ali, a partir dali a gente não percebeu nesse processo de luta, de implantação da Base, ou de no mínimo uma proposta ou um plano para Itapagipe, não sei o que poderia ser feito ali. Então hoje a gente vive uma política de segurança pública onde a única coisa que nós temos ao nosso favor é o denunciamento, a única coisa que a gente tem é o denunciamento de dizer "olha fulano entrou aqui e meteu o pé na porta de sicrano, atirou em fulano. (Entrevistado Caique Bastos dos Santos\*).

Já Claudia Silva\* traz uma memória de antes da implantação da BCSU, de momentos de muita violência vivenciada pela comunidade através da atuação de uma polícia truculenta, realidade vivenciada por diversos territórios negros e periféricos:

[...] quando chegava as polícias, a segurança não era para proteger, eu nem sei o que eles iam proteger, que eles invadiam, muitas vezes eu tava fazendo trabalho com as famílias, e eles passavam parecendo... não queria saber quem tava quem não tava, era mostrando arma mesmo, invadindo como *Caique Bastos dos Santos\** citou, as casas das famílias, era porrada na porta, tirava os... principalmente os jovens, muitas vezes era jovem, juventude mesmo. E esses anos todos a gente vê que realmente não teve progresso nenhum, antes a gente tinha um módulo policial que a gente saía correndo para ver quem era o jovem ou pai de família que tava dentro do módulo, antes da Base, que tava lá apanhando, era apanhando, muitas vezes morria lá, a gente só via que morreu porque fez alguma coisa, a gente sabia que muitas vezes não fez nada, eles mesmo, quem eram estes pais de família? Muitas vezes eram negros e que tava lá na sua porta tudo, fazendo sua economia e eles não queriam saber [...] (Entrevistada Claudia Silva\*).

Este processo inclusive se relaciona ao período em que a comunidade vivia nas palafitas, muito no sentido de reprimir e negar ainda mais direitos para aquelas pessoas que passaram a ocupar aqueles territórios, então a falta de políticas sociais estava intimamente ligada com a violência estatal. A fala dela ilustra uma tensão antiga com a comunidade em relação a esta forma de atuação da polícia, que eles imaginavam que poderiam ser dirimidas com a instalação da BCSU. Em que pese não tenham sido avisados de sua instalação, depois conseguiram

desenvolver um canal de diálogo, como a realização do seminário, como já dito, mas *Claudia Silva\** relata dificuldades:

[...] até que a gente resolveu fazer o seminário, [...] uma roda de diálogo para resolver e lá nessa roda a gente muitas vezes foi desacatados, a gente tá se referindo a Rede CAMMPI que foi que puxou os documentos e nasceu esta Base ai, e quando nasceu a gente pensava que, como já tinha no Calabar e em outros locais, seria mais pacificadora, que vinha pessoas com mais humanidade, porque a segurança também é feita de pessoas, e não é só de ordem [...] eu tomo ordem, mas as pessoas que invade as casas, que tira o pai, tira a mãe de dentro de casa puxando, tira o jovem, mata lá no fundão e traz para frente, não tem humanidade nenhuma. E esta Base nasceu disso, de muita conversa com a comunidade, com as organizações, mas depois a gente viu que não era nada daquilo, porque os atos continuaram, as ações de morte [...] (grifo nosso) (Entrevistada *Claudia Silva\**).

Da fala dela, observam-se os limites entre o ideário da segurança cidadã e as práticas violentas dos agentes da SP. Neste sentido, *Luiza Mahin\** também expôs o que ela acha dessa relação entre agentes da segurança pública e comunidade:

Eu particularmente acho que nunca teve uma política de segurança pública no Brasil, né? E ao longo dos anos, desde a escravidão, o que mudou foi a forma de fazer, porque para mim o conceito de Segurança Pública é resolver o problema de habitação, resolver o problema de emprego, de saúde, de educação. E aí a gente vai percebendo que até os governos, eles não têm nenhum controle sobre a polícia e ainda, assim, eu tenho que reconhecer que o outro que tá lá na própria instituição, quando eles cometem o erro, que eu acho pior, o estado tira o corpo fora e deixa aquela pessoa ser julgada como se fosse culpa só dele (Entrevistada *Luiza Mahin\**).

*Caique Bastos dos Santos\** também se alinha ao que foi dito por *Luiza Mahin\**, como veremos no trecho a seguir:

[...] esta pauta da segurança pública deixa a gente triste pela forma de que ela tem sido implantada, na verdade se você me perguntar eu acho até que não existe um problema, uma política de segurança pública do Estado, acho que nem no Brasil é, porque...ou existe porque a falta de algo é a existência do mesmo né? Por que a gente não vê elementos na segurança pública que norteie né? Os direitos, os direitos humanos, os direitos das pessoas, o que a gente vê é um estado fortalecendo simplesmente a ação policial, entendeu? De forma aleatória ou de forma perversa, onde não atende os anseios da população né? Porque em nenhum lugar está escrito que se vê na testa de uma pessoa se a pessoa é marginal ou não. E o estado dizer, vê na pessoa preta uma pessoa perigosa, porque é isso que a gente vê, isso nos dá medo, né? (Entrevistado *Caique Bastos dos Santos\**).

Com estas falas eles retomam um ponto importante que foi tratado no capítulo 3, seção 3.1 sobre segurança pública e questão racial dessa dissertação, que fala justamente sobre como esta, ao longo da história do Brasil, foi se constituindo como uma forma de controle de corpos

negros e dessa negação de cidadania à comunidade negra. Vejamos o que nos diz *Zumbi dos Palmares\** sobre isso:

Eu acho que segurança pública ela só existe para oprimir, a segurança pública ela é o inverso, na verdade nós estamos em uma nação que nos negou todos os nossos direitos, desde o início da constituição dessa nação nos foi negado, eu falei antes de minha avó, minha avó me contava que ela foi proibida de entrar numa escola pública porque ela era negra. **Então os negros não tinham acesso, não tinha direito à educação, isso perdurou até próximo de eu nascer, meado de 60 por aí, a dificuldade de acesso à educação também era muito grande e assim também como o direito de acesso a todos os serviços públicos. E também ao que é produzido, a riqueza que é produzida nessa nação, que também nos é negado. Então a segurança pública ela é o inverso de tudo, ela existe para nos oprimir, para nos manter em uma situação de "cidadão" entre aspas, sem direitos [...]** (grifo nosso) (Entrevistado Zumbi dos Palmares\*).

Importante salientar que quase todas as pessoas entrevistadas trouxeram em suas falas a contradição que representa a PM, formada por maioria de pessoas negras, ser a principal promotora de mortes para esta mesma população. Mais uma faceta do racismo: o estado mais negro do Brasil é um dos que também mais mata gente negra, que destrói famílias e potencialidades negras. *Luiza Mahin\** traz isso de forma muito assertiva em sua fala:

E ainda tem um lado que eu acho pior é, eu particularmente eu vou em enterro, e uma das coisas que eu mais reparo é quando esses meninos são assassinados assim, como na verdade esse estado através do que se diz ou supostamente diz que é a segurança pública, destrói as famílias negras, porque depois essas mães ficam, que normalmente é mulheres que estão lá, eu já fui em três enterros, certo? E eu só vejo lá a mulher. E ainda pior que esta mulher que está lá acabada e destruída, ela consegue ainda dar força a quase toda família e a comunidade que percebe aquilo (Entrevistada Luiza Mahin\*).

Este dado de realidade reforça a composição do território, negro e de maioria de mulheres, no qual elas são as principais lideranças, mas também uma das grandes afetadas pela violência racial e letal do estado. No discurso dela também é possível destacar o tratamento diferente reservado a territórios negros em relação a territórios brancos, bem como o fato de as BCS muitas vezes entrarem sozinhas no território, sem outras políticas públicas que também são fundamentais e que estão previstas na concepção de segurança cidadã:

Então eu acho que a gente ainda tem um caminho longo a percorrer. Que não é isso que é Base Comunitária, a metodologia tem alguma coisa que ainda contradiz, talvez a forma autoritária ainda que alguns, algumas pessoas que tá nela... adequou a ela, eu não sei bem por que eu nunca estudei sobre isso, eu só acho que isso não é Base, não é o que a gente pensa. E o que é o mais crítico é que ela entra sozinha, não dá para entrar nas periferias como ela entra sozinha e elas tem convicção dos bairros de onde tem, que o lugar, o bairro tem a ver, eu garanto que ela não entra em bairro de rico que tem Base como ela entra no Calabar, como ela entra no Nordeste de Amaralina.

Aqui no Uruguai eu acho ainda que a gente tem um contorno que não entra com tanta violência [...] (Entrevistada Luiza Mahin\*).

Seguindo, outra pergunta da entrevista foi o que eles achavam importante para garantir a efetiva participação da comunidade nas políticas públicas, sobretudo a segurança pública. Sobre isso *Luiza Mahin\** comentou a importância dos conselhos e seu papel para garantir a democracia, mas que dentro deles ainda existe uma desigualdade muito grande, pois muitas vezes a sociedade civil não tem todas as ferramentas para participar destes espaços da melhor forma, seja porque não tem recursos financeiros para acompanhar todas as reuniões, seja por não ter o conhecimento técnico para lidar com os instrumentos que são trabalhados nesses espaços, como, por exemplo, decretos, leis, orçamentos. Neste bojo, ela faz uma provocação em relação ao papel das universidades neste processo educativo:

Então eu acho também que as universidades têm um papel fundamental [...] como pode formar aqueles conselheiros? Ele foi eleito, é uma pessoa que foi eleito ali, ou uma liderança como diz, mas assim, ele precisa ser formado, tem gente que é ousado, que vai lá se forma, mas tem outros que precisa ser estimulado, porque não é tão fácil não, você fazer aquele acompanhamento que o cara só faz aquilo, que só estuda para aquilo e que entra quem vai fazer militância e tem que votar né? Sem ser ganho por opinião dos outros, mas dizer: “não, quero votar” (Entrevistada Luiza Mahin\*).

Daqui ressaltamos a importância do conhecimento informado e esclarecido, a comunidade precisa entender o que está sendo discutido, de forma acessível e transparente, para conseguir fazer o controle social adequado. Ainda sobre instâncias de participação social, também perguntamos para o coletivo qual era a relação deles com os CONSEGs existentes no território<sup>70</sup>, quando *Zumbi dos Palmares\** nos trouxe sua opinião, informando inclusive que os primeiros CONSEGs foram criados no território da PI e que participou deste processo:

Estes conselhos ou estes conselheiros são pessoas que não tem essa relação com as comunidades ditas mais periféricas do território. Geralmente são pessoas dali do Bonfim, essa senhora mesmo que faleceu era da Boa Viagem, conheço todo mundo, mas que assim são pessoas que têm um olhar que é diferenciado do nosso olhar de segurança pública. Então eles participam desses conselhos, primeiro estes conselhos existem exatamente que é para atender a lei, é por isso que ele existe, mas não para ele ser provocado, até mesmo porque o comandante ele não tá aí né, muito aberto para as mudanças que a gente quer propor, então não adianta a gente... foi exatamente isso que ela tava dizendo, exatamente esse olhar, então o que é que eles querem, como a gente está na periferia, a gente conhece todo mundo, conhece toda a movimentação, o que eles querem é que a gente faça um processo de denunciamento, então não nos interessa em nada a gente participar desses conselhos, não nos interessa. Então quem é que participa? De novo, são empresários, são os ditos burgueses do território, que quer a polícia na sua porta, que quer a viatura passando ali diuturnamente, que tá brigando pela segurança da sua loja, que tem policiais que são dono de empresa de

<sup>70</sup> Vale lembrar que os CONSEGs da PI estão desativados ou não funcionam.

segurança, que tem um cara que no território tá criando um monitoramento que é particular, privado, que é dele, então, ou seja, mas cadê o estado em si, tá? (Entrevistado Zumbi dos Palmares\*).

Este olhar crítico sobre estes espaços também é compartilhado por *Caique Bastos dos Santos\** quando diz que:

[...] são espaços viciados, comprometidos, não com o que a gente acredita, entendeu? Com o poder público ou com a questão mesmo dos empresários, a única pauta que eles garantem é isso, a segurança dos caras, entendeu? [...] Tem alguns conselhos que é estratégico para manter o *status quo* e por exemplo, o de segurança pública é um deles. E quando você adentra um espaço de conselho você vê pessoas, de repente você identifica pessoas que parecem, que parece não, que a ideia é que elas estão ali estrategicamente desempenhando um papel como funcionários de interesse de alguém né? Específico até, como se fosse aquela figura que a gente tinha na escravidão do cara que... do capitão do mato, ele tá ali desempenhando um papel específico, mas ele não tá ali à toa, ele recebe para estar ali, então eles acabam meio que se profissionalizando naquela ação dele né? (Entrevistado Caique Bastos dos Santos\*).

Assim, verifica-se a partir do discurso dessas pessoas que mais uma instância da segurança cidadã que são os CONSEGs não tem cumprido o seu papel institucional de promover a participação comunitária das diversas coletividades do território, ao contrário, servindo inclusive para afastá-las, quando não para promover processos de denunciamento e criminalização, como dito por eles.

Retomando o papel da educação, salientamos a necessidade de pensar a segurança pública de forma integrada com outras políticas públicas, o que também foi muito presente nos discursos de todas as pessoas entrevistadas, principalmente porque se trata de um território que tem construído processos de transformação social e enfrentamento a violência a partir da educação e da cultura, sobretudo para a juventude, exemplos disso são iniciativas como a Escola Comunitária Luiza Mahin<sup>71</sup> e a REPROTAI. Isso é importante para pensar novas possibilidades e romper com o modelo militarizado de segurança pública que está colocado muitas vezes dentro das escolas, como nos disse *Claudia Silva\**:

A gente vai fazer uma pesquisa sobre violência e aí eu tava chamando os meninos, aí eu chamei um, ele tem 12 anos, ele é 6º ano, porque é no Polivalente, aí ele falou assim uma coisa que eu fiquei pensando, ele fez assim: "esta pesquisa é para que?" [...] É

<sup>71</sup> A Escola Comunitária Luiza Mahin nasceu em 1990 a partir de uma iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, no bairro Uruguai, frente à necessidade diagnosticada na comunidade de um trabalho focado em educação e saúde. Em vista da carência de escolas públicas, que apresentavam quantidade de vagas insuficientes para o atendimento às crianças do bairro, a Luiza Mahin surgiu primeiramente como escola do bairro para depois se consolidar como escola comunitária, reconhecida pelos órgãos legais e competentes. Pautada na metodologia de alfabetização de Paulo Freire e Emília Ferreiro, a escola trabalha para aumentar os níveis de alfabetização de jovens e adultos da região, diversificar as oportunidades de formação profissional continuada e aumentar o acesso de mais crianças dessa região ao ensino fundamental e à educação infantil. Disponível em: <https://escolastransformadoras.com.br/escola/escola-comunitaria-luiza-mahin/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

porque vai falar sobre o clima, sobre a violência... Aí ele fez assim: "e vai falar porque as polícias estão dentro da escola? Porque todo dia o carro de polícia entra no Polivalente, eu pensei que na escola entrava professor e não polícia". Então isso já é coisa de um menino de 12 anos, não é um adulto, já é um menino, eles têm a percepção das coisas, que a violência está aqui. Aí o outro ainda falou assim: "eles vêm com aquela arma e se aquela arma dispara aí, vai matar todo mundo e depois fica procurando coisa lá na comunidade [...]" (Entrevistada Claudia Silva\*).

*Zumbi dos Palmares\** também faz uma provocação sobre como a educação pode contribuir para entendermos nossos processos históricos e sociais e romper com as desigualdades, principalmente a academia:

E vocês, acadêmicos, têm a obrigação de desvendar isso, de trazer uma nova realidade para esta população, que é educação, e educar significa desvendar isso, mostrar esta realidade, mostrar que tudo é feito nessa nação para negar nossos direitos e manter pouquíssimas pessoas abastadas de recurso, de tudo que é produzido, da riqueza produzida nessa nação. Esta é a minha leitura de tudo isso, de segurança pública e de violência. A violência é produzida (Entrevistado Zumbi dos Palmares\*).

Ainda sobre o papel da educação, ele também comenta sobre a necessidade de uma mudança de cultura, através da educação, da forma como os agentes da segurança pública são formados e de como veem os territórios negros e periféricos:

Primeiro é desconstruir tudo que tá aí e você só vai conseguir fazer isso principalmente numa instituição com sua estrutura hierárquica quando você muda na cabeça [...] do comando e quando você muda também na cabeça desses policiais. Como é que você vai mudar tudo isso? Quando a partir de você passar a dar para estes policiais fazer uma formação de algo que o estado brasileiro não quer que ele se aposse, que é entender qual é o seu papel e como é que tudo isso funciona, por que quem é que é policial? É negro e pobre, são pessoas periféricas que mais uma vez são utilizadas pelo Estado para fazer esse papel de capitão do mato. Então se você dá subsídio para esse cidadão, para essa pessoa, que hoje está com o nível inclusive até de desemprego, a gente tem uma qualidade melhor de formação dessas pessoas nas polícias, tá? Então se você oferece para ela a capacidade de ela refletir por exemplo, qual o papel dela dentro dessa sociedade, para isso você precisa antes de qualquer coisa contar a verdadeira história dessa nação para essas pessoas, porque na sua quase totalidade ela é composta de negros. (grifo nosso) (Entrevistado Zumbi dos Palmares\*).

No mesmo sentido é a fala de *Cláudia Silva\** sobre a necessidade de formação dos policiais:

Então deve ser investido muita educação de direitos humanos, eu acho que é um ponto importante. E nessa educação de direitos humanos tem que sim trabalhar todo o estatuto, o estatuto da criança e da adolescente, o estatuto da igualdade racial, o estatuto de idoso, todos os estatutos que estão aí de respeito às pessoas têm que ser trabalhado diariamente com esses policiais, para quando eles saírem ser outra coisa. Esses policiais, a gente está falando em policiais, mas na maioria também são policiais negros. São policiais homens e mulheres negras que estão na rua enfrentando. A gente sabe disso e tem que se trabalhar isso, tem que trabalhar o mental deles. Tem que

trabalhar o respeito a eles. A gente sabe disso que tem que acontecer. Porém, o lado de cá está sofrendo mais. Os civis estão sofrendo mais (Entrevistada Cláudia Silva\*).

Já sobre o papel da cultura, ela também nos diz que:

[...] a cultura ela tem um poder de transformar porque quando você vê meninas de periferia fazendo teatro ali e você vê um bocado de crianças também participando, eu não tô falando assistindo, eu tô dizendo participando, mulheres e tudo, efetivamente da cultura, isso transforma. Então acho que a gente é uma sociedade ainda que a gente tem caminhos, claro que esse caminho ele vai demorar muito a ser conquistado porque tudo que a gente ouve aqui nesse país para a gente, nunca foi fácil, mas a gente também tem esperança, a gente tem esperança desses meninos e meninas que estão entrando na universidade, que tão saindo e como você tem a obrigação de devolver para a população o que vocês aprenderam na universidade pública. Então assim, tem caminhos que a gente percebe que pode virar revolução (Entrevistada Cláudia Silva\*).

É a partir dessas chaves transformadoras que a comunidade vem traçando suas estratégias de luta e sobrevivência. Estas lideranças também comentaram sobre caminhos possíveis para pensar uma gestão compartilhada de um instrumento de A&M da SP junto com o poder público, pautada principalmente na questão da participação. Eles disseram inclusive que no início, logo quando a BCSU foi implantada, foi discutida uma ideia de se fazer uma avaliação a cada seis meses, uma proposta da criação de uma comissão de avaliação montada com vários atores, do estado e da sociedade civil, porém nunca saiu do papel. Como dito por *Claudia Silva\**, a BCSU oferece alguns serviços para a comunidade, mas não promove um espaço de encontro para dialogar com esta mesma comunidade sobre as questões do território:

**[...] Ouvir a comunidade, eu acho que eles não ouvem, não param para ouvir, a gente tem a Base aí, a Base faz dança, faz capoeira, tae-kwon-do, um bocado de coisa que a gente não tem, trabalho com os idosos, mas a gente nunca viu, por mais parceiro, a gente nunca viu eles marcando reuniões semanais ou mensais com a comunidade para ouvir a comunidade [...], tem sala, tem coisa, tem momento, faz até festa de aniversário para as idosas lá, por que não faz um momento de ouvir mensalmente a comunidade? Não precisa ser para ouvir o comportamento da polícia, mas ouvir a comunidade e isso eles não fazem, de jeito nenhum.** (grifos nossos) (Entrevistada Cláudia Silva\*).

*Caique Bastos dos Santos\**, por sua vez, ressalta a importância da pressão social, nos dizendo que ela tem que existir sempre, em todas as áreas, não só na SP, de forma organizada, às vezes de forma contundente. Até porque ele acredita que instrumentos de A&M precisam ser impulsionados pela comunidade, pois ele não acha que o estado vai criar um instrumento para que eles sejam avaliados e monitorados, o que tiver de ser produzido nessa questão deve vir a partir da sociedade. Esta colocação reforça a importância da TGS.DT deste trabalho, no sentido

de projetar a participação comunitária como extremamente necessária neste processo. Como nos disse *Rodrigo Martins de Oliveira\**, nosso próximo entrevistado: “nada sobre nós sem nós”.

*Rodrigo Martins de Oliveira\** faz parte da REPROTAI e participou do processo inicial de criação do ORA, além de trabalhar como um dos técnicos do Espaço Cultural Alagados. Como nos disse *Tereza de Benguela\**, foi feito um acordo entre a Secretaria Estadual de Cultura, órgão responsável pelo Espaço Cultural e a comunidade, de que ali seriam empregadas as pessoas do próprio bairro, como é o caso de *Rodrigo Martins de Oliveira\**. Ele também faz parte do movimento hip-hop e acredita na arte e educação como agentes de transformação.

Ele nos falou um pouco sobre o surgimento da REPROTAI, com o objetivo de organizar os jovens do território da PI a partir da arte e da cultura, mas também para incidir em outras questões como a violência e a SP. Ele também faz parte do MJPOP e nos contou como esta metodologia aplicada no território se desdobrou num importante processo de incidência social sobre o genocídio da juventude negra:

Sobre o MJPOP, essa foi uma ideia, uma metodologia que foi criada pela Visão Mundial<sup>72</sup>, justamente para poder servir como uma luva para instituições como a REPROTAI. Eu já trabalhava com essa questão política para as juventudes [...]. Inclusive, teve uma das campanhas que foi o "Eu sinto na Pele", que a gente trabalhou muito essa questão, focado no genocídio da juventude negra, então a gente foi buscar os dados e a gente teve em contato com a galera do Ceará. [...] então aconteciam encontros nacionais, de vários estados do país, se reunia num só lugar para poder discutir as políticas voltadas e levantar propostas. Inclusive, uma das frentes que a gente levantou na época foi o PL 4471 contra a questão dos autos de resistência da segurança pública, então a gente conseguiu várias assinaturas, fez um abaixo assinado e muitas assinaturas a gente levou na época. Inclusive eu fui o pioneiro de entrar lá no Congresso para poder entregar esses documentos ao deputado lá, só que acabou que a gente não conseguiu porque teve todo um entrave [...] (Entrevistado Rodrigo Martins de Oliveira\*).

Este processo foi tão importante para a REPROTAI que mesmo depois do encerramento do financiamento pela Visão Mundial do MJPOP ele acabou se tornando um movimento – Movimento Jovem de Políticas Públicas - que existe até hoje. De acordo como *Rodrigo Martins de Oliveira\** “porque a gente entende que as juventudes precisam pensar também politicamente, agir politicamente, no processo de incidência política”. Traremos mais elementos sobre o MJPOP quando analisarmos a próxima entrevista.

---

<sup>72</sup> A Visão Mundial é uma organização não governamental internacional e criadora da metodologia do MJPOP. Tem programas e projetos de ação humanitária nas áreas de proteção à infância, educação e advocacy, priorizando crianças que vivem em situação de vulnerabilidades diversas. Buscam a promoção do desenvolvimento sustentável para famílias e suas comunidades e trabalham para diminuir as desigualdades, a exclusão social e para garantir vida plena a milhares de crianças, adolescentes e jovens no país. Disponível em: <https://visaomundial.org.br/o-que-fazemos>. Acesso em: 08 out. 2023.

Já sobre o ORA, *Rodrigo Martins de Oliveira\** nos explicou que acompanhou sua primeira fase de implantação, no qual foi feito um mapeamento com a comunidade, mas que hoje existem outras pessoas que estão mais à frente. Infelizmente não conseguimos entrevistar nenhuma delas, mesmo tendo entrado em contato, duas delas não responderam, a terceira respondeu não estar disponível para entrevista por estar finalizando o doutorado. De toda forma, traremos as informações compartilhadas pelo entrevistado, que foram importantes para entender melhor o funcionamento do ORA, uma das primeiras organizações que pensamos em entrevistar representantes, devido ao seu trabalho de monitoramento do racismo ambiental no território, que guarda muita relação com a TGS.DT deste trabalho. Assim *Rodrigo Martins de Oliveira\** trouxe que:

[...] fez todo o mapeamento e tal trouxe toda a história, o histórico sobre isso, do porquê que a gente ia falar sobre o racismo ambiental, porque até então era uma ideia que ninguém tinha. Ou seja, sempre caía com aquela ideia de que era o povo das comunidades que não sabia como descartar o seu lixo, uma galera mal educada, aquela coisa toda e a gente sempre viu o aspecto de como se a gente já tivesse dentro de um grande lixão e a gente ficava sempre, e até hoje acontece, né? Por isso que surgiu esse observatório pra a gente também levar um pouco de um olhar mais crítico pra comunidade, pra comunidade entender que aquele processo que tá acontecendo não é só aquela questão do descarte do lixo, tá muito além daquilo ali.

[...] Porque vai ter impacto sobre o ambiente, mas que tem toda uma questão por trás tem a questão das multinacionais, quem é que produz esses materiais também que agride a natureza, como é que essas multinacionais vão ser acionadas, para poder ter a sua parcela de responsabilidade e assumir isso, sobre como é que isso vai ter que ser tocado, e até para a questão da comunidade em si, saber que tudo aquilo que sobrecai sobre a gente às vezes é algo que é muito mais pesado, mais denso, porque é uma comunidade negra, e aí a gente fez esse comparativo da gente com os bairros nobres mesmo, que é todo dia tem uma coleta, todo dia ter alguém varrendo, ter alguém limpando e aqui a gente não tem isso. Para além disso tudo, a questão do saneamento básico. A gente nunca teve saneamento básico, a gente teve o precário dos precários (grifo nosso) (Entrevistado Rodrigo Martins de Oliveira\*).

Como se vê, as questões trabalhadas pelo ORA têm muita relação com o processo de ocupação do território da PI e a luta por moradia e por outras políticas públicas, onde o racismo atravessa esta realidade e coloca em evidência a falta ou a negativa de direitos básicos às comunidades negras. E até mesmo a culpabilização das pessoas por estes problemas, como se não houvesse questões outras e um contexto social que influencia nesta realidade, como nos disse *Rodrigo Martins de Oliveira\**. De forma muito parecida acontece no debate da segurança pública, onde muitas vezes os territórios negros são culpabilizados, visualizados como violentos, como produtores de violência e marginalidade, quando na verdade esta violência é produzida e legítima uma violência estatal que se expressa no braço armado do estado, mas ao mesmo tempo na negação de outros direitos. Então girar a chave dessa ideia de bairros violentos

para bairros violentados, como nos diz Dudu Ribeiro da Iniciativa Negra, é fundamental nesta discussão, sendo que isso foi levado para *Rodrigo Martins de Oliveira\** no momento da entrevista, o que para ele fez muito sentido:

E essa questão que você falou do bairro ser violentado, eu sempre sustentei isso, até sem te conhecer e sem saber que alguém estava se levantando em algum lugar, eu só tinha ideia. E isso já tem anos eu pensando nisso. Eu falei, mas a gente não é violento, porque já tiveram pessoas que disseram, se você chegar no Uruguai, se você pisou, desceu do “busu”, do carro, pisou fora, você toma um tiro na cabeça (Entrevistado Rodrigo Martins de Oliveira\*).

Como visto, estes discursos servem para produzir estigmas e justificar a violência letal sobre estes corpos-territórios negros, como aconteceu no Uruguai quando da chegada da BCSU no Uruguai, como nos contou *Rodrigo Martins de Oliveira\**:

[...] e nós como juventude também ficamos preocupados porque enquanto eles estavam implementando a Base, eles basicamente fizeram uma limpa dessa parte aqui do fundo. Uma limpa que a gente sabe essa questão dos assassinatos que aconteceram. Então tipo, eram 4, 5 corpos por dia e tal, nessa vibe, nessa pegada. [...] Enquanto tava implantando, porque eles queriam implantar e já ter tipo o território pacificado (Entrevistado Rodrigo Martins de Oliveira\*).

Ainda para ilustrar esta dura realidade dos corpos-territórios negros, que não é uma particularidade apenas da PI, e como as mulheres negras são impactadas neste processo, *Rodrigo Martins de Oliveira\** também comentou sobre como conheceu o Movimento das Mães de Maio<sup>73</sup>, a partir dos encontros promovidos pelo MJPOP:

Porque a gente foi discutir sobre essas questões. Então, teve a questão do Movimento das Mães de Maio, né? Que tem, se não me engano. E aí a gente escutou essas mulheres lá no encontro, lá no Ceará e tal, e a gente viu que não era um problema só da gente, né? Que era do Brasil inteiro passando por essa questão. E aqui era só mais uma comunidade acontecendo as mesmas barbáries. Hoje a gente tem a questão até de um projeto que chegou, que foi o Fogo Cruzado, que eles trouxeram uns dados muito alarmantes sobre essa questão do genocídio da juventude negra (Entrevistado Rodrigo Martins de Oliveira\*).

Assim, para enfrentar estas questões *Rodrigo Martins de Oliveira\** trouxe ainda a importância da construção de redes, de compartilhamento de narrativas entre organizações que

<sup>73</sup> O movimento se trata uma rede de mães, familiares e amigos de vítimas da violência do Estado, situado em São Paulo, sobretudo na capital e na Baixada Santista. Formado a partir dos chamados Crimes de Maio de 2006, o grupo tem como missão lutar pela verdade, pela memória e por justiça para todas as vítimas da violência discriminatória, institucional e policial contra a população pobre, negra e os movimentos sociais brasileiros, de ontem e de hoje. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/maes-de-maio/>. Acesso em: 08 out. 2023.

vivenciam a mesma realidade e ressalta como isso foi importante a partir do MJPOP e das outras organizações do território que apoiaram a REPROTAI nesse processo, como a CAMMPI.

Por fim, para fechar o bloco de entrevistas realizadas com os informantes-chave da sociedade civil, conversamos com *Maria Bernadete Pacífico\**, umas das lideranças jovens do Uruguai que também foi responsável pela implementação do MJPOP no território. As perguntas feitas nessa entrevista, um pouco mais sucintas que a das outras pessoas entrevistadas, tinha como foco entender os processos comunitários de A&M de políticas públicas realizados no território, para ajudar na construção da TGS.DT. Assim, iniciamos com ela explicando melhor o que é o MJPOP:

[...] é uma metodologia que envolve a participação da juventude como um todo. De 15 a 29 anos. Na Bahia ela foi implementada em 2009 através de um encontro de juventude. A Visão Mundial tinha uma atuação a nível territorial, em Salvador, em diversos bairros. E nesse processo, ela começou a efetivar o trabalho com a juventude. Então, a ideia era sempre atuar com núcleos de jovens e esses jovens passavam a monitorar uma política pública na sua comunidade efetivando uma escuta com essa comunidade, qual política pública ela gostaria que fosse melhorada. Então, na metodologia, **existe um DRP chamado Diagnóstico Rápido e Participativo, que é um formulário de escuta social com a comunidade.** E nele tinha diversas perguntas e dentre elas era como a comunidade se sentia, se a comunidade se sentia fortalecida com as políticas públicas ligadas à saúde, à educação, à segurança pública, ao meio ambiente. E aí geralmente com essa escuta a gente passava a monitorar essa política pública, né? E no bairro do Uruguai, que é onde eu lidero, atuo diretamente, a comunidade acionou duas políticas públicas que a gente precisou monitorar e que não foi fácil. Uma foi a educação, que a gente passou a monitorar uma escola chamada Escola Estadual Polivalente de San Diego, [...]. **E a outra foi a questão da segurança pública, que o índice né?... Infelizmente, de lá para cá até hoje isso acontece, a morte, o caso do genocídio da juventude negra. Que aí a gente trouxe um pouco para essa linha dos autos de resistência, que é a violência policial** (grifo nosso) (Entrevistada Maria Bernadete Pacífico\*).

Como se vê, a questão da violência policial no Uruguai já era uma pauta para a juventude desde 2009, sendo inclusive esta parte da PSP escolhida para ser monitorada, o que reforça a necessidade da criação desta TGS.DT, já que em termos práticos esta realidade não melhorou, muito pelo contrário, só piora.

Assim, de acordo com a entrevistada, a partir da escuta e escolha da comunidade, o MJPOP inicia todo um processo de mobilização social para pensar a melhoria deste problema, a partir da realização de reuniões com os entes estatais responsáveis, audiências públicas, encontros e rodas de diálogos. E a partir dessas escutas com o poder público, também realiza reuniões comunitárias para dar retornos à comunidade, ou seja, é um processo que envolve diversas frentes de atuação, mas sempre com foco no que foi pactuado com a comunidade.

Da fala de *Maria Bernadete Pacífico\** também foi possível extrair vários elementos importantes para pensar um processo de A&M de uma política pública, a partir das diretrizes do MJPOP, começando pela escuta social até o processo de apresentação e avaliação dos resultados, como ela detalhou no trecho seguinte:

[...] primeiro a gente aplica o diagnóstico rápido e participativo, depois vem a escolha da metodologia, que é o MJPOP, junto com a política pública, que é segurança pública. [...] Aí vem todo o processo de diálogo com o Estado, de [...] audiências públicas, reuniões. E depois desse processo, dessa escuta com o governo, com gestores públicos, a gente reúne a comunidade, em uma reunião comunitária, faz todo esse repasse, isso tudo documentado. E aí depois vem o processo final, que é o retorno de tudo isso, que é a prestação de contas. Se desse processo gerou algum impacto, um exemplo, se através de todo esse monitoramento, resultou na criação de um núcleo de segurança pública juvenil, se resultou exemplo na criação de uma praça para juventude, se resultou algo maior de criação de algum patrimônio, e aí a gente vem no processo da prestação de conta, se houve envolvimento de recursos, se não aconteceu. E a avaliação de todo esse monitoramento. Esse processo todo. Desse processo todo junto com a comunidade, que aí na verdade já é envolvendo poder público, sociedade civil, comunidades como um todo, os coletivos de juventude. Então a gente faz todo um balanço de retorno, tipo um seminário de avaliação desse monitoramento, como é que foi, como surgiu. O que deu frutos, o que é que não deu, o que é que precisa melhorar. [...] E como a gente dá sequência após isso. Então a gente faz todo um processo pra chegar até isso aí (Entrevistada Maria Bernadete Pacífico\*).

Mesmo com toda a mobilização trazida pelo MJPOP que se desdobrou em diversas ações, como a participação da REPROTAI no Conselho Estadual de Juventude, a realização do projeto “Eu Sinto na Pele” a partir de financiamento internacional, sobre a questão da mortalidade infanto-juvenil e juvenil, a entrevistada ainda trouxe uma preocupação relacionada aos índices de juvenicídio que seguem altos, e isso tem sido discutido dentro do MJPOP para pensar novas estratégias de enfrentamento:

[...] o índice de violência segue crescendo e às vezes a gente se pergunta como é que essa metodologia pode de fato intervir nesse processo. Porque há quatro anos atrás que foi a implementação desse projeto na nossa comunidade, a gente teve alguns resultados, mas aí a roda girou e parece que começou tudo de novo. Então, a gente vem avaliando outras formas, outros meios, de tentar melhorar ao menos o índice de violência na nossa comunidade, que é no bairro do Uruguai. Sim. E aí a gente, de alguma forma, tenta dialogar com a Base Comunitária, de que antes deles (os policiais) adentrar a própria comunidade, ele precisa ter um diálogo com a sociedade civil, que é a Rede CAMMPI, que é a REPROTAI, que não pode entrar de qualquer forma, de qualquer jeito, porque já existe um trabalho de projeto social nessas localidades. E aí a maioria dos assistidos dos projetos que sofrem a violência diretamente, tem jovens que fazem parte da REPROTAI, que sofrem violência diretamente. Então a gente tenta dialogar com a polícia de que esse jovem faz parte do projeto, ele é assistido, tem todo um trabalho e tal. Mas não é fácil, né? (Entrevistada Maria Bernadete Pacífico\*).

Aqui se observa que a comunidade a todo tempo precisa estar ressignificando seus processos de resistência para incidir nesta realidade. Então neste sentido, também dialogamos sobre o Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Salvador que o MJPOP desenvolveu junto com a REPROTAI e outras organizações do território e de Salvador. Sobre este ponto, a entrevistada destacou que:

Primeiro, uma coisa que a gente destacou muito é que... Essa galera que atua diretamente com a segurança pública, eles acabam não tendo a vivência comunitária. Então, não sabe da história desse jovem, não entende o motivo dele estar ali naquele lugar, naquele momento. Então, acaba no caso criando ideologia de que todo jovem preto da periferia é ladrão, é maconheiro. E não é. Então, a gente quis trazer muito de que é importante que o próprio Estado esteja presente, escutando a comunidade, desenvolvendo um trabalho coletivo que é para além da Base Comunitária. Que a Base ela possa ter esse olhar de aproximação mesmo, de que o Estado não é algo que esteja longe. [...] E a outra questão é que a comunidade teve uma grande aceitação no sentido do plano, da aplicação desse plano. E o próprio estudo resultou de que a maioria dos indicadores foram os jovens mesmo, que a gente escutou, que a gente podia replicar o assunto. **Porque não adianta a gente pensar na política pública sem escutar essa galera. Então, os maiores indicadores foram jovens de 15 a 29 anos, jovens negros periféricos que construíram.** (grifos nossos) (Entrevistada Maria Bernadete Pacífico\*).

Deste último trecho da entrevista de *Maria Bernadete Pacífico\** destacamos dois pontos: a) a comunidade, a juventude negra e periférica tem plenas condições de pensar e propor soluções para os problemas do seu território, que afetam suas vidas; b) é importante a aproximação dos múltiplos atores envolvidos neste processo, sobretudo de quem gerencia e executa a política pública, no sentido de potencializar esforços conjuntos.

Como visto nesta seção, foi possível entender, a partir das percepções dos representantes do bairro do Uruguai, como tem se dado as dinâmicas da segurança pública, bem como que a violência racial praticada pelo estado não se expressa somente através das práticas policiais, mas também pela ausência das outras políticas públicas, fundamentais para o desenvolvimento e a emancipação de comunidades negras e periféricas. Ao mesmo tempo, foi possível notar que existe uma comunidade historicamente ativa e com capacidade de propor e realizar as transformações necessárias que a comunidade precisa, sobretudo no que diz respeito ao racismo evidenciado a partir da segurança pública.

Entendemos que com estas entrevistas respondemos ao objetivo específico da pesquisa de “Conhecer como os atores sociais relevantes do território da PI compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na política de segurança implementada no território”. Assim, passaremos a análise das entrevistas e questionários dos agentes da segurança pública.

## 5.2 DIALOGANDO COM OS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Foram entrevistados quatro agentes da segurança pública por meio de perguntas semiestruturadas, seguindo a mesma linha das perguntas feitas à sociedade civil, sobre os grandes temas deste trabalho: percepções sobre a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na PSP. Além disso, foi perguntado a estes informantes-chave o que é importante para construir uma gestão compartilhada de A&M da PSP, além de entender, através das suas atuações, como os processos de A&M dessa política têm sido feitos.

Tendo como um dos motes da segurança cidadã o policiamento comunitário, ouvimos também os policiais militares vinculados a BCSU, por meio da aplicação de questionário misto, sendo que de 18 policiais, 09 responderam, sendo que um dos questionários não foi possível analisar para fins de pesquisa, porque a pessoa respondente não autorizou o uso de suas respostas. É válido salientar e como forma de dar maior legitimidade a amostra, que no processo de coleta desses dados, o efetivo da BCSU diminuiu para 16 policiais, de forma que isso também interferiu para que não tivéssemos mais respostas.

Também é válido registrar que os agentes da SP que participaram das entrevistas semiestruturadas se mostraram interessados e abertos quando feito o primeiro contato para convite e apresentação da pesquisa, o que já demonstra a importância e preocupação com o tema. Foi fundamental também nesses contatos a mediação feita pela colega de mestrado, Tenente Coronela Cleydi Milanezi, que facilitou quase todos eles.

Em relação aos questionários mistos, acreditamos que houve uma boa adesão dos respondentes, embora esta pesquisadora não tenha tido contato direto com os policiais uma vez que foram respondidos por meio virtual e de maneira física via autopreenchimento (os questionários foram deixados na BCSU e depois a pesquisadora fez a coleta). Isso ajudou bastante para que estes formulários fossem respondidos, tendo o apoio da comandante da BCSU para que participassem.

Dito isso, sistematizamos o quadro abaixo para apresentar os agentes da segurança pública<sup>74</sup> entrevistados, bem como os órgãos a que estão vinculados como forma de justificativa para escolha para entrevista:

---

<sup>74</sup> Todas elas permitiram a identificação e o uso das suas respostas para fim de pesquisa, através de TCLE/ autorização em gravação, mas em respeito ao sigilo e à confidencialidade de pesquisas realizadas com seres humanos, achamos por bem resguardar suas identidades, faremos referência apenas a suas patentes.

**Quadro 7 – Apresentação dos agentes da segurança pública entrevistados**

<b>PESSOA ENTREVISTADA/DATA DA ENTREVISTA</b>	<b>ÓRGÃO</b>
<b>Capitã 1 (19/06/2023)</b>	<b>Comandante da BCSU</b> - A BCSU tem como principal objetivo promover a segurança, convivência pacífica e favorecer a integração da comunidade local com as instituições de segurança pública e demais órgãos, para identificar, priorizar e resolver conflitos sociais.
<b>Major 2 (30/06/2023)</b>	<b>Integrante da Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial (SIAP) da SSP/BA</b> - órgão responsável por fazer o monitoramento do PLANESP, com seus indicadores estratégicos e portfólio de projetos. Acompanha também os indicadores criminais do estado.
<b>Coronel 3 (03/07/2023)</b>	<b>Coronel da reserva, egresso do PDGS, atualmente coordenador do curso de direito da Universidade Estácio e morador da PI</b> - atuou nos primórdios da discussão sobre o policiamento comunitário na PI
<b>Major 4 (respostas obtidas por escrito em 17/08/2023)</b>	<b>Coordenador do Centro de Referência Étnico Racial (CRER)<sup>75</sup> Mãe Stella de Oxóssi</b> - O CRER, coordenado pela Superintendência de Prevenção à Violência (SPREV) da SSP/BA, realiza ações voltadas para policiais, bombeiros e sociedade, dentre as atividades estão as capacitações das polícias Militar e Civil com abordagens e assuntos que contemplem relações étnico-raciais, povos e comunidades tradicionais e intolerância religiosa.

Elaboração própria com base nas informações coletadas em documentos institucionais e nas entrevistas (2023).

Iniciamos o bloco de entrevista com os agentes da segurança pública conversando com a *Capitã 1*, atual comandante da BCSU, que está ocupando este cargo há dois anos. Aproveitamos o ensejo para explicar que para melhor organizar esta seção e aproximar as respostas dos agentes vinculados a BCSU, analisaremos a entrevista da comandante da BCSU, depois as respostas ao questionário misto fornecidas pelos PMs da BCSU, e seguiremos a análise das próximas entrevistas.

Retomando, a *Capitã 1* nos contou um pouco como tem sido a atuação do órgão no território e seu alinhamento com as diretrizes da segurança cidadã, em que pese este trabalho fique comprometido por conta de questões estruturais:

<sup>75</sup> O termo de compromisso do CRER foi assinado pela SSP e pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), em 25 de novembro de 2019, com a finalidade de fortalecer as políticas de promoção da igualdade racial e de enfrentamento à intolerância no âmbito da segurança pública. Disponíveis em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2021/11/noticias/igualdade/mae-stella-de-oxossi-torna-se-patrona-do-centro-etnico-racial-da-ssp/>. Acesso em: 10 out. 2023.

De forma geral, as bases comunitárias atuam basicamente através das patrulhas comunitárias, o nosso trabalho de proximidade com a comunidade, o serviço de patrulha comunitária e com os projetos. Aqui na Base, nós estamos com um déficit de efetivo e de recurso material, não temos viatura, nem o efetivo para trabalhar com a patrulha comunitária. Seria essencial para o serviço do policiamento comunitário. Nós só temos, no momento, projetos e projetos para adultos, que é na área de saúde, esporte, pilates e projetos com a melhor idade, que é o funcional para as senhoras. Então, no momento, o que a gente tem trabalhado de medidas de trabalho com a comunidade só são com projetos (Entrevista Capitã 1).

Ela também explica como este policiamento de proximidade, quanto feito de maneira adequada, pode auxiliar nas questões de segurança no território, por representar um novo paradigma da segurança, a partir da prevenção:

E isso pode ajudar no sentido da segurança pública, porque a proximidade da polícia, ainda que só nesse campo de projeto, aproxima a comunidade para que ela fale dos problemas. A gente tem essa abertura com essas pessoas, para que elas conversem, às vezes, o que está acontecendo de criminalidade onde elas moram. Então a gente tem a possibilidade de intervir, trabalhando com mulheres, se elas sofrem violência doméstica. Então nós temos um vínculo para que elas possam falar a respeito disso, para orientar, para alcançar essas mulheres nesse sentido. Então, a gente tem a possibilidade de oferecer segurança de uma forma não tradicional, diferente. Isso é o policiamento comunitário. Um outro viés de se fazer policiamento que não o policiamento ostensivo e a gente chama isso de prevenção primária (Entrevista Capitã 1).

Verificamos de pronto em sua fala que a BCSU vem funcionando no limite de sua capacidade, com um contingente policial reduzido, apenas com uma viatura e oferecendo cursos para os adultos da comunidade, tudo dentro do que é possível de ser feito. Como pontuado por ela durante a entrevista, o ideal para a realização deste policiamento comunitário seriam 65 policiais e 4 viaturas. Contrapondo estes números, atualmente a BCSU conta com 16 policiais, sendo que 5 policiais são da reserva remunerada, não podem ir para a área, não podem trabalhar à noite, ficando mais no apoio administrativo, e apenas uma viatura. **Este dado da realidade demonstra um sucateamento do órgão e da perspectiva da segurança cidadã, que se baseia na prevenção a violência e que deveria representar justamente outra forma de atuação das forças policiais. O que vemos, na verdade, são altos investimentos na segurança pública fomentando o policiamento ostensivo<sup>76</sup>, em detrimento destes outros órgãos que**

---

<sup>76</sup> Recentemente, o Ministro da Justiça Flávio Dino esteve na Bahia para fazer entrega de obras de modernização da sede da Polícia Federal, em Salvador, além da entrega simbólica da Delegacia da PF de Vitória da Conquista; assinatura do termo de cooperação para implantação da Delegacia da Polícia Federal em Feira de Santana; assinatura de acordo de cooperação técnica para criação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), em Ilhéus; repasse de recursos e entrega de veículos e equipamentos destinados ao incremento no sistema prisional da Bahia, destinando R\$134 milhões em recursos para a Bahia, como forma de responder a onda de violência que a Bahia tem enfrentado nos últimos períodos. Disponível em:

**também são importantes, além das outras políticas públicas que são essenciais neste processo.**

Ainda sobre os direcionamentos da segurança cidadã no trabalho da BCSU, a comandante salientou a ética que os policiais devem ter na sua atuação junto com a comunidade para estabelecer e manter os vínculos de confiança que este tipo de trabalho exige:

Porque a gente tem essa confiança das pessoas, porque a vida delas que elas trazem pra cá, e isso faz parte desse vínculo que a gente cria com essas pessoas, por não ser de fato, um policiamento ostensivo, tradicional, a gente faz parte da rotina, da vida dessas pessoas. Então é um policiamento que exige muito de nós essa ética, para lidar com a confiança que essas pessoas entregam para a gente (Entrevista Capitã 1).

Ela aproveitou também para pontuar que caso eles tivessem condições de fazer um patrulhamento efetivo, outros direcionamentos da segurança cidadã poderiam ser realizados. Alguns policiais da BCSU moram no território o que, de acordo com o ideário da segurança cidadã, seria importante para estabelecer vínculos de proximidade com a população, porém, de acordo com a *Capitã 1*, isto não é uma exigência para o serviço. Também foi perguntado sobre cursos de formação sobre este tema para os policiais que trabalham nas BCSU quando nos disse que embora não seja um pré-requisito para trabalhar ali, tem sido uma meta do comando geral, que todos os policiais, ainda que não trabalhem nas BCS, façam o curso de promotor de polícia comunitária. De acordo com ela, são dois cursos, de promotor e de multiplicador de polícia comunitária.

Seguindo, foi perguntado como tem acontecido a participação comunitária nas ações da BCSU quando a entrevistada respondeu que o órgão é acionado para diversas demandas, de assaltos a emergências de saúde, que geralmente são as pessoas que participam dos projetos da Base, mas que também atendem demandas das pessoas em geral. Ressaltou ainda as situações relacionadas à violência doméstica contra mulheres e informou<sup>77</sup> que o bairro do Uruguai é o que tem mais medidas protetivas acompanhadas pela Ronda Maria da Penha estatisticamente. Este dado é bem importante para pensarmos o papel das BCS na prevenção deste tipo de crime e políticas públicas voltadas para estas mulheres, que, como já vimos, estão mais vulneráveis às diversas violências vivenciadas neste território.

Ainda sobre a participação comunitária nas ações da BCSU a entrevistada pontuou o que seria importante para efetivá-la:

---

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/10/05/ministro-da-justica-flavio-dino-chega-a-bahia-para-reuniao-estrategica.ghml>. Acesso em: 10 out. 2023.

<sup>77</sup> Para estes casos, ela se mostrou extremamente solícita, dizendo inclusive que disponibiliza o telefone pessoal.

A gente precisa de recursos, gente. Recursos humanos e materiais. **A gente precisa da participação dos demais órgãos, porque o policiamento comunitário ele não é feito só com a polícia e com a comunidade. A proposta do policiamento comunitário precisa dos demais órgãos. Saúde, educação, sociais, CRAS, CREAS. E o que eu observo é que a polícia fica sozinha atrás desses órgãos, como se essa responsabilidade fosse apenas nossa.** Então, assim, talvez fosse necessário mudar esse nome de policiamento comunitário. Criar um nome que tirasse essa responsabilidade da polícia e trouxesse, compartilhasse essa responsabilidade, porque da maneira que está posto parece que a responsabilidade é apenas da polícia e não é. Eu fiz um curso e no curso eu compreendi que seria uma ação de todos os órgãos (grifo nosso) (Entrevista Capitã 1).

**Aqui ela chama atenção de um fator crucial neste entendimento sobre a segurança cidadã que é justamente a gestão integrada com as diversas pastas e a intersetorialidade das políticas sociais, como foi apresentado no capítulo 3 - Segurança pública: do controle de corpos negros à segurança cidadã (que nega a cidadania negra),** mas que muitas vezes não tem funcionado tão bem na prática. Isso inclusive deve ser levado em consideração em todas as atualizações que têm acontecido com a nova gestão do governo federal e estadual em relação aos planos e programas voltados para a segurança pública, a exemplo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) e Programa Pacto pela Vida (PPV). Vale dizer que a necessidade de uma gestão integrada igualmente foi elencada como uma necessidade pelos informantes-chave da sociedade civil do bairro do Uruguai.

Quando perguntada sobre a existência de canais de diálogos com a comunidade sobre as ações da BCSU, a entrevistada respondeu que existem alguns encontros ao longo do ano, como o dia das mães, natal, onde as pessoas envolvidas no projeto dão *feedbacks* sobre as ações realizadas, que, de acordo com ela, geralmente são positivos e importantes para fortalecer o trabalho da BCSU.

Seguindo, foi feita pergunta em relação a como ela entende que as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo institucional existente na política de segurança política, vejamos sua resposta:

Olha, nós não temos aqui nenhum projeto, nenhuma ação específica em relação ao racismo. Porém, eu entendo que quando a gente trabalha com a comunidade, no sentido de termos projetos que visam tirar o jovem da rua, que visam a emancipação desse jovem, a busca do emprego, a independência desse jovem, a gente está trabalhando contra o racismo, porque a gente busca para ele a independência, a liberdade, a conscientização de quem ele é [...]

E, além disso, o nosso dia a dia, o respeito com as pessoas, com o ser, o nosso tratar com as pessoas, precisa ser de respeito, ser antirracista. Isso é trabalhar e lutar contra o racismo, no meu entendimento. E isso eu digo enquanto policial militar não só que trabalha aqui na Base Comunitária, porque eu não fico só neste lugar. Eu também trabalho na área, também trabalho na viatura. E eu sou engajada nessa luta também, haja vista que sou. Sou a mãe de um homem preto, meu filho é negro, tem 23 anos.

Então não tem como a gente não ter essas preocupações e buscar esse olhar de respeito, esse olhar inclusivo e antirracista (Entrevista Capitã 1).

**Na fala dela, observamos elementos importantes relacionados a esta visão sistêmica que devemos ter, pensando o racismo como estruturante na sociedade brasileira, a partir do olhar de uma pessoa que é negra e sofre na pele e na sua família seus efeitos. Esta pergunta a fez inclusive refletir sobre a possibilidade de implementar ações mais diretas neste sentido na BCSU.**

Consideramos fundamental que agentes da segurança pública tenham compreensões alinhadas às da *Capitã 1* e reconhecemos as iniciativas que têm sido construídas neste sentido pela pasta de SP, seja através de pesquisas, como temos de pesquisadores egressos do PDGS que tratam sobre isso<sup>78</sup>; seja pela existência de órgãos internos para tratar sobre o tema, como o CRER, o Grupo de Trabalho Permanente pela Igualdade Racial<sup>79</sup> da PMBA e o Núcleo de Religiões de Matriz Africana (NAFRO) da PMBA<sup>80</sup>. Temos um caminho sendo construído interna e externamente neste sentido; que possamos avançar ainda mais nessa construção. Este também é um esforço deste trabalho.

---

<sup>78</sup>Vide dissertação da tenente Coronela Denice Santiago, com o título: “Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão: avaliação, monitoramento e observatório da prática da discriminação racial na atividade policial militar” e de Thais Miranda Trindade, com o título: “Minha pele negra em minha segunda pele: o racismo e saúde mental da pessoa policial militar”.

<sup>79</sup> Instituído pela Portaria n.º 36-CG/2022, o seu artigo 3 estabelece seus objetivos: I - realizar estudos sobre relações sociais no âmbito da segurança pública; II - produzir documentos técnicos e acadêmicos voltados a subsidiar o Comando-Geral da Polícia Militar da Bahia; III - propor adequações dos cursos de formação, habilitação e capacitação técnica; IV - apresentar projetos para capacitar ou atualizar os policiais militares; V - produzir eventos para a sensibilização do público interno; VI - produzir eventos e campanhas para informar à sociedade os trabalhos desenvolvidos; VII - propor ações voltadas ao acolhimento, saúde e qualidade de vida do policial militar vítima de violência racial; VIII - submeter ao Comandante-Geral propostas normativas para definição da política institucional permanente de enfrentamento ao racismo no âmbito interno da Polícia Militar da Bahia; IX - sugerir a criação de fluxogramas de atendimento das demandas individuais e coletivas relativos ao enfrentamento ao racismo, a serem posteriormente submetidos ao Diretor de Promoção Social; X - apoiar a atuação das diversas Organizações Policiais Militares (OPMs); XI - elaborar material de apoio aos policiais militares, sob a forma de protocolos de atuação; XII - elaborar material de orientação em direitos destinados aos usuários dos serviços da Polícia Militar, sob a forma de cartilhas e outras vias de comunicação; XIII - estabelecer permanente articulação com os públicos interno e externo, para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito local e nacional para intercâmbio de experiências; XIV - identificar demandas populares no campo da igualdade racial que possam ser atendidas na atuação da Polícia Militar; XV - estimular o debate interno acerca do racismo institucional que perpassa todas as instituições e, entre elas, a própria Polícia Militar; XVI - enfrentar as práticas racistas que ocorram no interior da instituição, por meio de ações pedagógicas e de letramento racial, sem prejuízo das atribuições disciplinares da Corregedoria PM.

<sup>80</sup> O NAFRO além de um núcleo sobre religião, é um espaço de incentivo à diversidade racial e desenvolvimento de projetos antirracistas na PM. Uma das áreas de atuação é a valorização identitária, por meio de debates internos, para que os agentes negros se sintam identificados com suas origens étnicas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-21/batalhao-antirracista-promove-consciencia-negra-e-diversidade-religiosa-na-pm-da-bahia.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

Ainda sobre isso, a *Capitã 1* ressaltou a importância que os cursos de formação dos policiais militares comecem a levar em consideração a questão racial, estimulando estas pessoas que estão sendo formadas a refletir, já que se trata de uma instituição composta por maioria de pessoas negras. **Assumir que existe o racismo é crucial para pensar soluções. Isto dialoga com o que foi trazido pelas lideranças comunitárias do Uruguai que foram entrevistadas, a necessidade de letramento racial dos agentes da segurança pública.**

Já sobre os processos de A&M da BCSU, de acordo com ela, ocorrem de forma quantitativa e periódica, a partir dos projetos realizados pelo órgão, sendo os dados reportados para o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH), vinculada à SSP/BA, através de uma plataforma virtual própria.

Além disso, perguntamos para a entrevistada o que considera importante para fazer uma gestão compartilhada da segurança pública junto com a comunidade e ela apontou alguns aspectos como: **recursos, humanos e materiais; alinhamento e capacitação dos policiais sobre o policiamento comunitário; a instalação de um CONSEG no território do Uruguai como forma de aproximar as diversas organizações da comunidade.**

Seguindo, aproveitamos este contato facilitado com a BCSU para também ouvir os **policiais vinculados a ela e o entendimento destes sobre a segurança cidadã, participação comunitária e enfrentamento ao racismo.** Como também já explicado, para este público, foram utilizados questionários mistos. De um total de 16 policiais, 09 responderam o formulário e autorizaram uso de suas respostas para fins de pesquisa, que passaremos a analisar a partir daqui.

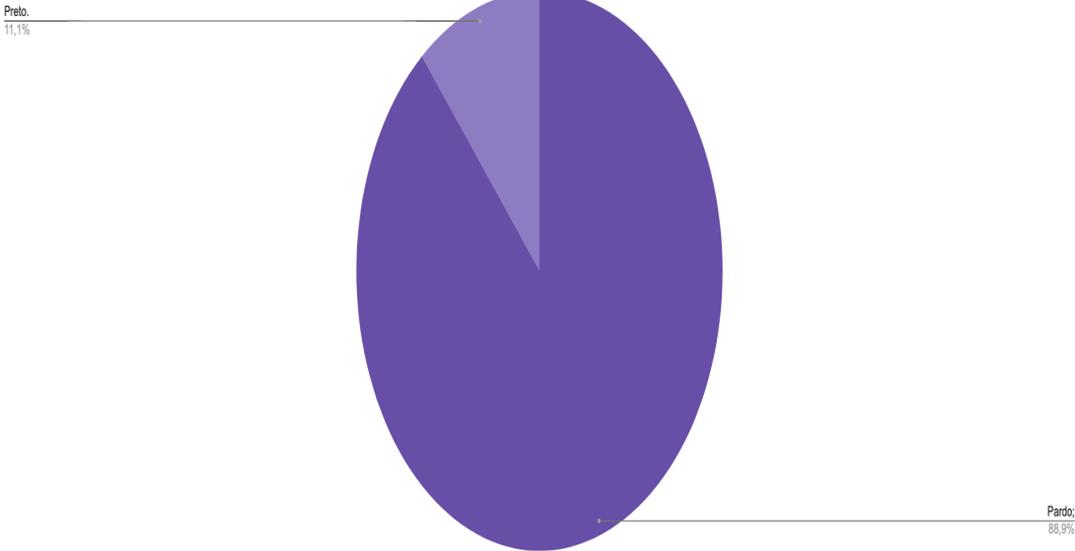
A maioria das pessoas entrevistadas se considera negra e são mulheres, tem entre 35 e 54 anos e entre 01 e 03 anos de atuação na BCSU, como se pode verificar em alguns dos gráficos<sup>81</sup> destacados abaixo:

---

<sup>81</sup> Por uma questão de organização do trabalho, destacamos aqui apenas alguns dos gráficos.

**Figura 02 – Raça/cor dos policiais entrevistados da BCSU**

3. Qual sua raça/cor?



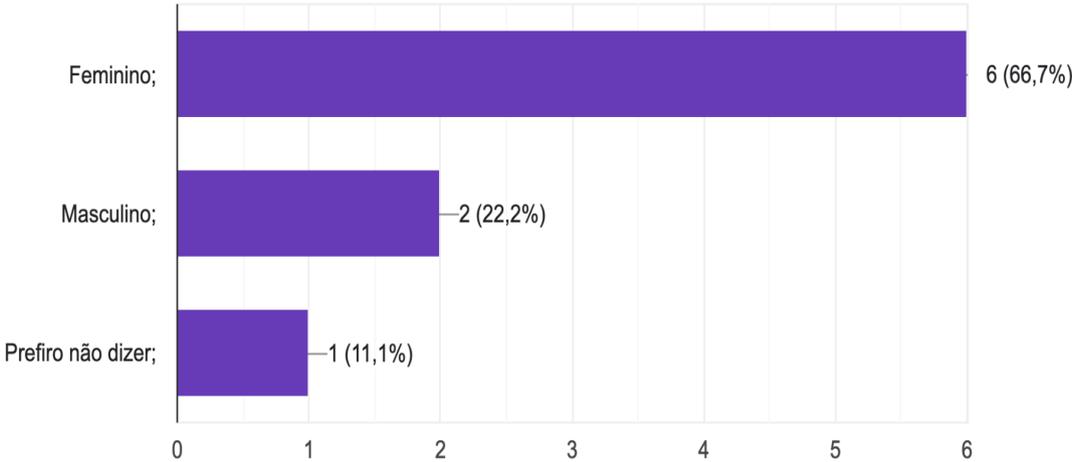
Fonte:

Elaboração própria (2023).

**Figura 03 – Gênero dos policiais entrevistados da BCSU**

4. Qual o seu gênero?

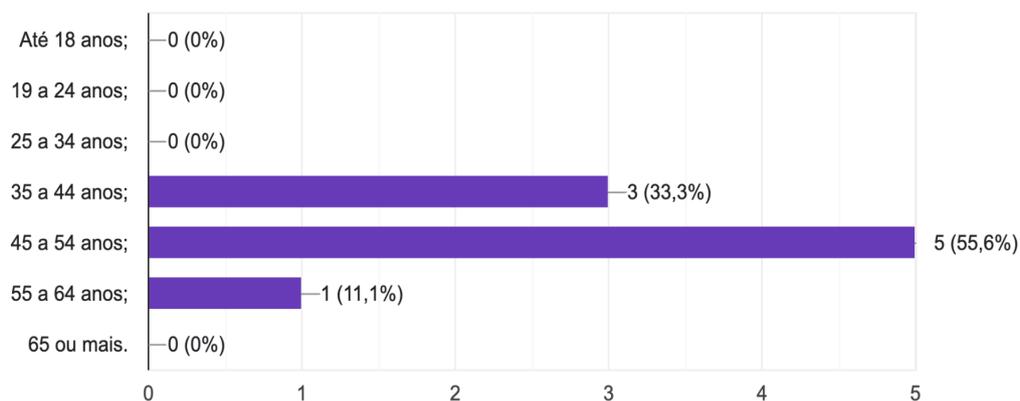
9 respostas



Fonte: Elaboração própria (2023).

**Figura 04** – Idade dos policiais entrevistados da BCSU**2. Qual sua idade?**

9 respostas



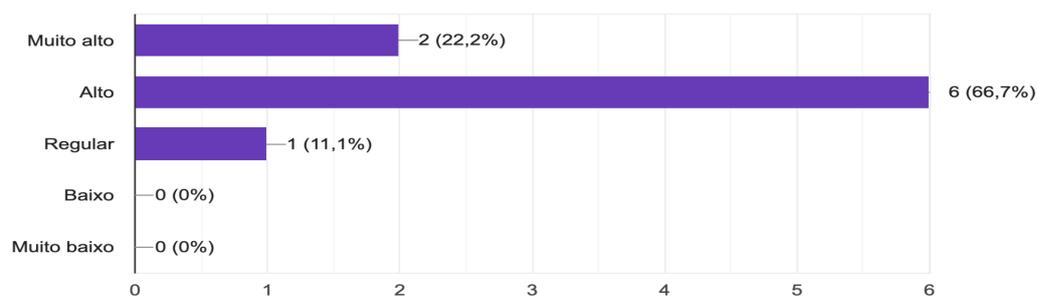
Fonte: Elaboração própria (2023).

Interessante notar na Figura 03, que em certa medida, a composição da BCSU repete a composição social da PI, ou seja, tem maioria de mulheres negras, embora a maioria delas não more no bairro do Uruguai ou próximo.

Já no que concerne ao índice de violência no território, e mais especificamente no bairro do Uruguai, a maioria considera alto ou muito alto e considera que a presença da BCSU contribuiu para sua diminuição. Vejamos os gráficos correspondentes:

**Figura 05** – Percepção do índice de violência na PI pelos policiais entrevistados da BCSU**7. De acordo com a escala abaixo, como você considera o índice de violência no território da Península de Itapagipe e, mais especificamente, no bairro do Uruguai?**

9 respostas

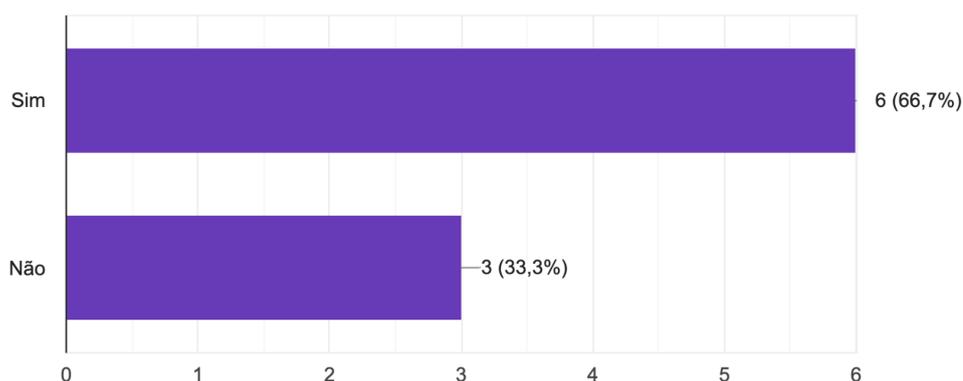


Fonte: Elaboração própria (2023).

**Figura 06** – Percepção de diminuição do índice de violência na PI após instalação da BCSU pelos policiais entrevistados da BCSU

8. Você percebe que após a presença da Base Comunitária de Segurança do Uruguai (BCSU) houve diminuição dos índices de violência e criminalidade no território?

9 respostas



Fonte: Elaboração própria (2023).

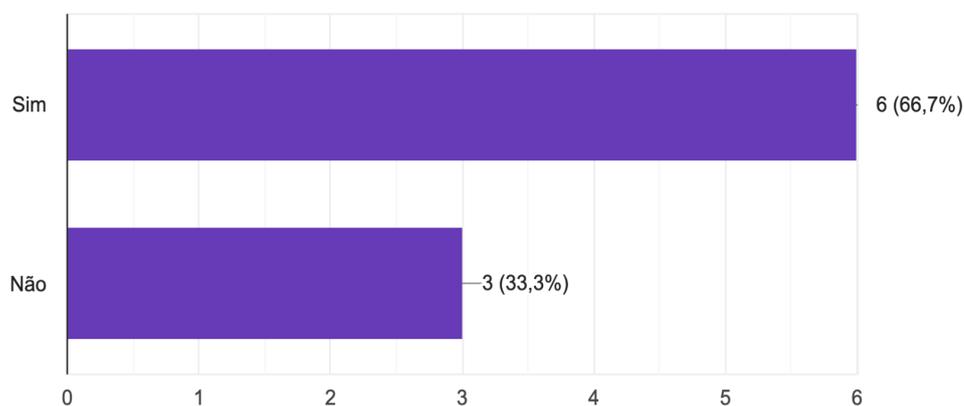
Dentre as justificativas para esta diminuição, eles apresentaram a aproximação da polícia com a comunidade e que com a BCSU esta relação com o público melhorou bastante, inclusive com a inserção da comunidade nos projetos; a patrulha comunitária; que no território ou entorno da base não há incidência constante ou ocorrência policial, pois transeuntes, vez ou outra se dirigem a unidade para relatar fatos, como furtos e roubos nas proximidades e; que a presença da Base “inibe mais as ações dos marginais da localidade, trazendo um pouco de segurança e tranquilidade à população comunidade local”. Trazendo o contraponto sobre o que as lideranças e moradores da PI falaram em relação à BCSU, existem muitas contradições em relação aos dois discursos, principalmente porque ao mesmo tempo em que os policiais da BCSU se aproximam de parte da comunidade, tem outro lado que denuncia e sofre a violência policial produzida pela PM/BA.

No que tange aos direcionamentos da segurança cidadã e do policiamento comunitário, a maioria desses policiais disse percebê-los em sua atuação, 6 deles, enquanto 3 responderam que não. Vejamos:

**Figura 07** – Percepção dos direcionamentos da segurança cidadã pelos policiais entrevistados da BCSU

9. Você percebe os direcionamentos da segurança cidadã e do policiamento comunitário em sua atuação na BCSU?

9 respostas



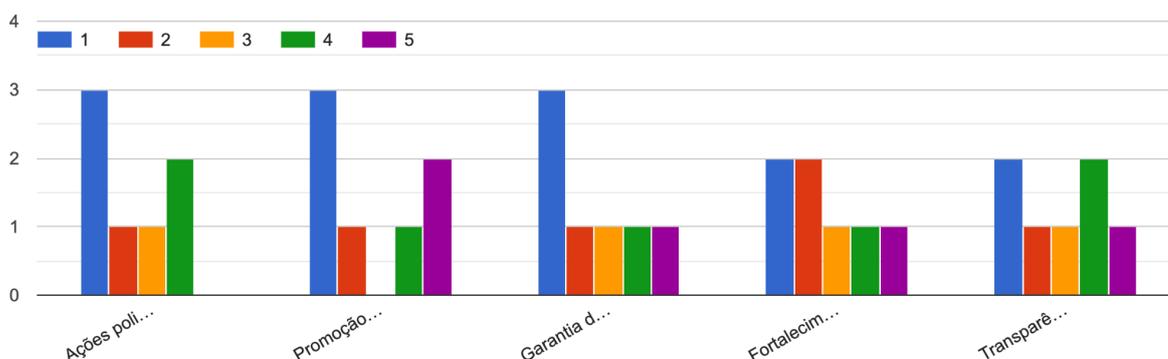
Fonte: Elaboração própria (2023).

Ainda sobre isso, foi solicitado também aos respondentes que indicassem, numa escala de prioridade de 1 a 5, os direcionamentos da segurança cidadã e policiamento comunitário mais e menos presentes em sua atuação na BCSU, considerando os seguintes: A) Ações policiais preventivas, mediante a aproximação da polícia com a comunidade; B) Promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural; C) Garantia da participação da sociedade civil e do controle social; D) Fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis; E) Transparência, responsabilização e prestação de contas.

As respostas foram heterogêneas, mas considerando o critério de prioridade, a maioria dos respondentes entende que está mais presente em sua atuação os direcionamentos A e B. Já o menos presente seria o direcionamento E. Vejamos o gráfico resumo:

**Figura 08** – Escala dos direcionamentos da segurança cidadã a partir da percepção dos policiais entrevistados da BCSU

9.1. Se sim, numa escala de prioridade de 1 a 5, enumere os direcionamentos da segurança cidadã e policiamento comunitário mais e menos presentes em sua... BCSU, sendo 1 o mais presente e 5 o menos presente:



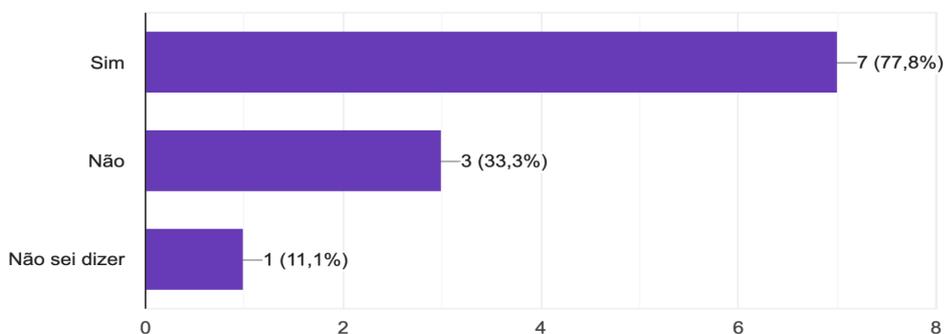
Fonte: Elaboração própria (2023).

**Estas respostas demonstram que a percepção dos policiais da BCSU está alinhada com o policiamento de proximidade e a promoção dos direitos humanos, inclusive o combate ao preconceito étnico-racial, já que para este trabalho o enfrentamento ao racismo é uma categoria importante. Se faz necessário que esta visão, principalmente as práticas dos agentes da segurança pública em geral, também estejam alinhadas com estas perspectivas.**

Sobre isso, também foram feitas as seguintes perguntas: 12. Uma das diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) é a promoção dos direitos humanos, através do combate sistemático aos preconceitos étnico e racial. Em sua opinião, as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo institucional presente na PSP? e; 13. E do ponto de vista mais macro, acredita que as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira? Quando a maioria também respondeu que sim:

**Figura 09** – Opinião dos policiais entrevistados da BCSU sobre as ações da BCSU contribuírem para o enfrentamento ao racismo presente na SP

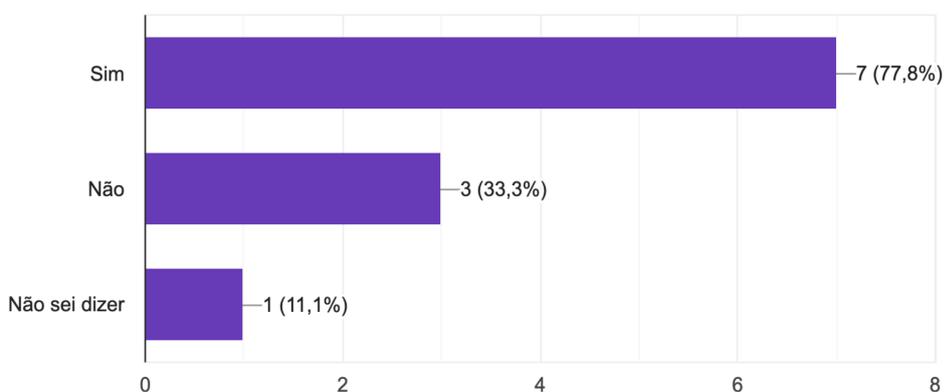
12. Uma das diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) é a promoção dos direitos humanos, através do combate...nal presente na política de segurança pública?  
9 respostas



Fonte: Elaboração própria (2023).

**Figura 10** – Opinião dos policiais entrevistados da BCSU sobre as ações da BCSU contribuírem para o enfrentamento ao racismo

13. E do ponto de vista mais macro, acredita que as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira?  
9 respostas



Fonte: Elaboração própria (2023).

Avançando na análise, em relação à pergunta: As pessoas da comunidade têm participado das ações realizadas pela BCSU? A maioria dos respondentes disse que sim e consideram esta participação de boa a excelente. Confirmando o que foi dito pela comandante da BCSU, os policiais também responderam que a participação acontece por meio dos projetos

e ações promovidas pelo órgão para as pessoas da comunidade, que, de acordo com uma das pessoas respondentes, interagem, opinam e instruem sobre as necessidades do bairro.

Já em relação a se pessoas da comunidade têm sido envolvidas na construção ou na gestão das ações da BCSU, a maioria também afirmou que sim. No que tange a pergunta sobre a BCSU participar ou realizar algum tipo de A&M das suas ações ou da PSP, as respostas foram divididas: 3 disseram que sim, 3 disseram que não e 3 disseram não saber. Como visto acima, a comandante da BCSU explicou que os monitoramentos e as avaliações são feitos a partir do envio das informações quantitativas para o DPCDH, com a comunidade a partir de alguns encontros ao longo do ano, onde as pessoas que participam das ações dos projetos dão seus feedbacks. As lideranças comunitárias da PI, por sua vez, disseram sentir falta de espaços de diálogo com a BCSU.

Para encerrar esta parte das análises dos questionários mistos, fizemos a pergunta sobre a opinião dos respondentes acerca do envolvimento/ participação da comunidade nos processos de A&M da PSP poder contribuir em alguma medida com o enfrentamento ao racismo, 5 disseram que sim e 4 não souberam responder. Os que responderam que sim, apontaram algumas formas para isso acontecer: “informando aos agentes de segurança se está havendo alguma mudança de postura na ação policial, no que se refere ao tratamento e se, consequentemente, os moradores da comunidade estão sendo vistos como sujeitos de direito que merecem ter sua dignidade preservada; com a participação da comunidade, buscando elaborar projetos, palestras e demais programas direcionados ao racismo”. **Estas formas trazidas por eles reforça a necessidade de reflexão sobre este tema com os atores sociais envolvidos, levando em consideração tudo que já foi trazido pelas lideranças e a construção que já existe no território.**

Retomando as entrevistas semiestruturadas, passaremos para a próxima entrevistada, *Major 2*, que trabalha na Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial (SIAP) da SSP/BA e é pesquisadora na área da SP, inclusive do PPV. Ela foi escolhida como uma das entrevistadas porque a SIAP, dentro da estrutura da SSP/BA, é responsável pela parte de gestão integrada entre todos os órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública, que são: a própria SSP, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o Departamento de Polícia Técnica. Assim, a referida Superintendência é responsável pela gestão estratégica desse sistema, que é amparado no Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP), realizando sua elaboração, bem como o monitoramento e controle das ações e dos indicadores e portfólio de projetos e iniciativas do referido Plano, como nos disse a entrevistada:

A gente tem a estratégia definida, os direcionadores estratégicos, como em qualquer grande organização tem o seu plano estratégico e ele é executado através de um portfólio de projetos. São essas iniciativas que nós fazemos um monitoramento aqui, a partir desse órgão enquanto Superintendência de Gestão. Então a gente tem o plano rodando, a gente tem indicador estratégico nesse plano e a gente tem projetos acontecendo dentro desse plano. Então a partir daí, todas essas ações e iniciativas são executadas pelos seus responsáveis. Então tem iniciativa que é da PM, tem iniciativa que é da Polícia Civil, tem iniciativa que é da SGTO, que é de tecnologia. Então, cada um vai tocando aquilo que foi planejado, que foi aprovado conforme a disponibilização de recursos. E a gente aqui, a SIAP, faz o monitoramento da execução dessas informações. Então, pensando em termos de execução de iniciativa e ação, acontece dessa forma (Entrevistada Major 2)

**Este trecho é relevante, pois demonstra uma forma da política de segurança pública ser monitorada e avaliada, pois, de acordo com a entrevistada, este processo acima descrito também envolve avaliações periódicas com base nos indicadores estabelecidos pelo PLANESP.** Trata-se de um processo interno e técnico de monitoramento e avaliação dessas ações, que dizem respeito ao dia a dia do Sistema Estadual de Segurança, e não de uma política mais macro. Nos dizeres dela:

É óbvio que as políticas, embora a gente não tenha um documento 'política de segurança', a gente tem as ações que perpassam várias outras secretarias e que são executadas a partir dessa integração entre as várias áreas de atuação dentro do Estado. Então a gente tem uma gama de ações que a gente poderia estar enxergando dentro de uma política, que eles no dia a dia acontecem dentro do plano estratégico, digamos assim. Então o plano estratégico vem meio que suprir uma lacuna trazida pela ausência documental da política, digamos assim; muito embora com a sua limitação porque ele é restrito ao âmbito interno, enquanto uma política precisa ser compartilhada e monitorada no âmbito mais estratégico e que envolvesse as outras secretarias, como era o Pacto pela Vida. No Pacto você tinha as Câmaras com as outras Secretarias, com todo mundo discutindo os temas transversais, a questão da segurança pública. O plano estratégico não tem essa dimensão. A transversalidade dele é dentro da segurança pública. É da segurança pública para o seu domínio, digamos assim, a sua governança (Entrevistada Major 2).

**Como visto, trata-se de um trabalho técnico de monitoramento das ações da segurança pública do ponto de vista interno, que é importante e necessário, mas que não considera esta transversalidade que a política de segurança cidadã deveria ter, como apontado no capítulo 3 e que, em certa medida, era para ser feito através do PPV, este Programa mais macro e intersetorial que tem orientado (ou pelo menos deveria) toda a PSP desde 2012 e que passou a constar nos PLANESPs desde o supracitado ano.** Infelizmente, pelos relatos da nossa entrevistada, notou-se que o PPV sofreu uma espécie de desmonte na sua estrutura de governança nos últimos períodos, tanto que os órgãos responsáveis pela gestão e monitoramento de suas ações foram desativados, tanto o Núcleo Gestor (NG) quanto às Câmaras Setoriais (CS).

Bentes (2021), ex-integrante do NG do PPV e da CS de Prevenção Social, em artigo sobre o tema, confirma esta informação e diz que em 2021 só estava ativa a CS de Segurança Pública. Em diálogo com a entrevistada sobre isso, ela nos informou que este espaço realmente existe, vinculado à SIAP, com as mesmas pessoas, mesmas pautas e tendo reuniões periódicas, porém sendo chamadas agora de reuniões de avaliação operacional, sem a nomenclatura de CS.

Relembremos que o NG do PPV estava vinculado à Casa Civil do Governo do Estado e não a SSP e tinha servidores próprios nomeados para esta função, justamente para dar esta amplitude intersetorial e integrada do Programa. A entrevistada nos trouxe um pouco dessa memória:

Existia um núcleo, uma equipe, uma pessoa liderança e mais algumas outras pessoas. Nenhuma delas era da Segurança Pública. Todas eram designadas pelo gabinete do governador. E eles exerciam um papel. É muito semelhante do que eu descrevi aqui pra SIAP enquanto segurança. O que a SIAP faz para a segurança, o Núcleo fazia para o programa, entende? Eram cinco câmaras, cada uma com a área temática de atuação e ele fazia essa, digamos assim, essa coordenação executiva para todas. Então não tinha, não era, a segurança pública não era a protagonista do Pacto pela Vida, porque a dimensão era muito maior. A gente tinha assento em todas as câmaras, sim, mas não éramos os protagonistas de todas elas, nós éramos os protagonistas na câmara de segurança pública, mas mesmo assim fazendo a coordenação alinhada com o núcleo de gestão. Então ele trabalhava numa dimensão muito maior, com uma governança muito ampla, contemplando aí todas as secretarias envolvidas dentro desse contexto de estrutura de câmaras do PPV (Entrevistada Major 2).

É válido ressaltar que tentamos entrevistar algum ex-integrante do NG do PPV, inclusive o próprio Bentes, que atualmente é servidor público da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), porém não foi possível obter o seu contato.

**Ainda sobre isso, em consulta a relatórios de avaliação do PPA Participativo (2013; 2017) produzido pela SEPLAN, destacamos a insuficiência do modelo de gestão do PPV, que não funcionou no sentido de fazer sua governança da maneira adequada, tampouco a A&M do programa, como previsto legalmente. Os referidos relatórios ainda indicam a deficiência da participação social no PPV, entre outros pontos de melhoria<sup>82</sup>.** A pesquisa Pinho (2019, p. 106) sobre o PPV igualmente reforça estas necessidades. Ademais, como salientamos anteriormente, o PPV da Bahia está passando por um processo de reformulação e espera-se que ocorra uma escuta social para que a comunidade possa ser ouvida e apontar o que

---

<sup>82</sup> Em pesquisas no site da SEPLAN encontramos diversos relatórios de avaliação do PPA, mas apenas dois (2013, 2017) trouxeram informações mais robustas sobre A&M do PPV, os outros se limitaram a poucos dados relacionados à execução orçamentária; outros não citaram o Programa. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/monitoramento-e-avaliacao/relatorio-de-execucao-do-ppa/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

não deu certo no modelo anterior. Como visto até aqui e nas falas das lideranças comunitárias do Uruguai, há muito que ser modificado.

Seguindo na análise da entrevista com *Major 2*, ela nos explicou melhor como funciona o monitoramento feito pela SIAP:

[...] o monitoramento é feito através das boas práticas que nós adotamos no escritório de projetos e processos. Então a gente tem práticas de gerenciamento de projetos e práticas de gerenciamento de processos. Então, do ponto de vista de acompanhamento, a questão acontece de maneira bem técnica. Então a gente tem projetos com cronograma, com representantes, com responsáveis, com marcos, com entregas, com toda a conformação que existe de boa prática para gestão de projetos. Isso é feito através da coordenação de projetos. Então, existem as reuniões com os gerentes desses projetos, com os patrocinadores, com acompanhamento de cronograma. E da mesma forma, a gente tem a parte dos processos. A gente adota a gestão por processos. São processos estratégicos, que a gente faz a mensuração de desempenho através de indicadores. Tanto projetos quanto processos não tem outra forma, é indicador. [...] Isso a gente está falando da camada operacional do plano. O próprio plano estratégico em si, ele já tem um ciclo de monitoramento com 34 indicadores estratégicos, mas são indicadores que olham para a organização, não olham para a política. Então a gente está falando de, por exemplo, inquéritos policiais remetidos com autoria, a gente está falando de tempo médio de liberação de laudo, a gente está falando de tempo de atendimento de ocorrência, ou seja, é a nossa ferramenta de monitoramento do desempenho das nossas ações, que mantém o norte, é a bússola para o avanço, digamos assim, das ações dentro da segurança pública (Entrevistada Major 2).

Assim, para reforçar o que já trouxemos acima, o monitoramento e a avaliação que são feitos a partir do trabalho da SIAP, como explicado pela entrevistada, é um pouco diferente do que seria a A&M de uma política pública, tendo um caráter complementar, aquela teria uma dimensão bem maior, com indicadores de avaliação de entregas, de resultados para a sociedade, conforme o que foi pensado no planejamento da política.

Por outro lado, ainda que não tenha esta política mais macro, de acordo com ela a transversalidade com as outras pastas vêm ocorrendo sempre que necessário:

A gente tem as tratativas transversais, a gente consegue sair da secretaria na medida em que a gente formula parcerias e elabora alguns planos que não são políticas, não são planos estratégicos, mas são planos que envolvem determinadas áreas, afins dentro de um contexto específico, de um ponto crítico da segurança e que, através disso, são firmadas parcerias. Por exemplo, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Então, existe um plano de enfrentamento da violência contra a mulher capitaneado pela segurança pública, mas que tem parceria com outros órgãos. [...] Plano de atuação integrada de enfrentamento à violência contra povos e comunidades tradicionais. Então, é através desses planos que a gente consegue sair da secretaria e fazer as parcerias com outros atores também, de acordo com a temática. Então, só para ilustrar que, embora a gente não tenha política, a gente consegue estabelecer uma relação, digamos assim, de forças, unir forças em torno da solução de alguns problemas que afetam não só a segurança pública, através da formulação desses planos (Entrevistada Major 2).

**Destacamos esta parte para demonstrar este esforço importante de integração entre as políticas, que não deve ser uma prática apenas da segurança pública, mas de todas as secretarias e órgãos que compõem o governo do estado, além dos outros entes, como o governo federal e municipal.**

Perguntamos também à entrevistada sobre as formas de diálogo que a SIAP vem promovendo com outros setores da sociedade além das outras pastas do governo; ela nos explicou que geralmente são chamadas as secretarias que têm esta função de articulação, como a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, quando necessário. Outro exemplo que citou foi o diálogo feito com a SEPLAN para solicitar as escutas sociais que são feitas para a elaboração do plano plurianual e que também serviram de insumo para atualizar o PLANESP vigente. De acordo com ela:

Então a gente tem por obrigação buscar essas informações que já existem e caso a gente não encontre, a gente busca uma forma de produzir esse conhecimento também através de alguma oficina, alguma reunião, algum [...] Estabelecer algum canal para que a gente tenha acesso a essa escuta também.

Sobre como a entrevistada entende a perspectiva da segurança cidadã presente no trabalho da SIAP, ela nos explicou que aquela perpassa toda a atuação da segurança pública atualmente, tendo em vista que se trata justamente da oferta de serviços de segurança cada vez mais alinhados às premissas de preservação da cidadania e promoção de direitos para a sociedade, de maneira geral e isso é o que baliza todas as ações da SSP. Nos dizeres dela:

**Então, é uma filosofia. A polícia comunitária ainda assim não inventaram nada melhor do que isso.** Você pode ter vários nomes: polícia de aproximação, polícia cidadã, polícia, enfim, é polícia, é a filosofia de polícia comunitária. Ela traz uma série de diretrizes e direcionamentos que são... precisa estar latente em todas as ações. **Então, é o parâmetro de construção, sim, isso aqui, qual é a forma de se fazer isso, é base comunitária, é visita comunitária, é assistência social, é projeto social, então não tem outro caminho, isso já está incorporado no fazer, não tem como você ir para um outro direcionamento** (grifo nosso) (Entrevistada Major 2).

Ela também comenta o papel da segurança cidadã e das Bases Comunitárias de Segurança como formas de possibilitar a entrada de outras políticas nos territórios:

A simples presença já garante o acesso de todos os outros serviços do Estado àquela comunidade. Digamos assim, ela possibilita, melhor dizer, ela não garante, ela possibilita o acesso aos outros órgãos, como acontece nas bases comunitárias. A gente vai num local conflagrado, consegue fazer a instalação de uma Base, e a partir dali o poder público pode entrar com uma série de outros benefícios para aquela comunidade.

Infelizmente, muitas vezes, a visão e os valores da segurança cidadã não se expressam da melhor forma nos territórios, sobretudo negros e periféricos, pois estão pautados em ações de repressão junto com a ausência ou negativa de outras políticas públicas.

Sobre as formas de efetivar a participação comunitária na SP e pensar uma gestão compartilhada dessa política, ela ressaltou o papel do CONESP/BA e CONSEGs neste processo:

**Não tem outra forma, tem que ser essa. É aí que se dá o compartilhamento e a integração. É quando a gente tem a oportunidade de se sentar numa mesa para reunir e expor os problemas e encontrar soluções de maneira compartilhada. Não é só apontar o problema, é apontar a possibilidade de soluções para aquele problema. Porque a responsabilidade não é só de quem está do lado de cá, a responsabilidade é da sociedade como um todo.** Então não é só o Conselho, é o Conselho que tem o condão de mobilizar o diretor das escolas, os professores, o pessoal do comércio, de outros órgãos públicos que estão fora da segurança pública. **Então é toda uma mobilização social que pode ser feita a partir de uma estruturação, por exemplo, de uma rotina de reuniões comunitárias.** Como eu já tive experiência de participar disso no interior do estado, eu servi no interior do estado. Santo Antônio de Jesus. E lá a gente tinha conselho de segurança. **Então esse é o ambiente em que a gente trata as diversas questões dentro da área de segurança, entre elas a própria questão do racismo, a questão da violência contra a mulher, a questão do uso da força por parte da segurança algumas vezes, a questão da deterioração do território que impacta diretamente na segurança pública, a questão da falta de urbanização, a questão de crianças abandonadas, então todos aqueles, a gente chama daqueles pontos de atenção que impactam diretamente na segurança pública, eles têm campo para serem tratados dentro desse ambiente... Eu não tenho dúvida quanto a isso. Eu vi isso acontecendo, eu tenho boas experiências.** Sou defensora feroz da Polícia Comunitária e sei dos resultados que a gente vem tendo e pode ter. É só ir em qualquer base comunitária e perguntar como era antes e como é hoje com a base comunitária. **Então, eu entendo que é um modelo, embora bastante conhecido, que tem possibilidade de aperfeiçoamento e pode contribuir muito ainda para essa transformação que se deseja dentro das organizações e também dentro da sociedade.** (grifo nosso) (Entrevistada Major 2).

Pela fala da entrevistada é possível perceber a potência que pode ter os conselhos de segurança quando eles realmente servem ao propósito para que foram criados, ou seja, um canal de escuta, diálogo e resolução de problemas de forma compartilhada entre diversos atores e não servindo a interesses de alguns, como ela também pontua:

E lá na ponta, lá no território, a gente poderia ter um fortalecimento desse outro ator, que seria os representantes sociais, através dos conselhos comunitários de segurança. Eles existem, eles atuam, a questão é que isso poderia ser fortalecido ainda mais, para que a gente tivesse uma comunidade ainda mais presente, em mais espaços, em mais territórios, em mais locais. Não é todo município que tem o Conselho funcionando. Não é todo bairro que a gente tem Conselho funcionando. Enquanto a gente pensa no ideal de segurança pública, a gente busca a participação social através desse Conselho de maneira perene. Então não pode ser algo pontual, associado a, muitas vezes acontece, um interesse político, um viés político (Entrevistada Major 2).

É com esta reflexão sobre os CONSEGs que passaremos a análise da entrevista realizada com o *Coronel 3*, que também trouxe uma crítica importante sobre o papel destes espaços, inclusive desde a sua criação:

[...] eu tinha uma visão na época que o seu Francisco<sup>83</sup> até não concordava muito comigo, porque eu dizia pra ele que o conselho do meu ponto de vista, **os conselhos comunitários, eles tinham sido criados de uma maneira equivocada. Porque eles foram criados por iniciativa da Polícia Militar, quando deveria ter sido iniciativa da comunidade.** Então, assim, a via foi invertida. E os conselhos, inclusive, constavam no organograma das unidades operacionais. O que pra mim era uma distorção. Porque na realidade a polícia entraria nos conselhos como um partícipe, como um membro. Mas o conselho deveria ser efetivamente da comunidade. **Porque a partir do momento que a polícia encampava a gestão dos conselhos, do meu ponto de vista, desvirtuava a finalidade.** [...] Primeiro, eu acho que precisaria repensar a forma de constituição desses conselhos comunitários. [...] Porque você tem que ter uma capilaridade para realmente atingir o objetivo da polícia comunitária. Porque a polícia comunitária é mais do que simplesmente uma forma de atuar, é uma filosofia de atuação. **E aí você precisa construir conselhos que efetivamente tenham representatividade dentro daquela comunidade. E não é o que a gente observa. Normalmente, a maioria dos conselhos são apropriados ou por políticos ou por comerciantes. Os seus representantes ali defendem muito mais determinados interesses do que os interesses gerais da comunidade que teoricamente representam.** (grifo nosso) (Entrevistado Coronel 3).

Inclusive esta crítica dialoga com o que foi trazido pelas lideranças da sociedade civil do Uruguai, quando falaram não se sentirem representadas pelos CONSEGs, pois muitas vezes eram interesses outros que estavam em jogo naquele espaço. O fato de poderem ser criados pela própria comunidade poderia dar outro tom de participação e representatividade, sobretudo das pessoas mais afetadas pela política de SP nos territórios. O entrevistado comentou também que o CONESP/BA em sua proposta inicial, era para ser paritário e deliberativo. Atualmente ele é apenas deliberativo e possui apenas duas vagas para a sociedade civil e duas para entidades de classe representativas das polícias.

O *Coronel 3* igualmente explicou como se deu o processo de implementação das BCSs em Salvador e como isso representou um marco na atuação dos agentes da SP:

Eu reputo que foi um passo muito importante nessa mudança de fisionomia da corporação, essa aproximação com a sociedade porque qualquer empresa, qualquer organização vai ter que estar preocupada com os seus clientes. Embora não possa se referir à segurança pública, os usuários de segurança pública como clientes, porque eles não têm a opção, o máximo seriam usuários, seriam clientes que não têm concorrência. A polícia, ela tem o monopólio do policiamento ostensivo. Mas, de qualquer maneira, foi uma mudança de paradigma. **Porque esse diálogo, essa necessidade de estar sempre buscando, junto com as pessoas que residem naquele território, que vivem a realidade do território, é importante no desenho da forma de atuação da corporação. Uma crítica que eu faço a questão do policiamento comunitário é porque do meu ponto de vista, a sociedade baiana não tem uma vivência comunitária. Não temos assim uma tradição de uma vida comunitária.**

<sup>83</sup> Na época era o presidente da Associação dos Conselhos Comunitários de Segurança, de acordo com ele.

E isso de certa forma prejudica a própria filosofia do policiamento comunitário. (grifo nosso) (Entrevistado Coronel 3).

A crítica que ele faz ao final do trecho destacado pode ser considerada para outras políticas públicas, onde as instâncias democráticas são muitas vezes limitadas, porém a segurança pública sem dúvidas se destaca, inclusive pelo processo de ditadura militar onde ela representava este lugar intocável, fechado. Ele também pontua que a sociedade brasileira não tem cultura de prestação de contas públicas:

[...] o Brasil não tem ainda uma visão de *accountability*, tanto que assim não tem tradução para o português ainda, esse esforço. Mas essa prestação de conta não é prestação de contas para o Tribunal de Contas, é uma prestação de conta para o destinatário do serviço. Então o comandante da companhia tem que sair sempre ali dialogando com a comunidade dizendo assim, olha, o que eu posso fazer, o que eu não posso fazer, qual tipo de apoio que eu preciso. Porque tem determinadas ações que a polícia não pode desenvolver, mas que a comunidade pode.

**Para esta pesquisa interessa esta reflexão, pois a TGS.DT proposta está justamente neste bojo das ações relacionadas ao *accountability*<sup>84</sup>, ou seja, A&M da PSP. O entrevistado apontou ainda sobre este assunto, a importância de ter indicadores que efetivamente retratam a realidade dos territórios, como por exemplo a sensação de insegurança que a população vive. Porque se não tiver esses indicadores que efetivamente façam essa fotografia ou filme, o trabalho será sempre com base em uma realidade que não é compatível com o problema a ser enfrentado.** Pensando nesta realidade dos territórios, ele comenta como a população negra tem sido a principal afetada pela PSP:

Por razões históricas, econômicas, políticas e sociais, quem mora nessas comunidades, esses aglomerados subnormais, como chama o IBGE, majoritariamente são pessoas afrodescendentes. E a polícia, ou o sistema de segurança pública, eles se delineia com base em ações pontuais a depender das demandas que surgem, e sempre de uma forma repressiva e não preventiva, toda a guerra faz vítimas inocentes e se você está na localidade majoritariamente habitada por afrodescendentes, quem serão as vítimas dessas guerras? E eu falo aí também, incluindo a própria polícia, como eu já lhe disse, que a polícia é majoritariamente composta por afrodescendentes. Então você vai ter baixas tanto de um lado como do outro, e as baixas sempre serão sobre a comunidade negra. Porque uma bala perdida no Nordeste da Amaralina é uma bala perdida. Mas uma bala perdida no Horto Florestal não é uma bala perdida, é uma bala achada. (grifo nosso) (Entrevistado Coronel 3).

Contextualizando esta fala, pensando nas dinâmicas socioterritoriais, o entrevistado reflete sobre como a violência letal ocorre de forma contumaz em corpos-territórios negros,

---

<sup>84</sup> Conceito trazido na nota 64, p. 70.

expressa na “bala perdida”, muito diferente do que acontece em territórios brancos, onde as balas são “achadas”. Além disso, ele leva em consideração que a polícia está sempre agindo sob demanda e pressão, tendo que atender aos diversos chamados que acontecem em diferentes lugares, de forma urgente, sendo que o contingente disponível não tem como dar conta de tudo, reforçando a ideia da integração com as outras políticas.

**Sobre isso, o entrevistado traz uma perspectiva importante sobre esta necessidade de integração às outras políticas públicas, tanto estaduais quanto municipais. Pensando nisso, foram criados o PRONASCI e o PPV como forma de promover esta integração das diversas políticas.** Neste sentido, ele também tece algumas críticas, relacionadas ao que trouxemos acima sobre as deficiências na gestão e na participação social no PPV, que podem nos ajudar a pensar os novos formatos que estão sendo construídos em relação a estes dois Programas:

O PRONASCI, eu gosto da forma como ele foi pensado, embora eu ache que nós temos um grande problema entre o planejamento e a implementação. **A gente não acompanha e não faz as intervenções necessárias para garantir que aquilo que foi planejado seja efetivamente implementado.** E com relação ao Pacto pela Vida, a minha crítica é que no meu ponto de vista não houve um pacto. Porque se você for tomar como referência, por exemplo, Pernambuco. Em Pernambuco houve uma pactuação do Estado com a sociedade. **Aqui na Bahia, o que eu vi, o que eu acompanhei, foi que se pegou o modelo de Pernambuco, se trouxe pra cá. E se implantou, e se homologou com a sociedade pra dizer que tinha sido pactuado. Eu não acredito em pacto por decreto. Pactuação é um processo que tem que ser construído, não é uma coisa simples.** (grifo nosso)

**Dessa fala se observa dois pontos importantes: a necessidade de A&M periódicos durante a implementação da política pública e a necessidade de pactuação com a sociedade civil, beneficiária/ impactada pela política. E isso demanda tempo, diálogo e instituição de processos de gestão compartilhada.**

Sobre esta questão da gestão compartilhada, outro ponto que ele chama atenção é em relação a responsabilidade dos municípios, tal qual foi pensado o Sistema Único de Saúde (SUS):

Olha o SUSP, ele foi pensado em a imagem e semelhança do SUS, tá? Nós temos um Sistema Único de Saúde que eu reputo assim, como no seu planejamento, perfeito. Como muitas outras coisas, nas implementações existem falhas. Mas a ideia do sistema único de segurança pública é que ele funcionasse como funciona o SUS. Aí você tinha a instância do federal, do estadual e do municipal. Porque na realidade ninguém mora no estado, ninguém mora na União. Todos nós moramos em municípios. Então assim, tem que haver a municipalização da gestão. Queiramos ou não. Porque não adianta você imaginar que, por exemplo, a segurança pública é do governo do Estado. É obrigação do Estado. Sim, tudo bem, só que nós temos municípios. Cada um com as suas especificidades. Como é que nós vamos fazer essa gestão se nós não dialogarmos? Não tem como.

**Com visto, esta preocupação sobre as competências federal, estaduais e municipais nestes processos de gestão da segurança pública também se faz presente no PRONASCI, PPV e PJV, como forma de dar capilaridade e efetividade a política, entendendo a diversidade e especificidade de cada território. Relacionando, o Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Salvador, feito pelo MJPOP e REPROTAI, que comentamos na seção sobre as lideranças comunitárias do Uruguai, contou com a parceria de vereadores de Salvador e será apresentado como forma de também comprometer o município com esta pauta. E, concordando com o entrevistado, de fato, o SUS com seus processos de gestão regionalizado e compartilhado parece ser uma boa referência a ser mirada pela PSP.**

Para finalizar os pontos trazidos pelo *Coronel 3*, ele fala sobre a necessidade de aprender com os erros e olhar com cuidado para as experiências que não deram certo, ao invés de focar apenas nos êxitos, como forma de dar continuidade aos processos que vêm sendo construídos. Explicando, nos diz que:

A gente começa a construir alguma coisa e não acompanha, porque muitas vezes o erro não foi no planejamento. **O planejamento foi muito bem-feito, mas você errou na implementação. Mas se você não faz o acompanhamento, como é que você não vai fazer as ações corretivas necessárias para garantir que o que foi planejado seja executado?** Então se você quer fazer uma aproximação com a comunidade, você tem que entender que isso vai ser um trabalho de médio a longo prazo. Você não vai conseguir fazer um Pacto pela Vida a curto prazo. **Política de segurança pública de curto prazo é grupo de extermínio (grifo nosso).**

**O entrevistado nessa fala ressalta a importância de processos planejados, monitorados e avaliados, alinhados ao que os vários atores sociais demandam neste processo, sobretudo a comunidade. Ter pessoas com esta capacidade de reflexão crítica dentro da gestão pública é fundamental para conseguirmos avançar nestas tratativas.**

Seguiremos então para análise das respostas do *Major 4*, Coordenador do CRER, vinculado a SPREV da SSP/BA. No primeiro momento realizamos contato com o intuito de entrevistar a Superintendente da SPREV, cargo ocupado atualmente pela tenente Coronela Denice Santiago, entre outros motivos, pela dissertação que ela desenvolveu neste PDGS ter relação com o tema deste trabalho, como já comentado anteriormente. Na indisponibilidade dela, foi indicado para responder ao questionário o *Major 4*.

Sobre os principais direcionamentos da segurança cidadã que estão presentes na atuação da SPREV ele nos respondeu ser por meio da participação comunitária na construção da cultura

da paz, inclusive, uma das diretorias da SPREV, a de Gestão Social, tem diretamente as seguintes responsabilidades:

- promover a mobilização, integração e articulação de grupos e indivíduos na comunidade, na perspectiva da prevenção à violência;
- sensibilizar os componentes da sociedade para a realização de atividades de enfrentamento à violência em prol da coletividade;
- estimular o engajamento das pessoas da comunidade a participar de ações para o aumento da sensação de segurança e o desenvolvimento de seu território;
- favorecer o diálogo e interação com lideranças comunitárias, movimentos sociais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs), associações, grupos comunitários, escolas instituições públicas e privadas e demais grupos de coletivos inseridos no território visando o enfrentamento e prevenção à violência;
- desenvolver estratégias de avaliação e monitoramento de processos interinstitucionais que se relacionem à execução do policiamento comunitário e desenvolvimento sócio territorial;
- assessorar e orientar os setores da sociedade no tocante à criação, registro e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança;
- contribuir para a capacitação dos membros dos Conselhos Comunitários de Segurança para gestão dos aludidos Conselhos;
- fomentar eventos visando consolidar a integração da comunidade com órgãos estaduais de Segurança Pública.

Vendo as competências da Coordenação de Gestão Social da SPREV, das quais destacamos as que mais se aproximam dos objetivos deste trabalho, o órgão tem um importante papel de fomentar a participação comunitária na política de segurança cidadã e na promoção do enfrentamento e prevenção à violência, sendo responsável inclusive por assessorar os setores da sociedade na criação, registro e funcionamento dos CONSEGs.

De acordo com o entrevistado, os CONSEGs são a forma fundamental de garantir a efetiva participação comunitária na SP, que por meio da SPREV tem acontecido tanto através dessa instância, quanto nos projetos desenvolvidos pelas BCSs, que são apoiadas pela SPREV, bem como por meio do Selo SPREV de Referência Social e Comunitária, tendo como uma de suas categorias a premiação específica para as Ações Institucionais e Comunitárias de Relevância Social, destinada às instituições que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) e a comunidade, por meio das entidades da sociedade civil. Ressalta ainda que a SPREV tem atuado junto a projetos e conselhos voltados a comunidades escolares, juventudes, população de comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, mulheres, idosos, crianças, dentre outras categorias sociais.

Como visto, de forma unânime, os agentes da segurança pública entrevistados consideram os CONSEGs como espaços necessários para garantir a participação comunitária na SP. Em contraponto a isso, as lideranças comunitárias da PI disseram não se sentir

representadas por esta instância, o que nos leva a reflexão sobre o que fazer para realmente tornar este espaço capaz de produzir diálogos e soluções no sentido do enfrentamento a violência e o ao racismo em corpos-territórios negros. Ainda sobre isso, destacamos o importante trecho abaixo da resposta do entrevistado:

O trabalho da Segurança Pública tem que ter por escopo principal o atendimento das demandas da comunidade. Entender a Comunidade como cliente principal pode ser uma forma de descobrir a razão da existência da própria Segurança Pública. **Entreter, discutir, analisar os problemas de Segurança com a comunidade assegura a fidedignidade das ações policiais, coloca o elemento comunidade como um agente colaborador na estrutura da segurança pública, bem como propicia maiores condições de enfrentamento às demandas sociais típicas de segurança. Desta forma, a participação da Comunidade é fundamental para o acompanhamento e enfrentamento do racismo diante das ações policiais.** (grifo nosso)

Sobre como as ações da SPREV tem contribuído com o enfrentamento ao racismo institucional presente na segurança pública, ele nos disse que pode contribuir de várias formas, principalmente a educativa, no sentido de criar uma cultura que objetiva desenvolver no servidor a capacidade de identificar as variadas maneiras de reprodução do racismo, seja por ele próprio ou por outros servidores, possibilitando, desta forma, além da identificação, uma reflexão sobre os prejuízos psicológicos e físicos, decorrentes de ações dessa natureza, que muitas vezes ocorre de maneira automática. Já do ponto de vista mais macro, ele acredita que as ações da SPREV têm contribuído para o enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira a partir da percepção do crime na estrutura da sociedade, já que o racismo é um crime, previsto em lei. E a mudança de atitude se inicia pela sua percepção e pela aceitação de que a mudança de atitude é necessária. Citando exemplos desse enfrentamento nos diz que:

As rodas de conversa sobre o tema, o letramento racial, as entrevistas, o acompanhamento de ocorrências racistas, são exemplos de práticas desenvolvidas na Superintendência, cujo escopo é propor que as instituições da SSP/BA realizem reflexões e ações no sentido de mudar a atual estrutura racista.

Realmente é fundamental que os órgãos da SP estejam implicados no reconhecimento e no enfrentamento ao racismo, tanto presente nas suas práticas quanto em relação às pessoas negras que são agentes da SP. Sobre isso, destacamos importantes ações recentes que foram construídas em parceria com a sociedade civil e segurança pública e outros órgãos estatais, no sentido de enfrentar os altos índices de violência e letalidade na Bahia, representando uma mudança histórica nessa relação e na postura do estado da Bahia sobre o assunto:

- Criação do Plano Estadual de Redução de Letalidade Decorrente de Intervenção Policial por meio da Portaria 198 de 05/09/2023, em que a SSP/BA instituiu Grupo de Trabalho com o propósito de elaborar proposta<sup>85</sup>;
- Edital de Chamada Pública de 30/09/2023 para apresentação de propostas pelas organizações da sociedade civil, visando colaborar com a redação do Plano de Redução da Letalidade Policial no Estado da Bahia a ser elaborado pela Defensoria Pública, por meio da Coordenação Especializada de Direitos Humanos, da Coordenação Especializada Criminal e de Execução Penal e da Ouvidoria Externa da do órgão<sup>86</sup>;
- Realização de audiência pública no dia 02/10/2023 promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp); pelo Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos (CEPDH); e pela Defensoria Pública para debater as políticas públicas de enfrentamento aos índices de letalidade policial na Bahia. Com o escopo de escutar diferentes pessoas e grupos, como organizações da sociedade civil, movimentos sociais, órgãos do governo, universidades e cidadãos comuns, essa audiência pode fornecer informações importantes para o Ministério Público tomar decisões melhores sobre como diminuir as mortes em confrontos com a polícia. A Iniciativa Negra e o IFC foram duas das OSC que estiveram presentes<sup>87</sup>.
- Realização do Workshop (Re) Alinhando Dados para a Promoção da Paz e de Políticas de Segurança e Prevenção à Violência na Bahia, promovido pela SSP, em parceria com a Iniciativa Negra, IFC e Rede de Observatórios. O evento aconteceu nos dias 4, 5 e 6 de outubro, com a proposta de dialogar sobre uma atuação conjunta no aprimoramento dos dados e na proposição de estratégias de prevenção à violência. Foram realizadas mesas de debates com a apresentação de metodologias de coleta de dados tanto de instituições do poder público quanto de organizações da sociedade civil. Ao final do evento, foi criada uma carta colaborativa, que estabeleceu 10 propostas que visam aprimorar as ações de combate à violência no estado e a criação de um grupo de trabalho que dará continuidade ao diálogo<sup>88</sup>.

É nesse sentido de colaboração e cooperação de diversos atores sociais para resolução de problemas de pública relevância que construímos a TGS.DT deste trabalho, pois precisamos

---

<sup>85</sup> Disponível em: <https://ssp.ba.gov.br/2023/10/05/ssp-discute-acoes-para-plano-estadual-de-reducao-da-letalidade-policial/>. Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/em-audiencia-publica-dpe-ba-divulga-edital-que-convoca-sociedade-civil-para-contribuir-com-plano-de-reducao-da-letalidade-policial/>. Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/69888>. Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>88</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CyGSMnsgSSY/?hl=da&img\\_index=](https://www.instagram.com/p/CyGSMnsgSSY/?hl=da&img_index=). Acesso em: 12 out. 2023.

reinventar formas de lidar com estes problemas. Não há mais condições de não envolver as comunidades negras e periféricas nesta construção.

Acreditamos que através dessa seção e das entrevistas realizadas respondemos aos objetivos específicos de: **Entender como os agentes da segurança pública da BCSU compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na implementação da política nesse território; e Entender como se dão os processos de A&M da PSP em Salvador – BA.**

Ao mesmo tempo, foi possível perceber a partir dos discurso das pessoas entrevistadas, que existem agentes da SP atentos às questões do enfrentamento ao racismo, tanto nas práticas da segurança pública, quanto numa perspectiva mais macro da sociedade. Nestes termos passaremos a próxima seção, na qual apresentaremos a experiência da Residência Social, que muito se relaciona com a ideia de criar reflexões e sínteses acerca da violência racial em corpos-territórios negros.

### 5.3 RESIDÊNCIA SOCIAL: O QUE DIZEM OS CORPOS-TERRITÓRIOS AFRO-BRASILEIROS E AFRO-COLOMBIANOS?

As experiências das pessoas negras na diáspora têm suas singularidades, mas também suas aproximações, isso porque os projetos coloniais nas Américas foram muito parecidos, sobretudo na América Latina, se baseando na exploração escravocrata de pessoas negras e, após seu encerramento, o alijamento dessas pessoas da sociedade capitalista.

Neste sentido, fazer a Residência Social<sup>89</sup> (RS) em Cali, cidade colombiana mais negra da América Latina depois de Salvador, foi acessar experiências e relatos parecidos com os da PI, no que tange às desigualdades, ao racismo estrutural, à violência racial e policial e a processos de resistências e enfrentamentos de uma comunidade atravessada por muitas adversidades, evidenciando que corpos-territórios negros, ainda que distantes territorialmente, se aproximam a partir das experiências.

A RS foi realizada entre os dias 06 e 23 de fevereiro de 2023, na instituição acolhedora *Asociación Cultural El Chontaduro* que trabalha pelo fortalecimento e defesa dos direitos

---

<sup>89</sup> Como já dito na Metodologia, a Residência Social é uma tecnologia de ensino, que singulariza o PDGS da UFBA, pois busca proporcionar ao estudante um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão continuada em contextos práticos organizacionais diferentes dos seus contextos habituais de ação.

humanos da população do distrito de *Aguablanca* em Cali<sup>90</sup>, dando primazia aos direitos étnico-racial, equidade de gênero e direitos civis e políticos de mulheres, crianças e jovens, buscando seu impacto nas dinâmicas sociais e nas políticas públicas locais. Promove a participação a partir de abordagens de não-violência e cultura de paz, implementando programas e projetos que permitam o desenvolvimento integral das comunidades. A associação atua em três frentes distintas: Mulheres; Meninos e meninas; e Juventude.

Durante a RS, observou-se como a associação representa uma referência importante para a comunidade, sendo um lugar físico e simbólico de encontro e apoio. Além disso, destacamos também a forte atuação da associação no campo da educação, oferecendo vários tipos de processos formativos para a comunidade, sejam cursos para ingresso na universidade, os Pré-Icfe, rodas de conversa sobre questões sociais, biblioteca comunitária para as crianças, aulas de teatro, dança, capoeira, e cursos manuais como o bordado.

Podemos observar ainda que a equipe gestora da associação é composta majoritariamente por mulheres e negras, e também muitos jovens, dialogando com os públicos beneficiários da Casa, que são, sobretudo, mulheres e jovens negros e negras. Além disso, as pessoas da equipe têm uma íntima relação com o bairro/ comunidade, são moradoras ou vivem perto, sendo algumas da mesma família.

**Neste quesito, verificamos similitudes entre o trabalho realizado pela Casa Chontaduro (Cali) e a Associação de Moradores Santa Luzia e o Espaço Cultural Alagados no Uruguai (Salvador), nas quais os trabalhadores e trabalhadoras vivem no bairro ou tem uma relação muito próxima com o território, bem como desenvolvem diversas atividades para a comunidade, através da educação e da cultura, sobretudo para crianças e jovens.**

Na Casa Chontaduro as pessoas foram extremamente receptivas com a realização da RS e, ao longo do período da sua execução, apresentaram a forma de atuação da instituição e as diversas atividades promovidas. Realizamos 7 entrevistas com dirigentes, coordenadores e beneficiárias que foram fundamentais para o melhor entendimento da atuação da Associação, bem como para a construção dessa dissertação.

---

<sup>90</sup> A organização da cidade de Cali é composta por distritos, comunas e bairros. No caso, o bairro Marroquin III pertence à Comuna 13 do distrito de *Aguablanca*, no oriente de Cali. Especificamente o bairro Marroquin III, concentra a maior parte de pessoas negras, bem como pessoas vindas do Pacífico, a partir do processo de deslocamento forçado por conta dos furacões e do conflito armado colombiano. Assim, acaba sendo um lugar de muitas desigualdades, violência, conflitos e estigmatização.

**Como objetivo geral da RS estabelecemos: conhecer a atuação da Casa Chontaduro no campo do enfrentamento ao racismo e atuação comunitária na cidade de Cali, na Colômbia e eventuais dispositivos de Tecnologia de Gestão Social aderente às políticas de segurança para o território da PI.** Já como objetivos específicos, elencamos: 1) conhecer e observar o funcionamento da instituição, principalmente sua atuação comunitária com jovens e mulheres negras, através da cultura e da arte, entendendo a cultura como uma chave importante para pensar o enfrentamento ao racismo e a violência em comunidades negras; 2) entender como se dá a realidade de enfrentamento ao racismo, a violência policial e se há instrumentos de A&M no território negro da cidade de Calí, bem como estabelecer possíveis conexões com a realidade da PI, em Salvador e; 3) estabelecer intercâmbios culturais, profissionais e acadêmicos com a instituição, tendo em vista sua atuação interseccional na área de pesquisa por meio do grupo de mulheres investigadoras populares.

**Partindo para o contexto do território, nas andanças pelo bairro Marroquin III, foi possível observar outras aproximações com o bairro do Uruguai, como ruas e casas, becos e vielas, muito característicos dos territórios de periferia latino-americanos. Outro traço em comum é a violência.**

De acordo com as pessoas da Casa Chontaduro, atualmente um dos principais problemas do território são a violência policial e os conflitos existentes por conta do deslocamento forçado<sup>91</sup>, sem que o poder público desenvolva maneiras de alocar essas pessoas deslocadas de forma digna e planejadas. Por exemplo, uma das poucas áreas de lazer para a juventude do bairro, a “zona verde” que era utilizada para jogar futebol, deu lugar a um condomínio de prédios para abrigar essa população. Assim, esta realidade de superpopulação, de pessoas de diferentes lugares e culturas tendo que conviver em um território periférico, com poucas políticas públicas e investimento social, sobretudo a juventude, tem gerado muitos conflitos, disputas entre grupos rivais, intensificadas pelo microtráfico de drogas, o que as pessoas da Casa Chontaduro tem chamado de “fronteiras invisíveis”. A Casa Chontaduro está numa dessas zonas de conflito.

---

<sup>91</sup> De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) os principais motivos para estes deslocamentos são: a expansão de grupos armados não estatais que ameaçam e expulsam a população local dos seus territórios; a redução do orçamento para lidar com contingências; a ausência ou insuficiência de assistência às vítimas, e a realização de retornos imediatos sem análise de risco e garantias de retorno seguro. Em acréscimo, se observa que segundo a Defensoria do Povo da Colômbia, os coletivos majoritariamente afetados pelo fenômeno são os que enfrentam uma situação de vulnerabilidade histórica e estrutural, tais como as comunidades étnicas indígenas e afrodescendentes (em 59% dos casos) e a população campesina. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/258.asp>. Acesso em: 14 nov. 2023.

**As similitudes com o Brasil são perceptíveis, pois embora não tenhamos um conflito armado declarado, o número de pessoas que morrem todos os dias em nome do combate ao crime organizado e a guerra às drogas se equiparam aos de países em guerra.** Destacamos ainda que esta preocupação tem se refletido nas ações da Casa Chontaduro para incidir naquela realidade, como por exemplo, a construção de um movimento afro-juvenil que incida na transformação das realidades de opressão e violências no território do oriente de Cali; e o agenciamento de estratégias de articulação com a comunidade que contribuam para reduzir a problemática das “fronteiras invisíveis”. Do mesmo modo, verificamos as diversas estratégias que as organizações do Uruguai também têm desenvolvido para o enfrentamento da violência letal no território.

Ainda sobre o papel que a Casa Chontaduro desempenha dentro do território, as diretoras da organização comentaram que as crianças e jovens da comunidade têm livre acesso à associação, tratando-a como uma extensão de suas próprias casas, também sendo um espaço de acolhimento das crianças que ficam sem as mães ao longo do dia. Inclusive, o nome da Casa Cultural faz referência ao fruto do Pacífico chamado *chontaduro*, que é vendido pelas mulheres do território como forma de sustento, sendo muitas delas “cabeças de família”. Dar este nome a Associação foi justamente uma forma de criar um laço com a comunidade, algo que fizesse sentido para a realidade local. Então, desde o início, a Casa Chontaduro surgiu com o intuito de acolher a comunidade, lá em 1984, sobretudo as crianças que ficavam pelas ruas, enquanto suas mães estavam trabalhando vendendo o fruto, pois, justamente por serem as chefes de família, não tinham com quem deixar seus filhos.

O Centro Cultural Alagados e a Escola Luiza Mahin, no bairro do Uruguai, também têm funcionado como este lugar de aglutinar as crianças e juventudes a partir da arte, da educação e da cultura, pensando estas três como formas de enfrentar a violência policial e racial vivenciadas nestes territórios.

Representando a ancestralidade e a importância dos mais velhos nas ações da Casa Chontaduro tivemos a oportunidade de conhecer as “*mayoras*”, as mulheres mais velhas da Casa e que são reconhecidas assim por todos, como forma de respeito pela idade e pelo tempo que estão participando e construindo a organização. Foi possível entrevistar duas delas ao longo da RS, quando trouxeram em suas falas as pautas das mulheres negras do oriente de Cali e do Pacífico, os processos de violência, do deslocamento forçado e do racismo. Foi muito emocionante conhecer mais sobre a história dessas mulheres, exemplos de sabedoria, ancestralidade, força, resistência, sensibilidade.

Elas são cantoras incríveis, poetas, participantes do grupo de mulheres, da escola sociopolítica de mulheres, escritoras de suas histórias, provenientes do Pacífico colombiano a partir dos processos de guerrilha armada e deslocamento forçado. Das falas delas destacamos o que contaram sobre como a cultura e as artes são fundamentais nos processos de cura e resistência e na vida das pessoas negras do oriente de Cali. De acordo com uma delas: “[...] a arte é o que nos mantém de pé [...]”.

Sobre as entrevistas<sup>92</sup> realizadas, as perguntas foram pensadas para entender melhor: a) a relação das pessoas com a Casa Chontaduro e com o território a que pertencem; b) a relação da Casa Chontaduro com instituições públicas, com processos de políticas públicas e com a comunidade; c) como é o trabalho da Casa Chontaduro a partir da cultura, da arte, do debate étnico-racial e das questões de gênero e diversidade sexual; e d) como é o trabalho para a promoção de uma cultura de paz e para o enfrentamento da violência no território.

Nossa *Entrevistada 1*, uma das diretoras da Casa Chontaduro, destacou **como a juventude negra vem sendo assassinada todos os dias no território e como isso faz com que a comunidade desenvolva processos de resistência a partir da dor, e também como o trabalho da associação tem sido para transformar essa realidade de morte e construir outros horizontes, outras formas de mundo, outra forma de ver a vida, outras referências no território.**

Neste sentido, ela comentou que a Casa Chontaduro também tem desenvolvido espaços para comemorar e homenagear a vida das mulheres, da juventude, para que se possa reconhecer que aquela pessoa que perdeu a vida pela violência tinha sonhos, que esses sonhos poderiam também ser cumpridos individual e coletivamente. **Para ela, a ligação com a comunidade tem a ver com a reconstrução dos sonhos, da esperança, de poder sonhar e pensar o território de uma forma diferente.**

Ela comentou também que acredita que cada espaço que a associação oferece tem sido uma posição-chave para a transformação dessas realidades e para responder à violência que historicamente vem experimentando o território e construir uma cultura de paz, não uma paz branca, que promove a morte, como dito por Jaime Amparo, pesquisador brasileiro que tem relação com a Casa Chontaduro, mas sim uma paz que é pensada, localizada no território.

**De acordo com ela, a ideia de polícia comunitária e cidadã está muito longe da realidade de violência policial que eles vivenciam no território, já que a polícia persegue,**

---

<sup>92</sup> Todas as pessoas entrevistadas autorizaram o uso das suas falas nas entrevistas, conforme TCLE.

**maltrata e mata as pessoas o tempo todo. Como se pode ver, é uma realidade muito parecida com a das comunidades negras do Brasil e do bairro do Uruguai.**

A *Entrevistada 2* é uma das mulheres que compõem a equipe coordenadora da Casa Chontaduro, na linha de Infância, e coordena o espaço psicossocial como assistente social. Ela comentou sobre as estratégias para o enfrentamento da violência no território, como por exemplo, as “fronteiras invisíveis”, **destacando que uma das possibilidades passa por estabelecer vínculos fortes com as famílias, construir junto com as pessoas que estão no território, já que a Casa Chontaduro não tem condições de enfrentar a problemática sem o auxílio da comunidade, e que isto passa pela comunidade reconhecer os processos que estão no território. Ou seja, os problemas do território precisam envolver todos os atores sociais que o compõem, bem como o poder público responsável.**

Nosso *Entrevistado 3*, cientista social, que faz parte da equipe coordenadora da Casa Chontaduro, na linha de jovens e compõe a equipe do Pré-Icfes<sup>93</sup>, quando perguntado sobre como garantir a participação social/comunitária nas políticas públicas, respondeu que acredita que a comunidade tem condições de fornecer o melhor modelo para atacar e combater os problemas que a política pública busca resolver, tendo em vista que são aqueles que são afetados diretamente. Porém, de acordo com ele, não é isso que acontece no momento de construção, então entende que as políticas deveriam ter um processo mais democrático, onde houvesse uma participação mais ativa da comunidade. **Outro ponto que ele acha importante é que as pessoas tenham conhecimento da estrutura e do funcionamento de uma política pública e para que ela serve, pois isso pode facilitar os processos de participação e controle social.**

Na pergunta sobre se a Casa Chontaduro faz, já fez ou participa de alguma instância que trabalhe com A&M de políticas públicas, ele respondeu que o grupo de mulheres investigadoras populares está trabalhando no desenvolvimento de um documento modelo da política pública de gênero para mulheres. Em outro momento, a associação foi chamada para contribuir com o processo de construção da política pública de juventude para Cali. **Porém, de acordo com ele, essa política não foi bem elaborada, porque não assumiu uma abordagem étnico-racial e de gênero, não levou em consideração a questão da diversidade sexual, bem como não trabalhou o enfoque étnico-racial nos dados estatísticos de jovens negros assassinados, porque na Colômbia não há censos por condição étnico-racial em matéria de violência.**

---

<sup>93</sup> Curso comunitário preparatório para acesso ao ensino superior oferecido aos jovens do oriente de Cali pela Casa Chontaduro.

Ele disse ainda que em Cali existem observatórios de monitoramento de violência, homicídios e observatórios de segurança e justiça. No entanto, são observatórios que buscam simplesmente mostrar os dados e também obter lucro, porque as organizações que fazem isso são remuneradas para este trabalho. Também não se empenham em fiscalizar o exercício étnico-racial, a discriminação, por serem realizados por pessoas brancas não engajadas na luta antirracista. Assim aponta que estes trabalhos devem ser feitos com a participação da população negra.

Já quando perguntado sobre as estratégias que a Casa Chontaduro tem desenvolvido para construir uma cultura de paz, sua resposta se alinhou com a das outras pessoas entrevistadas, ao dizer que é uma organização que está sempre de portas abertas, se relacionando e em diálogo com a comunidade no dia a dia, buscando as famílias das jovens que chegam, buscando replicar alguns processos como o Pré-Icfes, como a escola sociopolítica para mulheres em outros territórios e que todas estas ações contribuem para a construção dessa cultura de paz.

A *Entrevistada 4* é uma jovem de 20 anos, que conhece a Casa Chontaduro desde que era pequena, passou por vários espaços como a biblioteca comunitária, as aulas de artes plásticas, o grupo de jovens, o Pré-Icfes, atualmente está cursando filosofia numa universidade pública e é voluntária na associação, contribuindo nas ações do Pré-Icfes. **Sobre o que ela acha importante para ampliar a participação social/comunitária no processo de políticas públicas, respondeu que é necessário chamar e envolver as pessoas, convocar, sobretudo contando com a participação da juventude.** Ela participou no ano passado (2022) do encontro internacional da Associação de Familiares e Amigos de Presos (AMPARAR<sup>94</sup>) em São Paulo, então também conversamos sobre as aproximações entre as realidades da Colômbia e Brasil, relacionados aos territórios negros, violentados pelo estado, com dificuldade de acesso a políticas públicas fundamentais para sua sobrevivência e sobre a importância de criar estratégias coletivas para seu enfrentamento.

O *Entrevistado 5* é um jovem de 25 anos que também compõe a equipe coordenadora da Casa Chontaduro, é profissional de serviço social e além de professor, está cursando duas pós-graduações, em que pesquisa securitização, segurança urbana, questões relacionadas à paz

---

<sup>94</sup> A AMPARAR possui como missão a defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares e a articulação destes enquanto grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/amparar-associacao-de-amigosas-e-familiares-de-presosas/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

e à pacificação de territórios racializados. Seu projeto de mestrado trata sobre as apostas políticas com enfoque territorial e interseccional que conta com ativistas afrodescendentes do oriente da cidade de Cali.

Quando perguntado sobre sua relação com o território onde está a Casa Chontaduro, ele acredita que a relação que alguém, como negro, estabelece com a parte oriental de Cali, é predominantemente de morte, tendo em vista que se vive da negação de suas lutas, a negação do ser e a negação da própria vida. **Ele entende que a morte foi ministrada ao território e todas as práticas de governança necropolítica são impostas ali, impossibilitando que alguém, quando criança, imagine outros mundos possíveis. “Como criança negra, vive-se na desesperança aprendida e como jovem negro, vive-se na morte precoce”.** Ele comenta que esta morte além de física, também é social, simbólica e psíquica, e que isso tem um pouco a ver com racismo. Ele entende inclusive que, mais que racismo, se trata de antinegitude, porque acredita que quando alguém fala em racismo, pelo menos coloca o outro numa instância humana e, para os negros, essa condição de humanidade nem sequer tem sido possível.

Por outro lado, acredita que é a partir dessa relação com a morte que também se configuram outros lugares de agenciamento e então devemos pensar em organizações como a Casa Chontaduro, onde se pode estar em um espaço coletivo, na qual se pensa uma realidade, **em como ter práticas e apostas políticas com uma abordagem territorial e interseccional, que tire a morte do centro, que permita que as crianças recuperem as suas condições de vida, restaure a esperança e que não submetam os jovens ao “afrojuenicídio”.**

Sobre a relação da Casa Chontaduro com instituições públicas ele comenta que tem sido a partir de um lugar de questionar a insuficiência do Estado para resolver os problemas sociais, inclusive entendendo que se trata de um Estado que administra a morte e se baseia em práticas racistas. Assim, entende como importante pensar numa lógica que transcenda o Estado, que transcenda a lógica da cooperação internacional, afirmando que devemos pensar na solidariedade.

**Também relatou a atuação da Casa Chontaduro para a construção da cidade, a partir de espaços estratégicos, como a cultura e as artes, utilizando estas ferramentas para propor e colocar as necessidades do território na agenda pública. Vemos inclusive que processo parecido ocorreu no território do Uruguai, como nos contou os entrevistados *Tereza de Benguela\** e *Rodrigo Martins de Oliveira\** em suas entrevistas.**

Em relação ao que considera necessário para promover a participação social/comunitária nas políticas públicas, ele respondeu que basicamente as instituições

públicas precisam levar em conta as vozes das pessoas do território como vozes que têm capacidade de agenciamento, de propor acadêmica e intelectualmente, e estrategicamente colocar suas questões.

**Já no que diz respeito às instituições de segurança pública, ele reconhece a polícia como uma instituição colonial, violenta e muito patriarcal e que se contrapõe com a forma como funciona uma organização popular como a Casa Chontaduro, que tenta transformar as realidades numa perspectiva antipatriarcal, decolonial e também reconhecendo tudo o que a polícia tem implicado para territórios como o oriente de Cali, onde todos os dias acabam violentando os jovens nas ruas, tratando-os como criminosos. Assim a segurança cidadã que vem operando nesses territórios é a partir da dominação, do controle, da subjugação dos corpos-territórios negros.**

Sobre as estratégias que a Casa Chontaduro tem desenvolvido para construir uma cultura de paz, o *Entrevistado 5* fala sobre **construir a partir da “cimarronaje” (processos de resistência e libertação do povo negro, aqui no Brasil seria como aquilombamento), da memória coletiva, memória histórica, reconhecer o que aconteceu historicamente com os povos, coletivamente, pois permite pensar os processos atuais de cura e construção comunitária.** Aqui retomamos a perspectiva de lugares de memória de Beatriz Nascimento, trabalhada na seção 2.1 (Reis, 2020). Também pensar que todos os espaços que a organização tem desenvolvido, são formas de pensar e construir uma cultura de paz, pois eles estão constantemente olhando para ver como, em meio à violência estrutural, conflito armado, violência policial, constroem propostas de cidade, de paz, que se relaciona com as realidades do território.

Para finalizar as entrevistas realizadas na RS, dialogamos com a outra diretora da Casa Chontaduro, a *Entrevistada 6*, artista, poeta, escritora, educadora popular, que nasceu e se criou no território do oriente de Cali. Para ela, que já passou por vários espaços da Casa desde criança, foi voluntária e hoje compõe a direção, a associação tem realmente possibilitado o resgate da vida das pessoas que vivem no oriente de Cali, no distrito de Água Blanca, bairro Marroquin III, que, de acordo com ela, é um dos bairros mais marginalizados da cidade e onde vive a maioria das pessoas negras, com a presença constante da violência, mas ao mesmo tempo de resistência, de alegria e muitas potencialidades.

Sobre o papel da cultura e das artes nas atividades da Casa Chontaduro ela entende como uma estratégia de resistência, que permite convocar a comunidade, com poder de transformação social, como proposta política que permite narrar, contar, exigir, e tornar visíveis também as

realidades que são vividas no território, sem perder de vista que também é uma forma de lazer e diversão. Assim, a partir das diversas linhas de atuação da Casa Chontaduro, trabalhando com diferentes populações, com crianças, jovens, com mulheres, com foco na questão da justiça racial, têm sido possível resgatar certos direitos e influenciar na transformação das realidades dessas pessoas.

**Já quando perguntada sobre a presença de organizações públicas/políticas públicas no território, ela descreveu uma realidade muito parecida com as vivenciadas pelos territórios negros de periferia do Brasil e de Salvador, marcados pela desigualdade social, pelo tratamento diferenciado pelo poder público, com uma presença truculenta e controladora dos agentes de segurança pública, enquanto as políticas sociais são inexistentes, incipientes, ou inadequadas as realidades do território.**

Finalmente, sobre o que ela acha importante para garantir a efetiva participação social nas políticas públicas, ressaltou que essas políticas realmente têm que contar com o povo, que não podem ser construídas simplesmente convidando as pessoas para assinar suas presenças, e aí quando são apresentadas/implementadas as propostas não têm nada a ver com a realidade das pessoas e que isso desestimula muito a participação cidadã. Também pontuou que tem a sensação que os entes estatais e a governabilidade não têm interesse de que haja uma participação real do povo.

Como visto, a partir da experiência da RS, foi possível conhecer melhor as especificidades de Cali, bem como aproximá-la do território da Península de Itapagipe. Ainda sobre isso, é válido dizer que *Rodrigo Martins de Oliveira\**, em sua entrevista, nos contou sobre uma experiência de intercâmbio vivenciada pelos jovens da REPROTAI em Cartagena das Índias, outra cidade colombiana que também guarda diversas experiências afrodiáspóricas de resistência e culturais. De acordo com ele, foi uma vivência cultural e artística no bairro chamado Tino, que vivencia processos muito parecidos com os do Uruguai, através da luta por moradia e do aterramento de áreas alagadiças. Ele contou ainda que os cartagenos também vieram até o bairro do Uruguai, em Salvador, e perceberam que “tem tudo isso em comum”. **Nos dizeres dele: “Foi aí que a gente percebeu a potência de um intercâmbio, de uma troca, né? E eu disse pra eles, todo o encontro que a gente fez, todo o intercâmbio cultural e tal, [...] isso aqui é reconexão, a gente está se reconectando”.**

E assim foi a experiência da RS, na qual esta pesquisadora teve acesso a debates e novas referências importantes sobre questões de gênero e diversidade sexual, sobre o debate étnico-racial e como ele se aproxima e guarda suas singularidades em comparação com o Brasil. Foi

possível ainda entender melhor os processos de participação social nas políticas públicas na Colômbia, que em certa medida se assemelham com os nossos. Constatamos que a violência policial contra territórios negros não é uma singularidade do Brasil. Que a cultura, a arte e a educação são formas de enfrentamento, empoderamento e cura para o povo negro. Vimos a potência da juventude negra do território, com perspectivas de futuro através da educação (Paulo Freire é uma referência importante para a Casa Chontaduro). Enfim, foi uma alegria poder acompanhar de perto outros processos de resistência negra da América Latina, a Casa Cultural El Chontaduro é uma delas.

#### 5.4 TGS.DT<sup>95</sup> – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO CIDADÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Como já tratado anteriormente, está consensuado como elementos constitutivos da gestão social, a forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social; a dialogicidade, horizontalidade e solidariedades nas relações; a atuação intersetorial e interorganizacional. Acrescentaríamos ainda a interseccional, já que o cruzamento de opressões que incidem sobre corpos-territórios precisa ser considerado pela gestão socioterritorial.

Segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697 apud Cançado, 2014, p. 84), autores precursores no debate sobre o conceito, “a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.

Já no que concerne à tecnologia social, esta se caracteriza, de forma geral, pela possibilidade de sua efetiva apropriação por parte da sociedade, por serem reaplicáveis em diversos meios e condições, e por contribuírem para os equilíbrios econômicos, sociais e ambientais (Dowbor, 2014). De acordo com o referido autor, as tecnologias podem frequentemente ser qualificadas de sociais não pela tecnologia em si, mas pela forma do seu aproveitamento, assim é importante levar sempre em consideração, além das próprias tecnologias, quem se apropria delas, como são geridas, e com quais fins.

---

<sup>95</sup> O Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso do PDGS, aprovado em abril de 2023, atualizou o termo de TGS para Tecnologia de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial (TGS.DT).

Souza e Pozzebon (2020 apud Carmo; Rezende; Pereira, 2021) ao revistar os conceitos de tecnologia social, na perspectiva latino-americana, propõem um novo conceito integrativo, no qual a tecnologia social é decorrente de um processo político de reconstrução sociotécnica, cujas práticas sociais engendram as formas e os artefatos, modificando as dinâmicas sociais para a resolução dos problemas e atendimento às necessidades referentes à exclusão e pobreza.

Da análise dos dois conceitos (gestão social e tecnologia social) percebe-se a conexão entre eles, pois visam justamente confrontar o modelo de sociedade vigente, as tradicionais práticas no campo da gestão e da tecnologia, bem como se alinham com o enfrentamento aos problemas sociais, visando a emancipação coletiva, por meio da participação social. Sobre isso, destaca-se o artigo de Carmo, Rezende e Pereira (2021), no qual os autores fazem justamente uma aproximação teórica conceitual sobre os dois campos, concluindo que:

[...] a origem e desenvolvimento da temática Gestão Social emergem como uma solução apropriada para uma nova forma de gerir, que se adequa a essa nova realidade. O indivíduo, representado pela sociedade e seu papel, que em tese, deveria ser de protagonismo em sua relação com o Estado, tem nessa concepção teórica da Gestão Social, novas possibilidades dentro de uma esfera pública dialógica e deliberativa. A Tecnologia Social ao se apresentar como uma metodologia em transformação defende também, que a sociedade precisa assumir seu papel transformador na busca por soluções, no caso tecnológicas, mas que se ressignificam por meio da inserção social nessa busca. (p. 9)

Após esta contextualização, entendendo os elementos que constituem os dois campos e que suas aproximações instrumentalizam a formação do conceito de TGS.DT, cabe destacar o trazido por Rosário (2017, p. 55):

Um diferencial do Programa de Mestrado do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) é a elaboração de um produto que possibilite uma ressignificação das práticas profissionais, no tema proposto pelo pesquisador. A Tecnologia de Gestão Social (TGS) é esta ferramenta. Desenvolvida pelo CIAGS para que seja produto da pesquisa e contribuição da prática profissional para a sociedade; esta ferramenta deve contribuir para a mudança social de modo que auxilie e traduza a pesquisa realizada, evidenciando sua aplicabilidade no campo do estudo.

Da análise do conceito trazido acima, no qual fica nítido que TGS.DT pode promover uma ressignificação das práticas profissionais relacionadas ao tema da pesquisa, bem como uma mudança social a partir da sua aplicabilidade, é que apresentamos a TGS.DT desta dissertação, ou seja, **a proposta de instrumento de Avaliação e Monitoramento cidadão da política de segurança pública no território da Península de Itapagipe, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público.**

Entende-se este instrumento como uma TGS.DT tendo em vista **o seu caráter de participação comunitária, sua articulação com atores da sociedade civil e do poder público, a sua capacidade de promover mudanças no campo da política de segurança pública e enfrentamento a um problema social muito caro para as comunidades negras, o racismo estrutural e institucional presente na sociedade brasileira e na segurança pública.**

Como já demonstrado fartamente nos capítulos antecedentes, a forma como a política de segurança tem sido implementada, em que pese as mudanças importantes ocorridas nos últimos períodos, não tem contribuído para a diminuição dos altos índices de letalidade que têm incidido sobre corpos-territórios negros, sendo urgente que seja discutida, avaliada e monitorada.

Ressaltamos ainda o seu caráter de replicabilidade em outros territórios, tendo em vista que a realidade vivenciada pela PI é também de outras comunidades negras no Brasil e na América Latina. Além disso, as demandas por participação social nas políticas públicas e necessidade de processos de *accountability* não são apenas dos informantes-chave desta pesquisa, mas também de outros atores sociais, como as pessoas entrevistadas na RS, embasadas pelas referências trazidas nesta dissertação.

Ademais, o campo da A&M no Brasil precisa avançar bastante no que concerne a promover processos alinhados com novas epistemologias sociais, rompendo com a lógica de padrões que não servem para a nossa realidade social e se aproximar de perspectivas decoloniais. É o que nos indica Ribeiro e Gasparini (2021), ao tecer uma série de recomendações de como desenvolver uma consciência decolonial para a prática avaliativa:

- a. Não mais usarmos a participação, sob o discurso da escuta limitada a mera obtenção de informação, como forma de manipulação e desprovida de real implicação dos públicos nas tomadas de decisão.
- b. Deixarmos de fazer uma aplicação acrítica e descontextualizada de modelos e planos de avaliação pré-formatados, fechados e importados diretamente dos escritórios de investidores, cujas matrizes e indicadores atendem às expectativas das altas lideranças e correspondem a uma determinada concepção de qualidade e desenvolvimento. Usados enquanto régua para medir o desempenho das iniciativas, esses modelos acabam por impor padrões e moldam julgamentos de insuficiências e inadequações que reforçam o discurso de que os contextos são sempre problemáticos diante de intervenções cuidadosamente planejadas e geridas. A avaliação passa a estar assim a serviço de uma lógica colonizadora que, por meio de iniciativas de apoio para o desenvolvimento e emprego de instrumentos “racionalis” para adequação destas iniciativas mantém operando o discurso de um norte civilizado, racional e próspero e um sul caótico, desorganizado e ineficiente em si mesmo.
- c. Buscarmos uma prática que, como diz Maldonado-Torres (2016), cria laços e novas formas entre “esferas que a Modernidade ajudou a separar: a esfera da política ou do ativismo social, a esfera da criação artística e a esfera da produção de conhecimento”. A partir desta consciência decolonial nos proporíamos a mais formas de atuar, de ser e de conhecer constituídas nos encontros entre áreas como estas. E é o fronteiro do

pensamento decolonial que provoca esse caráter transdisciplinar que, acreditamos, pode orientar também as avaliações.

d. Nutrirmos mais debates e incidirmos intencionalmente, como facilitadores e facilitadoras do processo avaliativo, sobre temas e pontos que toquem o racismo estrutural e outras formas de dominação, opressão e exclusão. Podemos trazer e inserir categorias de construção e análise de dados, garantir representação, convergência com manifestos de grupos e povos oprimidos e não privilegiados, entre outras possibilidades. Nessa esteira, podemos afirmar aqui que uma avaliação decolonialista precisa ser necessariamente uma avaliação antirracista. (p. 7-8, grifo nosso)

Assim, acreditando que esta TGS.DT se orientou pelas recomendações dos autores supracitados, conforme delimitado em seus objetivos específicos, sobretudo no que concerne **a ouvir os atores da sociedade civil impactados pela PSP, bem como dos agentes da SP envolvidos na gestão da política; que trata-se de um instrumento pensando a partir e por estes atores; que se espelha nas escolas do pensamento da A&M alinhadas à gestão social e à epistemologia interpretativo-construtivista, em detrimento da racional-gerencialista e; que se trata de um instrumento antirracista**, passaremos a apresentação do seu desenho propriamente dito. É válido salientar, que pelos limites de tempo e pelas exigências de um processo de A&M, necessariamente continuado, só será possível apresentar o seu desenho e/ou etapas, sob inspiração dos caminhos apresentados por Boullosa (2009) e Januzzi (2020).

Mas antes, retomaremos o quadro 4 de Boullosa *et al.* (2021) desta dissertação (p.74), no qual ela apresenta as escolas/epistemologias relacionadas ao campo de estudos e práticas da avaliação, destacando novamente a abordagem axiológica:

A abordagem axiológica é aquela que é desenhada, conduzida e validada como parte do processo de políticas públicas, numa compreensão do conhecimento avaliativo voltado para o reforço e a ampliação democrática de tal processo. Para isto, compreende-se que no cerne deste processo estão os quadros de valores ativos, ou valorativos, que são ativados, modelam e são modelados por uma multiatorialidade que se constitui propriamente como processo (Boullosa, 2019), em quadros fluidos de experiências (Peres, 2020), no contexto de governo de bens de problemas públicos (Boullosa, 2013; 2019) (Boullosa *et al.*, 2021, p. 451).

Neste sentido, podemos dizer que são os valores que conformam os principais materiais de pesquisa que nos levam à produção de conhecimento avaliativo de abordagem axiológica. Assim, pensando nesta perspectiva de construção de quadros valorativos, sintetizando os valores dos múltiplos atores envolvidos em processos de A&M, **elaboramos o quadro 8 que segue, a partir dos valores considerados como fundamentais para os atores dessa pesquisa, ou seja, a sociedade civil, representada pelas lideranças da Península de Itapagipe e pessoas entrevistadas na Residência Social e agentes da segurança pública, no que concerne a gestão compartilhada da política de segurança pública aplicada no território**

**e a construção da TGS.DT. Vale dizer que com este quadro buscamos responder aos objetivos específicos 1 e 2 desta pesquisa. Vejamos:**

**Quadro 8** – Síntese dos valores fundamentais<sup>96</sup> dos atores sociais para a construção de uma gestão compartilhada da PSP e A&M

ATORES SOCIAIS	VALORES FUNDAMENTAIS PARA GESTÃO COMPARTILHADA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA TGS.DT
<b>LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS/ MORADORES DA PI/PESSOAS ENTREVISTADAS NA RS (CASA CHONTADURO)</b>	1. Espaços de diálogo periódicos onde todas as partes possam ser ouvidas de forma igualitária, ativa e qualificadas;
	2. Mediação em questões conflitantes;
	3. Perspectiva antirracista e interseccional (raça, gênero, diversidade sexual);
	4. Conhecimento informado e esclarecido para incidência qualificada nos espaços de controle social;
	5. Opinião pública qualificada da segurança pública, pautada na realidade dos territórios;
	6. Espaços formativos periódicos sobre a questão racial e temas importantes da segurança pública; Cursos de formação com perspectiva antirracista; (relaciona-se com item 5);
	7. Mobilização social - processos comunitários/coletivos fortalecidos- capacidade de fazer pressão e pautar (realização de audiências públicas, rodas de diálogos, reuniões, entre outros espaços);
	8. Processos continuados de A&M - criação de comissões/fóruns com múltiplos atores (relaciona-se com item 1);
	9. Construção de redes, compartilhamento de narrativas entre organizações que vivenciam a mesma realidade; solidariedade;
	10. Integração com outras políticas públicas;
	11. Criação de vínculo comunitário entre agentes da segurança pública e sociedade civil;
	12. Indicadores formulados pela sociedade civil a partir da sua vivência socioterritorial;
	13. Envolver as juventudes;

<sup>96</sup> Vale dizer que muitos desses valores foram ditos por mais de um ator social entrevistado.

	14. Observar a memória coletiva e processos territoriais; aproveitamento do que já tem sido construído pela comunidade;
<b>AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA</b>	15. Recursos humanos e materiais;
	16. Integração e transversalidade com outras políticas públicas;
	17. Cursos de formação sobre policiamento comunitário e com perspectiva antirracista; elaboração de projetos, palestras e programas sobre racismo;
	18. Fortalecimento do CONESP e CONSEGs, instalação de uma unidade no bairro do Uruguai; repensar constituição dos conselhos comunitários, para que eles sejam iniciativas da própria comunidade;
	19. Mobilização social;
	20. Favorecimento de diálogo e interação com sociedade civil; reuniões comunitárias;
	21. Aprimoramento do ideário da polícia comunitária;
	22. Vivência comunitária (relaciona-se com item 12);
	23. Indicadores que retratem a realidade dos territórios (relaciona-se com item 13);
	24. Planejamento alinhado com a implementação da política, verificação periódica;
	25. Pactuação com a sociedade civil;
	26. Colaboração da comunidade na política.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir desses pontos mobilizados acima, bem como de acesso a outros documentos para esta pesquisa, principalmente a partir da consultoria prestada ao MIR para contribuir com a elaboração do PJNV (que comentaremos melhor no próximo tópico), destacamos ainda, como elementos para gestão compartilhada da PSP e para a construção da TGS.DT: a) a importância de ter orçamento direcionado para esta finalidade; b) o envolvimento de estudiosos e especialistas na elaboração de indicadores direcionados para estes instrumentos, de maneira articulada e alinhada com as problemáticas pautadas pela sociedade civil e pela realidade socioterritorial e; c) a instituição dos fóruns da sociedade civil e/ou grupos de gestão e/ou comitê tripartite nos decretos e legislações que versem sobre a PSP, como forma de garantir e efetivar uma verdadeira gestão compartilhada dos processos.

Do quadro 8, observamos vários pontos de convergência nas falas dos informantes-chaves: **necessidade de diálogo e pactuação entre os atores; espaços formativos sobre a questão racial; integração e transversalidade das políticas públicas pensadas a partir da realidade territorial; mobilização social; processos de A&M continuados, com indicadores que retratem a realidade dos territórios.** Isto reforça o que vimos defendendo ao longo desta pesquisa, ou seja, que temos caminhos importantes sendo trilhados para esta construção, respondendo ao seu objetivo geral. Além disso, se torna fundamental, **olhar para os programas e planos já implementados, avaliar de forma assertiva e franca o que precisa ser melhorado e aprimorar práticas e processos, a partir de uma perspectiva antirracista, interseccional, territorial e comunitária.**

Seguindo na apresentação dos elementos necessários para a construção da TGS.DT, vale trazer as etapas necessárias para avaliação conforme elaborado por Januzzi (2020). Nessa proposta, a elaboração de pesquisas de avaliação de programas/políticas públicas pode ser dividida em seis grandes etapas de atividades, mas que não acontece de forma linear e direcionada como pode parecer na enumeração abaixo:

- Estudo de Avaliabilidade do programa público;
- Concepção e delimitação do escopo da avaliação;
- Desenho e especificação metodológica da pesquisa;
- Condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo;
- Análise de dados da pesquisa e discussão de achados com a equipe do programa;
- Produção de relatório e Disseminação de resultados. (Januzzi, 2020, p. 7, grifo nosso)

Caminho similar é trabalhado por Boullosa (2009), quando nos apresenta sua proposta de desenho de avaliação, com 5 dimensões, conforme quadro 9 abaixo:

**Quadro 9** – Conteúdo mínimo para a elaboração de uma proposta de avaliação de programa ou projeto social

<b>IDENTIFICAÇÃO E COMPREENSÃO DOS OBJETIVOS INICIAIS DA AVALIAÇÃO</b>	<b>FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE AVALIAÇÃO</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>CONSTRUÇÃO DO DESENHO DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO E METODOLOGIA</b>	<b>DEFINIÇÃO DOS USOS DA AVALIAÇÃO E DA DIFUSÃO DOS SEUS RESULTADOS</b>
Compreensão do contexto decisional da avaliação;	Compreensão inicial do programa, da fase em que ele se encontra, do contexto político da sua formulação, da percepção do modelo de gestão e decisão do mesmo;	Refinamento da lógica avaliatória;	Construção do desenho da pesquisa de avaliação;	Definição dos possíveis usos da avaliação, tanto internamente como externamente, em função do contexto, dos interesses dos atores envolvidos e da sociedade em geral;
Compreensão dos objetivos (deve emitir juízo ou não, avalia-se para que?) E possíveis usos da avaliação;	Esboço do problema central de avaliação, ou seja, da pergunta principal que orientará o desenho da avaliação;	Verificação dos recursos com o que se pode contar na avaliação (econômicos, de pessoal, tempo etc.);	Construção da metodologia da avaliação;	Definição em comum acordo com a organização que demanda a avaliação dos limites de publicação dos resultados;
Orientação do processo avaliativo em uma direção, a partir do contexto decisional da avaliação, criando as bases para a lógica avaliatória;	Definição das hipóteses de avaliação em função da compreensão inicial do objeto;	Montagem da equipe de avaliação;	Construção do sistema de valor que será eventualmente tomado como base de avaliação do programa;	Definição em comum acordo com a organização demandante da avaliação do grau de liberdade da equipe de avaliação;
Compreensão dos valores em jogo e esboço inicial dos valores da avaliação;	Definição dos valores da avaliação;	Definição das pré-condições da avaliação;	Construção da abordagem, dos instrumentos e técnicas usados na pesquisa avaliatória;	
		Definição da estrutura de aprendizagem subjacente ao desenho de avaliação;	Definição dos papéis dos atores envolvidos no Processo de avaliação;	

Fonte: (Boullosa, 2007 apud Boullosa, 2009, s/p.).

Assim como Januzzi (2020), Boullosa (2009) ressalta que não se trata de um processo linear, tampouco podem ser vistos separadamente. Assim, compôs a figura 11 abaixo em formato de disco, formando um conjunto harmônico, que se retroalimenta no decorrer do processo avaliativo, cujo desenho da pesquisa destaca-se das demais dimensões, por ser o coração da avaliação. Vejamos:

**Figura 11** – Dimensões mínimas para o desenho de uma avaliação



Fonte: (Boullosa, 2009 apud Boullosa, 2017, p. 280).

O quadro 9 e a figura 11 acima nos ajudam a delinear a TGS.DT dessa pesquisa, sobretudo no que concerne ao desenho da pesquisa avaliativa, que entendemos já ter iniciado com a ida a campo para a realização das entrevistas e questionários mistos, além da realização da RS na Colômbia. Neste sentido, Boullosa (2009, s/p) ressalta a importância desta etapa:

Quando falamos em desenho da pesquisa avaliativa entendemos o desenho da pesquisa socialmente aplicada à avaliação, construída para tal fim. No desenho da pesquisa avaliativa levamos em consideração o conjunto de reflexões e procedimentos que conduzirão a Equipe de Avaliação a realizar concretamente a sua avaliação a partir de um problema cognitivo inicial. Este problema cognitivo funciona como a pergunta principal que a avaliação deseja responder, da qual, inclusive, se originam as hipóteses de avaliação. **A lógica da pesquisa avaliativa, portanto, não é substancialmente diferente da lógica tradicional da pesquisa social, mas, como é voltada à Avaliação, pressupõe algumas modalidades de reflexão e de consequências operativas que a levam mais diretamente à construção de um juízo ou síntese avaliativa.** (grifo nosso)

**Assim, concebemos a lógica avaliativa desta pesquisa, como nos recomenda Baulosa, baseando-se no que foi apresentado até aqui sobre formas de A&M da PSP na Bahia e os elementos trazidos pelos agentes da SP. Somando-se a experiência localizada na PI, referenciadas pelas estratégias territorial e comunitária promovidas pela CAMMPI, REPROTAI, MJPOP e seus atores sociais, além das experiências acessadas a partir da RS.** Neste sentido, elaboramos o quadro 10, correspondente ao desenho da A&M da TGS.DT desta pesquisa, espelhando o quadro 9 de Baulosa (2009) acima. Cabendo dizer que, para a construção desse quadro, levamos em consideração as 5 dimensões trazidas pela autora e buscamos responder os elementos de cada dimensão, ou seja, a primeira coluna trata-se das dimensões, na segunda seus elementos e na terceira a resposta a cada um dos respectivos elementos da TGS.DT, como veremos abaixo:

**Quadro 10** – Proposta de desenho de A&M cidadão da política de SP na PI (TGS.DT)

<b>DIMENSÕES DO DESENHO AVALIATÓRIO</b>	<b>ELEMENTOS DAS DIMENSÕES DO DESENHO AVALIATÓRIO</b>	<b>DESENHO DA A&amp;M CIDADÃO DA POLÍTICA DE SP NA PI (TGS.DT)</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO E COMPREENSÃO DOS OBJETIVOS INICIAIS DA AVALIAÇÃO</b>	<b>COMPREENSÃO DO CONTEXTO DECISIONAL</b>	Territórios negros e periféricos
		Altos índices de letalidade
		Racismo estrutural
	<b>COMPREENSÃO DOS OBJETIVOS E POSSÍVEIS USOS DA AVALIAÇÃO</b>	Gestão compartilhada
		Fortalecimento segurança cidadã
		Fortalecimento políticas sociais
	<b>ORIENTAÇÃO DO PROCESSO AVALIATIVO EM UMA DIREÇÃO, A PARTIR DO CONTEXTO DECISIONAL</b>	Desenvolvimento socioterritorial
		Enfrentamento a violência
		Reformulação e melhorias nos processos da PSP
		Combate ao racismo
	<b>COMPREENSÃO DOS VALORES</b>	Integração e transversalidade
		Interseccionalidade
		Participação cidadã

<b>FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE AVALIAÇÃO</b>	COMPREENSÃO INICIAL DO PROGRAMA, FASE, CONTEXTO POLÍTICO, PERCEPÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E DECISÃO	Construção de diagnósticos e levantamentos periódicos
	ESBOÇO DO PROBLEMA CENTRAL DE AVALIAÇÃO - PERGUNTA PRINCIPAL DO DESENHO DA AVALIAÇÃO	Como construir uma PSP efetivamente cidadã e que combata o racismo presente em suas práticas?
	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES DE AVALIAÇÃO EM FUNÇÃO DA COMPREENSÃO INICIAL DO OBJETO	Como tem se desenvolvido a PSP na PI?
		Como tem se dado a participação da comunidade? Qual a percepção da comunidade sobre a PSP aplicada ao território?
		Como é a atuação da BCSU, CONSEGs e outros órgãos da SP no território?
DEFINIÇÃO DOS VALORES DA AVALIAÇÃO	Diminuição índices de letalidade.	
	Enfrentamento ao racismo.	
	Diminuição das desigualdades socioterritoriais.	
<b>ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	CONSTRUÇÃO DO DESENHO DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO	Realização de rodas de diálogos, seminários, rodas de conversas, audiências públicas com os atores sociais envolvidos.
	CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO	Construção da abordagem e metodologia da avaliação-pesquisa qualitativa e quantitativa, entrevistas, questionários, grupos focais, visitas técnicas;

		Estudos, referências e pesquisas sobre PSP, racismo e A&M.
		Definição dos papéis dos atores envolvidos.
		Documentação de todo processo - relatórios, quadros-sínteses, infográficos e recomendações, a partir dos resultados alcançados.
	<b>CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE VALOR BASE DE AVALIAÇÃO</b>	Definição e observação dos indicadores; definição da periodicidade da A&M; formato da gestão compartilhada.
<b>DEFINIÇÃO DOS USOS DA AVALIAÇÃO E DA DIFUSÃO DOS SEUS RESULTADOS</b>	<b>DEFINIÇÃO DOS USOS DA AVALIAÇÃO, TANTO INTERNAMENTE COMO EXTERNAMENTE, EM FUNÇÃO DO CONTEXTO, DOS INTERESSES DOS ATORES ENVOLVIDOS E DA SOCIEDADE EM GERAL</b>	Melhorias, ajustes, ampliação da participação cidadã e gestão compartilhada na PSP.
		Meta Avaliação e próximos passos.
	<b>DEFINIÇÃO EM COMUM ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO DOS LIMITES DE PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO</b>	Ampla divulgação dos resultados em sites, redes sociais dos atores sociais envolvidos.
		Prestação de contas públicas de todo o processo, resultados e orçamento utilizado, com espaços de encontro específicos para esta finalidade (devolutiva social).
		Devolutivas para as partes envolvidas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Boullosa (2009, s/p).

O quadro 10 mostra que se trata de um desenho de A&M com muitas etapas, que envolvem uma pré-preparação, a avaliação em si e a pós-avaliação. Logo um processo complexo, dialógico, reflexivo, multifatorial com muitas pactuações a serem feitas, que demanda um tempo de aplicação a partir do plano ou programa a ser avaliado-monitorado, mas partindo do pressuposto de que ele necessariamente precisa acontecer através da gestão compartilhada entre agentes da SP e da comunidade da PI. Vimos até aqui que temos um lastro comunitário importante para esta construção, seja aproveitando o que já tem sido construído pela comunidade em relação à mobilização, articulação e incidência política, seja aproveitando a atuação da BCSU e dos CONSEGs para potencializar as ações da segurança cidadã. Por outro lado, temos agentes da SP atentos à necessidade de pensar outras formas de fazer a SP e seus processos de A&M.

Já para pensar nos possíveis indicadores dessa TGS.DT, tendo em vista que faz parte da A&M de uma política pública o acompanhamento de indicadores estratégicos, nos valemos das orientações fornecidas por Farranha (2014), ao construir indicadores para equidade em políticas públicas, listando algumas dimensões como relevância, eficácia, resultado, efetividade e sustentabilidade. Vejamos uma breve explicação sobre cada um deles, adaptando aos objetivos desta pesquisa:

- **Relevância:** Este critério refere-se ao racismo estrutural e institucional presente na sociedade brasileira, que molda as relações sociais e institucionais, principalmente no campo da segurança pública. Nesse sentido, a partir dele é possível observar em que medida têm sido desenvolvidas ações que contribuam para a eliminação dessa forma de discriminação, levando em consideração inclusive uma perspectiva interseccional de raça, gênero e diversidade sexual;
- **Eficácia:** Este critério se relaciona com elementos do controle social. Isto é, aquele que possibilita ter uma visão da coesão interna da política - o grau de cumprimento do que foi estabelecido. São representativos dessa dimensão os aspectos relacionados com a perspectiva orçamentária (Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes e Bases e Leis Orçamentárias).
- **Resultado:** Refere-se aos resultados alcançados pela política. Nesse sentido, é relevante examinar o seu crescimento, os materiais produzidos (publicações, guias, metodologia de monitoramento), divulgação na imprensa, os produtos e eventos realizados, novas discussões provocadas e aquelas ações não previstas;
- **Efetividade (impacto):** A dimensão da efetividade procura relacionar os objetivos propostos com o seu cumprimento, mas procurará, também, identificar como se dá na prática esse cumprimento, por isso, mais uma vez, o papel dos diferentes públicos envolvidos e a

importância da escuta dos beneficiários. Trata-se de ouvir não o que o programa fez, mas o que ele pode fazer são as entrelinhas das questões que precisam ser mais bem cumpridas.

- **Sustentabilidade:** Este critério refere-se às condições de continuidade da política. Para analisá-lo, é importante tomar como referência as redes formadas para além dos formuladores e implementadores, e ainda como essa rede se constitui como parte de um conjunto de ações voltadas para combinação das perspectivas sociais no processo de gestão da política.

Estas dimensões, alinhadas às informações compartilhadas por nossos informantes-chave, inclusive sobre a importância de considerar a realidade socioterritorial e a comunidade, nos ajudaram a propor o quadro 10 dos indicadores desta TGS.DT, apresentado a seguir:

**Quadro 11** – Proposta de indicadores para A&M cidadão da PSP

DIMENSÕES	INDICADORES
<b>RELEVÂNCIA</b>	Número de ações implementadas de pela PSP, que abordem as questões raciais, de gênero e diversidade sexual;
	Diversificação e ampliação das ações ofertadas pelas BCSU;
	Diversificação de ações e políticas sociais oferecidas por outros órgãos públicos no território, como CRAS e CREAS; escolas; postos de saúde; equipamentos de cultura;
	Índices de letalidade contra pessoas negras (número; perfil das vítimas por faixa etária, condições socioeconômicas);
	Número de beneficiários dessas ações e programas;
	Sistematização das informações acerca do perfil dos beneficiários;
	Impressões sobre a relevância da PSP para os beneficiários;
	Realização de reuniões com a comunidade para discutir os problemas relacionados à SP no território e o racismo estrutural e institucional;
	Número de formações feitas para os agentes da SP sobre questões raciais, de gênero e diversidade sexual e segurança cidadã;
<b>EFICÁCIA</b>	Reuniões de prestação de contas periódicas com a comunidade;
	Volume de recursos orçamentários aportados na PSP e no território;
	Ações de intersecção entre a PSP com o Plano Plurianual (PPA) (municipal, estadual ou federal, ou ainda, orçamento das empresas/ ONGs destinado a essas ações);

	Cumprimento das ações nos Planos de execução e implementação da PSP e seus programas;
	Impressões e percepções dos gestores da PSP;
<b>RESULTADO</b>	Número de materiais produzidos pelo PSP;
	Número de matérias na imprensa que falam sobre a PSP, segurança cidadã e policiamento comunitário;
	Número de eventos realizados pela pasta e em parceria com outras pastas/políticas públicas;
	Número de ações/consequências não previstas nos resultados da PSP;
<b>EFETIVIDADE</b>	Impressões e percepções dos implementadores da PSP;
	Impressões e percepções dos beneficiários e comunidade;
	Retomada e reformulação de ações e programas a partir das limitações/deficiências identificadas;
	Formações feitas para os agentes da SP sobre questões raciais, de gênero e diversidade sexual e segurança cidadã;
	Diminuição dos índices de letalidade e encarceramento da população negra;
<b>SUSTENTABILIDADE</b>	Natureza da rede formada em torno da PSP (quais parceiros, apoiadores, articulação com sociedade civil, universidades, outros organismos governamentais);
	Possibilidades de expansão de programas, projetos e ações (novos grupos, contornos e desenhos);
	Possibilidade de ampliação dos recursos;
	Política de publicações do programa;
	Política de comunicação;
	Possibilidade de articulação com outras políticas e programas públicos;

Fonte: Elaboração própria adaptada de Farranha (2014, p. 193-194).

Assim, entendendo a complexidade da construção dessa proposta de A&M da PSP no território da PI, tendo como foco o enfrentamento ao racismo, nos valem dos indicadores mencionados, qualitativos e quantitativos, para dar conta de todas as dimensões que a envolvem, sobretudo por se tratar de uma gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil, o que aumenta o desafio, mas potencializa a capacidade desse instrumento. Ainda sobre isso Farranha (2014, p. 191) nos informa:

Trabalhar com uma metodologia que possibilite um espaço para pactuar e repactuar as diretrizes e conduta da política/projeto pode tornar mais eficaz a apuração do resultado. Esse formato possibilita um espaço de reflexão, que tem por finalidade combinar, numa perspectiva de nova síntese (dialética), elementos objetivos da construção de uma determinada intervenção política com os aspectos subjetivos, os quais permitem um feedback mais apurado em termos das respostas dos atores sociais envolvidos.

É com esta perspectiva, pautada nos princípios da gestão social que também pensamos os impactos e resultados esperados a partir da aplicação desta TGS.DT. Acreditamos que a utilização deste instrumento pelos atores sociais envolvidos pode produzir uma mudança paradigmática no que concerne a atuação dos agentes da segurança pública. Esperamos, neste caso, uma ampliação/fortalecimento de práticas antirracistas no campo da SP.

Além disso, devido ao seu caráter de participação comunitária, a TGS.DT tem a capacidade de fortalecer o acompanhamento, controle social e diálogo da comunidade sobre os problemas de SP do território, e com os entes estatais responsáveis.

Ademais, acreditamos que ela será capaz de fornecer subsídios ao poder público e sociedade civil para o planejamento e desenvolvimento de ações articuladas, produzindo uma verdadeira gestão compartilhada da SP no território. Esperamos ainda que ela possa promover reflexões nos agentes da segurança pública sobre a concepção de segurança cidadã e sua aplicação na prática, fortalecendo os vínculos entre sociedade e PM e ampliando as ações comunitárias e antirracistas pela BCSU, por exemplo. Há também a possibilidade de influenciar na reativação de equipamentos de segurança no território, como os CONSEGs, aprimorando sua forma de funcionamento alinhado ao que foi apontado pelos informantes-chave.

No longo prazo, podemos citar como resultados/impactos a redução das taxas de homicídios e encarceramento da população negra; a criação e implementação de outras políticas públicas no território, como saúde, educação e cultura, dialogando com a intersetorialidade das políticas sociais. Por conseguinte, ao restaurar o direito à vida das populações envolvidas, que seja restaurado seu direito à cidade e ao desenvolvimento socioterritorial, já que pensar na redução de desigualdades em territórios negros e periféricos está intimamente relacionado ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

**Para finalizar esta seção, indicamos recomendações a serem consideradas para uma possível implantação desta TGS.DT:**

- Considerar o acúmulo já construído em relação a PSP e seus programas, admitindo a necessidade de ajustes e correções, conforme apontado pelos agentes da PSP entrevistados em relação ao PPV, por exemplo, que foi acertado na sua concepção, mas na prática não funcionou

tão bem, pois faltou concretude: da gestão compartilhada e transversal; da A&M; e da pactuação com a sociedade. Então fazer o que já está previsto nas legislações, programas e projetos pode ser um bom direcionamento;

- Aproveitar os processos de mobilização e metodologias já desenvolvidas pelo território, a REPROTAI, por exemplo, conseguiu construir a partir do MJPOP um Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Salvador, inclusive com indicadores criados pela própria juventude. A CAMMPI junto com o CAMA criou o ORA, que é outra iniciativa de A&M, então são experiências podem ser usadas como referências importantes;

- Construir políticas públicas a partir da realidade do território e do que faz sentido para os atores sociais (sociedade civil e poder público) adequando metodologias e ações para cada situação.

**Acreditamos, com todos os elementos trabalhados nesta seção, ter cumprido o objetivo geral da pesquisa, ou seja, construir uma proposta de avaliação e monitoramento da política de segurança pública, a partir de uma gestão compartilhada entre sociedade civil e poder público, pensada de forma territorializada e com foco no enfrentamento ao racismo.**

## 5.5 CONSULTORIA PJNV

O Plano Juventude Negra Viva (PJNV) tem por finalidade a redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais contra a juventude negra e o enfrentamento ao racismo estrutural, presentes na sociedade brasileira. Sendo fruto da reivindicação histórica do Movimento Negro, que, ao longo da sua construção, teve enquanto pauta central e de unidade o combate ao extermínio da juventude negra.

Importante lembrar, como dito no capítulo 3 desta dissertação, que o PJNV está passando por um processo de atualização, sendo que na sua primeira versão se chamou Plano Juventude Viva, e que a inclusão da palavra “negra” na nova proposta é, sem dúvidas, um reconhecimento importante pelo estado brasileiro dos impactos da letalidade e violência racial nesta parcela da população, bem como um compromisso para incidência nesta realidade.

Neste processo de reformulação do Plano esta pesquisadora foi convidada pelo MIR a contribuir com sua elaboração, a partir de uma consultoria<sup>97</sup> prestada ao Fundo de Populações das Nações Unidas, principalmente na construção do diagnóstico preliminar, umas das partes do PJNV, levando em consideração o contexto e o processo de construção do Plano, a partir dos seus eixos orientadores, se baseando: a) na escuta ativa de jovens negros e negras, organizações, movimentos sociais, coletivos, lideranças e pesquisadores nas 27 unidades da federação a partir das Caravanas Participativas; b) pesquisas e produções acadêmicas de estudiosos e especialistas relacionados aos temas; e c) outras referências importantes acumuladas ao longo do processo de construção do Plano.

Nas Caravanas Participativas foi utilizada a metodologia de construção da “árvore de problemas” que afetam a juventude negra, em cada unidade da federação, e da “árvore de soluções”, sendo levantados 342 problemas e 590 soluções/propostas, divididas nos seguintes eixos: I - segurança pública e acesso à justiça; II - geração de trabalho, emprego e renda; III - educação; IV - esportes; V - cultura; VI - democratização do acesso à ciência e tecnologia; VII - promoção da saúde; VIII - meio ambiente, garantia do direito à cidade e a valorização dos territórios; IX - fortalecimento da democracia; X - assistência social.

Explicando melhor o formato do diagnóstico, as informações colhidas nas Caravanas Participativas foram organizadas por blocos de problemas e respectivas propostas e soluções relacionadas por eixo, pensando na garantia do bem viver da juventude negra brasileira, a partir de uma visão transversal e integralizada dessas demandas, envolvendo diversas políticas públicas, entes e órgãos responsáveis.

Para além do diagnóstico, as Caravanas proporcionaram também a construção de natureza autônoma do PJNV, tendo em vista que o processo de escuta resultou na coleta de propostas construídas por e para a juventude negra. Aqui destacamos este aspecto fundamental do Plano, que colocou a comunidade como protagonista nessa construção, fazendo um processo de escuta amplo, diversificado e territorializado. Além de observar a transversalidade que uma política de enfrentamento à violência e ao racismo estrutural exige.

**A elaboração do diagnóstico contribui para esta dissertação no sentido de dar mais amplitude e fortalecimento dos argumentos defendidos aqui, tendo em vista que foi possível verificar, através do levantamento dos problemas e soluções elaboradas pela**

---

<sup>97</sup> A consultoria foi iniciada em 29 de setembro de 2023 e tem previsão de ser finalizada em 20 novembro de 2023, quando o PJNV será lançado oficialmente. Como dito anteriormente, consideramos esta consultoria um resultado importante e inesperado desta pesquisa.

**juventude negra do Brasil inteiro, o quanto esta pauta é importante e urgente, não à toa o eixo que contou com mais demandas foi justamente o de segurança pública e acesso à justiça. Por outro lado, as referências mobilizadas nesta dissertação também serviram de insumo para a produção do PJNV, tendo em vista a aproximação temática dos dois trabalhos.**

Destacamos ainda como importante desse processo, a articulação interna que tem sido realizada pelo MIR na construção do plano de ação do PJNV, como forma de garantir o compromisso das outras pastas do governo federal, alinhadas com os eixos do Plano, a partir do estabelecimento de metas já previstas no PPA e com o apontamento para vincular recursos orçamentários do próximo PPA. Como visto na seção anterior quando apresentamos a TGS.DT, estes recursos são fundamentais para todo o processo que envolve as políticas públicas, principalmente sua implementação.

Por fim, ressaltamos o Sistema de Governança que está previsto para o PJNV com o objetivo de realizar sua gestão e A&M de forma compartilhada com a sociedade civil. Este tem sido um caminho promissor que vem sendo adotado pelos planos e programas no âmbito da SP (mas não só) e que pode realmente efetivar a participação cidadã nas políticas públicas, bem como que elas sejam pensadas e implementadas intersetorialmente para e a partir da sociedade civil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar caminhos possíveis para uma mudança de paradigma em relação a atuação racista e violenta do estado em territórios negros e periféricos foi a grande intenção dessa pesquisa. A ampliação ou a possibilidade da efetiva participação comunitária e de controle social na política de segurança aplicada nestes territórios foi um desses caminhos. Neste sentido, tratou-se de uma pesquisa desenvolvida nos moldes da gestão social, implicada e aplicada no contexto socioterritorial da Península de Itapagipe, levando em consideração as dinâmicas ali presentes e seus atores sociais, tanto da sociedade civil quanto do poder público, sobretudo agentes da segurança pública.

Ainda com base nos pressupostos da gestão social, entendeu-se que a dialogicidade, a transparência, a gestão participativa e democrática também eram fundamentais para esta pesquisa, se configurando **o objetivo geral de produzir uma proposta de instrumento de A&M comunitário da referida política no território, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público.**

Também compreendemos que foi possível alcançar os objetivos específicos pretendidos nesta pesquisa, sendo válida uma breve retomada destes. Partindo para o primeiro objetivo específico, ou seja, **entender como os agentes da segurança pública da BCSU compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na implementação da política nesse território**, concluímos, a partir das referências estudadas e das entrevistas realizadas, que a perspectiva de segurança cidadã é o que temos de mais avançado no campo da política de SP, porém na prática existe um desalinhamento entre o que é proposto e o que realmente se implementa na ponta, sobretudo em territórios negros e de periferia, que são sistematicamente violentados tanto por uma presença truculenta dos agentes da segurança, quanto pela ausência das outras políticas sociais, essenciais para o desenvolvimento dos corpos-territórios negros e enfrentamento ao racismo estrutural, o que se traduz em desenvolvimento socioterritorial.

Por outro lado, existe um reconhecimento dos agentes da SP sobre estas deficiências e que a participação comunitária deve ser parte dos processos de políticas públicas, sendo que isto pode contribuir para o enfrentamento ao racismo e para a efetivação de uma gestão compartilhada, tal qual previsto nas legislações e documentos oficiais. Ao mesmo tempo, foi possível perceber a partir dos discursos das pessoas entrevistadas, que existem agentes da SP

atentos às questões do enfrentamento ao racismo, tanto nas práticas da segurança pública, quanto numa perspectiva mais macro da sociedade.

O reconhecimento mencionado também se aplica à necessidade de aprimoramento dos processos de A&M da PSP. Do mesmo modo, a sociedade civil também indica este como um caminho importante e necessário, inclusive para que seja realmente possível efetivar controle social e participação comunitária.

A partir das referências estudadas, documentos oficiais e das entrevistas realizadas, ficou visível que não temos uma política mais macro e transversal que conduza o ciclo que a política de segurança pública deve ter, com base no que prevê a segurança cidadã e seus planos e programas como o PRONASCI e PPV. Inclusive, sobre este último, ficou nítido nesta pesquisa que ele teve uma concepção alinhada com a segurança cidadã, pautada numa gestão transversal, mas que na prática esta gestão não se desenvolveu, as instâncias responsáveis pela A&M não funcionaram como o previsto, ou seja, de maneira transversal, periódica e repactuando a estratégia, o que resultou em um subaproveitamento das suas potencialidades.

O PPV seguiu tendo ações e investimentos restritos a SP, quando deveria ser articulado com outras políticas públicas, como dito pelos agentes da segurança entrevistados, as ações ficaram praticamente restritas a Secretaria de Segurança Pública, as Bases Comunitárias entraram sozinhas nos territórios, sem apoio dos outros órgãos públicos que também deveriam estar envolvidos e faltou pactuação com a sociedade civil, em que pese a participação social também esteja configurada como um dos elementos fundamentais da segurança cidadã.

Com esta análise, toda a explanação trazida sobre o desenvolvimento da segurança pública, suas diretrizes, planos e formas de avaliação, conforme o capítulo 3, sobretudo o Programa Pacto Pela Vida, que tem orientado a segurança pública na Bahia desde 2011, além das entrevistas realizadas, **acreditamos também ter respondido o objetivo específico de entender como se dão os processos de A&M da política de segurança pública na Bahia.**

Entendemos ainda ter alcançado o objetivo específico de **conhecer como os atores sociais relevantes do território da PI compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na política de segurança implementada no território.** Foi possível entender, a partir das percepções dos seus representantes, como tem se dado as dinâmicas da segurança pública no território, que não tem seguido os moldes da segurança cidadã, bem como que a violência racial praticada pelo estado não se expressa somente através das práticas policiais, mas também pela ausência das outras políticas públicas,

fundamentais para o desenvolvimento e a emancipação de comunidades negras e periféricas e consequentemente o desenvolvimento socioterritorial.

Ao mesmo tempo, foi possível notar que existe uma comunidade historicamente ativa, pautada por processos já constituídos de incidência e participação social, com capacidade de propor e realizar as transformações necessárias que a comunidade precisa, sobretudo no que diz respeito ao racismo evidenciado a partir da segurança pública. Verificamos como as dinâmicas socioterritoriais são fundamentais para pensar tal política; que os atores sociais devem ser ouvidos e envolvidos, e que os processos de organização e mobilização social já estabelecidos nos territórios, como no bairro do Uruguai em Salvador e no Marroquin III em Cali, nos forneceram elementos fundamentais para construir a TGS.DT.

Inclusive, através da Residência Social, foi possível conhecer melhor as especificidades de Cali, bem como aproximá-la do território da Península de Itapagipe. Constatamos que a violência policial contra territórios negros não é uma singularidade do Brasil. Que a cultura, a arte e a educação são formas de enfrentamento, empoderamento e cura para o povo negro. Vimos a potência da juventude negra do território, com perspectivas de futuro através da educação, sendo Paulo Freire uma referência importante para a Casa Chontaduro.

Da TGS.DT salientamos que ela foi construída levando em consideração os vários pontos de convergência nas falas dos informantes-chaves: **necessidade de diálogo e pactuação entre os atores; espaços formativos sobre a questão racial; integração e transversalidade das políticas públicas pensadas a partir da realidade territorial; mobilização social; processos de A&M continuados, com indicadores que retratem a realidade dos territórios.**

Nestes termos, o quadro 9, que apresenta a **Proposta de desenho de A&M cidadão da política de SP na PI, demonstra que se trata de um processo com muitas etapas, que envolvem uma pré-preparação, a avaliação em si e a pós-avaliação. Logo complexo, dialógico, reflexivo, multifatorial com muitas pactuações a serem feitas, que demanda um tempo de aplicação a partir do plano ou programa a ser avaliado-monitorado, mas partindo do pressuposto de que ele necessariamente precisa acontecer através de gestão compartilhada entre agentes da SP e da comunidade da PI.**

Assim, inferimos que esta TGS.DT tem potencial de produzir impactos diversos concatenados com os princípios da gestão social, através da **reflexividade** e por sua implicação nas mudanças socioterritoriais; **aplicabilidade e replicabilidade**, já que instrumentos de A&M alinhados com as realidades sociais podem ser utilizados em diferentes contextos; **posicionalidade**, já que se trata de uma pesquisa declaradamente antirracista, ética e

interdisciplinar. Dito de outra forma é um instrumento coletivo e participativo que tem como finalidade a A&M e a incidência política no enfrentamento da violação de direitos das populações impactadas pelo racismo estrutural, alinhado ao desenvolvimento territorial.

Ainda no que concerne aos resultados possíveis com esta pesquisa, ressaltamos os retornos profissionais, a partir da capacidade de produção qualificada e incidência em processos de políticas públicas por esta pesquisadora e no desenvolvimento de instrumentos de A&M, tendo como exemplo prático a consultoria realizada para o MIR para formulação do PJNV.

Como dificuldades e limitações da pesquisa, destacamos a ausência e inacessibilidade de dados e documentos públicos, além da indisponibilidade de alguns atores importantes para serem entrevistados, através do qual seria possível agregar outros olhares e contribuições. O limite temporal também deve ser mencionado, tendo em vista o impedimento de aplicar a TGS.DT e, com isso, verificar resultados práticos a partir da sua aplicação, possíveis fragilidades e ajustes a serem feitos, bem como a produção de novos estudos no campo da A&M, enfrentamento ao racismo e PSP.

Neste sentido, vale dizer que existem outros estudos e produções a serem explorados tecendo aproximações entre Brasil e América Latina, tendo em vista seus processos de colonização e racialização serem parecidos e singulares, com capacidade de construir boas sínteses e avanços em políticas públicas. Exemplo disso é o fato de a Colômbia estar vivenciando processo recente de produção de políticas de igualdade e ter vindo buscar referências no Brasil neste sentido.

Assim, reconhecemos ter um avanço importante no campo de políticas públicas no Brasil que deve ser aproveitada como oportunidade para seguir nos processos de democratização e de enfrentamento de questões históricas da nossa conformação social pautada nas desigualdades raciais, de gênero e de diversidade sexual. Temos diversas pesquisas e especialistas indicando a direção a ser seguida, como vimos ao longo desta pesquisa. Inclusive Januzzi (2020, p. 57) aponta que: “a avaliação de políticas e programas precisa se orientar pelos valores públicos que foram restituídos no contexto de democratização e institucionalização de direitos nos últimos 30 anos”.

Sem tal compromisso, as avaliações não aportarão contribuições relevantes para construção de uma sociedade mais próspera e justa, sobretudo nos contextos da América Latina. Esta reflexão ilustra a importância de investir na adoção de uma proposta de A&M compartilhada entre poder público e sociedade civil, para enfrentar questões tão urgentes quanto às apresentadas ao longo dessa dissertação, na perspectiva de aprofundar a democracia

brasileira, enfrentando o estado antinegro e o processo de abolição inconclusa no país, que tem nos impedido de avançar num projeto de nação, por uma opção política de guerra, morte e negativa de direitos.

Incidir no enfrentamento ao racismo, às desigualdades de raça, classe, gênero e território, na manutenção da nossa juventude negra viva, com capacidade de sonhar e se desenvolver devem ser um compromisso político de toda a sociedade brasileira, para garantia de futuro do país, para o desenvolvimento socioterritorial de corpos-territórios negros como Salvador e Cali. Esta pesquisa é uma contribuição neste sentido.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Sílvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Gestão social. In: **Dicionário para a formação em gestão social**. Rosana de Freitas Boullosa (org.) Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

AVELAR, Laís da Silva. **“O 'Pacto pela Vida', aqui, é o pacto pela morte!”: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina**. 2016. Dissertação de mestrado. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

AVELAR, Laís da Silva; SANTOS, Vitor Luis Marques dos. Políticas de segurança pública na Bahia preta: discursos, representação e resistências a partir da literatura produzida por jovens poetas negros na cidade de Salvador. In: SANTOS, Ana Carolina... [et al.] (Orgs.) **Iniciativa negra por uma nova política sobre drogas: um olhar preciso**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung. Fundação Perseu Abramo, 2021.

BAHIA. **Lei nº 12.357 de 26 de setembro de 2011**. Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto Pela Vida, e dá outras providências. Bahia, Salvador, 2011.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **Plano Estadual da Segurança Pública - PLANESP: Governo da Bahia - 2012 a 2015**. Secretaria da Segurança Pública. Salvador: Secretaria da Segurança Pública, 2011.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Sumário Executivo Avaliação Inicial e Monitoramento Programa 105 – Pacto Pela Vida**. Salvador – BA. Abr. 2013.

BAHIA. Polícia Militar da Bahia. **Portaria nº 058-CG/2015 de 25 de junho de 2015**. Dispõe sobre as normas e procedimentos necessários para implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança – BCS no âmbito da PMBA, e dá outras providências;

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública - PLANESP: Governo da Bahia - 2016 a 2025**. Salvador, 2016.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Avaliação Inicial do PPA Participativo 2016-2019 Reunião Devolutiva de Conclusões**, p. 205 – Pacto Pela Vida. Salvador-BA. Mai, 2017.

BAHIA. **Policimento Comunitário na Bahia**. Organização de Maribel Fernandes Ribeiro Santana (Major BM); autores César de Sá Pacheco... [et al.] – Salvador, BA: EGBA, 2019.

BAHIA. **Pacto pela Vida**. 2011. Disponível em: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BENEVIDES, Tânia; SILVA, Tássio Santos; OLIVEIRA, Jéssica; SANTOS, Lavinia; FREIRE, Maurício; LIMA, Aline Pauliana; SANTOS, Angélica Olímpia; MAGALHÃES, Leonardo; PASSOS, José Flávio. Segurança e Insegurança na cidade de Salvador. In:

SANTOS, Elisabete... [et al.], organizadores. **QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia**. 2. Ed. – Salvador: Edufba, 2022. p. 343- 367.

BENTES, Aníbal Picanço. **A experiência da câmara setorial de prevenção social do programa pacto pela vida**. EPPGG, 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. O desenho da pesquisa avaliatória. In: BOULLOSA, Rosana. TAVARES, Edgilson. **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Rosana Boullosa, Curitiba: IESDE. Brasil S/A, 2009.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade**, 2013, p. 67-84.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Um Caminho para se Desenhar Processos de Avaliação de Projetos que envolvam Gestão Social. In: **Curso gestão social / concepção e coordenação geral, Cliff Villar**; organizadores de conteúdo; NETO, João Martins de Oliveira. JUNIOR, Jeová Torres. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 9-37, jul./dez. 2020a.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas. **NAU Social**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 441–456, 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/42235>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. RODRIGUES, Roberto Wagner Silva. Avaliação e monitoramento em Gestão Social: Notas Introdutórias. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Salvador, v. 3, n. 3, p. 145-176, set./dez. 2014.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU Social**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 181–202, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31088>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; ARAÚJO, Edgilson Tavares de; GUSS, Alcides Fernando. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br.pronasci>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg)**. 2009. Disponível em: <http://www.mj.gov.br.conseg>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: um levantamento histórico / Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília: SNJ, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Decreto n. 11.436 de 2023**. Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Direitos Humanos. **Recomendação Nº 13, de 04 de agosto de 2023**. Recomenda ao governo do estado de São Paulo e a outros órgãos públicos federais e estaduais a adoção de medidas para o respeito ao direito à vida e para impedir a reiteração de chacinas e do uso abusivo e excessivo da força policial no Brasil. Brasília-DF, 2023.

CAMMPI; NAI. **Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe**. Salvador BA. 2008. Disponível em: <https://cama.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-Referencial-de-Desenvolvimento-de-Itapagipe.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social**. In: BOULLOSA, Rosana Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CARMO, Gislene do. REZENDE, Vania Aparecida. PEREIRA, José Roberto. **Gestão Social e Tecnologia Social possibilidades de aproximações teóricas e conceituais**. GT 4 Planejamento Público, Gestão Social e Desenvolvimento Territorial. VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública. Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP). Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 13 nov. 2023.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: Avanços, limites e desafios. **R. Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSSyXQ3qbj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/51/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 2359-2392, dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/54377>. Acesso em: 27 jul. 2022.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade. Gestão de segurança pública, violência e controle social**. Ivone Freire Costa; projeto gráfico: Joe Lopes; editoração: Antonio Ney S. Oliveira Filho; Revisão de textos: Maria Vicentini; Revisão editorial: Tânia A. Bezerra e Magel C. Carvalho. – Salvador: EDUFBA, 2005.

DANTAS, Raimundo César Magalhães. **Gestão participativa e Polícia Comunitária: uma análise da participação social na gestão da polícia ostensiva da Base Comunitária de Segurança do Calabar**. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. 131 f. Salvador, BA, 2014.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. **Programa de Ações Afirmativas na UFBA à luz da visibilidade midiática no ambiente virtual: entre ações institucionais e percepções dos sujeitos (estudo de caso do curso de odontologia)**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. 270 f. Salvador, BA, 2013.

DOWBOR, Ladislau. Tecnologia social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 169-171.

FARRANHA, Ana Claudia. Equidade e Política Pública: Anotações para uma Metodologia de Avaliação. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9170>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **MAAFA: Políticas de morte no contexto da guerra racial de alta intensidade na Bahia contemporânea**. 352f. il. 2020. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade. Curso no College de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina Galvão São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 2ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRANCO, Marielle. **UPP a redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Aurora**, v. 3, n.1, p. 49-58, dez. 2009.

FREITAS, Felipe da Silva. **Discursos e Práticas das Políticas de Controle de Homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do Estado da Bahia (2011-2014)**. 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Resenha Foucault, M. 2008. Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

IBGE. **Aglomerados subnormais - Primeiros Resultados**. 2010. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://goo.gl/fWBsWw>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas. **AVAL - Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, Brasil, v. 4, n. 18, p. 38–61, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649/162643>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LIMA, Cleonice de Jesus Melo. **Pacto pela Vida: Programa de enfrentamento a violência letal no estado da Bahia**. 2021. Monografia. UFPB, João Pessoa.

LOPES, Janaina Pereira Peres; BOULLOSA, Rosana de Freitas; BESSA, Luiz Fernando Macedo. O CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ENCRUZILHADA: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social. **NAU Social**, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 493–515, 2024. DOI: 10.9771/ns.v12i22.43707. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/43707>. Acesso em: 19 set. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, Estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê**. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade,

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/97>. Acesso em: 2 ago. 2022.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020.

NÓBREGA JR, José Maria Pereira da. Diagnóstico da violência no Brasil e os desafios para segurança pública. **Revista espaço acadêmico**, n. 167, p. 103-115, abril/2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26140/14527>. Acesso em: 2 ago. 2023.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança** [recurso eletrônico]. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. 2009.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**. 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/genocidio/conv48.htm>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PAZ, Adilson Menezes da. Ciência, umbanda e encantados itinerâncias do sujeito encarnado. In: MESSEDER, Suely; NASCIMENTO, Clebemilton. **Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 181- 207.

PINHO, Tatiana Eleutério D’Almeida e. **Política de Segurança Pública: a perspectiva da teoria dos sistemas luhmanniana na arquitetura da governança securitária na Bahia**. 2019. 125 f. il. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PIRES, Valdemir; MIDDLEJ E SILVA, Suylan de A.; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando Souza. Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, pp. 110-126, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. Ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Rodrigo Ferreira dos. ÔRÍ E MEMÓRIA: O PENSAMENTO DE BEATRIZ NASCIMENTO. **Sankofa** (São Paulo), [S. l.], v. 12, n. 23, p. 9 - 24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/169143>. Acesso em: 24 ago. 2023.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001**. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador: 2005.

RIBEIRO, Daiane. Os tiros disparados pelos homens da lei: violência polícia, corona vírus e reiteração. In: Julio César de Sá da Rocha (coord.); Camila Garcez Leal, Érika Costa da Silva, João Pablo Trabuço e Lázaro Alves Borges (organ.). **Enegrecendo o Direito: questões raciais no Brasil**. [livro eletrônico] – Salvador, Ba: Editora Mente Aberta, junho, 2020.

RIBEIRO, Eduardo. **MEDO E DELÍRIO EM BRASÍLIA: II - Dias 216 a 218 | Teatro do absurdo | 05 a 07/08/23**. Apresentador: Cristiano Botafogo. Escritor: Pedro Daltro. Brasília: Central 3 Produções, 10 de agosto de 2023. Podcast – Entrevista com Eduardo Ribeiro. Disponível em: <https://tr.ee/hFY6T3i8rZ>. Acesso em: 12 set. 2023.

RIBEIRO, Antonio. GASPARINI, Max Felipe Vianna. Para decolonizar a avaliação: uma análise crítica a partir da teoria da decolonialidade. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 10, n. 1, e. 100621. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202110006>. Acesso em: 03 nov. 2023.

RIBEIRO, Eduardo. ELIAS, Gabriel. OLIVEIRA, Nathália. Justiça de transição como chave pacificadora e reparadora da guerra às drogas. **Platô - Revista da Plataforma Brasileira de Política de Drogas**. São Paulo, v.4, n. 4, p. 87-93, 2020.

RODRIGUES, Roberto Wagner. Monitoramento. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 119-122.

ROSÁRIO, Denice Santiago Santos do. **Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão: avaliação, monitoramento e observatório da prática da discriminação racial na atividade policial militar**. 2017. 99 f.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Fundação Mário Leal Ferreira. **Plano de Bairros de Itapagipe**. Salvador: [s.n.], 2022. 151 p. Disponível em: [http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano\\_Itapagipe.pdf](http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano_Itapagipe.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

SANTANA, Maribel Fernandes Ribeiro. **Implementação de política pública de segurança: Programa Pacto Pela Vida na Bahia**. Salvador, 2016.

SANTOS FILHO, Nelson Gomes dos. O projeto Polícia Cidadã: aplicação dos conceitos da Administração Pública Gerencial no nível micro-organizacional da segurança pública. In: **ENANPAD, 2001, Campinas-SP. Resumos dos trabalhos do 25o Encontro da ANPAD**, v. 1. p. 240-240, 2001.

SÃO BERNARDO, Augusto Sérgio São. Ética da diferença e criminalização racial. In: **Anais do XIV Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas; coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/036.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022

SOUZA, Reginaldo Canuto; MORAIS, Maria do S. Almeida. **Polícia e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2011, Maranhão. Anais da V JOINPP: Estado, desenvolvimento e crise do capital. Maranhão: PPGPP, 2011. p. 1-10. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/PODER\\_VIOLEN\\_CIA\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/POLICIA\\_E\\_SOCIEDADE\\_UMA\\_ANALISE\\_DA\\_HISTORIA\\_DA\\_SEGURANCA\\_PUBLICA\\_BRASILEIRA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLEN_CIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf). Acesso em: 07 abr. 2024.

TAVARES, Augusto de Oliveira. Participação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da participação cidadã**. Salvador: CADERNO CRH, 1997, p. 179-209.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade In: **AATR. Políticas Públicas – O papel das políticas públicas**. Salvador, 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em: 28 ago. 2023.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 2, p. 5 a 43, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VOLPINI, Lorena. **A rede CAMMPI: cidadania e política do espaço na Península de Itapagipe. Uma etnografia do fazer cidade em Salvador**. Salvador, 2017.

## APÊNDICE A – Questionário para policiais da BCSU

Prezado/a entrevistado/a,

Esta pesquisa é conduzida pela pesquisadora Ana Carolina Silva Santos no curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (PDGS/UFBA), sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cristina Muniz Décia, e tem o objetivo de produzir uma proposta de instrumento de avaliação e monitoramento comunitário da política de segurança pública no território da Península de Itapagipe, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público. A sua participação é fundamental para o estudo, assim, peço que dê visibilidade a sua percepção de modo o mais fiel possível. Será preservado o sigilo das informações prestadas individualmente e o resultado global conhecido ao fim do estudo.

Gratos, Ana Carolina e Equipe.

**1. Concordo com a realização desta pesquisa e autorizo, de forma livre e esclarecida, o uso de meus dados e respostas. Declaro, ainda, que fui informada (o) pela pesquisadora que será preservado o sigilo das informações, caso não queira ser identificada (o). Estou ciente de que poderei desistir deste consentimento a qualquer momento que julgar pertinente, o que não me trará nenhum problema.**

Concordo;

Não concordo;

**2. Qual sua idade?**

Até 18 anos;

19 a 24 anos;

25 a 34 anos;

35 a 44 anos;

45 a 54 anos;

55 a 64 anos;

65 ou mais.

**3. Qual sua raça/cor?**

- Amarelo;
- Branco;
- Indígena;
- Pardo;
- Preto.

**4. Qual o seu gênero?**

- Masculino;
- Feminino;
- Outro (Qual?) \_\_\_\_\_
- Prefiro não dizer.

**5. Há quanto tempo trabalha na Base Comunitária de Segurança do Uruguai?**

- Até 11 meses;
- Entre 1 ano a 3 anos;
- Entre 4 anos a 7 anos;
- Mais de 08 anos;

**6. Você mora no bairro do Uruguai ou próximo?**

- Sim
- Não

**7. De acordo com a escala abaixo, como você considera o índice de violência no território da Península de Itapagipe e, mais especificamente, no bairro do Uruguai?**

- Muito alto
- Alto
- Regular
- Baixo
- Muito baixo

**8. Você percebe que após a presença da Base Comunitária de Segurança do Uruguai (BCSU) houve diminuição dos índices de violência e criminalidade no território?**

- Sim

Não

**Se sim, de que forma? Comente.**

---

**9. Você percebe os direcionamentos da segurança cidadã e do policiamento comunitário em sua atuação na BCSU?**

Sim

Não

**9.1. Se sim, numa escala de prioridade de 1 a 5, enumere os direcionamentos da segurança cidadã e policiamento comunitário mais e menos presentes em sua atuação na BCSU, sendo 1 o mais presente e 5 o menos presente:**

Ações policiais preventivas, mediante a aproximação da polícia com a comunidade;

Promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;

Garantia da participação da sociedade civil e do controle social.

Fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis.

Transparência, responsabilização e prestação de contas.

**10. As pessoas da comunidade têm participado das ações realizadas pela BCSU?**

Sim

Não

**10.1. Se sim, de que forma?**

---

**10.2. Como você considera esta participação?**

EXCELENTE

BOA

REGULAR

INSUFICIENTE

PÉSSIMA

**10.3. Se sua resposta foi entre INSUFICIENTE E PÉSSIMA, o que acha fundamental para garantir a efetiva participação da comunidade?**

---

**11. As pessoas da comunidade têm sido envolvidas na construção ou na gestão das ações da BCSU?**

Sim

Não

**12. Uma das diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI é a promoção dos direitos humanos, através do combate sistemático aos preconceitos étnico e racial. Na sua opinião, as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo institucional presente na política de SP?**

Sim

Não

Não sei dizer

**13. E do ponto de vista mais macro, acredita que as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira?**

Sim

Não

Não sei dizer

**14. A BCSU participa ou realiza algum tipo de avaliação e monitoramento das suas ações ou da política de segurança pública?**

Sim

Não

Não sei dizer

15. (Só se respondeu SIM à pergunta anterior) **A comunidade tem sido envolvida/ participado de alguma forma nestes processos de avaliação e monitoramento da política de segurança pública?**

Sim

Não

Não sei dizer

16. **Na sua opinião, o envolvimento/ participação da comunidade nos processos de avaliação e monitoramento da política de segurança pública pode contribuir em alguma medida com o enfrentamento ao racismo?**

Sim

Não

Não sei dizer

16.1. **Se sim, como?**

---

17. **Há alguma pergunta/comentário que não foram feitos que considere importante? Se sim, qual?**

Sim

Não

17.1. **Se sim, comente?**

---

18. **Todas as informações pessoais coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. A identidade da pessoa entrevistada será preservada a critério da entrevistada/do. Por favor, assinale com um “x” a opção correspondente ao seu desejo:**

Posso ser identificada/identificado.

Gostaria de não ser identificada/identificado.

18.1. **Se pode ser identificada/o, nos diga seu nome:** \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas semiestruturadas com atores da Casa  
Chontaduro**

1. Qual sua relação com a Casa Cultural/ qual trabalho desenvolve/ como conheceu a instituição?
2. Qual sua relação com o território/ bairro onde está a Casa Cultural? Como o descreveria?
3. Quais são as instituições públicas que estão presentes no território? Existe relação da Casa Cultural com alguma delas? Como você entende esta relação?
4. Vocês fazem ou participam de alguma instância que atua com avaliação e monitoramento de políticas públicas?
5. Já observaram algum impacto da atuação da Casa em alguma política pública?
6. Como você entende que seria um caminho importante e necessário para ampliar a participação social e comunitária nas políticas públicas?
7. Como entende a atuação da Casa com a comunidade?
8. Como entende o papel da cultura nas atividades da Casa?
9. Como você entende o debate étnico-racial e da equidade de gênero na atuação da Casa?
10. Como é a atuação da Casa para a construção de uma cultura de paz?
11. Como vê a violência no território e quais as estratégias que a Casa tem desenvolvido para o seu enfrentamento? Observa a existência de violência policial no território?
12. Com uma frase, diga o que a Casa Cultural representa para você e o que você representa para a Casa (não esquecer de pedir para filmar essa parte).

## **APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada com agentes da SP**

### **Bloco 1 – Segurança cidadã e participação comunitária**

1. Pode explicar em linhas gerais sobre a atuação da BCSU e de que forma esta atuação tem interferido nas dinâmicas de violência e criminalidade no território?
2. Quais são os principais direcionamentos da segurança cidadã que estão presentes na atuação da BCSU?
3. Como tem acontecido a participação comunitária nas ações realizadas pela BCSU? Acredita que esta participação tem sido efetiva?
4. O que acha fundamental para garantir a efetiva participação da comunidade na política de segurança pública (SP)?

### **Bloco 2 – Enfrentamento ao racismo**

5. Como você entende que as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo institucional na política de SP?
6. E do ponto de vista mais macro, acredita que as ações da BCSU têm contribuído para o enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira? Se sim, de que forma?

### **Bloco 3 – Avaliação e monitoramento**

7. A BCSU participa ou realiza algum tipo de avaliação e monitoramento das suas ações ou da política de SP? Se sim, de que forma?
8. A comunidade tem sido envolvida/participado de alguma forma nestes processos de avaliação e monitoramento da política de segurança pública?
9. Sobre o envolvimento/participação da comunidade nos processos de avaliação e monitoramento da política de SP, acredita que isso pode contribuir em alguma medida com o enfrentamento ao racismo? Se sim, como?
10. O que você considera importante para a construção de um processo de avaliação e monitoramento da política de SP de forma compartilhada entre poder público e sociedade civil?
11. Há alguma pergunta/comentário que não foram feitos que considere importante? Se sim, qual?

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada sociedade civil da PI**

1. Qual a sua relação com o território da Península de Itapagipe?
2. Você acompanhou o processo de implantação da Base Comunitária do Uruguai (BCSU)? Poderia destacar o que você achou de mais importante naquele processo?
3. Como foi a participação das pessoas da comunidade naquele processo?
4. Houve diálogo com a comunidade sobre instrumentos de avaliação e monitoramento das ações da BCSU quando estava sendo implantada?
5. Você conhece os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEGs) do território? Como entende a sua atuação?
6. O que você acha importante para garantir a efetiva participação da comunidade na política de SP?
7. Uma das diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI é a promoção dos direitos humanos, através do combate sistemático aos preconceitos étnico e racial. Como você entende que a atuação da BCSU pode contribuir para o enfrentamento ao racismo na segurança pública?
8. E como você acha que a atuação dos CONSEGs pode contribuir para o enfrentamento ao racismo na segurança pública?
9. Sobre o envolvimento/participação da comunidade nos processos de avaliação e monitoramento da política de SP, acredita que isso pode contribuir em alguma medida com o enfrentamento ao racismo na segurança pública? Se sim, como?
10. Como acredita que a comunidade pode ser envolvida nos processos de avaliação e monitoramento da política de SP aplicada ao território?
11. O que você considera importante para a construção de um processo de avaliação e monitoramento da política de SP de forma compartilhada entre poder público e sociedade civil?
12. Há alguma pergunta/comentário que não foram feitos que considere importante? Se sim, qual?

## APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada (o) participante,

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa "**AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA EM ITAPAGIPE: a participação comunitária como caminho para o enfrentamento ao racismo**", desenvolvida por Ana Carolina Silva Santos, e-mail [santosana@ufba.br](mailto:santosana@ufba.br), telefone +55 (71) 991545730, pesquisadora do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, sob orientação de Profa. A Dra. Ana Cristina Muniz Décia (Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia).

#### 1. Objetivo central

O objetivo central do estudo é produzir uma proposta de instrumento de avaliação e monitoramento comunitário da política de segurança pública no território da Península de Itapagipe, na cidade de Salvador - Bahia - Brasil, com foco no enfrentamento ao racismo, de maneira articulada entre sociedade civil e poder público.

#### 2. Participantes da pesquisa

O convite para sua participação nesta pesquisa é fundamental para este estudo, tendo em vista que estão entre os objetivos específicos da pesquisa "**entender como os agentes da segurança pública compreendem a segurança cidadã, a participação comunitária e o enfrentamento ao racismo na implementação da política, bem como se dão os processos de avaliação e monitoramento desta política.**"

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, retirar sua participação a qualquer momento, assim como poderá se recusar a responder qualquer uma das questões.

Você não será penalizada (o) de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

### 3. **Confidencialidade e a privacidade**

Todas as informações pessoais coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. A identidade da entrevistada (o) será preservada a critério da entrevistada/do. Por favor, assinale com um “x” a opção correspondente ao seu desejo:

- Posso ser identificada/identificado.**
- Gostaria de não ser identificada/identificado.**

Caso não queira ser identificada (o), qualquer dado que possa fazê-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

### 4. **Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa**

A sua participação consistirá em ser respondente de uma entrevista semi estruturada, que consiste em um modelo de entrevista flexível. Ou seja, ela possui um roteiro prévio, mas abre espaço para que a entrevistada e entrevistadora façam perguntas fora do que havia sido planejado. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora (caso seja feita de forma presencial ou online).

As entrevistas serão gravadas para posterior análise, mas só quem terá acesso aos materiais das gravações/filmagem será a pesquisadora, sua orientadora e/ou pessoas autorizadas. Por favor, assinale com um “x” a opção correspondente ao seu desejo:

- Autorizo a gravação desta entrevista.**
- Não autorizo a gravação desta entrevista.**

### 5. **Guarda dos dados e materiais coletados na pesquisa**

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora ou pessoas autorizadas.

**6. Benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa**

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes para compor um conjunto de estudos e ações desenvolvidas em prol do desenvolvimento de políticas públicas alinhadas com o enfrentamento ao racismo e a participação comunitária.

**7. Previsão de riscos ou desconfortos**

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Caso se sinta desconfortável com alguma das perguntas, pode se reservar o direito de não respondê-la.

**8. Divulgação dos resultados da pesquisa**

Ao participar deste estudo você permitirá que a estudante utilize as informações fornecidas na pesquisa especificada acima. Os resultados poderão ser divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação.

**9. Pagamento**

Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estas informações, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa e para que possamos utilizar e analisar os dados conforme descrito no documento.

Caso esteja de acordo com os termos apresentados, solicitamos, por favor, que assine o presente termo:

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura da Pesquisadora – (pesquisador do campo)

***Contato com a pesquisadora responsável:***

***Tel.: (71) 99154-5730***

***E-mail: santosana@ufba.br***

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do participante:

Obs.: Solicitamos a gentileza de rubricar/assinar todas as folhas.

Obs.: Ao início da entrevista, a/o entrevistada/entrevistado será perguntado se leu o presente termo de consentimento livre e esclarecido para a participação nesta pesquisa e poderá informar a sua anuência oralmente, bem como se prefere ou não ser identificada/identificado e se autoriza ou não a gravação da entrevista (Itens 3 e 4).

AGRADECEMOS POR SUA PARTICIPAÇÃO!

**APÊNDICE F – Proposta de desenho de A&M cidadão da política de SP na PI (TGS.DT)**

<b>DIMENSÕES DO DESENHO AVALIATÓRIO</b>	<b>ELEMENTOS DAS DIMENSÕES DO DESENHO AVALIATÓRIO</b>	<b>DESENHO DA A&amp;M CIDADÃO DA POLÍTICA DE SP NA PI (TGS.DT)</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO E COMPREENSÃO DOS OBJETIVOS INICIAIS DA AVALIAÇÃO</b>	<b>COMPREENSÃO DO CONTEXTO DECISIONAL</b>	Territórios negros e periféricos
		Altos índices de letalidade
		Racismo estrutural
	<b>COMPREENSÃO DOS OBJETIVOS E POSSÍVEIS USOS DA AVALIAÇÃO</b>	Gestão compartilhada
		Fortalecimento segurança cidadã
		Fortalecimento políticas sociais
	<b>ORIENTAÇÃO DO PROCESSO AVALIATIVO EM UMA DIREÇÃO, A PARTIR DO CONTEXTO DECISIONAL</b>	Desenvolvimento socioterritorial
		Enfrentamento a violência
		Reformulação e melhorias nos processos da PSP
		Combate ao racismo
	<b>COMPREENSÃO DOS VALORES</b>	Integração e transversalidade
		Interseccionalidade

		Participação cidadã
<b>FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE AVALIAÇÃO</b>	COMPREENSÃO INICIAL DO PROGRAMA, FASE, CONTEXTO POLÍTICO, PERCEPÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E DECISÃO	Construção de diagnósticos e levantamentos periódicos
	ESBOÇO DO PROBLEMA CENTRAL DE AVALIAÇÃO - PERGUNTA PRINCIPAL DO DESENHO DA AVALIAÇÃO	Como construir uma PSP efetivamente cidadã e que combata o racismo presente em suas práticas?
	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES DE AVALIAÇÃO EM FUNÇÃO DA COMPREENSÃO INICIAL DO OBJETO	Como tem se desenvolvido a PSP na PI?
		Como tem se dado a participação da comunidade? Qual a percepção da comunidade sobre a PSP aplicada ao território?
		Como é a atuação da BCSU, CONSEGs e outros órgãos da SP no território?
DEFINIÇÃO DOS VALORES DA AVALIAÇÃO	Diminuição índices de letalidade	
	Enfrentamento ao racismo	
	Diminuição das desigualdades socioterritoriais	
<b>ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	CONSTRUÇÃO DO DESENHO DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO	Realização de rodas de diálogos, seminários, rodas de conversas, audiências públicas com os atores sociais envolvidos

	CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO	Construção da abordagem e metodologia da avaliação-pesquisa qualitativa e quantitativa, entrevistas, questionários, grupos focais, visitas técnicas;
		Estudos, referências e pesquisas sobre PSP, racismo e A&M
		Definição dos papéis dos atores envolvidos
		Documentação de todo processo - relatórios, quadros-sínteses, infográficos e recomendações, a partir dos resultados alcançados
	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE VALOR BASE DE AVALIAÇÃO	Definição e observação dos indicadores; definição da periodicidade da A&M; formato da gestão compartilhada
DEFINIÇÃO DOS USOS DA AVALIAÇÃO E DA DIFUSÃO DOS SEUS RESULTADOS	DEFINIÇÃO DOS USOS DA AVALIAÇÃO, TANTO INTERNAMENTE COMO EXTERNAMENTE, EM FUNÇÃO DO CONTEXTO, DOS INTERESSES DOS ATORES ENVOLVIDOS E DA SOCIEDADE EM GERAL	Melhorias, ajustes, ampliação da participação cidadã e gestão compartilhada na PSP
		Meta Avaliação e próximos passos
	DEFINIÇÃO EM COMUM ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO DOS LIMITES DE PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	Ampla divulgação dos resultados em sites, redes sociais dos atores sociais envolvidos
		Prestação de contas públicas de todo o processo, resultados e orçamento utilizado, com espaços de encontro específicos para esta finalidade (devolutiva social)
		Devolutivas para as partes envolvidas